



**A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS:
UMA CARTOGRAFIA DE GOIÂNIA EM PERSPECTIVA
INTERSECCIONAL E DA DIFERENÇA**

Tese para obtenção do título de doutora em Geografia - Talita Cabral Machado - 2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS:
UMA CARTOGRAFIA DE GOIÂNIA EM PERSPECTIVA
INTERSECCIONAL E DA DIFERENÇA**

Talita Cabral Machado
Orientador: Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts

Goiânia, outubro de 2016.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

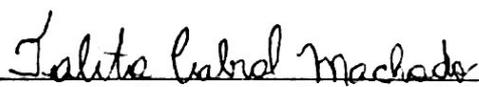
Nome completo do autor: Talita Cabral Machado

Título do trabalho: A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a)

Data: 18 / 10 /2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS:
UMA CARTOGRAFIA DE GOIÂNIA EM PERSPECTIVA
INTERSECCIONAL E DA DIFERENÇA**

Tese apresentada no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia, com orientação do prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts.

Talita Cabral Machado

Goiânia, outubro de 2016.
Talita Cabral Machado

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Machado, Talita Cabral

A cidade das mulheres feministas [manuscrito] : Uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença / Talita Cabral Machado. - 2016.

231 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Mulheres feministas. 2. Movimentos feministas. 3. Espaço Urbano. 4. Interseccionalidade. 5. Cartografia. I. Ratts, Alecsandro José Prudêncio, orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE

Talita Cabral Machado

Aos dois do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis (2016), a partir das 14h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **Talita Cabral Machado**, intitulada "A cidade das Mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 106/2016 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: Prof. Dr. **Alecsandro José Prudêncio Ratts** (Presidente), Profa. Dra. **Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira** (membro titular interno), Profa. Dra. **Angelita Pereira de Lima** (membro titular externo), Profa. Dra. **Joseli Maria Silva** (membro titular externo) e Profa. Dra. **Lorena Francisco de Souza** (membro titular externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 17:40 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidata obtida os seguintes resultados:

Prof. Dr. **Alecsandro José Prudêncio Ratts** (Presidente) – Ass. *Alecsandro Ratts*

Aprovada (X) Reprovada ()

Profa. Dra. **Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira** – Ass. *Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira*

Aprovada (X) Reprovada ()

Profa. Dra. **Angelita Pereira de Lima** – Ass. *Angelita*

Aprovada (X) Reprovada ()

Profa. Dra. **Joseli Maria Silva** – Ass. *Joseli Maria Silva*

Aprovada (X) Reprovada ()

Profa. Dra. **Lorena Francisco de Souza** – Ass. *Lorena Francisco de Souza*

Aprovada (X) Reprovada ()

Resultado final: Aprovada (X) Reprovada ()

Houve alteração no Título? Sim () Não (X)

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

Território conquistado

Larissa Luz/ Pedro Itan

Nem vem como quem quer fazer de mim ninguém
Eu sou uma mulher
livre da sina e da obsessão
eu sou o que eu quiser
Decisão é consequência
e se te assusta a minha aparência
Boto fogo no olhar
e acendo minha consciência
Jogo pra ganhar!
Não sou cliente da anulação
não consumo veneno não transo ilusão
Me abasteço de argumento
Conteúdo é munição
Miro e sigo.
Me olho no espelho e digo:
Não é meu inimigo
Não te quero domado não te quero contido
É território conquistado
É espaço garantido.
Não é mais meu inimigo, não te quero domado não te quero contido
É território conquistado
É espaço garantido.
Olha ela!
Lá vem ela!
Ocupamos nosso espaço
Cada passo um pedaço
agora traço uma memória
que eu sempre serei
Falo eu porque sou nós!
Grito de entranhas
Ímpeto feroz
Afastando atitude atroz
partindo pra cima o algoz
pra quem não conhece o respeito eu sou um perigo
Me olho no espelho e digo:
Não é meu inimigo
não te quero domado não te quero contido
é Território conquistado
É espaço garantido!

AGRADECIMENTOS

O doutorado não foi apenas uma pesquisa, mas um pedaço de minha vida. Foi a escolha de um trajeto e projeto difícil e árduo. Foram quase quatro anos de dedicação. Algumas vezes, a tese foi motivo de preocupação, cansaço, desilusão e isolamento. E outras, de motivação para a vida. Eu não estive sozinha durante esse processo. Por isso, agradeço a todas(os) que de diferentes maneiras se fizeram presentes na construção da pesquisa:

A todas as mulheres feministas que conheci durante os últimos quatro anos, em especial às treze entrevistadas pela colaboração e por me ensinarem tanto sobre a vida, os feminismos e a cidade de Goiânia.

À Zilda pelo lindo desenho feito especialmente para a capa da Tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior (CAPES) pela bolsa que me permitiu desenvolver a pesquisa.

Às(aos) amigas(os) integrantes do LaGENTE: *Tomtom, Ana Lúcia, Marizca, Kênia, Ana Maria, Luciana, Márcia, Juliana, Rúbia, Clécia, Lorena, Alex, Wanderson, Gabriel, Bruno, Vinícius, José Rodrigues, Patrício, Daniel, Márcio, Paulinho e Alemar* pelas conversas, risadas, pelo aprendizado nos encontros do grupo de estudo “Espaço e Diferença”, pelo amparo durante todo o processo de pesquisa e pelos momentos de POETNOS (grupo de recital de poemas).

Ao *Alex* pelas sugestões, as críticas, o carinho, a dedicação, a amizade e por ser uma inspiração, para mim, de professor, orientador e militante.

Ao amigo, companheiro e amante *Lincoln* pela constante presença, apoio, ideias, conversas e por transforma-se, juntamente comigo, durante os processos de leituras, diálogos e descobertas dos/nos feminismos.

Às professoras da banca de Qualificação que admiro muito, *Joseli* e *Luciene*, pelas brilhantes críticas e sugestões que foram essenciais para eu traçar os “novos” caminhos desta pesquisa.

Às minhas tias *Maria dos Reis* e *Margarida* pela atenção e dedicação nas revisões dos textos.

Ao amigo *Patrício* pelas importantes sugestões na fase final da escrita.

À minha mãe, *Maura*, professora de Geografia e à minha irmã, *Meline*, geógrafa e cartógrafa, que fazem da sua profissão uma militância diária de transformação da sociedade, trabalhando na área da educação e da cartografia cultural em comunidades indígenas.

Ao meu pai, *José Antunes (Toninho)*, por me ensinar que a arrogância não deve nos acompanhar e que é importante escolher uma profissão que seja prazerosa.

Novamente, à minha mãe, à minha irmã e ao meu pai por transformar-se durante as nossas conversas e reflexões sobre os feminismos.

Ao meu irmão especial, *João Marcos (Joãozinho)*, pelos momentos de lazer e por me ensinar que a vida precisa ser leve.

Às gerações de mulheres da minha família com suas maneiras próprias de serem subversivas e que eu tive o prazer de conhecer pessoalmente ou suas histórias de vida: as minhas bisavós *Cacilda* (em memória), *Geralda* (em memória) e *Maura*; minhas avós *Gasparina* e *Odete* e a minha mãe *Maura*. Sou parte do caminho trilhado por elas. Assim como será *Cecília*.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	17
<i>Capítulo 1 – CAMINHOS DA PESQUISA</i>	23
1.1. As relações nas entrevistas e vivências	24
1.2. A pluralidade dos movimentos feministas.....	29
1.3. A escala geográfica e a questão da pluralidade.....	33
1.4. Sobre a cartografia e o mapa.	41
As etapas do processo de cartografar, os procedimentos finais para a construção do mapa e seus limites	44
<i>Capítulo 2 – GEOGRAFIAS FEMINISTAS</i>	51
2.1. Uma geografia feminista da diferença e da interseccionalidade.....	51
2.2. Estudos feministas na Geografia	62
O lugar e território: geografizando o estudo feminista sobre as mulheres.....	70
2.3. Mulheres, gênero e sexualidade: desconstruindo para reconstruir.....	80
2.4. Pensando a(o) sujeita(o) e o espaço.....	86
<i>Capítulo 3– A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS</i>	92
3.1. As mulheres e a cidade nos estudos sobre o espaço urbano na Geografia	92
3.2. Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas em Goiânia	99
3.3. As entrevistadas e a complexidade das suas atuações.....	106
<i>Capítulo 4– CONSTRUINDO CARTOGRAFIAS FEMINISTAS DA CIDADE</i>	114
4.1. Mapeando a cidade de Goiânia	114
4.2. As apropriações feministas e as lógicas do urbano	118
4.2.1. Apropriações feministas na região central	127
4.2.1.1. Praças e feiras: intersecções e diferenças nas apropriações das feministas acadêmicas e das feministas negras não acadêmicas	130
4.2.1.2. Feministas lésbicas e jovens e as apropriações noturnas dos lugares.....	143
4.2.1.3. As ruas: entre o medo e as apropriações feministas	149
4.2.1.4. Outras apropriações: feministas entre 44-67 anos de idade	161

4.2.1.5. Apropriações na “periferia do centro”	165
4.2.2. Apropriações feministas nas áreas periféricas (regiões noroeste, leste, oeste e sudeste).....	171
4.2.3. Apropriações feministas na região sul	187
4.2.4. Apropriações feministas no Campus 2 da UFG na região norte.....	194
<i>CONCLUSÕES</i>	201
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	208
<i>ANEXO</i>	222
<i>APÊNDICE</i>	228

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Mapa de localização do município de Goiânia- Goiás, Brasil.....	104
FIGURA 2. Sedes ou locais fixos de encontros das organizações de mulheres em Goiânia-GO (2013).....	104
FIGURA 3. Apropriações Feministas em Goiânia (GO).....	115
FIGURA 4. Justaposição dos Bairros com maioria da população Negra com os bairros de “Classe Extremamente Pobre” – Goiânia (GO)	123
FIGURA 5. Justaposição dos bairros negros com os bairros de “classe baixa” – Goiânia (GO).....	124
FIGURA 6. Apropriações feministas na Região Central de Goiânia (GO).....	128
FIGURA 7. Apropriações feministas nas Regiões Noroeste, Leste, Sudeste e Leste de Goiânia (GO).....	172
FIGURA 8. Apropriações feministas na Região Sul de Goiânia (GO).....	188
FIGURA 9. Apropriações feministas na Região Norte de Goiânia (GO).....	195

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Comparação das aspirações dos métodos de investigação.....	67
QUADRO 2. Comparação do modeo feminista de investigação com o modelo convencional.....	68
QUADRO 3. Identificação pessoal das entrevistadas.....	109
QUADRO 4. Simbologias utilizadas nos mapas.....	117

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Lista das organizações de mulheres em Goiânia-GO.....	103
TABELA 2. Distribuição Percentual dos Rendimentos em Salários Mínimos dos Chefes de Domicílios (Mulheres Homens) por Regiões do Município de Goiânia.....	120
TABELA 3. População de Goiânia por região – 2010.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEN - Associação Brasileira de Enfermagem
- ABMCJ/GO - Associação de Mulheres da Carreira Jurídica do Estado de Goiás
- ADVEGO - Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás
- AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
- APNs - Agentes de Pastoral Negros
- APPB - Associação das Pensionistas da Polícia e Bombeiros Militar do Estado de Goiás
- APUC - Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás
- ASTRAL-GO - Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás
- CANBENAS - Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento
- CEPCT - Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura
- CEVAM - Centro de Valorização da Mulher
- CONEM - Conselho Estadual da Mulher de Goiás .
- COMURG - Companhia de Urbanização de Goiânia
- CONSUNI-UFG - Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores da Universidade Federal de Goiás
- CPM - Centro Popular da Mulher
- CREI - Centro de Referência da Igualdade
- CUT - Central Única do Trabalhadores
- DEAM - Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher
- DERGO - Departamento de Estrada e Rodagem de Goiás
- ENAPEGE - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
- FETAEG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
- FIC - Faculdade de Informação e Comunicação
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- GT - Grupo de Trabalho
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- LAGENTE-IESA-UFG - Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás

LABOCART - Laboratório de Cartografia Digital
LGBTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
NAJUP - Núcleo de Assessoria Jurídico Universitário Popular
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização não governamental
P.A – Ponto de Apoio
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PIMEP - Programa Interdisciplinar da Mulher
PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PROAFRO-PUC - Programa de Estudos e Extensão Afro Brasileiro da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás
RMG - Região Metropolitana de Goiânia
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEMIC -Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços
SIMPURB - Simpósio Nacional de Geografia Urbana
SINPRO - Sindicato dos Professores do Estado de Goiás
SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SPM/PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
TDR – Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização
UBM - União Brasileira de Mulheres
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UTP - Unidades Territoriais de Planejamento
ZEU - zona de expansão urbana contínua e descontínua
ZR - zona rural
ZU - zona urbana

RESUMO

Este estudo trata das apropriações do espaço urbano de Goiânia (GO), realizadas pelas mulheres que participam ou participaram de grupos dos movimentos feministas locais. O objetivo é compreender diferentes processos de apropriação, produção e qualificação do espaço da cidade realizados por militantes negras, brancas, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, com diferentes idades, acadêmicas ou não, residentes em periferias distantes ou não e de diversas classes sociais. A metodologia adotada utiliza-se das narrativas de lideranças feministas, por meio de entrevistas semiestruturadas e das técnicas de mapeamento participativo. Os pressupostos teóricos são baseados em leituras sobre interseccionalidade, diferença e da Geografia Feminista. Observamos que apesar do sentimento de medo ao estarem nas ruas, as mulheres ocupam coletivamente esse espaço, através de diversas ações. As ações feministas nos lugares acontecem a partir da vivência entre as mulheres, onde elas se constroem como feministas e constroem, ao mesmo tempo, os feminismos. Em meio a uma série de limitações, numa relação com e entre os lugares da cidade, as mulheres os criam e recriam. Através do mapeamento das espacializações presentes nas narrativas, há a constituição de um mosaico de representações espaciais. Diante dele, as questões e diferenças de gênero, raciais, de classe e da sexualidade são percebidas e levantadas. As diferentes identidades das feministas e dos grupos os quais elas participam se refletem na localização e nas formas de ocupação dos lugares. Notamos que as mulheres ao ocuparem e construírem ações no espaço urbano, levam em conta as lógicas de organização da cidade em regiões político-administrativas, assim como as diferenciações entre “centro” e “periferia”. As formas de ocupações feministas são diferenciadas de acordo com cada região de Goiânia. A construção dos mapas possibilitou dar visibilidade às intervenções realizadas pelas mulheres em suas diferentes expressões na cidade. Por fim, é possível pensar uma abordagem interseccional e da diferença do espaço e entender, por meio de suas ações coletivas, que as mulheres intervêm de diferentes formas no processo de construção do urbano.

Palavras-chaves: Mulheres feministas. Movimentos feministas. Espaço Urbano. Interseccionalidade. Cartografia.

ABSTRACT

This research deals with appropriations of the urban space of Goiânia, GO, by women who take or took part in local feminist groups or movements. The work aims at understanding different processes of appropriation, production and qualification of urban spaces by women militants, whether black or white, lesbian, heterosexual or bisexual, young or old, scholastic or not, dwelling in the suburbs or not, and from several social classes. The chosen methodology makes use of feminist leadership narratives, by means of semi-structured interviews and participatory mapping techniques. The theoretical assumptions are based on readings about intersectionality, difference and Feminist Geography. It was noted that, in spite of the fear of being on the streets, the women occupy this space collectively through different actions. The feminist activity on these places happens based on their experiences between them, by which they constitute themselves as feminists and, at the same time, shaping various feminisms. Amid a number of limitations, in a relation with and between the spaces of the city, the women create and recreate them. There is a constitution of a mosaic of spacial representations, achieved by mapping the spacializations noted in the narratives. This mosaic is a means of noting and raising issues related to gender, race, class and sexuality. The different identities of feminists and of the groups that they take part on are reflected in the localization and in the ways of site occupation. We noted that women, when occupying and performing actions in the urban space, take into account the logic of organization of the city in politic-administrative regions, as well as the differentiations between center and suburbs. The ways of feminist occupations are different in each region of Goiânia. The mapping allowed us to make their interventions stand out, each on its own expression in the city. Lastly, it is possible to think about an intersectional approach and the difference of space to understand, by means of their collective actions, that women intervene in various ways on the process of urban framing.

Keywords: Feminist Women. Feminist Movement. Urban Space. Intersectionality. Cartography.

RESUMEN

El estudio trata de la apropiación del espacio urbano en Goiânia (GO), llevadas a cabo por las mujeres que participan o han participado en grupos de movimientos feministas locales. El objetivo es comprender los diferentes procesos de apropiación, producción y calificación del espacio urbano realizados por las militantes negras, blancas, lesbianas, heterosexuales, bisexuales, con diferentes edades, académicas o no, de diferentes clases sociales y que viven en suburbios y zonas periféricas. La metodología utiliza las narrativas de líderes feministas, a través de entrevistas semiestructuradas y técnicas de mapeo participativo. Los presupuestos teóricos se basan en enfoques teóricos sobre interseccionalidad, diferencia y Geografía feminista. Observamos que a pesar de la sensación de miedo a estar en las calles, las mujeres ocupan colectivamente este espacio a través de diversas acciones. Las acciones feministas en estos lugares suceden de experiencias entre las mujeres, donde si construyen como feministas, mientras construyen, al mismo tiempo, los feminismos. En medio de una serie de limitaciones, en relación con los lugares de la ciudad, las mujeres crean y recrean estos lugares de manera activa. Mediante la cartografía de las 'especializaciones' presentes en las narrativas, podemos evidenciar la creación de un mosaico de representaciones espaciales. Dentro de este contexto, se perciben y se suscitan las cuestiones y las diferencias de género, raza, clase y sexualidad. Las diferentes identidades de las feministas y de los grupos que participan se reflejan en la ubicación y formas de ocupación de los lugares. Observamos que las mujeres que ocupan y construyen acciones en zonas urbanas tienen en cuenta la lógica organizativa de la ciudad en relación con las regiones político-administrativas, así como las diferencias entre "centro" y "periferia". Las formas de ocupación de los espacios por parte de las feministas se diferencian de acuerdo a cada región de Goiânia. La construcción de los mapas hizo posible la visibilidad de las intervenciones hechas por las mujeres en sus diferentes expresiones en la ciudad. Por último, es posible pensar en un enfoque interseccional y de la diferencia del espacio, a través de sus acciones colectivas, que permite evidenciar y comprender que las mujeres participan de diferentes maneras en el proceso de construcción de lo urbano.

Palabras clave: Mujeres feministas. Movimientos feministas. Espacio urbano. Interseccionalidad. Cartografía.

INTRODUÇÃO ¹

Ao final da minha dissertação de mestrado intitulada “Espaço urbano e relações raciais: trajetórias socioespaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia”, defendida em 2011, constatamos que, a partir da participação no movimento e das trajetórias socioespaciais no bairro, em casa, no trabalho e nos locais de lazer e militância, os(as) militantes espacializam e territorializam suas ações e uma cartografia da cidade é produzida². A construção de identidades negras, através da valorização política e social do corpo e da cultura negra, faz a(o) sujeita(o)³ empoderar-se. Surge, então, para as(os) militantes a preocupação em espacializar as lutas nos âmbitos político e social, mas também em ocupar certos locais na cidade estrategicamente, como por exemplo, através das sedes de entidades do movimento, das áreas públicas, como praças e escolas, onde ocorrem as manifestações políticas-culturais de cunho racial e de alguns terreiros religiosos.

Algumas das militantes entrevistadas na dissertação participavam de organizações de mulheres do movimento negro que pertenciam também à rede de movimentos feministas. As entrevistas realizadas durante a minha pesquisa de mestrado fizeram surgir alguns questionamentos acerca da relação entre as mulheres feministas e a cidade de Goiânia.

Entendemos que as relações das mulheres e dos homens com os lugares são diferenciadas. As diferenças se constroem a partir de um conjunto de ideias específicas e hierarquicamente desiguais estabelecidas às mulheres e aos homens, resultando na opressão das mulheres em diferentes lugares e tempos. Podemos constatar estas diferenças no espaço urbano, que segundo Liz Bondi (1992), possui em sua distribuição funcional da paisagem uma dominância da perspectiva masculina. Para ela, através de um planejamento funcionalista e racionalista, o espaço urbano acaba por aprisionar as mulheres em certos lugares, acentuando

¹ Em alguns momentos a tese estará em primeira pessoa do plural para que todas aquelas que contribuíram para a construção deste trabalho sejam representadas e em outros, estará na primeira pessoa do singular, para representar a construção do meu “eu” durante o processo de pesquisa.

² A minha identidade étnica-racial é branca e não encontrei durante a pesquisa restrições por parte dos militantes, em parte graças ao respeito e confiança que o LAGENTE (Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades) possui diante desses sujeitos. Percebi então, que a minha responsabilidade ao produzir a dissertação seria grande. Trazer esse tema e esses sujeitos, no intuito de inspirar geo-grafias, foi muito prazeroso.

³ Na língua portuguesa, o sujeito (substantivo) que significa indivíduo, não flexiona para o feminino. Já o sujeito (adjetivo) que significa submetido e exposto, flexiona para o feminino: sujeita. Neste trabalho, diante das reflexões sobre as questões de gênero, mesmo não existindo na nossa língua “a sujeita” como substantivo, nós a usaremos para referirmos às mulheres.

a divisão do trabalho entre os sexos, pois a separação das áreas residenciais, comerciais e indústrias dificultam ou impossibilitam o deslocamento das mulheres na cidade.

Para Rose (1993), num contexto de aprisionamento, as mulheres lutam e resistem cotidianamente. É quando observados os espaços de lutas e resistências que, para a autora, a visibilidade no espaço pelas mulheres se dá. Este trabalho parte de mulheres que se afirmam feministas, que participam ou já participaram de grupos dos movimentos feministas em Goiânia e/ou Goiás.

Porto-Gonçalves (2006) diz que todo movimento social é portador de uma nova ordem social que pressupõe novas posições, relações, sempre socialmente instituídas entre lugares. Os feminismos são movimentos sociais, filosóficos e políticos. Os coletivos feministas na escala local, os quais muitas entrevistadas fazem parte, são vistos como movimentos sociais. A(o) sujeita(o) está em permanente processo de construção e ela(e) atua no seu ambiente e o transforma. As mulheres que participam dos movimentos feministas são importantes para as transformações sociais e espaciais do espaço cidade, atuando e apropriando-se de formas e em lugares diversos.

O objetivo é compreender diferentes processos de apropriação, produção e qualificação do espaço urbano de Goiânia realizados por mulheres militantes feministas negras, brancas, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, com várias idades, acadêmicas ou não, periféricas ou não, de diversas classes sociais. É também perceber as novas espacialidades “criadas” e “recriadas” por elas.

Os objetivos específicos são: analisar as diferentes formas de apropriação do espaço urbano promovidas pelas ações de alguns movimentos feministas; interpretar as diferenças entre as ações das diversas mulheres que compõem os movimentos feministas em Goiânia e constituir a visibilidade das intervenções feministas em suas diferenciadas expressões na cidade.

A hipótese da pesquisa é que, por meio de apropriações do espaço urbano realizadas por diferentes mulheres militantes feministas, é possível pensar uma abordagem interseccional e da diferença do espaço e compreender assim, por meio de suas ações, que as mulheres apropriam-se e intervêm de diferenciadas formas no processo de construção do espaço urbano.

A diferença marca o espaço e o espaço marca a diferença. A marca da diferença está na corporeidade, mas também pode estar na memória, na família e na tradição. A diferença passa por várias escalas e lugares. A metodologia de estudo da diferença presente nos trabalhos realizados no LaGENTE (Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades)

do IESA/UFG, do qual faço parte, consiste em ir ao lugar, no lócus e apontar mais de uma identificação, mais de um grupo neste local e, em seguida, explorar os espaços e lugares percorridos pelo grupo escolhido. Perguntas importantes devem ser pensadas durante o processo de pesquisa, tais como: por que a afirmação e a marcação de diferença ocorrem nos espaços? Alguns grupos têm certa condição social que não precisam marcar a diferença? Por que a dificuldade das pessoas e dos(as) pesquisadores(as) em perceber a diferença? Outras questões devem ser levadas em conta na reflexão sobre as diferenças no espaço, como a crítica à visão do lugar como “fechado”, oposição aos lugares progressistas segundo Massey (2007).

No caso desta pesquisa, em vez de irmos ao local, no lócus para identificar a diferença, nós escolhemos distintas mulheres feministas em Goiânia. Elas não vivenciam e ocupam um só lugar, não estão concentradas, estão dispersas na cidade, porém em locais específicos. As espacialidades e as experiências vividas por elas nos farão pensar também interseccionalmente as questões de gênero, raça, sexualidade, classe e idade no espaço urbano.

A metodologia adotada utiliza-se das narrativas de lideranças feministas e das técnicas de mapeamento participativo. A primeira consiste na análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com as feministas. Numa tentativa de contribuir para as reflexões geográficas sobre espaço e gênero, foram escolhidas para as entrevistas mulheres militantes feministas, que além de experienciar o “ser mulher”, também questionam, diariamente, as relações de gênero, de classe, raciais etc.

Foram entrevistadas treze mulheres identificadas como feministas. Doze residem em Goiânia e uma no município de Trindade (pertencente à região metropolitana de Goiânia) que diariamente se desloca à capital. Sete mulheres têm entre 21-32 anos de idade e seis entre 44-67 anos. Considera-se jovem o primeiro grupo de faixa etária, devido às semelhanças de atuação entre as militantes e a diferenciações de idade entre elas ser menor em relação ao segundo grupo, ainda que, para determinados agentes, o período da juventude estenda-se entre 15 e 29 anos. Nove mulheres autodeclararam-se negras e quatro brancas. Três se autodeclararam lésbicas, cinco bissexuais e cinco heterossexuais. Os nomes dados para as entrevistadas e para as mulheres citadas por elas são fictícios.

A escolha das entrevistadas deu-se após a participação em eventos, manifestações e conversas com feministas em Goiânia - essa aproximação com o campo foi um dos primeiros passos metodológicos. Elas ajudaram-nos a selecionar mulheres que consideravam muito importantes para a construção e continuação dos movimentos feministas em Goiânia e Goiás.

Neste processo de seleção, infelizmente, muitas mulheres essenciais para a luta feminista na cidade ficaram de fora das entrevistas. Foi, principalmente, durante os processos finais da pesquisa que surgiram outros importantes nomes (como por exemplo, o de mulheres transexuais feministas) que, apesar de querermos muito, não tínhamos mais tempo (e nem fôlego) para novas entrevistas e análises.

A sistematização das falas das entrevistadas, presentes no capítulo 4, ocorreu de acordo com as apropriações e ocupações feministas realizadas pelas mulheres e seus grupos na cidade por região administrativa (veremos no capítulo 4 que as mulheres utilizam as lógicas da divisão regional da cidade para construir as suas ações). Selecionamos parte das falas que melhor representavam as características das ações, pois, percebemos que elas se repetiam, a depender da identidade da entrevistada (lésbica, negra, acadêmica, jovem etc.) e de seus grupos.

Foram utilizadas também para essa pesquisa técnicas de mapeamento participativo (no capítulo 1 explicaremos mais detalhadamente). Foram mapeadas as espacializações importantes para as ações feministas em Goiânia presentes nas falas e nas vivências das militantes entrevistadas, como sedes de entidade, locais de ocupação, locais de encontros, de manifestações, de lazer militante, locais estratégicos para futuras ocupações etc. O mapa final representa um verdadeiro mosaico de representações espaciais de Goiânia segundo as experiências vividas pelas mulheres.

Estive em encontros feministas onde tive a oportunidade de conversar e ouvir muitas mulheres de Goiânia e de outros lugares. Em julho de 2014, fui ao Festival Latinidades em Brasília no qual participaram muitas feministas de Goiânia (entre elas, algumas que foram entrevistadas), escutamos as falas da feminista negra brasileira Jurema Werneck e das feministas negras estadunidenses Angela Davis e Patricia Hill Collins, que foram essenciais para dar o direcionamento a esta pesquisa. Em novembro de 2015, participei da Marcha das Mulheres Negras em Brasília.

Em Goiânia, participei em novembro de 2014 do Seminário Mulheres Negras que também foi uma experiência norteadora. Estive na Marcha das Vadias em junho de 2013 e na organização da Marcha de agosto de 2015. Participei das reuniões realizadas no final de 2014 para organização da agenda feminista 2015 em Goiânia (para programar ações na cidade). Participei de atividades desenvolvidas pelos grupos que as entrevistadas faziam parte, como a Feijoada da Dandara em novembro de 2015, os Piqueniques e Feira de Trocas Feministas durante os anos de 2014 e 2015. Muitos dos encontros estendiam-se para além dos locais de reunião, íamos depois para bares e lugares públicos onde aconteciam eventos culturais.

Também, desde janeiro de 2014, sigo os grupos e algumas feministas entrevistadas através das redes sociais (as que possuem), as suas ações, manifestações e as chamadas para os eventos, como o Agosto Lésbico 2014 e a Intervenção Urbana Feminista 2014.

Também apresentei trabalhos, ouvi e conversei com mulheres em outros encontros sobre gênero e/ou feminismo, como o Fazendo Gênero 2013 em Florianópolis, o Seminário Latino-Americano sobre Geografia Gênero e Sexualidades 2014 em Porto Velho e o II Colóquio de Estudos Feministas Gênero 2014 em Brasília.

A partir de todos os debates aos quais estive imersa sobre geografia e feminismo, criamos em 2013 o Grupo de Estudos no LaGENTE, inicialmente chamado de “Espaço, Gênero e Feminismo”, e hoje “Espaço e Diferença”, o qual coordenei até final de 2015 e participam também, estudantes de graduação e pós-graduação integrantes do Laboratório.

As nossas abordagens teóricas são baseadas, principalmente, na discussão sobre interseccionalidades realizada pelas mulheres negras, como Kimberlé Crenshaw (1989), Angela Davis (2012) e Patrícia Hill Collins (2012), feministas “pós-coloniais” e “pós-estruturalistas”, dentre elas Avtar Brah (2006) e pelas brasileiras negras Beatriz Nascimento (1976 e 1990, In: RATTIS, 2007), Lélia Gonzalez (1982), Jurema Werneck (2010) e Sueli Carneiro (2001, 2003 e 2005). A interseccionalidade parte da ideia de múltiplas dimensões identitárias que se cruzam. As intersecções que ocorrem entre as várias identidades variam no espaço e no tempo.

Outra abordagem teórica corresponde aos trabalhos realizados no campo das chamadas “geografias feministas”, a partir, por exemplo, dos estudos de geógrafas anglo-saxãs, como Linda McDowell (1999), Gill Valentine (1993, 1996 e 2003), Gillian Rose (1993), Doreen Massey (2000, 2008), da brasileira Joseli Silva (2007 e 2009), das espanholas Maria Rodó-de-Zárate (2014) e Maria Ferret (2012). As geografias feministas correspondem aos trabalhos e posicionamentos políticos feministas de geógrafas que inserem a questão das relações de gênero na compreensão do espaço e está no plural para refletir a diversidade de posicionamentos em relação aos estudos, em que outras variáveis são usadas nas análises, como classe social, orientação sexual, idade, etnia e raça. Além de diferentes enfoques temáticos, como o corpo e a corporeidade.

Também dialogamos, devido a necessidade surgida durante o processo de pesquisa, com autoras e autores brasileiras(os) e estrangeiras(os) que não trabalham com as questões de gênero, mas com as relações entre o(a) sujeito(a), os movimentos sociais, o espaço, o lugar e o território, como os geógrafos Haesbaert (2004), Porto-Gonçalvez (2006) e Moraes (1996).

Este trabalho, ao percorrer os feminismos e as geografias feministas para construir formas de fazer Geografia, entender o espaço e os lugares, tem o intuito de fazer com que as(os) leitoras(es) do mesmo conheçam mais sobre estes mundos e que possa ser uma fonte de inspiração na criação de futuros trabalhos e aulas de/em Geografia. Para isso, o trabalho organiza-se em quatro capítulos:

O capítulo 1 – **Caminhos da pesquisa** - corresponde a uma apresentação metodológica da pesquisa e das suas transformações ocorridas durante o processo de construção da tese. Nele, discutimos: minhas relações e vivências com as entrevistadas; a pluralidade dos movimentos feministas; a escala geográfica e a questão da pluralidade; o mapa e a cartografia aqui pensados e construídos, suas etapas e seus limites.

No capítulo 2 – **Geografias feministas** - apresentamos ideias de mulheres negras feministas para pensarmos uma geografia feminista da diferença e da interseccionalidade. Trazemos uma investigação feminista já existente na Geografia e a categoria lugar e território como importante para geografização do estudo feminista sobre as mulheres. Por último, debatemos as relações entre as categorias: mulheres, gênero e sexualidade e sobre a(o) sujeita(o) que participa de movimentos sociais e que, coletivamente, a partir de suas vivências, apropria-se do espaço e o constrói.

No capítulo 3 – **A cidade das mulheres feministas** - discutimos sobre os estudos das relações de gênero na Geografia Urbana brasileira e apontamos alguns importantes sobre as mulheres e o espaço urbano. Apresentamos as formas (complexas) de atuação e organização dos movimentos de mulheres e feministas em Goiânia.

No capítulo 4 – **Construindo cartografias feministas da cidade** - apresentamos a cartografia proposta: composta tanto por mapas de Goiânia, como, para além deles, que correspondem as falas das entrevistadas e as nossas análises sobre as desiguais formas em que as mulheres experienciam e se apropriam dos lugares.

Capítulo 1 – CAMINHOS DA PESQUISA ⁴

Discutiremos neste capítulo questões sobre as relações construídas durante as entrevistas e vivências, a pluralidade dos movimentos feministas, as escalas geográficas, a cartografia e os mapas aqui pensados. Mas antes, vamos expor algumas transformações importantes ocorridas durante a pesquisa.

Considero-me uma geógrafa cartógrafa, pois durante minha vida acadêmica e profissional sempre trabalhei na produção de mapas. Por exemplo, até o momento da pesquisa, eu estava trabalhando na Diretoria de Geoprocessamento da Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Goiânia. Tudo o que lia e escutava sobre o Espaço Urbano na minha graduação e antes do mestrado estava nos livros e textos de nomes bem conhecidos dentro dessa área em Geografia Urbana no Brasil e nas minhas experiências trabalhando na Secretaria⁵.

Antes da pesquisa, eu não tinha participado de nenhum coletivo dos movimentos feministas em Goiânia (morando há sete anos na cidade). Particpei, esporadicamente, de alguns eventos e manifestações. O meu envolvimento político militante estava ligado, até então, a um partido de esquerda no Distrito Federal. Passei grande parte da minha infância e adolescência dentro de um núcleo de base que minha mãe, meu pai e tias(os) construíram e participavam no Gama (cidade satélite do Distrito Federal), onde morei até os dezenove anos de idade. O meu corpo, minha trajetória de vida e as pessoas que passaram por ela, principalmente na universidade, fizeram com que as questões de gênero e racial começassem a fazer parte das minhas reflexões e críticas. Elas se fizeram presentes na minha monografia, dissertação de mestrado e agora, nesta tese, todas em Geografia.

Diante da minha trajetória, entre cartografia, espaço urbano, raça, gênero e classe, eu tinha uma visão inicial do fenômeno estudado. Quando fui apropriando-me do objeto, através de conversas, vivências com as feministas e novas leituras, fui modificando-o.

Ocorreu uma mudança também na minha escrita. Até a qualificação, minha redação estava em terceira pessoa e, como uma das professoras da banca disse, eu não estava “me

⁴ Este capítulo foi criado após o exame de qualificação, que ocorreu em abril de 2015. Neste momento, percebemos a importância de se construir um capítulo metodológico, pois o tema aqui apresentado – mulheres feministas e movimentos feministas – foi considerado, pela banca, uma inovação nos trabalhos de pós-graduação realizados nos departamentos do curso de Geografia no Brasil. Resolvemos assim, eu, o orientador e a banca escrever sobre os caminhos metodológicos desta pesquisa.

⁵ Discutiremos no capítulo 3 sobre as ausências das relações de gênero nas bibliografias “tradicionais” acerca do Espaço Urbano na Geografia.

colocando” no trabalho, parecia estar distante. Esta crítica deixou-me muito pensativa e toda uma história de vida acadêmica masculina e machista na Geografia, que não me permitiram “ousar”, passou pela minha cabeça.

O objetivo inicial do trabalho (no pré-projeto) era compreender as lutas das mulheres militantes dos movimentos feministas e a relação com a produção do espaço urbano. Tínhamos como hipótese que as mulheres feministas produziam o espaço urbano de Goiânia, a partir da construção de territórios na cidade. No entanto, a complexidade dos movimentos feministas mudou nossos objetivos. Com o percorrer da pesquisa, observamos que as mulheres feministas apropriam-se do espaço urbano, inicialmente, para a construção delas mesmas. Assim, como feministas, elas existem e constroem espacialidades e espacializações na cidade. No entanto, não significa que elas não constroem territórios, mas entendemos que, antes de chegar a ele, era preciso discutir primeiro, o lugar, as espacialidades e as espacializações das ações.

Durante todo processo de escrita da tese estive imersa em uma relação dicotômica entre redigir uma tese, um texto científico (com normas específicas) e estudar sobre um tema que critica e nos faz repensar a estrutura desse mesmo texto. Entre tantas tentativas para não ser tão contraditória, a minha autocrítica se fez presente o tempo todo. Considero esta pesquisa um caminho de transformações pessoais e, principalmente da minha relação com a ciência, com a Geografia.

1.1. As relações nas entrevistas e vivências

Durante a minha apresentação no GT (Grupo de Trabalho) “Geografia e diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades”, no XI ENAPEGE (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia), em outubro de 2015, em Presidente Prudente (SP), uma das professoras presentes perguntou-me como meu corpo branco esteve na relação com as mulheres negras durante a realização da pesquisa. A resposta a esta pergunta já estava fazendo parte das minhas reflexões e entendemos que seria importante discutir as minhas relações com as entrevistadas e os seus coletivos de feministas negras, lésbicas, populares e acadêmicas, porque foi a partir dessas relações que esta tese foi construída.

O objeto desta pesquisa não estava pronto, ele foi sendo construído nas relações durante as entrevistas e na vivência com as entrevistadas e seus coletivos. Quem sou eu nessa

relação? Dependendo onde e com quem estou, a minha identificação se modifica. Para algumas, eu sou a de fora, fora de Goiânia, filha de migrantes (mãe paraibana e pai mineiro), nascida no Gama ou apenas brasiliense. Para outras, sou de dentro, participo do LaGENTE-IESA-UFG⁶ (Laboratório de Estudo de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás) e sou amiga de algumas feministas negras. Para algumas, eu estou dentro, na militância, atuando e me construindo. Para outras, eu estou fora, sou da academia e pesquisadora.

Durante a pesquisa, relacionei-me mais com as feministas negras e acadêmicas e seus coletivos, principalmente por ser do LaGENTE. Por isso, vou abordar as minhas relações com elas.

Sobre a marcha das mulheres negras, por exemplo, fui perguntada na banca de qualificação se estava participando da organização da marcha. Respondi que acompanhava, mas não participava. Porque na relação com as feministas negras, eu me solidarializo à causa, mas participar efetivamente da organização da marcha, acredito que esse momento seja delas. Sobre a experiência nos EUA (Estados Unidos da América) de Avtar Brah:

Una vez, cuando estaba en Wisconsin, los estudiantes negros estadounidenses estaban planeando una marcha de protesta. Algunos de nosotros, los estudiantes «extranjeros», nos acercamos diciendo que queríamos marchar con ellos. Se nos dijo en términos inequívocos que quella era su marcha, y que no podíamos unirnos, aunque podíamos mostrar solidaridad marchando por separado. Ésta fue una importante lección para nosotros. La política de solidaridad con un grupo es una cosa, y las movilizaciones políticas basadas en la auto-organización son otra muy distinta. (2011, p.30-31)

Considero a minha participação na Marcha em Brasília como um momento de solidariedade importante com a causa das mulheres negras, que lutam pelo seu reconhecimento na sociedade.

No LaGENTE, em meio a nossa discussão sobre feminismos e questões raciais, foi criado o coletivo de mulheres negras “Atlânticas”, mas o qual eu não faço parte, pois as suas discussões e empoderamentos dizem de um corpo que não é o meu quando se intersecciona gênero e raça, mas o qual tem todo meu apoio e solidariedade. Quando as discussões delas se estendem para além do coletivo, a branquitude é questionada e posta em discussão.

⁶ Criado em 2008, o LaGENTE é um grupo de pesquisa, ensino, extensão e ações afirmativas que aborda os estudos étnico-raciais, de gênero, com enfoque, sobretudo, na abordagem geográfica, com a colaboração de pesquisadoras(es) de outras áreas e na participação em redes nacionais e internacionais. Do qual sou integrante desde 2009.

Ratts (2003a) discute a relação entre ser militante e acadêmica(o) e afirma que “é necessário ir além das dicotomias negros x brancos e militantes x acadêmicos que marcaram todo um período e mantêm sua força atualmente, para perceber em que arenas e através de quais mecanismos os embates são travados” (p.11). O autor, ao realizar suas pesquisas sobre os quilombos, procura:

(...) escutar essa voz que vem “de dentro”: aquela do/a pesquisador/a militante que se identifica étnica e politicamente com os/as quilombolas históricos/as e segue seu curso no jogo acadêmico através de uma trajetória própria, dentro e fora das correntes e dos grupos intelectuais estabelecidos. (...) Para além da oportunidade de participar da emergência de um novo sujeito político, ativistas dos movimento negro que se vinculam aos quilombos com projetos acadêmicos devem estabelecer negociações e alianças com os/as quilombolas, reconhecendo diferentes modos de organização e de discurso, como parte de um mesmo segmento étnico. Esse é um campo propício para a construção de projetos que jamais serão apenas acadêmicos ou teóricos. (p.1 e 15)

Para o autor, a relação entre ser acadêmica(o) e militante torna possível a construção de novas temáticas, projetos e discursos. A militância não é, necessariamente, fazer parte de algum grupo dos movimentos sociais, mas ela é construída através de um longo diálogo e relações com grupos e indivíduos:

Cada pesquisadora/a que é ou deseja ser ativista poderá produzir um discurso distinto dos seus pares que se consideram apenas acadêmicos. Alerta-nos bell hooks que nem todos/as os/as acadêmicos/as são ou tornam-se intelectuais, como também nem todos/as intelectuais apresentam filiação institucional acadêmica. Tornar-se intelectual é o projeto de uma vida. Construir a si mesmo dessa forma leva tempo e não se cumpre, por exemplo, dentro dos prazos dos cursos de pós-graduação. Para nós [militantes e acadêmicos] esse processo se faz em relação a uma longa interlocução com determinados grupos sociais “subalternos” ou vulneráveis e não há porque não reconhecê-lo dentro no trabalho acadêmico. Não somos todos iguais no ambiente universitário. Gênero, classe e raça são variáveis que conformam a vida extra e intra muros dos campi (hooks, 1995). (RATTS, 2003a, p.12)

O LaGENTE é (e foi) composto por alunas(os) e pesquisadoras(es) que trabalham com a temática de gênero, raça, etnia e sexualidade dentro da Geografia e da Antropologia. O laboratório é para seus integrantes uma “comunidade epistêmica (SANTOS, 2006) e pedagógica (HOOKS, 2013)”, ou seja, de construções de novas lógicas de fazer ciência e educação. Para Ratts (2003a):

Na contemporaneidade identifico entre afrodescendentes acadêmicos/as um discurso em que alguns/umas não se afirmam como militantes devido não terem vínculo com qualquer organização dos movimentos negros. No

entanto, desde o momento em que elegemos para nossas pesquisas a temática étnico-racial (“negros/as estudando negros/as”), somos tratados/as e nos portamos com “distinção”, num contexto que inevitavelmente se racializa. Respeitando as decisões e identificações individuais, penso que acabamos por ser considerados/as ativistas. (p.11)

Como aponta Foucault sobre o vínculo militante e acadêmico: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (1999, p. 10).

São exemplos de dissertações e teses construídas no LaGENTE: “De casa para outras casas: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia” (LOPES, 2008); “Corporeidade, cultura e territorialidades negras: a Congada em Catalão – Goiás” (RODRIGUES, 2008); “Entre o corpo e a teoria: a questão étnicoracial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos” (CIRQUEIRA, 2010); “Paisagens e territórios religiosos afro-brasileiros no espaço urbano: terreiros de candomblé em Goiânia” (TEIXEIRA, 2009) e “Sob o manto azul de Nossa Senhora do Rosário: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão (GO)” (PAULA, 2010).

Apesar de ter entrevistado e conversado com outras mulheres e coletivos de feministas negras não acadêmicas, lésbicas e populares (que realizam trabalhos nos bairros da periferia), acredito que a minha vivência com elas foi menor, apenas em encontros e durante as entrevistas. Apresento, assim, mais um limite desta pesquisa. Ele foi construído a partir dos limites da minha identidade (branca, acadêmica, heterossexual, de “fora de Goiânia” etc.) e vivências com as mulheres. Além de que os grupos feministas são múltiplos e tem ações realizadas por eles na cidade em que nós não ficamos sabendo.

O tema desta tese surgiu a partir da minha relação com as mulheres integrantes do LaGENTE e com o orientador. Mas em outros momentos, ocorreram, inevitavelmente, afastamentos em relação a ele e elas. Principalmente nos momentos de vivências e relações, nos encontros feministas, com as outras mulheres e de minha construção, que mudaram o caminho deste trabalho.

Nos encontros em que participei como os piqueniques e feira de trocas feministas nos parques e as Marchas das vadias nas ruas, ocorreu a interrelação da pesquisadora, mulher e feminista. Não estava mais ali só para entender e analisar as minhas entrevistadas e seus coletivos, mas percebi que estava agora, fazendo parte da pesquisa. Nesses momentos, percebi que as mulheres não só constroem o espaço urbano através de suas presenças nos lugares, mas

que elas apropriam-se⁷ deles, para então construir - as suas identidades - e assim, tornarem-se componentes deles. Elas apropriam-se do espaço a partir de suas ações de reconhecimento nos lugares.

Eu, a mulher pesquisadora, construí-me nas relações com aquelas mulheres nos lugares. Nos momentos de convivência, percebi que não importava para as feministas quem passava por aquele local ou ficava parado e olhando para aquele grupo de mulheres em ação. Não era só a presença delas que importava para a construção daquele lugar, mas sim, principalmente, as suas relações, seus empoderamentos e os estreitamentos de laços entre elas. Algumas mulheres que passavam pelos locais onde aconteciam os encontros, achavam interessantes e acabavam participando.

Durante um dos piqueniques e da feira de trocas feministas, que aconteceram em novembro de 2015 no Parque Areião, ocorreram a oficina de pompoarismo e a oficina do Teatro das Oprimidas, do grupo das Madalenas. Elas fazem dinâmicas em espaços públicos para que nós mulheres reflitamos sobre nossos corpos ocupando espaços e a relação entre corpo e espaço público. Nesse momento, eu não me via mais produzindo uma pesquisa e escrevendo uma tese, eu estava dentro, refletindo o meu corpo, percebendo as mulheres, construindo a minha identidade. Para mim, esse foi um dos momentos da pesquisa mais importante.

Durante as convivências com as mulheres, as relações de poder inicial existentes entre pesquisadora e as pesquisadas foram se refazendo. No início da pesquisa, eu tinha algo a comprovar, a minha hipótese inicial de que as mulheres feministas produziam o espaço urbano de Goiânia, a partir da construção de territórios na cidade. Mas esta tornou-se processo de reflexão, de re(des)construção de mim e da pesquisa.

⁷ O uso do termo apropriação do espaço urbano realizado pelas feministas é usado a partir da perspectiva trazida por Ribeiro (SILVA e ORNAT, 2015) que, por sua vez, é influenciado pelas discussões sobre território realizado por, entre outros autores, Raffestin (1993), Sack (1986) e Tuan (1980), em que “o espaço geográfico, extremamente complexo, é vivenciado, apropriado e percebido diferentemente por diversos grupos sociais. São atribuídos a ele diferentes significados, que são variáveis ao longo do dia, da semana ou de outra periodicidade. (...) Os grupos que exercem a atividade (mulheres, homens e travestis) se apropriam de determinadas áreas da cidade e estabelecem entre si segmentações provocadas por disputas espaciais e relações de poder. (...) Vivência, apropriação e percepção são, juntos ou não, definidores de espaços específicos. A apropriação, formal (materializada) ou simbólica, de uma porção do espaço define um território, a partir de diferentes agentes, quais sejam: o Estado, uma grande empresa ou instituição ou de grupo sociais específicos, como prostitutas e prostitutas, sujeitos envolvidos nas pesquisas desenvolvidas por nós. Portanto, muitos dos territórios existentes decorrem da prostituição e incorporados, tardiamente, à análise dos geógrafos. São territórios particulares, vivenciados, apropriados e percebidos por grupos específicos, muitas vezes superimpostos a outras territorialidades. Sua existência pode ser permanente ou ocorrer em algumas horas do dia, como foi demonstrado nos trabalhos desenvolvidos por nós.” (p. 271 e 273). E também trazida por Valentine (1993), em que a habilidade para apropriar e dominar lugares e influenciar o uso do espaço por outros grupos não é apenas produto da heteronormatividade, mas é também de sua força expressa no espaço. Assim, o espaço compõe a realidade heteronormativa mas também pode subvertê-la.

É interessante reescutar e reler as entrevistas realizadas, porque elas mostram parte do processo de transformação da pesquisa. As primeiras entrevistas são mais curtas, sem diálogo (a minha voz só aparece para fazer as perguntas), a impessoalidade é predominante, eu estava ali para comprovar minha tese, como doutoranda, e elas eram realizadas mais nos locais de trabalho e estudo das feministas. Já as entrevistas finais, tornaram-se longos diálogos, são realizadas mais nas casas das mulheres, percebi que estava ali agora para construir a pesquisa e a pesquisadora na relação com as entrevistadas. Ao mesmo tempo, após responder às perguntas direcionadas para as questões espaciais, notei que as entrevistadas re-pensaram e re-conectaram as questões de gênero e suas espacialidades.

1.2. A pluralidade dos movimentos feministas

Os movimentos feministas são tratados aqui sempre no plural para representar a sua grande diversidade, pois as suas lutas são baseadas em diferenciados níveis de intersecções entre várias categorias identitárias. Por exemplo, os trabalhos realizados pelos grupos de mulheres feministas negras em Goiânia (Dandara e Malunga), na maioria das vezes, são estruturados a partir dos eixos de relações existentes entre as questões raciais, de gênero e de classe. Nos coletivos de mulheres feministas lésbicas há a inserção da questão da sexualidade como diferenciação das suas ações em relação aos outros grupos. É importante destacar que em alguns coletivos, muitas vezes não identificados como de mulheres negras e lésbicas, as discussões sobre raça e sexualidade existem, mas em níveis distintos, pois há participantes que se afirmam com essas identidades e/ou graças às relações existentes com outros grupos e/ou mulheres.

Os grupos dos movimentos feministas não são só complexos em suas formações, estruturas, debates, ações, mas também em suas inter-relações com outras mulheres e coletivos. Os grupos são plurais e complexos como as relações e as construções das identidades das mulheres que participam deles.

Os movimentos feministas são agrupamentos de mulheres feministas que, com suas intersecções e diferenças identitárias, relacionam-se para construir a si mesmas e criar as ações que interfiram na construção de outras mulheres e que possibilitem a luta por reconhecimento.

Os feminismos são compreendidos pelas reflexões acerca das intersecções⁸ existentes entre as questões de gênero e várias outras categorias identitárias (raça, sexualidade, classe, idade, etnia etc.) em diferenciados níveis, marcando assim, a pluralidade dos movimentos feministas. Eles, por sua vez, são plurais como os feminismos porque se constroem nas relações entre a mulher com as outras mulheres, através das experiências individuais e/ou coletivas em diferentes escalas⁹, desde a do corpo, passando pela escala da participação nos coletivos locais dos movimentos feministas, pelas escalas do cotidiano, das afetividades, até as escalas que vão além do local, nas relações com mulheres e grupos feministas em distintos locais no mundo.

Sobre os feminismos e suas perspectivas, Brah nos diz da necessidade deles serem capazes de se basearem, ao mesmo tempo, em políticas global e local, para isso:

Exige el desarrollo de prácticas políticas que valoren cómo y por qué las vidas de diferentes categorías de mujeres son moldeadas de forma diferente al articular relaciones de poder, y cómo bajo determinadas circunstancias nosotras mismas nos «situamos» en estas relaciones de poder cara a cara con otras categorías de mujeres y hombres. Por ejemplo, como mujer asiática que vive en Gran Bretaña estoy sometida al racismo, pero como miembro de una casta dominante dentro de la comunidad específica de la cual soy «originaria» también ocupo una posición de poder en relación a las mujeres de castas inferiores. Desde mi punto de vista, una política feminista me exigiría un compromiso de oposición al racismo tanto como al sistema de castas, aunque estoy posicionada de forma diferente dentro de estas jerarquías sociales, y las estrategias requeridas para lidiar con ellas pueden ser diferentes. (2011, p.117)

Os feminismos no plural correspondem às diferentes formas de articular as relações de poder e as identidades, de considerar que a categoria “mulher” não é unitária, e sim plural , construída a partir das intersecções e diferenças identitárias em contextos específicos, sempre numa relação entre as escalas do local ao global entre as(os) sujeitas(os).

A socióloga Avtar Brah possui em sua trajetória de vida uma experiência diaspórica. Nasceu na Índia, cresceu em Uganda onde fugiu com a família antes que o golpe de estado militar levasse Idi Amin ao poder e expulsasse os asiáticos do país. Estudou nos Estados Unidos e depois morou na Inglaterra, onde se envolveu com movimentos feministas, antirracistas e socialistas. No exemplo vivenciado e citado por Brah, a interseccionalidade e a diferença identitária que a coloca em grau de inferioridade nas relações de poder na Grã-Bretanha está por ser mulher e asiática. Mas, se colocada num contexto específico de sua

⁸ As intersecções partem da ideia de múltiplas dimensões identitárias que se cruzam (BRAH, 2011). A questão da interseccionalidade será debatida no capítulo 2.

⁹ Na seção 1.3 do capítulo 1 faremos uma discussão sobre escala.

comunidade, ela está numa posição de superioridade em relação a outras mulheres de sua cultura que possuem casta inferior a ela.

No contexto “local”, representado aqui como o de sua comunidade, a identidade de Brah está em relação de superioridade às outras mulheres de casta inferior, mas também de inferioridade em relação aos homens de sua casta. Mas se colocada num contexto de escala “nacional”, do país Grã-Bretanha ou de um uma escala da sociedade ocidental do continente europeu, a sua identidade torna-se inferior nas relações de poder ali dominantes. Brah (2011) afirma que: “Es evidente que, como mujeres, podemos identificar muchas características comunes de experiência entre culturas que, sin embargo, retienen sus particularidades” (p.120). Segundo a autora, o conceito de “diferença” é importante na construção de concepções feministas:

Para propósitos heurísticos, la «diferencia» puede ser entendida como la suma de diversas categorías conceptualmente distintas, cada una de ellas constitutiva de la otra e incrustada en ella. En el nivel más general, puede pensarse que la «diferencia» es una *relación social* construida dentro de los sistemas de poder que sustentan las estructuras de clase, racismo, género, sexualidad, etc. En este nivel de abstracción nos interesa ver cómo nuestra posición social es delimitada por los amplios parámetros establecidos por las estructuras políticas, económicas y culturales de una sociedad concreta. (BRAH, 2011, p.116)

Brah (2011), ao escrever sobre as relações entre as questões de diferença e os feminismos globais, propõe como poderíamos trabalhar com nossas diferenças. Para ela, as bases para a construção de uma coalizão efetiva são os compromissos e as perspectivas políticas, possíveis através de “políticas de identificação” frente às “políticas de identidade”. Segundo a autora, o nosso primeiro sentido de identidade dá-se no nosso bairro e depois com “comunidades imaginárias” (quando nunca nos encontramos com as/os indivíduos(os) pessoalmente) e aprendemos a nos identificar com esses grupos. Nesse processo, há uma transformação de “comunidade” em “luta”, através de uma identificação política. Para ela:

Sin embargo, esta política de identificación sólo tiene sentido — de hecho, sólo es posible— si está basada en la comprensión de las bases materiales e ideológicas de todas las opresiones en sus manifestaciones globales; de la conexión tanto como de la especificidad de cada opresión. Y sólo tiene sentido si desarrollamos prácticas que desafien y las combatan a todas ellas. Podemos trabajar localmente en nuestros propios grupos, organizaciones, lugares de trabajo y comunidades, pero necesitamos establecer conexiones con luchas y movimientos más amplios, a escala nacional y global. (2011, p.121)

Os grupos e as feministas entrevistadas de Goiânia constroem-se a partir da relação exposta por Brah. Elas trabalham localmente em seus próprios grupos, mas estabelecem conexões com lutas e movimentos em outras escalas (regional, nacional e global). Alguns grupos feministas dos quais as entrevistadas participavam conectam-se, por exemplo, com grupos e lutas do movimento negro nacional e com movimentos LGBT regionais. O que aconteceu em Goiânia em um encontro no centro da cidade foi construído em várias escalas. Por exemplo, a Marcha das Vadias foi construída numa escala local, mas de articulação nacional, por sua vez, influenciada por outras escalas.

Tudo o que será aqui exposto sobre a importância de compreender a “mulher” como uma categoria não unificada e de se pensar os feminismos a partir das diferenças e interseccionalidades das(os) sujeitas(os) foi influenciado pelas ideias de mulheres dos chamados feminismo negro, lésbico e periféricos, a exemplo de Angela Davis (2012), Patrícia Hill Collins (2012), Avtar Brah (2006), Beatriz Nascimento (apud RATTs, 2007), Lélia Gonzalez (1982), Jurema Werneck (2010) e Sueli Carneiro (2001, 2003 e 2005), como críticas ao feminismo branco de origem burguesa, pensado para mulheres brancas, de classes favorecidas, heterossexuais e de países ricos.

Em determinada perspectiva, o feminismo negro surgiu no final do século XIX, nos Estados Unidos da América, no momento de confluência tensa entre dois movimentos, o abolicionista e o sufragista (VELASCO, 2012). E os pensamentos das mulheres feministas negras estão presentes e se construindo hoje em muitos outros países, como no Brasil.

É nesse contexto de concepção plural de feminismos (negro, lésbico, etc.) que os movimentos feministas locais de Goiânia são constituídos no início da década de 1980, tornando os coletivos que as entrevistadas participam diferenciados. Mas há também momentos de intersecções entre os grupos e as feministas.

Quando as mulheres vão se colocar frente ao “outro”¹⁰, existe unidade entre elas (negras, lésbicas, transexuais, etc.). Há um momento em que o sujeito faz coalizões, possíveis através de “políticas de identificação” (BRAH, 2011), para se colocar frente ao “outro”, e é nesse momento que conseguimos ver uma unidade. Esse movimento é múltiplo, plural, específico e compreende as escalas das experiências vividas pelas mulheres. Os diferenciados feminismos, portanto, estão nas relações entre as mulheres. E estas relações se dão através, também, de seus grupos.

¹⁰ O “outro” aqui corresponde ao indivíduo e/ou grupo cujas ações são baseadas na heteronormatividade, no machismo, racismo e sexismo e que a sujeita feminista não se identifica. Ou seja, este “outro” correspondem aos que são considerados centro e dominantes da/na configuração espacial e as mulheres são margem nessa/dessa configuração.

Para apreender parte da grande diversidade de organização e ação dos movimentos feministas, compreendemos que é importante uma discussão sobre a escala.

1.3. A escala geográfica e a questão da pluralidade

A escala é um conceito central do arcabouço teórico e instrumental da Geografia e há diferentes discussões sobre suas definições e usos. Uma delas diz respeito à relação entre a escala cartográfica e a escala geográfica. A primeira corresponde à proporção da medida real de um território e a sua representação gráfica, expressa através de um número (por exemplo, 1:10.000). A segunda, por sua vez, diz dos diferenciados modos de percepção e concepção do real. Muitos autores(as) vêm criticando de distintas formas o aprisionamento da escala geográfica à cartográfica.

Para Castro (1996), a prática geográfica que trata a escala a partir de um raciocínio análogo ao da cartografia, cuja representação do real se reduz ao raciocínio matemático, é que “possibilita a operação, através da qual a escala dá visibilidade ao espaço mediante sua representação, muitas vezes se impõe, substituindo o próprio fenômeno” (p.121). A escala geográfica associada à cartográfica torna, assim, a representação espacial mais importante que o próprio fenômeno, pois ocorre previamente uma seleção deles, que são privilegiados por uma determinada escala escolhida para ser analisada. Na Geografia Humana estas escalas podem ser: local, regional, nacional e global (entre outras).

Castro (1996) critica a noção de escala concebida por Lacoste no livro “Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (1988), que indica uma forte ligação com a escala cartográfica, apesar do autor ressaltar que ela é um dos problemas primordiais da Geografia. Para a autora, isso se dá, quando Lacoste tenta separar os significados de escala, nível de análise e espaços de concepção. Segundo Lacoste, o nível de análise significa o recorte sob investigação e o espaço de concepção seria o recorte – nível de análise – no qual se define o problema a ser investigado, ou seja, o nível de concepção. Para o autor, a mudança de escala corresponde uma mudança do nível de análise e deveria corresponder uma mudança no nível de concepção (LACOSTE, 1988), ou seja, o conteúdo acaba sendo indissociável de sua dimensão. Decorre assim que, a alteração de uma dimensão da medida de um recorte espacial ou da escala de observação resulta na mudança de conteúdo, cujos fenômenos se ressignificam ou perdem relevância. Castro critica essa vinculação, para ela:

A escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele,

estas são noções independentes conceitual e empiricamente. Em síntese, a escala só é um problema epistemológico enquanto definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos, porque enquanto medida de proporção ela é um problema matemático. Ao definir *a priori* as ordens de grandeza significativas para análise, Lacoste aprisionou o conceito de escala e transformou-o numa fórmula prévia, aliás, já bastante utilizada, para recortar o espaço geográfico. (CASTRO, 1996, p. 123)

Souza (2013) afirma que para compreendermos melhor as diferenciações existentes entre a escala geográfica e a cartográfica devemos subdividir a primeira em: escala do fenômeno, escala de análise e escala de ação. Para o autor, a escala do fenômeno se refere a abrangência física no mundo de um suposto objeto real. Para os fenômenos físicos, ela corresponde à extensão, por exemplo, de um rio ou de uma cidade. Mas quando tratamos de fenômenos sociais, a compreensão dessa escala torna-se mais complexa:

Podemos estar nos referindo à abrangência de processos referentes a dinâmicas essencialmente “impessoais” (como a globalização) e a resultantes de desdobramentos não premeditados, ainda que muitas vezes previsíveis (a exemplo de uma catástrofe nuclear), ou ainda à abrangência de dinâmicas de ação coletiva programática ou consciente, como resistências, lutas e movimentos sociais; e podemos estar lidando com fenômenos que, ao menos à primeira vista, se deixam apreender como áreas e territórios contínuos (por exemplo, a escala de um país, em situações usuais) ou, diversamente, com fenômenos que demandam uma compreensão de sua estrutura rede (como as redes do crime organizado). (SOUZA, 2013, p. 181-182)

A relação entre a escala de análise e a escala do fenômeno é de ordem semelhante a existente entre o objeto de conhecimento e o objeto real, em que o primeiro é construído com base no (e não como espelho do) segundo. A escala de análise é construída “como um nível analítico (ou, a rigor, um dos níveis analíticos) capaz de nos facultar a apreensão de características relevantes de alguma coisa que estejamos investigando ou tentando elucidar, a partir de uma *questão* ou de um *problema* que tenhamos formulado” (SOUZA, 2013, p.182, grifos do autor). A escala da ação, para Souza, refere-se a reflexão sobre o alcance espacial de fenômenos sociais, que correspondem às ações, práticas e ao papel dos sujeitos(as)/agentes.

Arrais (2008) traz a importância da escala de ação para a delimitação da “cidade-região”, que corresponde aos limites das ações dos diversos atores sociais no espaço urbano-regional. Para o autor:

Não se trata, pois, de hierarquizar as escalas, mas de ter a clareza de que são um ponto de partida para o reconhecimento de processos sociais materializados no espaço urbano-regional. Na discussão sobre a escala, o que está em questão é a ação. Essa ação não é casual. Ao contrário, por isso

Raffestin (1993) fala da ação como programa. Essa ação influencia a distribuição das pessoas e dos recursos, por isso é relacional. E essa ação poder ser traduzida no movimento pendular de milhares de pessoas, evidência incontestável da integração dos espaços urbano-regionais ou mesmo da ação das firmas e corporações. A ação também é colocada em relevo nas interpretações acadêmicas que procuram classificar e hierarquizar as diversas formas espaciais, a exemplo das inúmeras tipologias de cidades existentes. Essa ação também é produto dos interesses governamentais, que muitas vezes se encontram presos aos recortes territoriais administrativos. (p.83)

Segundo o autor, a escala da ação corresponde à ação dos atores sociais que são instituições que funcionam como agentes decisórios, são os seguintes: o Estado (o mais importante), os empreendedores que decidem estabelecer ou criar firmas em determinados locais e trabalhadores que tomam a decisão de migrar, entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas e indivíduos.

Racine, Raffestin e Ruffly (1983) também criticam o aprisionamento da escala geográfica à cartográfica e distinguem as duas. Para eles, a escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto a escala geográfica exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta “forma geométrica”. Os autores criticam o hábito de geógrafos postularem que todos os comportamentos e ocorrências que eles estudam dão-se numa só escala. Eles criticam também as análises de fenômenos que são transpostos de uma escala à outra sem serem consideradas as suas especificidades, pois para eles, as coordenadas necessárias à localização dos eventos modificam-se de acordo com a escala em que os eventos são analisados.

Racine, Raffestin e Ruffly (1983) defendem o uso da escala nos estudos geográficos. Para eles, se não recorrêssemos a ela “seríamos pura e simplesmente afogados pela corrente de percepções que nos assaltam ininterruptamente” (p.127). Recortar de um conjunto um subconjunto é importante para o estudo do real. Por isso, a escala é “como um filtro que empobrece a realidade, mas que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada ação” (p.128).

Castro (1996) critica Racine, Raffestin e Ruffly (1983) afirmando que eles associam a escala ao conceito de dimensão de um fenômeno, reduzindo-o assim, à medida. Para ela: “todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo” (p.127). Segundo a autora, tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber o que e como mudam.

A vinculação entre conteúdo e tamanho ou fenômeno e medida que objetiva os recortes espaciais, sempre teve grande repercussão nos trabalhos em Geografia, pois tornam possível o ordenamento do real e a constituição de conjuntos e diferenciações espaciais baseadas nas noções de contiguidade e hierarquia, colaborando para legitimar a importância de sua atuação no conhecimento científico. Por exemplo, no mapeamento, na escala da cidade, de certos conteúdos, como os dados de renda familiar por bairro, para a resolução de problemas urbanos, como a escolha do melhor local para instalação de equipamentos públicos de saúde e educação.

A visão hierárquica, contígua, articuladora da escala foi a responsável pela compreensão de que um conjunto de lugares forma uma região, que por sua vez forma um país, um conjunto de países forma um continente e um conjunto de continentes forma o mundo. Vainer (apud SANTOS, 2006) chamou essa relação escalar de *babuska* (bonecas russas em que uma contém a outra). Nessa relação, a escala é pensada como nível, um nível é composto pela soma e encaixe territorial de outro nível e assim sucessivamente. O local se encaixa no regional, que se encaixa no nacional etc. Essa forma de compreender a escala é baseada em hierarquias e subordinações. Para Santos (2006) esta estrutura de compreensão, representação e significação do mundo está presente na Geografia que praticamos e ensinamos (na divisão de disciplinas que contemplem os recortes Mundo, Continente, Brasil, Regiões e Estados) e em diversas ciências, inclusive na compreensão das relações de poder¹¹.

A visão *babuska* de escala é limitada e não nos fornece as ferramentas teórico-metodológicas necessárias para compreender as trans e pluriescalaridades dos fenômenos. Santos (2006), ao analisar as espacialidades dos movimentos sociais, afirma que a visão de escala baseada nas hierarquias espaciais estruturantes não possibilita a compreensão desse fenômeno, pois ele é trans e pluriescalar e está inserido num novo padrão de relação espacial estabelecido pela compressão tempo-espço, que re-hierarquiza lugares e agentes, formando os “territórios-rede” (VELTZ, 1996).

Souza (2013) diz que:

(...) um movimento social constitui, por meio e ao longo de sua luta, uma escala ou várias escalas de ação, que podem ou devem ser tomadas igualmente como escalas de análise relevantes pelos pesquisadores. Sem dúvida, não há problema em utilizarmos termos como “regional” ou “nacional” para caracterizarmos algumas escalas; o fundamental é entendermos que as escalas de ação não existem, a rigor, anteriormente à própria ação, como se fosse um “dado da natureza” (e mesmo quando, em última instância, o alcance da ação é menos ou mais severamente restringido

¹¹ Nesta estrutura, o conceito de poder não pode ser aplicado às relações inter-individuais (SANTOS, 2006).

por instituições e processos preexistentes, que operam em escalas muitas vezes bem delimitadas), da mesma forma como as escalas de análise são (re)construídas, elas próprias, no decorrer do processo de construção do objeto, inclusive devido ao problema de que termos como “nacional” e “regional” precisam, sempre, ser encarados com cautela e ser histórica, política e culturalmente contextualizados. (p. 192)

A compreensão do real a partir da escala enquanto nível não nos permite perceber que os elementos, objetos, ações e agentes sociais que constroem o espaço geográfico ocorrem simultaneamente nos diferenciados recortes espaciais e, em cada um deles, os efeitos de um fenômeno - que acontece simultaneamente em diversas escalas - é diferenciado. Estudado em determinada escala, o fenômeno possui um sentido particular.

Santos (2006) apresenta três fatores que limitam a compreensão da escala apenas em termo de níveis distintos e sobrepostos. Primeiro, porque os elementos espaciais são multi-escalares, ou seja, uma escala contém e influencia na construção de elementos de outras. O segundo, “no “plano” do real, coexiste os elementos que são separados nas narrativas escalares” (p. 98). O terceiro fator é que “no mesmo “local” coexistem atores, fatos e ações cujos desdobramentos operam em diversas escalas (espaciais e temporais)” (p.99). Como para Masuda e Crooks (2007) que chamaram de “escala da experiência” (“scale of experience”) a forma “como as realidades efetivas das forças sociais, econômicas e políticas de macroescala são impostas nas microescalas do corpo, interpessoal ou da comunidade” (p.258, tradução nossa).

A escala do corpo tornou-se importante para as análises realizadas por autoras da Geografia Feminista no século XXI, a partir da desconstrução da herança moderna da oposição entre corpo e mente. Permitiu, também, a análise da corporeidade, trazida como ideia de mutabilidade e movimento do corpo, ao contrário como ele era compreendido, como fixo. Para Foucault (1996), o corpo é uma complexa teia que articula desejos, saberes e poderes. Segundo o autor, o corpo não é passivamente submetido ao poder, ele também é lugar de subversão ao poder dominante que o impõe disciplinas (heteronormativas). Influenciada por essa leitura, Silva (2013) diz que “A materialidade do espaço apresenta toda força do discurso heteronormativo, mas ele também não é passível ao exercício do poder regulatório, podendo apresentar fissuras, pelas quais emergem as forças de subversão das normas estabelecidas” (p. 98).

Nossos corpos experienciam de forma diferente o espaço e o lugar. O corpo está diretamente ligado com o espaço, gerando acolhimento ou exclusão. Por exemplo, as demonstrações de afetos entre duas mulheres lésbicas não são permitidas em certos lugares.

Para Smith (1993) “o primeiro sítio físico da identidade pessoal, a escala do corpo, é socialmente construído” (p.102, tradução nossa).

Para Souza (2013), um dos processos mais ricos, por meio dos quais as escalas são articuladas e socialmente (re)construídas é o que os anglosaxônicos (como em: SMITH, 1993; MARTSON 2000 e 2004; MASUDA e CROOKS,2007) chamam de “politics of scale” ou “política de escala(s)”, que o autor define como sendo:

(...) a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.) (SOUZA, 2010 apud SOUZA, 2013, p.196, grifos do autor)

Smith (1993) traz uma discussão sobre escala, dizendo que a construção do espaço implica a produção da escala geográfica, na medida em que cada espaço é diferente um do outro. A escala é critério de distinção entre lugares e entre tipos de lugares. A escala geográfica é o que define os limites e delimita as identidades, em função das quais se exerce ou se rejeita o controle. Nesse sentido, para McDowell (1999), a escala tem sido usada como organizador fundamental na definição espacial de diferença entre distintos tipos de lugares. Definir lugares e distinguir as diferenças entre lugares pela escala, não implica que estes são formados por processos que operam apenas a uma escala espacial. Por exemplo, uma casa e uma vizinhança constitui uma localidade delimitada pela escala, porém ocorre ali a intersecção de um conjunto de fatores que coincidem, sem que seu funcionamento fique restringido ao nível local (MCDOWELL, 1999).

Para Massey (2000) as localidades surgem dos encontros dos processos locais com os globais, ou seja, das relações sociais que operam com o alcance das escalas espaciais. Isso produz o que denomina “um sentido global do lugar”. A geógrafa, ao trabalhar numa construção do local e global, oferece reflexões importantes para a compreensão da escala geográfica. Ela afirma que o local é fundamento, concreto e real, assim como o global. A relação entre local e global é explicada a partir de uma política de conectividade – geometrias de poder – que reorganiza as redes de relações e práticas de construção de lugares, mas também os conecta com outros lugares. A autora compreende que os lugares possuem diferentes níveis de conectividades um com o outro e com os processos políticos e

econômicos amplos e que são agentes da globalização, onde o global é constituído, inventado, coordenado e produzido.

Marston, Jones e Woodward (2005) afirmam que há uma variedade de teorias sobre escala que desenvolvem reflexões flexíveis sobre o local, regional, nacional e global. Mas, segundo os autores, essas teorias não podem escapar de problemas inerentes à questão da hierarquia das escalas. Por isso, eles oferecem uma alternativa polêmica, que tem no seu centro a não dependência da concepção de escala. Esse abandono se dá pela compreensão confusa de escala como tamanho (medida horizontal de extensão) e como nível (imaginado verticalmente, como uma ordenação hierárquica de espaço).

Para os autores (MARSTON, JONES e WOODWARD, 2005), as bases que mantêm a distinção entre escala como tamanho e escala como nível são insuficientes. O que distingue as duas é apenas o ponto de vista em relação ao espaço que está sendo analisado, dos territórios que estão sendo imaginados. Para eles, em ambas as formas de compreender a escala existem as hierarquias.

Marston, Jones e Woodward (2005) também criticam os binarismos entre local-global e suas representações com o abstrato-concreto, teórico-empírico e afirmam que um contém o outro. Para eles, é necessário reimaginar as relações do local ao global e suas associações espaciais. A separação e junção do que é micro e macro é histórica e tem suas raízes em pensamentos binários como de conservadorismo-liberalismo e mais recentemente na distinção de localismo (como conservadorismo e tribalismo) e cosmopolismo global (MARSTON, JONES e WOODWARD, 2005).

Segundo os autores (2005), o global é compreendido como influenciando de maneira uniforme o local, o urbano, as experiências. Como se houvesse uma única manifestação dos processos globais nos locais, nas ações. No entanto, o alcance das ações globais se dá de maneira diferenciada nos sujeitos locais, a depender, por exemplo, de sua classe, raça e gênero.

Para eles, a partir do momento que se delimita uma escala geográfica (sendo ela, o corpo, urbano, regional, nacional ou global) – o que significa uma hierarquização da escala – já está sendo determinado o que vai conter nessa escala, assim, os objetos, eventos e processos tornam-se uma classe pré-concebida, lida para ser inserida dentro das ferramentas teórico-metodológicas realizadas e estudadas naquela escala escolhida. Uma pesquisa escalar, segundo os autores (MARSTON, JONES e WOODWARD, 2005), deve basear-se em análises nas escalas do corpo-ao-globo e deve-se retornar para nós mesmos, colocando-nos em uma

estratificação hierárquica que amplifica a compreensão reflexiva, colocando-nos numa posição também de pesquisadores sob uma ordem global.

Segundo Marston, Jones e Woodward (2005), a hierarquização da escala é uma forma de reproduzir uma imaginação do pequeno-grande e com isso pré-configura explicações da vida social que hierarquiza espaços da economia e cultura, da estrutura e agenciamento, da objetividade e subjetividade e do cosmopolismo e provincianismo. Isso não traz engajamentos e novas reflexões para explicar a vida social, problemas inerentes das hierarquias. Por isso, eles constroem uma proposta polêmica de que seria melhor expulsar escala do vocabulário geográfico. Os autores propõem a adoção de “ontologias planas” (“flat ontologies”) que sublinhassem conexões em redes “horizontais” entre atores e locais — algo que, segundo eles, seria impossível com o uso do conceito de escala geográfica. As reflexões desses autores¹² sobre escala foram importantes para trazer à tona a necessidade de novas abordagens sobre as complexas conexões entre a vida cotidiana das pessoas e as forças mais amplas que as influenciam.

Diante de todas as discussões apresentadas sobre escala geográfica, devemos ter em mente que os movimentos feministas são fenômenos complexos e são construídos em várias escalas e estudados em diferentes escalas possuem também diferenciados sentidos. Pensar as escalaridades dos fenômenos é pensar as suas espacialidades.

Várias escalas de ações dos movimentos feministas também estão presentes nas falas das entrevistadas e nas nossas análises, indicando que um fenômeno se constrói na interação com várias escalas, como as do corpo e da ação das mulheres e de seus grupos, presentes nos seus cotidianos e nos processos de apropriação do espaço.

As nossas escalas de análise contemplam a diversidade dos movimentos feministas, mas o foco é apresentar a relação entre as feministas e elas com os “outros” nos processos de apropriação do espaço urbano, tendo clara a pluralidade dos movimentos que, ao se depararem com a luta na relação com a sociedade em geral, constroem coalizões e unidades.

Na escala da cidade, qual Goiânia é trazida pelas feministas? Ela é vista como local de vida cotidiana e onde acontece grande parte das experiências vivenciadas pelas mulheres e das suas relações com outras pessoas no trabalho, estudo, lazer, família etc. É lugar de resistência e construção de identidades. É também lugar que se constrói nas relações entre as(os) sujeitas(os) e seus grupos. Para algumas, Goiânia é o seu lugar, para outras, é lugar transitório,

¹² As reflexões que complexificaram o conceito de escala geográfica estão presentes, em grande parte, na literatura anglo-saxã (GRANDI, 2014).

mas presente, lugar de resistência, do medo etc. Neste trabalho, demos ênfase às relações entre sujeitas(os) e grupos (feministas) que se apropriam da cidade.

Após a escolha das escalas geográficas estudadas e compreendendo que elas não são fechadas, pois os fenômenos são construídos nas relações com outras escalas, como pensar então, uma cartografia e mapas para representar adequadamente a cidade das mulheres feministas?

Veremos a seguir que a escala é também uma maneira das feministas construir relações de alteridade, de definir quem é um "nós" e de quem são os "outros".

1.4. Sobre a cartografia e o mapa.

Massey (2008) inicia seu texto “recorte através do espaço” dizendo do seu amor por mapas, eles são uma das razões por que se tornou geógrafa: “eles nos transportam para longe, fazem com que sonhemos” (p.159). Reconheci-me na fala da autora, pois a minha paixão por mapas também me fez geógrafa e a minha atuação profissional sempre esteve ligada a eles. Mas esse mesmo mapa que nos faz sonhar, “também me oferece ordem, deixa-me tomar as rédeas do mundo” (p.159). Pode ser que “a nossa noção de mapa tenha ajudado a apaziguar, a retirar a vida do modo como nós, mais comumente, pensamos sobre espaço” (p. 159). Nesse mapa, o espaço é uma superfície plana e contínua, mapeamos para conseguir perceber uma estrutura.

A cartografia é uma linguagem, corresponde à organização de signos na construção de uma mensagem. Também constitui uma forma de representação do espaço e dos processos espaciais. O mapa é a representação cartográfica da espacialidade do fenômeno. Ele é uma construção social, com uma intenção do sujeito de reconhecer uma ordem e tentar retirar dela um sentido. Martinelli (1999) diz que em qualquer cultura, os mapas são formas manipuladas de saber, cujas imagens são carregadas de valor.

Quando nos perguntamos quais são os mapas que mais temos acesso e acessamos, os mais utilizados para a construção de políticas públicas e quem são os(as) sujeitos(as) que constroem esses mapas, devemos ter em mente as relações entre poder e sujeito nos processos de cartografar.

O mapa, produto gerado pela cartografia, é uma representação do espaço e compreende relações de poder construídas no processo de cartografar. Os mapas, através de seus códigos, convenções e procedimentos de organização e taxionomia operam como uma

tecnologia do poder. Eles são seletivos e servem para disseminar e reforçar ideologias que, durante muito tempo, foram as dominantes. Santos complementa essa visão dizendo:

Da difusão de uma visão tecnicista e cartesiana de mundo, p. ex., pela forma como ensinamos Cartografia. De uma forma de representação espacial, ela é transformada em única forma de expressão espacial do mundo, critério de verdade e de existências naturais e sociais, decorrente das possibilidades da racionalidade técnica subjacente ao processo de elaboração dos mapas - que são, melhor dizendo, limitados por esta racionalidade às formas científico-ocidentais de ver o mundo, de expressar referenciais de espaço, de tempo e das existências sociais. Esta forma como se trabalha e ensina a Cartografia Escolar dá aos mapas oficiais um caráter de expressão da verdade que é poderoso instrumento de poder através da produção de não existências de grupos sociais, conflitos, saberes, experiências e formas de relação com o mundo. (SANTOS, 2010, p.150)

Para Massey (2008) nem toda a visão do alto é problemática, são apenas outras formas de ver o mundo:

O problema aparece apenas se começarmos a pensar que aquela distância vertical nos traz verdade. A forma dominante de mapeamento, porém, coloca o observador, ele mesmo não observado, fora e acima do objeto do olhar. Porém, o que me preocupa aqui é outro menos reconhecido aspecto da tecnologia do poder: que mapas (mapas atuais do tipo ocidental) dão a impressão de que o espaço é uma superfície – que é a esfera de uma complexa horizontalidade. (p.160)

Partindo de uma concepção de espaço inacabado, “como a esfera de uma simultaneidade dinâmica, constantemente desconectada por novas chegadas, constantemente esperando por ser determinada (e, portanto, sempre indeterminada) pela construção de novas relações” (p.160), o espaço não pode ser uma simultaneidade completa e com todas as interconexões entre os lugares já estabelecidas.

São desafios para a cartografia, segundo Massey, as finalizações em aberto e as histórias em cursos. Mapas, naturalmente, variam. Para a autora, hoje em dia, os mapas ocidentais são representações do espaço, mas os mapas “em ambos os lados do Atlântico, antes do encontro de Colombo” (p.161-162) integravam tempo e espaço, exemplificados pelos *mapa-mundis* europeus e pelas cartografias dos povos das Américas, como os toltecas e mixteca-Pueblos. Esses mapas cognitivos de mais de 500 atrás eram tentativas de apreender e inventar uma visão de mundo, “dominar a confusão e a complexidade” (p.162).

A autora menciona as cartografias situacionistas que buscam o contrário, provocar e romper o sentido de lógica e totalidade, sendo o oposto da coerência dos estruturalistas.

Massey traz também as experiências mais recentes de cartografias, cuja figura do mapa tem sido usada numa certa literatura pós-colonial e feminista (como por exemplo, os mapas

produzidos pela cartografia social, cultural e/ou participativa). A autora apresenta a visão de Huggan (1983) dizendo que essa forma de cartografar pode ao mesmo tempo representar atitudes rígidas do passado (pois a localização de eventos em coordenadas x e y ainda é importante e muito utilizada), mas também, ser retrabalhada a partir de dentro. Para Massey:

Nesses projetos, mapas podem ao mesmo tempo ser desconstruídos e, então reconstruídos, sob uma forma que desafie a reivindicação de singularidade, estabilidade e fechamento que caracterizam nossa noção (e, certamente, na maioria dos casos, a intenção) usual de representação cartográfica. (2008, p. 163)

O que acontece na produção de tais mapas são reimaginações feministas e pós-estruturalistas das possibilidades de cartografar: “É um avanço da crítica dos mapas como “tecnologias de poder” para forçar nossa compreensão da própria forma do mapa” (p.164). Essas formas de cartografar indicam multiplicidade e tem como objetivo desorganizar o mapa ocidental clássico, a sua uniformidade singular ao apontar os “pontos cegos” e os “esquecimentos” trazidos por eles. Mas por outro lado, “a objetivação desconstrucionista reconhece uma provisionalidade e transitoriedade necessárias que minam as reivindicações por fixidez, por obrigar as coisas serem precisas, o que caracteriza o mapa moderno ocidental clássico” (MASSEY, 2008, p.164).

Massey afirma que mesmo denunciando os pontos cegos e esquecimentos presentes na cartografia ocidental tradicional, essa cartografia fica “dentro da imaginação de superfície” (p.165). O que significa “imaginar o espaço sendo mapeado – que é um espaço como simultaneidade – como o produto de estruturas horizontais sobrepostas, em vez de uma coexistência contemporânea plena e em devir” (p.165). Quando ocorre o mapeamento “não percebemos as rupturas do espaço, o encontro com a diferença.” (p.165). Isso ocorre durante a construção de cartografias que resultam apenas em mapas, pois estes são limitados e trazem um recorte delimitado de tempo e espaço, assim como dependem da experiência, memória e vivência com os eventos mapeados realizadas por quem os constroem.

Na cartografia que foi aqui construída, precisamos ter em mente as críticas apresentadas por Massey. Pois o espaço não é um mapa e um mapa não é um espaço. No entanto, mapeamos fenômenos não dominantes nos estudos presentes em Geografia Urbana e nos planejamentos e estudos sobre a cidade.

As etapas do processo de cartografar, os procedimentos finais para a construção do mapa e seus limites

Neste trabalho nós realizamos mapeamentos, cartografias e geografias. Os mapas construídos são como ferramentas, com diferentes objetivos, para as lutas feministas e correspondem às ações das entrevistadas localizadas em coordenadas x e y. A Cartografia realizada corresponde às análises sobre processos metodológicos pensados para mapear, trazendo seus limites e expandindo para além das coordenadas. E as geografias aqui propostas são resultadas e resultantes das nossas vivências e falas das militantes, que constroem novas leituras sobre o espaço.

Partimos das análises das entrevistas e das experiências vivenciadas pelas feministas nos lugares para mapear os locais e percursos importantes para as suas ações nos processos de apropriação do espaço urbano de Goiânia. Esses locais e percursos mapeados possuem distintas temporalidades (pretéritas, presentes e futuras) e espacialidades (temporárias, fixas e fluidas).

No primeiro mapeamento realizado por mim, foi utilizada uma base cartográfica já existente (com limite de bairros, quadras, ruas e parques), numa escala do município de Goiânia¹³. Só agreguei a esta base informações (de parte) das apropriações do espaço da cidade que as mulheres feministas entrevistadas e dos seus coletivos. Os mapas, portanto, representam apenas algumas feministas e coletivos e, mesmo assim, os(as) representam em parte.

O primeiro limite dos mapas surge no processo de escolha das entrevistadas e durante as entrevistas, pois elas dependem do fluxo de memórias e dos humores das entrevistadas. O segundo limite foi a minha experiência e vivência com as entrevistadas e os grupos aos quais elas pertenciam. Não pude experienciar todos os encontros e manifestações que aconteceram no período da pesquisa, porque as ações dos grupos são múltiplas e nem tudo que acontecia na cidade, eu ficava sabendo. Os mapas, portanto, - como todos os mapas - são limitados. Mas eles foram produzidos no intuito de constituir, em parte, a visibilidade de ações feministas em suas diferentes expressões na cidade de Goiânia.

Para que os mapas fossem reconhecidos entre as entrevistadas, após todas as etapas mencionadas acima do mapeamento, foi proposto um encontro com todas as entrevistadas, chamado de “Café com cartografia feministas”, realizado no dia 20 de agosto de 2016, em

¹³ Foi utilizado para a construção do mapa, o programa gratuito de geoprocessamento QGIS (anteriormente conhecido como "Quantum GIS"), que é um software livre/open source multiplataforma de sistema de georreferenciamento (GIS) que provê visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

uma sala da PUC-GO (disponibilizada por umas das feministas) no Setor Universitário e que teve a presença de cinco mulheres. Sobre as características das mulheres presentes no encontro: as cinco se auto-declaram negras; duas bissexuais, uma lésbica e duas heterossexuais; quatro tem entre 21-32 anos de idade e uma entre 44-67 anos e todas tem ou já tiveram alguma relação com a academia (seja como aluna e/ou professora).

A presença maior de mulheres negras, acadêmicas e lésbicas ou bissexuais e com idade entre 21-32 anos e ao mesmo tempo, a presença de apenas uma das mulheres com idade entre 44-67 anos e a ausência das que participam de grupos não acadêmicos, também corresponde a um dos limites desta pesquisa e dos mapas. Pois as presenças e ausências no encontro estão relacionadas principalmente, além de outros fatores, com a intensidade de relações que construí durante a pesquisa com as entrevistadas.

No encontro, após uma apresentação e explicação sobre a tese e os mapas impressos em diferentes tamanhos, foram realizadas as seguintes perguntas para as mulheres presentes: se elas mudariam as simbologias e as cores escolhidas por mim? Como o mapa partiu de pessoas e coletivos diferenciados, se elas inseririam locais ou lugares de conflitos e coalizões entre elas? Teriam, assim, simbologias de tensões? Deveríamos inserir mais pontos e/ou trajetos importantes ou mudar algo nos mapas? E por último, como os mapas poderiam ser usados como ferramentas para as lutas feministas na cidade?

Após o encontro, foram adicionados e atualizados alguns pontos e trajetos nos mapas e/ou no texto da tese¹⁴. Mudamos também algumas simbologias da legenda dos mapas e foi proposto um quadro da tese para explicá-las. E quando perguntadas sobre os possíveis locais de conflitos entre elas e seus grupos, as mulheres decidiram em conjunto não evidenciá-los nos mapas, argumentando que eles seriam acessados por diferentes pessoas e a intenção era evidenciar as alianças e não os conflitos, apesar de algumas mulheres presentes afirmarem a existência deles e de, durante as entrevistas, eles aparecem em algumas falas.

No encontro, as entrevistadas disseram que os mapas e a tese serão utilizados como ferramentas para: fortalecer os movimentos feministas da cidade ao apresentar e localizar as apropriações; mostrar às mulheres as diferenças existentes entre as ações feministas e suas espacialidades de acordo com as características dos grupos e das militantes; conhecer as atuações de outras feministas e grupos de Goiânia; e trazer a discussão sobre a importância de se pensar espacialmente as nossas ações. As mulheres solicitaram que a tese e os mapas finais

¹⁴ As versões dos mapas apresentados nesta tese são as construídas após as discussões, mudanças e inserções realizadas no encontro.

sejam enviados por e-mail para todas as entrevistadas e seus grupos. Assim faremos ao final do doutorado.

Vem-se intensificando no Brasil o número de grupos sociais e culturais no campo, na floresta e na cidade que buscam as ferramentas cartográficas para realizar seus próprios mapeamentos. A partir do momento em que os grupos sociais e culturais subalternos começam a apropriar-se da produção de mapas, através dos mapeamentos participativos e da cartografia social, novas territorialidades emergem e são reconhecidas. Os sujeitos desses grupos mapeiam, reafirmando suas territorialidades específicas.

Esse aumento do uso da cartografia participativa, cartografia social ou cartografia cultural resultaram em inúmeros trabalhos sobre o tema nas áreas de geografia, antropologia e outras. Pesquisas, como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), têm como objetivo dar ensejo à auto-representação cartográfica dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Participam desse projeto várias organizações, entre elas a UFAM (Universidade Federal do Amazonas). A Cartografia Social é área de pesquisa em alguns cursos de Geografia nas universidades brasileiras, como na Universidade Federal do Ceará, no LABOCART (Laboratório de Cartografia Digital) do Departamento de Geografia.

No período de 1992-2010 existiam experiências em Cartografia Social e Mapeamentos Participativos em todas as regiões do Brasil (ACSELRAD, 2010). No mapeamento realizado por Acselrad (2010), o estado de Goiás, juntamente com o Distrito Federal, Rio Grande do Norte e Sergipe eram os únicos sem registro dessas experiências.

Os objetivos da cartografia social são diversos e as metodologias utilizadas também. Um dos objetivos é indicar, qualificar e problematizar os conflitos vivenciados, quais são as “agressões” e os sujeitos coletivos envolvidos. Também é evidenciar os impactos negativos das atividades existentes em suas localidades.

A cartografia participativa emerge num contexto caracterizado por um deslocamento da exclusividade e incontestabilidade da cartografia oficial do Estado, positivista e cartesiana, para um crescente número plural de práticas e experiências que dão outro sentido a cartografia. A crítica à cartografia tradicional teve grande contribuição das ciências humanas, a partir de leituras de aspectos sociais e culturais que abarcavam relações de poder, colonialismo, linguagem, discurso, relação sujeito-objeto etc. (ROCHA, 2015).

Apesar da importância da apropriação da cartografia por um número maior de pessoas e grupos sociais, principalmente a partir da chamada cartografias participativas, para Acserald (2010), no entanto, ela já nasce marcada pela ambiguidade e estabelecer posturas críticas frente o processo de cartografar é essencial. Num contexto da última década em que se tornou

muito comum a prática de mapeamentos participativos incentivados ou promovidos por diferentes ONGs (Organizações Não-Governamentais), agências multilaterais de desenvolvimento e empresas, e num contexto de disputas territoriais, o autor afirma que:

Construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando, inclusive, segundo alguns, um projeto territorializado de contra-cultura política – sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. No vasto aspecto de experiências conhecidas no mundo, podemos verificar que elas podem estar associadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, assim com a fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a mecanismos de explicitação de conflitos sócio-territoriais e ambientais ou a formas de antecipação dos mecanismos para fins de controle estatal do território. (2010, p. 9 e 10)

Por isso, torna-se importante que os sujeitos no processo de mapeamento participativo questionem constantemente: para quem e para que as informações vão servir?

Nossa pretensão, no início da pesquisa, era utilizar de forma diferenciada a que nós usamos, as metodologias participativas da chamada “cartografia social” para identificar e mapear as ações e apropriações feministas na cidade. Queríamos, para tornar o processo de mapeamento mais participativo possível, ter: maior apoio e presença dos grupos dos movimentos feministas de Goiânia e Goiás e das feministas; organizar várias oficinas com elas; dinheiro e equipe para a construção dos mapas e de uma metodologia apropriada. Para isso, tentamos, por duas vezes, o financiamento para o Projeto de Cartografia Social com os grupos dos movimentos feministas da cidade. Mas não conseguimos a aprovação. Por isso, inicialmente eu construí o mapa a partir das entrevistas e vivências com as entrevistadas e depois, tivemos um encontro para redefiní-lo.

Nossa proposta de cartografia é de que ela evidencie os locais e percursos das ações das entrevistadas e seus coletivos na cidade e que possibilite uma reflexão de como as mulheres vivenciam esses lugares. Pretendemos refletir as espacializações e espacialidades feministas na cidade de Goiânia. Surge, então, a pergunta: tudo pode e deve ser mapeado? E a afirmação de que há limites neste mapeamento. Por isso pensaremos uma cartografia para além do que pode ser mapeado em coordenadas x e y.

Consideramos que é preciso apresentar e discutir os limites nos processos de cartografar. Começando pelas cartografias participativas e sociais de construção positivista, onde a população, muitas vezes, não se vê nela. Por isso, a importância de me posicionar na construção da cartografia aqui proposta. Ela está sendo construída por mim e ao mesmo

tempo estou sendo instrumento de construção dela a partir dos discursos das mulheres feministas.

Esta cartografia está sendo construída a partir da posição de treze mulheres feministas, com diferenças e semelhanças, aproximações e distanciamentos entre elas. Mas também a partir de uma décima quarta mulher, eu, que me construo e desconstruo na relação com outras feministas e muitas vezes, meu corpo permite uma maior aproximação e outras, um maior distanciando das entrevistadas, das suas ações e coletivos.

As ações feministas cartografadas não estão presentes somente nas entrevistas, mas nas minhas vivências nos cotidianos das entrevistadas. As ações cartografadas são as formas diversas de apropriação feministas da cidade que as mulheres e seus coletivos realizam. Essas ações se dão a partir e dentro das relações entre as mulheres e delas com os outros(as). Ou seja, essas mulheres não só percorrem espaços. Elas existem e constroem espacialidades e espacializações. A apropriação do espaço se dá na construção do ser (feminista).

Quando cartografamos as ações, não queremos dizer que as(os) sujeitas(os) percorrem ou estão no espaço, mas sim que elas tornam-se componentes do espaço. Esse movimento o transforma. O espaço não é suporte das ações humanas, não é base física, mas é antes condição da existência social dos seres humanos (MOREIRA, 2008). Existir é importante a partir da construção estratégica de espacialidades e espacializações. E isso envolve a ação, que envolve a luta por reconhecimento.

A proposta é construir uma cartografia da cidade composta por um mapa de Goiânia, de base existente, identificando e evidenciando os locais onde ocorrem as ações feministas na cidade, e também, por discussões realizadas a partir das diferentes vivências e falas das entrevistadas nesses lugares, para entendermos as diferenças, as intersecções, os conflitos e as coalizões entre elas.¹⁵

Queremos mostrar a possibilidade de produção de mapas que evidenciem as espacialidades de sujeitos subalternizados e que viabilize a visualização espacial de parte das identidades e ações baseada em racionalidades não hegemônicas em Goiânia, além de possibilitar a visualização de parte dos conflitos existentes entre as mulheres construtoras das ações na cidade, estes gerados a partir de suas diferenças e intersecções identitárias.

Sabemos que existem muitos limites de representação da complexidade das formas de apropriação do espaço pelas feministas na cidade apenas em coordenadas x e y, por isso,

¹⁵ Não iremos trabalhar com a construção coletiva das simbologias das legendas dos mapas, pois, elas inicialmente foram criadas por mim e depois, apenas revista pelas entrevistadas.

queremos também identificá-los. Para isso, propomos uma cartografia para além dos mapas e que mostre os processos de sua construção.

Veremos nas narrativas que as feministas usam o corpo nas apropriações do espaço urbano e os mapas são a representação do corpo delas em ação. Elas se empoderam em grupos, mais do que sozinhas. E quando passam pelos lugares sozinhas elas não se apropriam dos lugares, mas em coletivo sim, elas se empoderam. É o coletivo dos corpos com diferentes trajetórias que criam uma trama de relações que se apropriam da cidade.

A cartografia que foi construída pretende transitar entre várias escalas. A cartografia final vai além dos mapas, constituindo toda a tese. Ela é composta por ações fluidas, transeuntes, flexíveis, difíceis de tocar, que vão para fora de Goiânia, que extrapolam.

Além dos mapas, serão também identificados os diferenciais existentes entre “os mapas” individuais, que correspondem aos trechos das falas das entrevistadas e suas vivências e que também fazem parte da cartografia proposta. Será construída uma discussão na escala do corpo e das ações cotidianas, constituindo vários “mapas” específicos de cada mulher e/ou coletivo. “Mapas” que por vezes se interseccionam, e outras, se diferenciam, gerando, por vezes, conflitos, e por outras, coalizões. Aí o ato de cartografar se estende para além das coordenadas x e y.

Partindo da ideia de que a experiência do espaço não é única, Peñamarín (1999) distingue duas formas de relacionarmos com o espaço, uma de modo teórico (modo de mapa), e outra de modo prático (modo de percorrer). Há devido um sentimento de perda e desorientação que nos afeta e uma estratégia fundamental, segundo a autora, de nos orientarmos nesse espaço físico e simbólico seria a narração. Ela afirma:

Creo que no es la geometria plana de este tipo de mapa, que visualiza toda la transformacion en la misma escala y que, en su subjetividad indiferente, no distingue los lugares familiares de los extraños lo que necesitamos para orientarnos en nuestra vida. La memoria a la que se refieri Berger ha de ser la memoria humana, que, como el relato, olvida y destaca, se ancla en lo concreto, en el detalle sensible que recupera todo un momento vivido, con sus participantes, su entorno e las sensaciones que se le asociaron. (1999, p.25)

A narração assim tem algo de percorrido e de mapa. Para Peñamarín (1999), ao narrar, tecemos nossa própria identidade. Com isso, as mulheres tem sido capazes de transformar os espaços e os processos de construção das identidades. Pois um relato não é um mapa, algo que deva ser representado, mas permite recuperar certa memória e projetar seus valores para o futuro. Ele é uma construção verossímil, “pues los valores que contiene son los propio del lugar” (p.29) e:

Cuando hoy los espacios sociales no pueden ser contados como exclusivos de uno u otro sexo, ni los valores correspondientes son obligados para mujeres u hombres, ese relato hace valioso por las posibilidades que encierra de contruir una perspectiva sobre el mundo. Hoy se puede creer en él o bien compartase como si se creyera porque abre un campo de valores desde el que criticar los actualmente imperantes. (p.29-31)

A cartografia aqui apresentada é um verdadeiro mosaico de representações e construções de como as mulheres vivenciam o espaço da cidade. Ela é composta por mapas, falas, exposição de fatos e discussões. É uma tentativa de construir uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença.

A contribuição deste capítulo para alcançarmos o objetivo do trabalho, ou seja, o de compreender diferentes processos de apropriação, produção e qualificação do espaço urbano de Goiânia realizados por diferenciadas militantes feministas, foi o entendimento de que se faz necessário considerar as diferentes escalas em que as ações das mulheres são construídas, assim como a pluralidade dessas ações. Apresentar os limites das minhas vivências com as entrevistadas e de como a cartografia e os mapas foram aqui pensados e construídos, consistiram nos traçados dos caminhos desta pesquisa.

Capítulo 2 – GEOGRAFIAS FEMINISTAS

os binarismos

Talita Cabral

Mulher, homem
 negro, branco
 homossexual, heterossexual
 binarismos
 do poder
 eu e vocês
 No meio
 as lutas
 as conquistas
 as mudanças
 E no fim
 ...
 você e os meus “eus”

Este capítulo traz as discussões teóricas sobre os conceitos de interseccionalidade e diferença, assim como uma narrativa sobre a Geografia Feminista e a construção de metodologias feministas. Será debatido as relações entre as categorias: mulheres, gênero e sexualidade e sobre a(o) sujeita(o) que participa de movimentos sociais e que, coletivamente, a partir de suas vivências, apropria-se do espaço e o constrói. Essas discussões serão realizadas porque acreditamos que para alcançarmos o objetivo do trabalho, ou seja, o compreender diferentes processos de apropriação, produção e qualificação do espaço da cidade realizados por diferenciadas militantes feministas, é preciso navegar sob as águas desses conceitos e metodologias.

2.1. Uma geografia feminista da diferença e da interseccionalidade

Entre as questões que surgiram durante as reflexões e pesquisas feministas, podem-se destacar as seguintes: em que consistia a dominação sobre o gênero feminino? Seria possível pensar essa dominação universal (PISCITELLI, 2008)? Para responder a estas perguntas, algumas feministas se aproximaram das concepções desconstrutivistas, de diferenças e de interseccionalidades (DE LAURETIS, 2010).

Como base para um pensamento interseccional e da diferença, muitas autoras feministas trabalham com a ideia de dissolução do sujeito universal autoconsciente; valorizam a linguagem e o discurso como práticas que produzem as instituições e os próprios sujeitos

históricos e culturais; e compreendem a produção do saber como ato de poder (BESSA, apud PISCITELLI, 2008).

A definição de mulher com base em experiências tidas como universais, politicamente construída por movimentos feministas do século XX, até os anos 1970 e 1980, em nível coletivo, tornou muitas coisas possíveis, como por exemplo, a revelação do sexismo e a luta pela erradicação dele. Porém, hoje, essa concepção não recobre a realidade e a própria ação política do movimento (NICHOLSON, 2002). Muitas mulheres feministas, influenciadas pelo pensamento das mulheres negras, sugerem a substituição de propostas de mulheres como tais, ou de mulheres nas sociedades patriarcais, por propostas sobre mulheres em contextos específicos. Ou seja, uma construção do sentido de mulher através de uma rede de diferenças e semelhanças.

As ideias que fundamentam o conceito de interseccionalidade utilizado hoje não são recentes. Mulheres negras no século XIX as utilizavam nas lutas pela libertação das pessoas e coletividades negras, como por exemplo, Sojourner Truth, que atuava nos movimentos abolicionistas e sufragistas nos EUA em meados da metade do século XIX. Ela trazia a ideia que as experiências espaciais vivenciadas por elas eram diferentes das mulheres brancas e que as negras eram consideradas socialmente como 'não-mulheres' (SILVA e SILVA, 2014). Outras mulheres que também contribuíram na formação do conceito de interseccionalidade foram Anna Julia Cooper e Maria Stewart, também no século XIX e nos EUA (SILVA e SILVA, 2014).

A elaboração da noção ou categoria da interseccionalidade realizada no final dos anos 1980, por Kimberlé Crenshaw, era entendida como uma forma de descrever as várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades (CRENSHAW, 2000), como de raça. Outras autoras, anteriores ou contemporâneas a Crenshaw, proporcionaram o amadurecimento da teoria, como Angela Davis, Deborah King e Patrícia Hill Collins. A internacionalização deste conceito permitiu o aprofundamento teórico em relação às conexões das diversas estruturas de poder, como gênero, raça, classe, sexualidade e idade. Além das mulheres negras, outras feministas “pós-coloniais” e “pós-estruturalistas” utilizaram o conceito para romper com as categorias homogêneas como a de mulher, dentre elas Avtar Brah (2006) e Leslie McCall (2005). Cardoso (2012) indica que autoras negras brasileiras trabalham com o princípio de interseccionalidade desde os anos 1980. Reflexões das brasileiras Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez têm sido evocadas neste campo, assim como das ativistas Jurema Werneck e Sueli Carneiro.

Para Ratts (2007):

Beatriz Nascimento foi reconhecida em vida, através da publicação de seus escritos, dos convites para palestras, das premiações de Ori e também pela outorga do Título de Mulher do Ano, em 1986, pelo Conselho Nacional da Mulher Brasileira. Muitos(as) dentre os(as) que a reconheceram provavelmente não a vejam como escritora negra feminista, mas talvez seja esse um reconhecimento que lhe falte. (2007, p.76)

Beatriz Nascimento, para Ratts (2007), desfiava o “emaranhado de sutilezas” do racismo em combinação com o sexismo. A historiadora, poeta, intelectual e ativista do movimento negro escrevia desde sobre a mulher negra e o mercado de trabalho até sobre o significado do amor, apontando que os vínculos afetivos são permeados pelos horizontes raciais. Os seus trabalhos partem da sua subjetividade e identidade de mulher negra, inter cruzando reflexões sobre raça, sexualidade e gênero. Nascimento (1976), em seu artigo sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho, afirma que se encontra na mais baixa posição dentro da hierarquia social. A autora relaciona esta posição com a história de exploração, tanto da força de trabalho como sexual, da mulher negra durante a escravidão. Para ela, “a mulher negra, elemento no qual se cristalizava mais a estrutura de dominação, como negra e mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão.” (p.15).

De acordo com Ratts e Rios (2010), Lélia Gonzalez era:

De fato, (...) figura como uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade enquanto uma questão teórica e política. Podemos dizer que Lélia Gonzalez trabalhava esta proposição em três planos: entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo). (p. 9)

Lélia Gonzalez critica os movimentos feministas brasileiros da década de 1970, dizendo que eles eram majoritariamente brancos e que não articulavam as questões de gênero e de classe com as questões raciais. Partindo de uma leitura marxista porém, dentro das posições do movimento negro e de mulheres da época, ela pensava o lugar social e simbólico negro na estrutura social brasileira. A autora traz para o centro de suas discussões a imagem e o corpo feminino negro. Ela traz também a dimensão espacial das relações de gênero, raça e classe. Segundo Gonzalez (1982), há lugares que são compreendidos como “lugar de negro” (GONZALEZ, 1982) na sociedade, isto é, “o espaço social e as áreas de trabalho (...) inferiorizadas destinadas à população negra desde o longo período escravista” (RATTS &

RIOS, 2010, p. 145) até o pós-abolição, ou seja, são os lugares que fixam as imagens públicas, repetitivas, quase sempre de inferiorização e negativas de pessoas e grupos negros.

Importante também para se pensar a interseccionalidade, Jurema Werneck (2010) diz das várias formas de ser mulher negra e da heterogeneidade na composição dos movimentos de mulheres negras. Sobre a construção da identidade, a autora afirma que:

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (2010, p. 10)

As mulheres negras vão além da relação existente entre corpo e gênero. Elas trazem a questão racial como fundamental para compreender o processo interseccional. Cardoso (2012) afirma que o estabelecimento de relações entre “corpo-negro-mulher” “se configura como resultado de práticas discursivas disciplinares e normatizadoras de gênero e de raça e como agente produtor de sujeições e exclusões.” (p.60-61).

A partir de suas experiências como mulheres negras, muitas intelectuais feministas iniciaram uma crítica tanto ao movimento negro como aos movimentos feministas. Elas não se sentiam totalmente representadas em nem um dos dois movimentos. Bell hooks fala da situação de isolamento das feministas negras:

A grande maioria das feministas brancas não via com bons olhos nosso questionamento dos paradigmas feministas que elas buscavam institucionalizar; e, por outro lado, muitos negros simplesmente viam nosso envolvimento com a política feminista como um gesto de traição e desconsideravam nosso trabalho. (2013, p. 165)

Na medida em que o feminismo transformou-se e as mulheres negras questionaram a universalização da categoria mulher, algumas mulheres brancas começaram a incorporar e aceitar mais as críticas e reconhecer as diferenças da condição feminina. Vale lembrar aqui que há mulheres negras que preferem não se identificar como feministas, por afirmarem que o movimento ainda não foi capaz de mudar a vida delas e que muitas vezes as ações das militantes, no que diz respeito às pesquisas acadêmicas e à institucionalização das lutas, ainda não pensam de forma interseccional o gênero e a raça.

O feminismo negro¹⁶ foi construído em meio a uma pluralidade de estruturas de afirmação e dominação. A depender de alguns parâmetros tem alguns marcos temporais, por exemplo, no passado escravista nos EUA e expandiu pelo Reino Unido, mas pode ter referenciais no Brasil e em outros países na atuação, por exemplo, de mulheres de irmandades negras ou de religiões de matriz africana. Na década de 1980, ele estava fortemente ativo intelectualmente e politicamente em muitos países da América e da Europa. As mulheres negras criticavam as bases epistemológicas e as próprias lutas das feministas brancas. Como por exemplo, as formas pelas quais as mulheres brancas defendiam as bandeiras pelo direito ao trabalho, ao espaço público e de ampliar os direitos dentro do espaço privado. A realidade delas era (e ainda é) diferenciada das brancas. Muitas pesquisas evidenciavam as redes entre as mulheres negras que extrapolavam o núcleo familiar tradicional, e as suas estratégias, geralmente chefes de família, para cuidar de suas(seus) filhas(os), além de mostrar o poder reduzido dos homens na família, devido, entre outros fatores, ao número alto de desemprego entre os(as) negros(as) (STACK, 1974).

Para compreendermos melhor as diferenças das experiências nos espaços entre as mulheres negras e brancas vividas nas primeiras décadas do século XX, podemos trazer o trabalho desenvolvido por Bernardo (1998). A autora reconstrói a paisagem de São Paulo a partir das memórias das “velhas negras e das velhas brancas”¹⁷ no contexto de urbanização e processo de modernização na cidade (as primeiras décadas do século XX). A cidade foi vista e vivida diferentemente entre as mulheres brancas e negras. A paisagem urbana era mais vivenciada pelas segundas.

Nas memórias das idosas negras foi trazida a solidariedade no cortiço, local de moradia, os passeios às igrejas do Rosário e irmandades. Elas não tinham acesso aos teatros e cinemas como local de lazer. Os espaços que as mulheres se deslocavam estavam relacionados ao processo de urbanização da cidade, que se torna racista e excludente. Nas memórias das mulheres negras, alguns elementos da modernidade estão de forma indireta. A Revolta de 1924¹⁸, por exemplo, foi marcada pela fome. Em relação à dimensão do trabalho, do momento de construção da classe trabalhadora no Brasil, o trabalho da mulher negra era árduo, não permitia uma mobilidade, majoritariamente ele era doméstico e mal remunerado.

¹⁶ Nem toda autora negra feminista se identifica com o termo “feminismo negro”. Algumas preferem apenas feminismos.

¹⁷ Termo utilizado na pesquisa pela própria autora.

¹⁸ Histórica, tenentista, armada, pediam a retirada do presidente e questionavam o governo local (São Paulo). A Republica Velha já estava estabelecida e desagradava as forças armadas.

Elas eram as responsáveis por suas famílias e não tiveram companheiros. As suas relações com homens brancos casados e a questão do aborto não eram “memórias proibidas”¹⁹.

Por sua vez, as memórias das velhas brancas (muitas moravam também em cortiços) retomam ao núcleo familiar. Elas não possuem muitas memórias públicas. As suas memórias refletem os locais mais urbanizados e da construção da sua italianidade na cidade. Suas famílias têm maior ascensão social e mobilidade ocupacional que as famílias negras. Na década de 1920, período em que a cultura brasileira vai se americanizando, afirmar a italianidade era importante, como indo no teatro assistir peças italianas. Elas tinham dificuldades em se relacionar com as(os) outras(os) nos espaços de lazer (vista como estranheza, a presença das pessoas negras). Outros locais de lazer eram os relacionados à religião católica, como os batizados, casamentos, etc. As suas memórias não eram voltadas para elas, mas para o grupo delas, a memória do marido, do pai e dos filhos e majoritariamente para o espaço doméstico.

Bernardo (1998) afirma que as mulheres brancas estão voltadas para o espaço privado (a casa), enquanto as mulheres negras estão voltadas para o espaço público (a rua). A pesquisa interseccional da autora²⁰ mostra que as experiências dos grupos de mulheres subalternas brancas com os espaços são diferentes das mulheres subalternas negras.

Carneiro (2001) critica a origem branca e ocidental do feminismo. Para a autora, num contexto em que as mulheres negras já trabalhavam e estavam nas ruas, elas “não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!” (p.1). A autora também critica a luta feminista pelo fim do mito da fragilidade feminina, já que elas nunca foram consideradas frágeis.

Carneiro defende um pensamento a partir das mulheres negras que seria, segundo Patrícia Collins, “(...) um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade... que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem...” (apud CARNEIRO 2001, p.5). Collins considera:

(...) como contribuição intelectual ao feminismo, não apenas o conhecimento externado por mulheres reconhecidas no mundo acadêmico, mas principalmente aquele produzido por mulheres que pensaram suas experiências diárias como mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras, empregadas domésticas, militantes pela abolição da escravidão e pelos

19 Memória proibida (POLLAK, 1989): preserva-se e guarda, mas não se fala (apenas em certos lugares e grupos).

20 Sem usar este termo e sem conceituar a autora comenta as inter-relações entre as categorias raça, classe e gênero.

direitos civis, cantoras e compositoras de música popular. (...) O pensamento feminista negro seria um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu da comunidade e da sociedade; ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem. (apud BAIRROS, 1995, p.462-263)

As feministas do Terceiro Mundo e\ou que trabalham com teoria pós-colonial ou decolonial chamam a atenção para a necessidade de articular gênero não apenas a raça, classe e sexualidade, mas também a nacionalidade e religião. Trazemos aqui para exemplificar uma referência do pensamento da escritora moçambicana, Paulina Chiziane (2013), considerada a primeira mulher romancista do seu país. Seus livros trazem o olhar do feminismo negro (apesar da autora não se afirmar, em suas escritas, como feminista) e de formas específicas de denúncias do sofrimento das mulheres africanas, subvertendo os valores tradicionais, através de suas experiências na condição de mulher, negra e moçambicana.

Kimberlé Crenshaw (2002) propõe um modelo analítico que possibilita a identificação das várias formas de subordinação, reconhecendo a diferença entre homens e mulheres e entre mulheres. Para ela, o conceito de interseccionalidade:

(...) trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A interseccionalidade entre os eixos de poder (gênero, raça, etnia, classe, idade, etc.) não corresponde às simples somas deles, mas à configuração das relações, das intersecções ocorrida entre eles, através das experiências vividas das(os) sujeitas(os). A construção da identidade mulher realizada pelas sujeitas se dá a partir do processo de interseccionalidade. Elas constroem suas identidades, nadando entre as águas profundas do gênero, sexualidade, raça, etc. Essa concepção envolve considerar as identidades como fluidas, complexas e instáveis e sempre no estado de construção e desconstrução.

Para Piscitelli (2008), a categoria de interseccionalidade oferece ferramenta analítica para aprender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. Trata-se da diferença em sentido amplo, para dar entendimento às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos.

A(o) pesquisadora(or) ao escolher os eixos interseccionais que serão analisados, também pode produzir a invisibilidade dos outros eixos que não foram trazidos pelo seu

trabalho. Segundo Piscitelli (2008), as diferenças, apesar de serem reconhecidas, se dão a partir de articulações que muitas vezes centralizam-se apenas em uma categoria ou privilegiam uma única diferença articulada ao gênero (a raça, a classe ou a sexualidade). A autora diz que Avtar Brah elabora uma abordagem construcionista das categorias de interseccionalidades. Esta abordagem, segundo a análise de Piscitelli, trabalha com a noção de articulação entendida como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que sua identidade se modifica como resultado da prática articulatória (2008). A proposta de Brah é trabalhar com a “diferença” como categoria analítica.

As análises de Brah (2006) se preocupam com a produção de subjetividades no marco da história do imperialismo e do capitalismo (um aspecto comum às feministas do Terceiro Mundo). A partir de sua proposta de macroanálise, ela considera a subjetividade e a identidade essenciais para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social. Para a autora, a compreensão das interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de “diferença” deve levar em conta a posição dos diferenciados racismo entre si.

Brah (2006) sugere quatro maneiras de como a diferença pode ser conceituada: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. Na primeira, dentro de um mesmo grupo coletivo, a maneira como cada pessoa interpreta um evento varia de acordo com a sua construção cultural. A experiência é vista como uma interpretação que por sua vez deve ser interpretada considerando-se as matrizes ideológicas existentes na formação das(os) sujeitas(os) diferentes, assim como as múltiplas localidades, os processos políticos, econômicos e culturais. Por exemplo, uma mulher feminista branca europeia terá uma experiência diferenciada em muitos eventos à de uma mulher feminista negra latino-americana.

A segunda maneira sugerida por Brah corresponde aos modos de diferenciação como gênero, classe e raça são constituídos em formações estruturadas. A mobilização e a constituição de um grupo social, por exemplo, os movimentos feministas relacionam-se com as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo.

A autora diz que a diferença por subjetividade deve levar em conta a importância da construção de conceitos que considerem os processos de formação da subjetividade ao mesmo tempo sociais e subjetivos. Por último, na diferença como identidade, a autora afirma que as identidades pessoais se articulam com as experiências coletivas, mas que existem especificidades na experiência vivida que não espelham a experiência do grupo. Por sua vez, a identidade coletiva “é o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de

eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares” (BRAH, 2006, p. 371-372).

Para a Brah (2011), é importante distinguir a “diferença” como marca da diferenciação de nossas histórias coletivas e “diferença” como experiência pessoal, contida na biografia de um indivíduo. Para ela, apesar de interdependentes, as duas perspectivas não têm uma relação direta:

Por lo tanto es necesario establecer diferencias entre, por ejemplo, las mujeres «blancas» y las «negras» en el discurso británico como una analítica históricamente contingente o como categorías de «sentido común» marcadas por procesos históricos específicos de esclavitud, servidumbre por deudas, colonialismo, imperialismo y racismo contra los negros, y, por otro lado, las mujeres blancas y negras como individuos. Mientras que la primera describe una división social, la última dirige nuestra atención hacia la persona como un sujeto complejo y continuamente cambiante, donde tienen lugar múltiples contradicciones, y cuyas prácticas diarias se asocian con efectos que pueden reforzar o minar las divisiones sociales. (BRAH, 2011, p.117)

Para a pesquisadora, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. É a partir da compreensão do contexto específico local, histórico, político e social que será possível compreender se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. As(os) sujeitas(os) dos movimentos sociais devem ter direito de evocar sua diferença toda vez que a igualdade lhes discrimina e reinventar a igualdade toda vez que a diferença lhes desqualifique, como assinala Santos (1995).

A linha de pensamento de Brah é importante para refletir como construções de diferença e distribuições de poder influenciam no posicionamento desigual das(os) sujeitas(os) em âmbito global. Significa identificar quando a diferença se organiza de forma hierárquica, não horizontal, ou seja, naquela que não se converte em veículo de legitimação da dominação:

Hacer una distinción entre «diferencia» como proceso de diferenciación referido a las particularidades de la experiencia social de un grupo y «diferencia», cuando ella misma se convierte en la forma en la que se articula la dominación, es crucial por varias razones. En primer lugar, dirige nuestra atención al hecho de que la «diferencia» no conduce inevitablemente a divisiones entre distintos grupos de mujeres. En segundo lugar, nos recuerda que nuestras experiencias no están constituidas únicamente dentro de «opresiones». Nuestras vidas abarcan un rango tan inmenso de variabilidad —geográfica, ambiental, física, emocional, psicológica y social, todas relacionadas entre sí— que susentido elude constantemente la compartimentalización y la totalización. En esta línea, la diversidad cultural es el rechazo a la «rigidez del significado», tal y como se articula, por ejemplo, en el arte, la música, la literatura, la arquitectura, la práctica

religiosa, la ciencia y la tecnología, las formas de organización económica, las tradiciones políticas y las cambiantes modalidades de subjetividad. Podemos afirmar y celebrar la diversidad cultural mientras seamos conscientes de que la noción de «diferencia cultural» es susceptible de apropiación por tendencias políticas que marcan límites esencialistas e impermeables entre los grupos. El racismo contemporáneo en Gran Bretaña proporciona un ejemplo de semejante apropiación de la «diferencia cultural». (BRAH, 2011, p.118-119)

A autora diz da importância de pensar a diferença cultural e o universalismo como processos. Assim como, empregar o universalismo para compreender as identificações transculturais. Segundo ela:

El tema del esencialismo parece exigir una aclaración conceptual entre:

1. El esencialismo como noción de esencia definitiva que trasciende barreras históricas y culturales.
2. El «universalismo» como característica común derivada de una experiencia histórica variable y como tal sujeto al cambio histórico.
3. La especificidad histórica de una formación cultural particular.

Debería ser posible reconocer la diferencia cultural en el sentido (3), y reconocer características comunes que adquieren un estatus «universal» a través de la acumulación de experiencias similares (pero no idénticas) en diferentes contextos como en (2), sin recurrir al esencialismo. Es evidente que, como mujeres, podemos identificar muchas características comunes de experiencia entre culturas que, sin embargo, retienen sus particularidades. En otras palabras, la especificidad histórica y el «universalismo» no tienen por qué contraponerse. Mi propio uso del término «universal» en la forma descrita anteriormente es una suerte de novedad frente al uso general del término. Estoy exponiendo el caso de un «universalismo» no esencialista; es decir, de un concepto de «universalismo» como «producto» histórico. Pero, vista la complicidad del discurso del «universalismo» con los proyectos hegemónicos del imperialismo, puede ser útil sustituir el «universalismo» por la idea de identificaciones «transculturales». (BRAH, 2011, p. 119-120)

A interseccionalidade parte da ideia de múltiplas dimensões identitárias que se cruzam. As intersecções que ocorrem entre as muitas identidades variam no espaço e no tempo. Valentine (2007), defendendo a interseccionalidade como possibilidade de análise da complexidade do espaço geográfico, afirma que a Geografia não tem prestado muita atenção neste conceito como as demais ciências sociais (por exemplo, a Antropologia e Sociologia). Ela mostra em sua pesquisa que as espacialidades variadas vivenciadas pelas pessoas rearranjam o jogo identitário.

O trabalho de Silva (2009) sobre as prostitutas brasileiras na Espanha mostra que dependendo da situação e do local, elas acionam certos códigos simbólicos da nacionalidade ou não. A autora afirma que eram diferenciadas as formas que as brasileiras prostitutas vivenciavam os espaços do clube e fora dele. Nos clubes, há o acionamento dos códigos

simbólicos da sua nacionalidade devido ao que eles despertam no imaginário social masculino europeu, há vantagens de ser brasileira. Por sua vez, fora do clube esses códigos são “sem valor”. Para a geógrafa, o espaço é uma categoria fundamental no aprofundamento do conceito de interseccionalidade.

Pensar o espaço geográfico a partir da interseccionalidade nos permite complexificar o estudo, torná-lo resultado do processo criativo da(o) pesquisadora(or). Para Silva e Silva (2014), a análise interseccional do espaço possibilita “a criação de uma perspectiva analítica complexa das vivências humanas, e também permite escapar da armadilha do espaço fixo, dado e constituído por dinâmicas sociais pouco palpáveis no cotidiano das pessoas.” (p.32).

Diante da discussão desenvolvida ao redor das categorias interseccionalidade e espaço na Geografia, trazemos o trabalho de Rodó-de-Zárate (2014). A proposta metodológica e conceitual criada pela autora, denominada Mapa de Relevos (Mapa de Relievs). Seu trabalho foi dedicado ao estudo de mulheres lésbicas e suas relações com o espaço cotidiano. A autora pretendia mostrar a importância que os espaços têm para os estudos de relações de poder e da importância do conceito de interseccionalidade para a compreensão das experiências nos espaços. Ela utiliza mapas como ferramenta para mostrar visualmente, a partir das experiências vividas e de uma aproximação interseccional, as desigualdades existentes nos distintos lugares percorridos pelas mulheres no seu cotidiano.

Rodó-de-Zárate (2014) classifica os lugares levantados pelas entrevistadas em: lugares de opressão, lugares de intersecções controvertidas, lugares neutros e lugares de alívio. Os primeiros são lugares onde se tem uma forte experiência de mal-estar causada por uma ou mais estrutura de poder (o gênero, a sexualidade, a raça, a classe e a idade). Os lugares controvertidos são os que provocam um alívio de alguma opressão, mas que na mudança provoca outro mal-estar. Os neutros são aqueles em que nenhuma identidade está em “relevos” (p.45) e os de alívio são aqueles em que se sentem um grande bem-estar e nenhuma identidade está em “relevos” (p.45).

A partir de toda a discussão já levantada sobre a diferença e interseccionalidade e de sua importância para os estudos feministas, a seguir, analisaremos trabalhos sobre a investigação feminista na Geografia.

2.2. Estudos feministas na Geografia²¹

O desenvolvimento do enfoque de gênero no âmbito da Geografia se deu na década de 1970, no mundo anglo-americano e na década de 1980, no caso espanhol, já que o contexto político da Espanha na época implicou certo atraso na difusão deste tema (FERRET, 2012). Outras ciências humanas também inseriram nas suas discussões o tema de gênero, o que representou a expressão acadêmica do movimento feminista e a incorporação de questões relativas às mulheres na agenda pública internacional e nacional. Em 1975, as Nações Unidas proclamaram o Ano Internacional da Mulher e o Decênio da Mulher (1975-1985), ocorreram também várias Conferências Mundiais sobre as mulheres (1975, 1980, 1990 e 1995). Mas segundo Ferret (2012) a inserção do enfoque de gênero na Geografia acadêmica ocorria e ainda ocorre de maneira ainda muito lenta em muitos países e até na Geografia internacional.

As mulheres foram invisibilizadas na ciência geográfica durante muito tempo. E para a geógrafa norte-americana Hanson (1992), ao mesmo tempo em que a Geografia invisibilizava as mulheres, o feminismo também se esquecia do componente territorial e espacial na maioria de suas análises.

A incorporação do gênero pela Geografia tem sido dada através de vários enfoques e denominações. Nas primeiras etapas falava-se de Geografia das Mulheres, depois, de Geografia e Gênero e mais posteriormente, de Geografia Feminista. Para Ferret (2012), o enfoque Geografia das Mulheres é:

(...) bastante descriptivo, focaliza su atención en el estudio des colectivo femenino, concretamente en los roles de género desarrollados por las mujeres y representa un intento de compensar la ignorancia a la que se había sometido a las mujeres como objeto de estudio durante décadas. A medida que estos trabajos avanzaron se vio la necesidad de abordar un enfoque más interpretativo, el que conocemos con la denominación de geografía y género (o del género), que se centra en el análisis de las relaciones de género (WGSG²², 1984). La denominación geografía feminista se caracteriza por incorporar abiertamente elementos de la geografía feminista a la interpretación geográfica. Esta denominación es muy común en el entorno angloamericano, donde a menudo se utiliza indistintamente con la denominación geografía e género o simplemente no se distingue entre sí, mientras que en el entorno latino es menos común, quizá porque el apelativo feminista aún encuentra, desgraciadamente, reticencias y descalificaciones en el entorno académico por su carga política. (p.494-495)

²¹ Nesta seção é importante assumirmos a ideia de narrativa posicionada da escrita e de seus limites como, por exemplo, o do levantamento das obras consultadas, em que muitas serão deixadas de fora devido às nossas realidades de pesquisa, acesso a bases de dados, capacidade de leitura de diversas línguas, dinheiro para comprar e acessar bibliografias e assim por diante.

²² WGSG (Women and Geography Study Group of the Institute of British Geographers). *Feminist Geographies: exploration in diversity and difference*. Londres: Longman, 1997.

Essa poderia ser uma das explicações da razão porque existem geógrafas que trabalham com gênero e/ou mulheres no Brasil e não se afirmam feministas. Mas o que é ser feminista? Entendemos que é um posicionamento político individual e pode significar diferenciadas posições em relação às questões de gênero. Apesar de ser muito abrangente (ou restrigente), essa explicação corresponde à própria complexidade e ampla abrangência da identidade feminista.

Algumas mulheres não se identificam como feministas por diferenciados motivos e cargas políticas que esse termo carrega, entre eles, o de sua origem, iniciado nos países ricos e por mulheres brancas. No entanto, essas mulheres lutam nos seus cotidianos, de distintas formas e intensidades, pelo fim da hierarquização entre as diferentes identidades de gênero.

Em trabalhos mais recentes se fala mais em Geografias Feministas, no plural, principalmente nos países anglo-americanos, para refletir a diversidade de posicionamentos em relação aos estudos sobre gênero, em que outras variáveis são usadas nas análises feministas, como classe social, orientação sexual, idade, etnia e raça. Além de diferenciados enfoques temáticos, como o corpo e a corporeidade.

Segundo Ferret (2012), a entrada desses novos enfoques e temas de estudos na Geografia tem influenciado na sua prática, em que:

Los conceptos y los métodos utilizados han sido ampliamente revisados (Sabaté, Rodríguez y Días, 1995) y siguen siéndolo, puesto que éste es un proceso dinámico que se retroalimenta de los diferentes paradigmas de la geografía, en su sentido más general, incorpora. Sin embargo, de manera general, podemos señalar que el enfoque de género en geografía se describe en el marco de los planteamientos no positivistas, es decir aquéllos que consideran la investigación geográfica como un proceso no neutral, que rechazan la objetividad y valoran la subjetividad, y a la vez entienden la investigación geográfica como una actividad comprometida social y políticamente. (p.295)

Mas o que são os métodos de pesquisa feministas na Geografia? As geógrafas britânicas (EKINSMYTH, 2002) resumem as características da investigação feminista na Geografia destacando a não neutralidade e a legitimação do conhecimento subjetivo, a importância do contexto e reconhecimento das relações de poder no processo de investigação (FERRET, 2012). Segundo Ferret (2012), hoje, é aceita uma pluralidade de métodos, assim como a possibilidade de transformá-los, no entanto, os métodos qualitativos são os mais importantes, pois possibilitam trazer aspectos como a subjetividade, a relação pesquisadora-

pesquisada, a posicionalidade, a flexibilidade, o conhecimento do contexto e as trocas de experiências (MCDOWELL, 1992; MONK, 1995; BELL e VALENTINE, 1995).

A “segunda onda” do feminismo²³ desenvolvido a partir da década de 1960 influenciou os pensamentos e estudos das geógrafas feministas na década de 1970. De acordo com algumas obras consultadas, identificamos que elas criticavam, na pesquisa acadêmica, a investigação baseada em um ideal científico de objetividade que nega as experiências e as interações pessoais entre a investigadora e suas informantes. Para as geógrafas estas investigações não são imutáveis e transformam-se de acordo com as perspectivas e metodologias as quais são submetidas, por exemplo, as marxistas, feministas, pós-modernas etc.

As geógrafas feministas despertam a ideia de que os acontecimentos possuem múltiplos significados e interpretações (MCDOWELL, 1999). O lugar passa a ser pensado, como diz a geógrafa britânica McDowell (1999), como uma espécie de texto espacial, interpretado diferentemente por leitoras(es) diferenciadas(os) entre si pelo gênero, etnicidade, idade, raça e experiência de vida. A ideia de que a mulher enxerga o mundo de maneira diferenciada, ergue um dos pilares da investigação feminista. Após vários estudos realizados por geógrafas feministas, desde os anos 1970, surgem e se mantêm até hoje a ideia de que mulheres e homens, travestis e transexuais e outras identidades de gênero e sexuais, assim como pessoas que não se definem por um gênero ou pelo binarismo, estão situadas(os) de maneira distintas no mundo e que são diferentes as relações que elas(es) estabelecem com os lugares.

Surge, com a influência do pensamento feminista, a importância de se considerar mais o processo que o produto nas pesquisas acadêmicas. Segundo McDowell (1999), já é aceito que as formas de opressão das mulheres variam histórica e geograficamente, e de que se devem considerar as diversas escalas de análises. A autora entende os estudos feministas como um projeto próprio da modernidade, com finalidade política e progressista (1999, p.335).

Segundo Silva (2009), na década de 1980, os estudos feministas, foram fortemente influenciados pelo marxismo e pela noção de patriarcado, vinculando a luta de classe à desigualdade de gênero, principalmente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, incluindo os latino-americanos. A autora diz que:

23 A “primeira onda” do feminismo além das preocupações políticas e sociais irá se voltar para as construções teóricas feministas, como a problematização do conceito de gênero (LOURO, 2003). Discutiremos mais sobre as ondas no feminismo do capítulo 3, p.105-106.

As geógrafas feministas entendiam que as questões de gênero, que envolvem as relações de dominação/subordinação, não podiam ser tratadas de forma isolada, mas sim, intrinsecamente às lutas de classe, para superar a totalidade dos sistemas de exploração presentes na sociedade, implicando, assim, a abolição de outras formas de opressão, entre elas a opressão das mulheres. (p.33)

Embora reconheça a importância dos estudos sobre o patriarcado, McDowell (1999) afirma que as feministas, partindo desta abordagem, propiciaram certo grau de generalidade, desconsiderando os contextos históricos e espaciais. Não proporcionando, assim, a expansão do campo de análise. Mais tarde estas noções foram enriquecidas pelo conceito de gênero e a incorporação desse pelas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos na Geografia.

As primeiras investigações de geografia feminista nos países anglo-americanos tinham o foco exclusivamente nas mulheres. Estas estavam mais ligadas às descrições das desigualdades de gênero baseadas nas diferenciações corporais. Não havia uma preocupação em estudar também os homens. A partir do momento em que as perguntas das pesquisas se voltaram para as relações de gênero, os estudos sobre os homens e a masculinidade tornaram-se importantes. Na década de 1980 foi aceita a ideia de que para estudar a situação da mulher como subordinada ao homem e da construção do feminino como versão inferior da idealizada de masculino, dever-se-ia investigar tanto os homens e a masculinidade, como as mulheres e a feminilidade, pois os feminismos estão nas relações.

Segundo McDowell (1999), na década de 1990, a maior parte dos profissionais que introduzem a vida das mulheres nos estudos geográficos é composta por nomes femininos. Isso significa, para ela, que os nossos colegas do gênero masculino, baseados numa posição universal masculina da ciência, não se davam conta que eles também eram um gênero e não acreditavam que as mulheres fossem dignas de estudos. No entanto, havia na década de 1980 uma preocupação na expansão dos estudos feministas para toda a Geografia, para além dos estudos de mulheres por mulheres, como se nota no trabalho abaixo produzido por Hanson e Monk em 1982 e republicado em 2009:

Nossa intenção aqui é identificar as tendências sexistas da investigação geográfica e avaliar suas consequências para a disciplina em seu conjunto. Não acusamos os geógrafos de terem sido conscientemente sexistas nas suas investigações; só queremos constatar que, ao omitir a mulher, a maior parte dos estudos geográficos tem sido passivamente sexista, às vezes, sem sequer darem conta. Não planejamos condenar certas investigações, nem suas tradições, mas provocar uma crítica construtiva de como incorporar a perspectiva feminista à geografia. Parece-nos que há duas maneiras alternativas para feminilizar a disciplina. Uma delas seria o desenvolvimento de uma forte corrente feminista de

investigação que se torne uma discussão entre muitas que existem no enredo que forma a tradição geográfica. Consideramos essa investigação como necessária, porém não suficiente. A Segunda maneira, e que nós preferimos, é promover a perspectiva feminista em todas as correntes da geografia humana, de tal modo que os assuntos relacionados com a mulher se incorporem a todos os projetos de investigação geográfica. (2009, p.35, tradução nossa)

Neste sentido, muitas pesquisadoras projetaram expandir as investigações feministas a muitos campos epistemológicos na geografia e nas diversas escalas geográficas. Os estudos de gênero se expandem, por exemplo, para a Geografia Regional, Econômica e/ou Urbana. Havia, inicialmente, uma preocupação intensa com a obtenção de dados estatísticos sobre a situação da mulher em vários campos, como por exemplo, do trabalho, da saúde e da educação. Como a tarefa das geógrafas feministas da década de 1980 era tornar mais visível a vida das mulheres nas distintas partes do mundo, muitas delas desenvolveram seus trabalhos através de questionários, entrevistas e estudos de caso.

McDowell (1999) apresenta em seu livro “Género, identidad y lugar. Feminismos.” (tradução em espanhol da versão original em inglês “Gender, Identity and place. Understanding feminist geographies”) dois quadros, resultado de um estudo realizado no início dos anos 1980 pela socióloga feminista Reinharz (1983), que diferenciam o que ela denominou de: os métodos tradicionais e os alternativos. Para McDowell, estes quadros podem ser aplicados igualmente à geografia da época. O Quadro 1 diferencia os dois métodos. O Quadro 2 é mais amplo, mostra os atributos desejáveis para se seguir um modelo feminista de análise.

Los métodos mayoritarios aspiran a:	Un método alternativo admitiría:
Ser exclusivamente racionales en la investigación y el análisis de los datos	Ser una mezcla racional e intuitiva, que obtiene resultados inesperados, en investigaciones y análisis
Ser científicos	Ser preciso pero artístico
Orientarse hacia estructuras cuidadosamente definidas	Estar orientado hacia el proceso
Ser completamente impersonales	Ser personal
Orientarse a la predicción y el control de hechos y cosas	Estar orientado a la comprensión de los fenómenos
Interesarse por la validez de los hallazgos para el mundo académico	Interesarse por el sentido de los hallazgos para el mundo académico y las comunidades interesadas
Ser objetivos	Ser una mezcla de orientaciones objetivas y subjetivas
Producir principios generales	Producir explicaciones específicas
Interesarse por hechos y procedimientos que se repiten	Estar interesado en un fenómeno único, aunque frecuente
Producir análisis completos de un problema de investigación	Limitarse a realizar descubrimientos parciales de acontecimientos que continúan produciéndose
Abordar los problemas con conceptos previamente definidos	Limitarse em generar conceptos en vivo, en el propio campo

Quadro 1 – Comparação das aspirações dos métodos de investigação.

Fonte: REINHARZ, 1983, apud MCDOWELL, 2009, p.345.

	Convencional o patriarcal	Alternativo o feminista
Unidades de estudio	Definidas previamente, conceptos operativos establecidos como hipótesis	Los hechos naturales se insertan en los contextos en que están ocurriendo
Definición del enfoque	Limitado, especializado, específico y exclusivo	Amplio y inclusivo
Tipos de datos	Informes sobre conductas y actuaciones en cuestionarios y archivos	Sentimientos, conducta, pensamientos, intuiciones, actuaciones, como protagonista o como testigo
Tema de estudio	Un asunto manejable, procedente de la literatura especializada, seleccionado por la importancia de su contribución a la espacialidad, a veces socialmente significativo	Problemas socialmente significativos, a veces relacionados con temas analizados en la literatura especializada
Papel o investigación:		
<i>en relación con el entorno</i>	Se pretende el control, y se intenta manejar las condiciones de la investigación	Apertura, inmersión, trabajo apegado al medio y configurado por éste
<i>em relación con los sujetos</i>	Distanciamiento	Implicación, sentido del compromiso, participación, destino común
<i>como persona</i>	Irrelevante	Relevante, espera cambiar durante el proceso
<i>influencia en el investigador</i>	Irrelevante	Anticipada, registrada, comunicada y evaluada
Ejecución del método	Diseño previo, decidido <i>a priori</i>	Método determinado por las características únicas del campo elegido
Criterios de validez	Pruebas, evidencias, estadísticas, significación: el estudio debe ser reproducible y arrojar los mismos resultados para que los descubrimientos se consideren válidos	Completo, verosímil, ilustrativo, aporta conocimiento, sensible a la experiencia de los sujetos y de los lectores; el estudio no puede repetirse
El papel de la teoría	Decisivo, porque determina el diseño de la indagación	Surge de la realización de la investigación
Análisis de datos	Concertado <i>a priori</i> , descansa en la lógica deductiva. Se realiza cuando se tiene todos los datos	Realiza durante el estudio, depende de ideas que pueden cambiar a medida que progresa la investigación
Manipulación de los datos	Utilización del análisis estadístico	Creación de <i>gestalt</i> y de pautas de significados
Objetivos de la investigación	Probar hipótesis	Desarrollo del conocimiento mediante descripciones y conceptos fundados
Formato de la presentación	Informe de la investigación, teniendo en cuenta la hipótesis de partida, o presentación de los datos obtenidos a partir de los instrumentos	Historia, descripción con conceptos nuevos que incluyen la documentación del proceso que condujo al descubrimiento
Fracaso	Insuficiencia estadística, desacuerdos	El proceso no puede ilustrar el tema
Valores	La actitud del investigador carece de importancia, ni se reconoce ni se analiza, intenta no valorar y ser objetivo	La actitud de las investigadoras se describen y se analiza, el valor se reconoce, se demuestra y se califica
Papel del lector	Se remite a la comunidad de los especialistas, que evalúan el diseño de la investigación, su gestión y sus resultados	Se remite a las especialistas y a la comunidad interesada, que se comprometen; se valora la utilidad y la sensibilidad hacia las necesidades detectadas

Quadro 2 – Comparação do modelo feminista de investigação com o modelo convencional.
 Fonte: REINHARZ, 1983, apud MCDOWELL, 2009, p.346-148.

Na década de 1980, havia, por parte das feministas, uma preocupação muito grande com a relação entre investigadora(or) e sujeita(o) investigada(o). A crítica feminista é muito forte no que diz respeito à impessoalidade e exploração na relação entre os sujeitos da pesquisa. O método de observação participativa era visto como o ideal para as feministas, pois ele permitia diminuir o distanciamento e tornar menos impessoal o estudo, além de permitir adentrar no campo subjetivo da vida das mulheres.

Numa tentativa de seguir os caminhos de uma pesquisa feminista na geografia, este trabalho utiliza os “métodos de investigações reflexivos” (MCDOWELL, 1999, p.353), qualitativos e interativos (MCDOWELL, 1999). Segundo a autora, todas(os) somos sujeitas(os) com gênero, por isso as interações realizadas durante as investigações são totalmente influenciadas pelas ideias estabelecidas a respeito da nossa identidade de gênero, assim como nossa raça, sexualidade etc., como por exemplo, a de status e autoridade, sobre o estar dentro e fora. A antropóloga feminista Helen Callaway (apud MCDOWELL, 1999) afirma que se deve levar a sério, independente do gênero da entrevistadora e da entrevistada, “a compreensão cada vez mais profunda das nossas identidades de gênero e das complexidades codificadas do nosso ser, pois ela nos oferece os melhores recursos para compreender a vida de outras pessoas” (apud MCDOWELL, 1999, p.353, tradução nossa).

Nesta pesquisa, foram determinantes para o estabelecimento de níveis diferenciados das relações com as mulheres pesquisadas, as nossas diferenças, que vão além do gênero, como as de idade, classe, orientação sexual e raça.

Influenciadas pela “terceira onda” do feminismo²⁴ e pelas discussões presentes nos grupos de mulheres negras e/ou lésbicas, muitas investigações feministas da década de 1990 tinham a preocupação em desconstruir a categoria mulher como única. As conexões entre o gênero, a raça, a classe, por exemplo, colocavam em questão o predomínio apenas das divisões de gênero. Havia uma atenção às multiplicidades e às diferenças existentes das vozes das mulheres estudadas. Crescia a ideia de que nós mulheres estamos inseridas em redes de relações desiguais de poder. Pensando em termos espaciais, nos diferentes lugares e tempos desses lugares, essas relações desiguais de poder separam as mulheres.

Hoje, cada vez mais vemos nos estudos feministas a desconstrução da divisão binária do gênero, do corpo e da sexualidade. O gênero se torna fluido e aberto às transformações a

²⁴ A “terceira onda” do feminismo nasce na década de 1990 em que as discussões sobre as diferenciações como as de raça, classe, sexualidade entre as mulheres tornam-se centrais. Discutiremos sobre as ondas no feminismo do capítulo 3, p. 105-106.

partir das práticas retrorreflexivas (MCDOWELL, 1999). Para McDowell, as geógrafas feministas tiveram que aprender novas formas de observar e investigar.

Esta pesquisa pretende ir além de mostrar as desigualdades materiais existentes entre os homens e as mulheres e entre elas/nós, mas principalmente indicar as possibilidades existentes para a construção de espaços alternativos, de outras formas de pensar o espaço urbano a partir das diferentes mulheres feministas pesquisadas.

Abordamos nesta pesquisa as Geografias feministas no plural para dizer da complexidade dos estudos sobre gênero na perspectiva feminista. O termo movimentos feministas no plural corresponde às várias formas de atuar dos movimentos a partir das diferenças entre as militantes. A categoria mulher apresenta internamente diferentes relações de poder que precisam se constituir como pilares para os estudos feministas. As mulheres se diferenciam entre si a partir de sua raça, classe, orientação sexual, etnia, religião etc., e acreditamos que é nestas diferenças que o feminismo possibilita estas compreensões e ações.

O lugar e território: geografizando o estudo feminista sobre as mulheres

A influência da perspectiva feminista na geografia se dá de maneira muito diferenciada entre os países. Monk (1994) no artigo intitulado “Place matters: comparative international perspectives of feminist geography”, embora reconheça a limitação das fontes de seus dados, escreve sobre as diferentes intensidades das abordagens feministas, em diferentes locais. A autora aponta como centros ativos da prática geográfica feminista, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, a Espanha e a Austrália. Num segundo plano está a Holanda, os países escandinavos, o sul da Ásia, particularmente a Índia e o Sri Lanka, a África subsaariana, a Áustria, a Alemanha e a Suíça. Já os países com baixa atividade na perspectiva feminista na Geografia são a França, a Bélgica, o leste da Ásia, o leste Europeu e a América Latina (a autora consultou apenas obras nos países de língua espanhola).

Referenciando os estudos realizados por geógrafas feministas brasileiras na década de 1990, temos como exemplo as pesquisas de Sader (1995) e Rossini (1998) que, a partir de uma perspectiva marxista, pesquisam a relação entre a mulher e o trabalho (no campo, mais especificadamente). Elas analisam como a mudança da família em colonatos²⁵ para as famílias

²⁵ O sistema de colonato é uma forma de relação de trabalho que, no Brasil, foi comum na segunda metade do século XIX e início do século XX. Para Carvalho, o colonato “criava entre o proprietário das terras e o trabalhador uma relação muito próxima à de senhor e escravo, onde a voz do patrão era a grande lei. Sem nenhum direito trabalhista assegurado, o trabalhador dependia em tudo do fazendeiro, trabalhando como, onde, e quando ele determinasse, recebendo um pequeno salário, quase simbólico, e morando na própria fazenda, em

atuais, advinda da inserção mais intensa do capital nas relações de trabalho, permitiu uma intensa entrada das mulheres no trabalho assalariado e o aumento de famílias chefiadas por elas. Sem, no entanto, tirá-las do trabalho doméstico, ainda exclusivo delas. Concretizando-se, assim, a dupla jornada das mulheres. Mas ao mesmo tempo, permitiu a entrada delas em sindicatos e na política, o direito à separação e um aumento da não permissão à violência doméstica. Na década de 2000, podemos destacar os trabalhos realizados pela geógrafa Silva (2009b) sobre a experiência das brasileiras imigrantes ilegais no exercício da prostituição na Espanha. Esta autora trabalha com o espaço como uma categoria fundamental no enriquecimento do conceito de interseccionalidade.

Silva (2009) afirma que a pouca presença de estudos feministas no Brasil, analisada do ponto de vista estrutural, é derivada de algumas premissas históricas dos quais o pensamento geográfico brasileiro está subordinado, ela as descreve:

- a base eurocêntrica de constituição do saber;
- o apego à forma material do espaço, do qual emana a pretensa neutralidade;
- a permanência do sujeito genérico e universal, que invisibiliza os demais grupos sociais que não estão identificados com o protagonismo do homem, branco, ocidental, cristão. (p. 76)

Para a autora, a geografia brasileira está impregnada de subjetividade colonial. Existe um legado epistemológico no pensamento eurocêntrico que impede os grupos e sujeitas(os) de compreenderem o mundo a partir do seu próprio mundo, sendo deslegitimadas(os) e inferiorizadas(os) por suas potencializadoras formas de entender a sua realidade. E este legado está presente nos Departamentos de Geografia no Brasil. Silva (2009) cita a análise de Moraes (1994) sobre as origens do Departamento de Geografia (DG) da USP, ele diz:

(...) fundado por mestres franceses, tendo por modelo a estrutura dos departamentos/cátedras em que estes se formaram e por doutrina o possibilismo lablacheano, o DG jamais conseguiu sair da órbita de influência da geografia produzida em França. Sequer conseguiu assimilar, mesmo que marginalmente, outras orientações teóricas. [...] incorporou fenomenal simpatia pelo empirismo, elegendo por modelo básico de pesquisa a monografia regional. Igualmente como a matriz, por longo tempo, o DG enganou-se entendendo seu campo de reflexão como um saber positivo e apolítico, que tranquilamente transitava entre os fenômenos naturais e sociais. O apreço pela história aparece, nesse quadro, como uma das poucas virtudes de berço (...). (apud SILVA, 2009, p. 77)

casas cedidas por ele. Geralmente, como uma liberalidade, o proprietário cedia ao colono um pequeno pedaço de terra onde ele podia plantar para o gasto. Mas era também bastante comum, dentro do colonato, o sistema de parceria, onde o trabalhador cuidava de uma determinada lavoura, preparando a terra, fazendo o plantio, as capinas e a colheita, para depois ceder ao proprietário das terras uma fração da produção que atingia às vezes 70%." (1975, p.12).

Como uma reação a essa dominação colonial, a partir de 1970, ocorreu em muitas partes do mundo a (re)afirmação de atores coletivos (mulheres, negros, indígenas, migrantes, etc.) querendo ser reconhecidos nos espaços a partir da sua memória, seu passado, sua cultura (luta por reconhecimento). Depois da década de 1980, novos pressupostos teóricos e epistemológicos multiplicaram-se.

Adotar a perspectiva de gênero, sexualidade e constituir Geografia feministas provocam inflexões na epistemologia geográfica. Mas para descolonizar esta ciência precisamos ir além, não só trazer as abordagens centradas na pluralidade dos seres humanos, mas precisamos também deslocar as nossas priorizações nas referências brancas ibéricas e anglo-saxãs.

A categoria lugar esteve no centro de muitas pesquisas realizadas pelas geógrafas feministas europeias e estadunidenses. Esta categoria, para elas, permitia um estudo mais aprofundado das identidades, dos cotidianos e das subjetividades marcadas pelas relações desiguais de gênero e sexuais. A escala do lugar permitia adentrar nas experiências locais vivenciadas diferentemente entre mulheres e homens e mostrar todo o jogo de relações de poder o qual as mulheres eram inferiorizadas. Permitiu desmascarar as desigualdades existentes, para além das diferenças de classes, no espaço geográfico.

As formas de conceber os lugares foram transformadas ao longo do tempo. A proposta de lugar no livro “Pelo Espaço” (2008) e no texto “Um sentido global de lugar” (2000) da geógrafa inglesa, Doreen Massey, resulta da influência do pensamento feminista na Geografia.

A autora propõe pensar um sentido progressista de lugar, através de uma integração positiva entre o local e o global. Para Massey, os discursos sobre espaço, lugar e tempo pós-modernos, em que termos como aceleração, aldeia global e superação de barreiras espaciais são utilizados, resulta em incertezas dos lugares. Antes, também na geografia, a noção de lugar idealizado era composta por comunidades coerentes e homogêneas, e hoje, ela é contraposta pela fragmentação geográfica. A autora diz que a saudade desse lugar coerente dá origem, algumas vezes, a reações defensivas e reacionárias (como certas formas de nacionalismos). Nesse sentido, ela defende repensarmos o nosso sentido de lugar, um lugar voltado para fora, não fechado, progressista e que se adapte a nossa era de compressão tempo-espaço.

Massey (2000) critica a visão reducionista da compressão tempo-espaço e defende que cada indivíduo ou grupo a vivencia de maneira diferente. Para ela, há muitas coisas, além do

capital, que influenciam a nossa experiência de espaço, como o gênero e a raça. A mulher, por exemplo, sofre várias restrições no seu deslocamento e mobilidade entre os lugares, como as relacionadas à violência física ou as de ser obrigada a se sentir “fora do lugar”.

Massey levanta a importância da multiplicidade do espaço através das chamadas Geometrias do Poder (MASSEY, 2000). Elas consistem em uma proposta de pensar o espaço através das múltiplas possibilidades de poder. Diferenciados grupos e indivíduos se posicionam de maneiras muito distintas em relação aos fluxos e às interconexões. Para ela, alguns dão início ao fluxo, uns ficam mais na sua extremidade receptora do que outros e alguns são aprisionados por ele.

A forma reducionista da compressão tempo-espaço produz insegurança nas pessoas e elas acabam buscando um sentido de lugar como enraizamento e reacionário, que separa “nós” e “eles”. No entanto, Massey (2000) defende que é possível a construção de um lugar onde as pessoas possam manter a noção de diferença geográfica, de singularidade e até de enraizamento, sem ser reacionário.

Ela defende o lugar como não estático; onde as interações sociais são como processos; sem demarcações, pois isso ajuda a fugir da associação entre penetrabilidade e vulnerabilidade que é o que torna a invasão do recém-chegado (por exemplo, o imigrante) tão ameaçadora; com identidades múltiplas; cheio de conflitos internos; e onde permanece a importância das singularidades (MASSEY, 2000, p.185). É importante dizer que esta forma alternativa de entender o lugar é produzida a partir do contexto de chegada maciça das(os) imigrantes nos países europeus, em especial na Inglaterra (país de nascimento e residência da autora). O lugar é visto como permeável, como uma constelação de trajetórias mutantes. Massey (2005) coloca a questão do “viver e permanecer juntos” como central, afirma que esta questão pode gerar o caos, mas, ao mesmo tempo, é risco e oportunidade pois cria novas políticas dos lugares.

Segundo a geógrafa, todos os espaços são de alguma forma regulados socialmente, se não por regras explícitas, então pelas regulações mais competitivas que existem na ausência de controles explícitos. As regulações estão nos espaços privatizados, como os *shoppings centers* que limitam ou intimidam grupos e pessoas de estarem ali e os bares que, por exemplo, não permitem o beijo entre duas namoradas lésbicas, e está também nos espaços públicos, como as praças e os parques que excluem ao regularem os corpos que devem estar ali.

Ao trazer os movimentos e as mulheres feministas para o centro desta pesquisa e trabalhando com a ideia de que estas mulheres através de suas ações e organizações produzem

novas significações dos espaços, optamos por discutir também sobre a categoria território. Pois as conquistas ocorridas nos lugares só ocorrem após uma luta travada, cheia de contestações, conflitos e negociações, envolvendo diversas esferas das relações de poder. Os territórios produzidos pelas ativistas na cidade são fluidos, efêmeros, transitórios, fugazes, rítmicos, periódicos e sem delimitações, mas localizáveis. Através de suas corporeidades, de suas presenças e ausências conscientes, elas subvertem as lógicas estruturantes de poder já estabelecidas nos lugares.

A tomada de consciência territorial, a qual menciona Mesquita (1995), corresponde ao (re)modelamento do território a partir do impulso interno e da relação com o outro. Ela é possibilidade de transformação em nós e no território, é o que gera a ruptura do padrão vigente. Para a geógrafa, criamos territórios (simbólicos e codificados) de sociabilidade que podem ser fluidos, periódicos, rítmicos nos vários espaços concretos em que transitamos.

Para Porto-Gonçalves (2004 e 2005), a “conflitualidade” é vista como responsável pela transformação do espaço em território, o qual é constituído durante os conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que os grupos pretendem criar, conquistar e controlar seus territórios.

A categoria território tornou-se importante na análise dos movimentos sociais pela Geografia, através do estudo da territorialidade e da produção de territórios de resistência na cidade, no campo e na floresta pelos grupos, representando processos que possibilitaram a reprodução de novas significações do território nacional. A expansão do conceito de território possibilitou a aproximação desta categoria aos estudos sobre os movimentos sociais.

Nesse sentido, a identidade construída coletivamente através da rede de movimentos feministas, pelos sujeitos locais que interagem entre si e com o espaço urbano pode significar uma unidade na diversidade e organização política na tentativa de potencializar as ações para a transformação do espaço. A construção da identidade e a afirmação da diferença se dão de forma particular em cada lugar, devido as suas especificidades. Acreditamos que os movimentos feministas são construtores de/construídos por sujeitas(os) coletivas(os) transformadoras(es) do espaço urbano e que produzem identidades e territorialidades feministas na cidade, surgidos a partir do empoderamento²⁶ das militantes e estas se territorializam, constroem territórios. Haesbaert²⁷ afirma que os conceitos de espaço e lugar utilizados por Massey são essenciais para compreender o de território. Sendo assim, eles se

²⁶ O conceito de “empoderamento” será discutido no capítulo 4, p.140.

²⁷ Rogério Haesbaert, comunicação oral, VI Seminário da Pós-Graduação em Geografia (IESA/UFG), em Goiânia, em maio de 2013.

tornam importantes também para compreender o processo de territorialização das(os) militantes dos movimentos sociais.

O controle do espaço pelo movimento repetitivo faz surgir o território. Os espaços transitados, ou seja, percebidos e produzidos a partir das trajetórias das(os) sujeitas(os), através do movimento repetitivo, correspondem não somente os espaços do trabalho, mas também o do lazer, o da residência, o dos afetos (mesmo se temporários).

Para Haesbaert, são algumas características do território: possuir identidades múltiplas e estar incluído na diferença, ou seja, a existência de múltiplos territórios e territórios múltiplos. O autor propõe identificar os múltiplos territórios (ou múltiplas territorializações) através de algumas modalidades, entre elas, a de territorializações efetivamente múltiplas, ou seja, “uma multiterritorialidade em sentido estrito, construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de território-rede multifuncionais, multi-gestionários e multi-identitários” (HAESBAERT, p. 32, 2007).

A multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007) surge como uma alternativa conceitual do processo de “desterritorialização”, afirmando que o sujeito pode viver territórios diferenciados, experimentá-los simultaneamente ou sucessivamente. Para Haesbaert:

O território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto nos sentidos das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência) (...). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresa, instituições (...) etc. (HAESBAERT, 2007, p. 22)

O território agora não está associado apenas ao conceito de estado-nação, mas também às dimensões sociais, culturais e políticas.

Essa nova forma de compreendê-lo foi possibilitada, principalmente, a partir da década de 1980 e vem se intensificando. Novas/velhas territorialidades que estão em curso no mundo a partir das migrações, das diásporas, dos movimentos sociais produzem novos processos de territorialização.

Nos anos 1950 e 1960 inicia-se uma inflexão na abordagem de território realizada por pesquisadores como Jean Gottmann e Giuseppe Dematteis. Na década de 1970 surgem novos nomes como Claude Raffestin e os filósofos Felix Guattari e Gilles Deleuze. Esses autores compreendem o território a partir da sua multidimensionalidade social, política e cultural e consideram os seus elementos materiais e imateriais.

Uma abordagem que tem marcado a geografia no Brasil é a de Raffestin. O autor destaca o caráter político do território. Tendo como referência Michel Foucault, o autor (Raffestin, 1993) defende as diferentes variantes do poder, para além do Estado, estando presente também nas ações das instituições e das empresas, as quais se realizam na vida cotidiana, buscando o controle e a dominação sobre as pessoas e as coisas. Para Raffestin:

Do Estado ao indivíduo passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem território. (RAFFESTIN, 1993, p. 152)

Segundo o autor, o território implica territorializações a partir das diferenciadas atividades cotidianas realizadas nele.

A partir das ideias dos autores Deleuze e Guattari (1992) que, através de uma análise filosófica, afirmam que diante da desterritorialização, originada do intenso processo de globalização, ocorre a reterritorialização, ou seja, o território desaparece sem deixar de existir, pois há sempre recriação de novas territorialidades, novas identidades, novos arranjos territoriais e novos significados, Haesbaert (2004) propõe que como fruto do processo dialético e contínuo da territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) está a multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004). Ou seja, a ocorrência de múltiplos territórios articulados que podem ser de natureza funcional e simbólica, material e virtual e de sobreposição entre territórios-rede e territórios zona, bem como articulação simultânea entre ambos (HAESBAERT, 2004). Para Haesbaert, os grupos sociais excluídos não se veem sem nenhum território, mas se inserem numa territorialização, onde, na verdade, estão incluídos precariamente na ordem global, em busca de apropriar-se de um território mínimo.

Saquet (2010) chama-nos a atenção acerca das análises sobre o território e a territorialidade, pois estas categorias são estudadas por muitos autores a partir de uma realidade europeia. Ao pensar esses conceitos para a realidade brasileira, precisam-se levar em conta as especificidades e os múltiplos territórios existentes. Para ele:

(...) é preciso construir abordagens e concepções para o Brasil, que auxiliem na compreensão de des-continuidades (...), multitemporalidades, multiescalaridades e especificidades, como a vida indígena; a ruptura provocada pela exploração europeia efetivada no pós-1500; a Amazônia; a gestão de energia hidroelétrica; a arenização; a geopolítica na América Latina; a caatinga e o cerrado, entre outros processos como a produção agrícola e artesanal de base familiar e os movimentos sociais. (SAQUET, 2010, p.157)

Para o autor, a mudança social dá-se com a mudança territorial e vice-versa, que se concretiza na e com a territorialidade cotidiana (SAQUET, 2010).

Uma definição de movimento social realizada por Dalton e Kuechler (1990) e apresentada por Boaventura Santos (1999) corresponde a “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas” (p. 227). Outra definição construída por Thompson (1979) trata-se do movimento social como força social coletiva organizada. Todos os movimentos sociais urbanos, do campo ou da floresta têm como objetivo a mudança social e/ou política do *status quo*.

Os feminismos são movimentos sociais, filosóficos e políticos. Os coletivos (ou as coletivas) feministas de Goiânia, os quais muitas entrevistadas fazem parte, são vistos como movimentos sociais.

Segundo Martins (1997), no final da década de 1980, muitos pesquisadores (muitos marxistas) procuravam explicar as origens dos movimentos sociais pela mobilidade forçada da mão de obra. No campo, “a expropriação gera um conflito pela perda do território e manifesta-se na luta pelo acesso a terra”. Já na cidade, “o conflito refere-se à necessidade de criar um território, manifestando-se nas reivindicações por acesso a trabalho e moradia” (BECKER, 1988, p. 120). E nos estudos de hoje, a questão territorial ultrapassa apenas a luta pelo lugar de moradia e trabalho, tornando-se uma luta por todas as dimensões da vida cotidiana (MARTINS, 1997).

Para Martins (1997), os movimentos sociais locais conseguem influenciar na determinação de identidades territoriais, nos acontecimentos do cotidiano, nas outras escalas até, finalmente, influenciar no direcionamento do processo de transformação social. Becker diz que “a multiplicação de movimentos de protestos localizados reivindicando contra-espacos evidencia a importância do lado prático do processo de produção do espaço” (BECKER, 1990, p. 118). Portanto, como afirma Porto-Gonçalves (2006), todo movimento é portador de uma nova ordem social que pressupõe novas posições, relações, sempre socialmente instituídas entre lugares. Para o autor:

(...) a dialética entre o ser e o dever ser se instaura não como categoria abstrata, mas no chão concreto das lutas, nas lutas. Afinal, toda(o) aquela(e) que se sente oprimido ou explorado diz querer mais espaço (...) as mulheres querem mais espaço, os negros querem mais espaço, os sem-terra ocupam, isto é, se co-locam (...) Enfim, os diferentes grupos sociais re-significam o espaço e assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A Geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo – ato de marcar a terra. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.21)

Porto-Gonçalves dialoga com a possibilidade de se construir uma teoria geográfica dos movimentos sociais levando em conta as experiências dos “homens e mulheres de carne e osso” (THOMPSON, apud PORTO-GONÇALVES, 2006). Sendo assim, para ele, a luta social é uma luta pelo espaço. A resistência localiza-se no espaço, pois todas as relações sociais são relações espaciais.

Silva (2009) afirma que o pensamento feminista do rompimento da matriz binária do gênero refletiu nos conceitos da Geografia, como espaço e território. Para ela:

As abordagens masculinas do território levam em consideração as relações de poder mediadas pelo espaço em que o conquistador ergue fronteiras para a proteção de si e a exclusão dos outros, evidenciando o ponto de vista do conquistador como universal e atentando apenas para a configuração colonizador/colonizado ou *insider/outsider*.

Sob a perspectiva de Rose (1993), no território do conquistador há também o conquistado, que não é passivo, que coloca em ação sua força de resistência e dá sentido ao poder exercido, gerando uma relação simultaneamente contraditória/complementar de dependência, já que a prática do poder só se justifica pela ação que resiste a ele. Esta perspectiva nega a visão simplista e oposicional *insider/outsider*, e ela é potencial para se construir a visibilidade de grupos não hegemônicos, já que rompe com a visão universal do poder.

A universalidade do poder do conquistador na constituição de territórios é uma estratégia que tem como finalidade negar a existência de fragmentações e diferenciações internas com o intuito de tornar invisíveis e neutralizar as forças que possam desestabilizar a ordem e contestar o território estabelecido. (2009, p. 86)

O espaço não é visto aqui como mediador das relações de poder, mas como interacionismo simbólico. Ele é construtor de um mundo simbólico que só é possível a partir da interação.

Rose (1993), com base em Teresa de Lauretis e Judith Butler, estas, por sua vez, inspiradas em Michel Foucault, adota uma postura desconstrucionista²⁸ da ciência geográfica e traz uma proposta de análise da realidade a partir do conceito de ‘espaço paradoxal’. Esta perspectiva teórica e metodológica é complexa e politizada, envolve várias dimensões e articulações.

Rose compara a conquista do território e a dos objetos de investigação nas ciências. Para a autora, o espaço, “transparent space”, visto pela geografia branca, burguesa, masculina e heterossexual é como um território de opressão. Onde, através da violência, há a defesa de si

²⁸ O movimento da desconstrução ou desconstrucionista, surgido na década de 1960 e baseado nas obras de filósofos como Jacques Derrida e Michel Foucault, empreende uma crítica a determinados conceitos, possibilitando assim, outras leituras da realidade e do fazer das ciências. Os desconstrucionistas afirmam que existem várias verdades com diferentes interpretações e acreditam na pluralidade dos discursos. A antropóloga Lia Zanotta Machado (1998) trata dessa questão para a teoria feminista.

e a exclusão dos outros, dos de fora. Assim como a conquista deste território pelo pensamento dominante, é imaginada também a conquista dos objetos de investigação nas ciências. Segundo ela:

(...) everything in that space is known and captured by the same; hence the sense of opresion for those caught in it. The white bourgeois heterosexual masculine theorist above all claims to see everywhere from nowhere, because all the contamination of especificity has been expelled from his position, although white feminists have also been criticized in terms of having a similar exclusionary sense of the freedom of space when they mistakenly claim to speak for all women. But, as feminists working with desconstructionist tactics argue, that territory also has internal differences; it contains an Other space that it perceives as outside itself. ²⁹ (Rose, 1993, p.149)

O feminismo reivindica a conquista de territórios e de conhecimentos que são negados. Ele explora as diferenças existentes no “território do Mesmo”, “territory of the Same” (Rose, 1993, p.149). Para a geógrafa, o território de opressão aprisiona e exila as mulheres. Diz que o projeto feminista não é colocar a mulher como vítima, mas compreender as suas resistências, que são excluídas pelo pensamento dominante, e sua articulação com as imagens espaciais. Ela argumenta que estas imagens são formadas para resistir à territorialidade masculina.

Rose afirma que a geografia feminista não pode ser um simples mapeamento das relações de poder social em espaços territoriais, como por exemplo, os masculinos e femininos relacionados com os espaços territoriais públicos e privados. Pois a formação destes espaços depende não somente das relações de gênero, mas também das raciais, de classe e relativos à sexualidade. Os espaços não podem ser pensados apenas em termos de território de gênero. Por isso, no reconhecimento das diferenças, os mapas sociais com apenas duas dimensões (homem/mulher) são inadequados (Rose, 1993). A autora traz a necessidade de pensar as várias dimensões da estrutura do espaço. Para ela, assim como a multiplicidade de dimensões, o feminismo também depende de uma geografia paradoxal (ROSE, 1993).

Rose diz que se deve pensar simultaneamente o estar dentro e fora, no centro e na margem, o “nós” e os “outros” através dos diferentes lugares. Para ela, o espaço paradoxal

²⁹ “(...) tudo neste espaço é correcido e capturado pelo mesmo; daí o sentido de opressão para aqueles que estão presos nele. A escrita da teoria masculina, heterosexual e burguesa acima de tudo afirma ver todos os lugares vindos de nenhum lugar, porque toda a contaminação da especificidade tem sido expulsa desta posição, embora as feministas brancas também tenham sido criticadas em termos de terem um sentido similar excludente de liberdade de espaço quando elas erroneamente afirmam falar para todas as mulheres. Mas, como as feministas que trabalham com táticas desconstrucionistas argumentam que esse território também tem diferenças internas; ele contém um Outro espaço que é percebido como fora dele mesmo.” (ROSE, 1993, p.149, tradução nossa).

compreende múltiplas teias de sociabilidade, cada uma com sua espacialidade. Cada indivíduo está inserido em múltiplas teias socioespaciais. O mesmo indivíduo pode estar localizado na margem numa determinada teia e no centro em outra. O que determina a localização do sujeito na teia é a sua posição em relação ao poder exercido por ele em determinado tempo-espaço.

O espaço paradoxal, segundo Rose (1993) caracteriza-se pela localização das mulheres na margem da configuração do território das grandes cidades, durante o processo de planejamento delas, embora elas representem a maioria das(os) habitantes. Pensando a partir da compreensão de “espaço paradoxal”, podemos pensar em territórios feministas nas cidades como forma de resistência das mulheres no território dominante da cidade e como tática desconstrucionista que exerce pressão para mudar a ordem estabelecida? Podemos também pensar neste território no âmbito da interseccionalidade? Sugerimos que sim. Refletiremos a seguir importantes conceitos para tentarmos responder a estas perguntas.

2.3. Mulheres, gênero e sexualidade: desconstruindo para reconstruir

Historicamente construídas, as lógicas do que vem a ser entendido o conceito de gênero na sociedade estão interligadas com outras formas hegemônicas e desiguais de relações sociais. A compreensão dominante hoje de gênero se dá a partir dos binarismos homem e mulher, vagina e pênis, feminino e masculino etc. Os binarismos se consolidam como representações no século XVIII, substituindo a anterior ideia de mulher como inferior ao homem, num eixo de infinitas gradações (NICHOLSON, 2000).

Para a historiadora Nicholson, entre os séculos XVII e XIX, desenvolveu-se a tendência em pensar as pessoas como seres físicos que podem se distinguir uns dos outros, pelas diferenças às coordenadas espaciais e temporais que ocupam (2000). Segunda a autora, nesse período de desenvolvimento da ciência, havia uma dominação da tendência à compreensão da natureza dos fenômenos específicos (por exemplo, a construção da identidade) em termos de configurações da matéria que os corporificava. O corpo foi visto nesse período como fonte de conhecimento científico sobre o eu em oposição às noções teológicas (NICHOLSON, 2000). Esse foco no corpo começou a mudar a forma de entender a identidade.

Apesar da distinção entre feminino\masculino já existir, o desenvolvimento da ciência gerou mudanças na interpretação das características físicas e nos seus papéis. Antes, as características físicas eram vistas como marcas ou sinais, depois passaram a ser causa e

origem da distinção feminino\masculino (NICHOLSON, 2000). No estudo de Thomas Laqueur (apud NICHOLSON, 2000) sobre literatura médica do corpo grego, ele identifica essa mudança. Antes, existia uma noção “unissexuada” do corpo em contraste com uma “bissexuada”, surgida depois do séc. XVIII. Na primeira, o corpo feminino era considerado inferior ao do masculino num eixo vertical de infinitas gradações, centrada no corpo masculino, por exemplo, o órgão sexual feminino era representado como menos desenvolvido do que o órgão masculino, e não diferenciado. A vagina e o útero não eram algo diferente do pênis, mas uma versão dele. Depois, o corpo feminino é visto como oposto num eixo horizontal cujo centro estava vazio, havendo a diferenciação dos órgãos e processos entre os corpos masculinos\femininos (NICHOLSON, 2000).

A crítica e a construção de uma nova noção de gênero vêm à tona com as autoras feministas que influenciaram o cenário intelectual e artístico, principalmente de países da Europa e dos Estados Unidos no século XIX. Estas mulheres eram contra a ideia de “natureza feminina” e de “psicologia das mulheres”, pois estas noções eram construídas a partir de uma psicanálise que limitava o entendimento sobre as mulheres aos conceitos de compreensão dos homens, aprisionando-as em posição de inferioridade. Sendo assim, os chamados *gender studies* marcaram o fim do dualismo que reduzia a mulher em relação ao homem.

Mas esta noção foi posteriormente criticada por outros grupos de feministas. Formulações mais elaboradas foram construídas em torno da noção de gênero. As feministas produziram as duas seguintes formas de compreender o gênero: uma, ele (gênero socialmente construído) em oposição ao sexo (biologicamente dado); e a segunda, gênero como qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino\masculino, incluindo a distinção entre corpos femininos e corpos masculinos. Assim, algumas teóricas feministas separam radicalmente o gênero e sexualidade. Outras teóricas não separam, dizem que não há como falar de gênero sem falar de sexualidade.

No intuito de reconhecimento do caráter social do gênero, também foi construída uma teoria que denunciava o poder dos homens sobre as mulheres, entendido como dominação da “classe masculina” sobre a “classe feminina” (Touraine, 2007, p.16). A mulher era como “o proletário” do homem. Para Touraine (2007), esta teoria permitiu aos(as) marxistas, “proclamar a unidade de todas as lutas, reduzir o combate das mulheres à simples organização de uma “frente de mulheres” na batalha contra o capitalismo” (p. 16), fazendo desaparecer a luta das mulheres, que eram silenciadas, corrompidas e manipuladas pelos “seus senhores e amos” (p. 16).

Outras feministas aprofundaram mais as análises. Elas eram influenciadas por filósofas pós-estruturalistas, como Judith Butler, e pelo grupo da vertente *queer*. As(os) pós-estruturalistas criticam algumas teorias construcionistas que mantêm a ideia de uma base natural sobre a qual a cultura opera, e afirmam que o sexo é uma construção simbólica. As(os) autoras(es) pós-estruturalistas questionam os binarismos, por exemplo, entre natureza e cultura (base do Estruturalismo) e criticam as ontologias (sujeito eterno e universal que não está localizado na cultura). O intuito de Butler não é dar respostas, mas criar bons problemas, desconstruir conceitos, perguntar quais são os pressupostos epistemológicos que levam à construção de tal conceito e quais os processos e os mecanismos não evidentes que operam nessa construção. Para ela, gênero é uma construção social que inclui o próprio sexo. Ela não partilha da distinção sexo/gênero (BUTLER, 2003).

Nicholson (2000), como no pensamento *queer*, critica a relação dicotômica do “sexo\gênero”. Ela propõe que o conceito de gênero inclua o conceito de sexo, uma vez que gênero está atento às construções socioculturais, nas quais o corpo se inclui. E afirma que para quebrar a dicotomia, é preciso primeiro superar a concepção que toma o corpo como invariável, pois ele é construído socialmente.

Para criticar a noção da construção do gênero sobre um corpo invariável, Nicholson (2000) utiliza a seguinte metáfora: é como se o corpo biológico fosse um cabide, um porta casaco, no qual se pode pendurar uma camisa, uma saia ou um cachecol. Cada um pendura, no seu cabide, aquilo que for da sua preferência. Homens penduram suas gravatas; mulheres, seus vestidos. Nesta metáfora, a cultura são esses acessórios, absolutamente variáveis no tempo e no espaço. O cabide representa o corpo, isto é, invariável, atemporal, a-histórico. Mas o cabide se modifica como nos mostram as/os transexuais.

A teoria *queer* critica as categorias homem e mulher e constroi um pensamento sobre estas ideias, pois, ao mesmo tempo em que esta teoria reivindica as categorias lésbica e *gay*, também nega a existência delas. Ao mesmo tempo em que rejeitam a sexualidade como complementariedade dos dois sexos, discurso presente nos protestos das(os) homossexuais, criticam a criação de identidades homossexuais, pois acreditam numa desconstrução da identidade sexual.

Butler (2001) critica os discursos políticos de identidade, por exemplo, o levantado pelo movimento LGBTT. Para ela, ao lutar pela identidade, como a *gay*, está encaixotando-a. Ela diz da persistência da desidentificação como importante na política feminista e *queer* para a rearticulação da contestação democrática. A filósofa (2001) afirma que a formação do sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo em assumir a norma

corporal. O sujeito então é formado em virtude de ter passado pelo processo de assumir o sexo, onde o imperativo heterossexual possibilita certas identificações e nega outras.

Para Butler (2001), o sexo é normativo, funciona como uma norma e ao mesmo tempo é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. Quando alguém assume um sexo, essa “assunção” é imposta por um aparato regulatório de heterossexualidade, baseado nas oposições binárias (homem x mulher, pênis x vagina). Quando as normas são reiteradas ocorre a performatividade. A performatividade de uma travesti (como forma de subverter ou reproduzir a ordem entre sexo e gênero), nos mostra que somos todas(os) performáticas(os), de que não existe uma natureza feminina em nós para além dos gestos, atos e signos que reproduzimos.

No livro “O mundo das mulheres”, o caminho do pensamento de Touraine (2007) se distancia - como ele mesmo diz - de toda a aproximação em termos de igualitarismo, tanto advindo de um sonho de uma sociedade unissex, defendido pela teoria *queer*, quanto da ideia de que existe uma natureza feminina diferenciada da dos homens e que deve ser reconhecida em termos de igualdade. Ele afirma que a desconstrução das categorias de análise – gênero, mulher, feminino, sexualidade etc. – são precondições para a sua reflexão. Para o autor, “é sobre as ruínas desta noção [de gênero como criação do poder macho, direta e indiretamente, noção que foi útil na luta contra o essencialismo e o naturalismo, mas que deve ser criticada], tão ativamente destruídas pelas feministas radicais e particularmente pelo grupo *queer*, que vão se formando raciocínios que podem seguir sentidos muito diferentes” (2007, p.23). O sociólogo parte da afirmação que a existência de uma natureza feminina deve ser rejeitada. E busca mostrar em sua pesquisa, realizada na França com 60 mulheres provindas de meios e categorias diversas, “que as mulheres se afirmam como tais, se dão por objetivo principal a construção de si mesmas enquanto sujeitos livres e pensam que é através da sexualidade que se realiza esse esforço de construção” (p.24). O trabalho de Touraine (2007) não foi trilhado pelo caminho da psicanálise, mas na vontade das mulheres, não somente de libertação, mas da criação de si.

Entendemos que a identidade não existe fora do discurso, é impossível pensar uma não-identidade total, pois não se pode escapar da cultura. Mas se pode pensar na identidade como estratégia política e a(o) sujeita(o) como processo, em permanente construção e não o(a) sujeita(o) como preexistente aos discursos que o nomeiam, pois sempre há algo que acontece no caminho de sua vida que o transforma.

Durante muitos anos as mulheres não tiveram autonomia na sua construção como sujeitas. As suas subjetividades eram um conjunto de “reflexos e ilusões” (TOURAINÉ, 2007,

p.18) determinadas e limitadas por uma sociedade dominada pelos homens. Após as discussões sobre gênero e sexualidade realizados pelas feministas (*queers* ou não) e após as suas ações contra a desigualdade e as discriminações, as mulheres começaram a tomar consciência de tudo aquilo que foi negado e que permitia a construção de sua identidade.

A desconstrução do gênero baseado no binarismo naturalizado masculino/feminino e no sexo como algo biologicamente dado e a construção de um novo conceito de gênero que abarca as complexidades existentes, perpassa as experiências de cada indivíduo. Essa ideia de gênero é resultado/resultante também das lutas sociais na vivência e nas trajetórias cotidianas das militantes dos movimentos feministas.

Vivemos num mundo onde a violência contra as mulheres é cada vez mais denunciada e visibilizada e onde, no domínio profissional, as mulheres recebem as mais baixas remunerações. Segundo as feministas *queers*, para assegurar a liberdade e igualdade às mulheres, deve-se repensar a importância do gênero e imaginar uma sociedade sem gêneros.

De acordo com o trabalho realizado por Touraine (2007) sobre a ação das mulheres no período “pós-feminista”³⁰ na França, constatou-se que as mulheres não acreditam no desaparecimento da identidade feminina e “carregam dentro delas projetos positivos bem como o desejo de viver uma existência transformada por elas mesmas” (p.23).

³⁰ Pós-feminismo: “Conceito que apresenta variantes na sua definição. Segundo algumas correntes do feminismo, o pós-feminismo encontra-se próximo do discurso do pós-modernismo, na medida em que ambos têm por objectivo desconstruir/desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável. A gênese deste movimento situar-se-á nos finais dos anos 60, em França, entre as teóricas da "diferença" (Julia Kristeva e Hélène Cixous, entre outras), que, tendo por base a teoria psicanalítica, defenderam que a subjectividade masculina e feminina são intrinsecamente distintas, sendo que a natureza do conceito de subjectividade é múltipla e instável (Gamble, 2000: 298). Outras correntes do feminismo, porém, afirmam que esta aproximação do pós-feminismo ao pós-modernismo é problemática. Em vez disso, o pós-feminismo é visto como incorporando um feminismo de "Terceira vaga", que se identificaria mais com uma agenda liberal e individualista do que com objectivos colectivos e políticos, considerando que as principais reivindicações de igualdade entre os sexos foram já satisfeitas e que o feminismo deixou de representar adequadamente as preocupações e anseios das mulheres de hoje. Esta visão de um feminismo em versão "pós", isto é, conservadora e acomodada, tem por sua vez sido identificada com o chamado backlash ideológico do feminismo (a que chamaremos contra-feminismo) e defendido por mulheres como Camille Paglia (1990) ou Christina Hoff Sommers (1994). O termo pós-feminista tem contudo sido ainda reivindicado numa outra acepção, não complacente com as falácias apressadas do "contra-feminismo" e o seu descartar de muitas das questões fundamentais com que as mulheres se continuam a confrontar diariamente, a nível do público e do privado. Esta corrente, focando privilegiadamente a representação e os media, a produção e a leitura de textos culturais, mostra-se empenhada, por um lado, no reafirmar das batalhas já ganhas pelas mulheres, e por outro, na reinvenção do feminismo enquanto tal, e na necessidade de o fortalecer, exigindo que as mulheres se tornem de novo mais reivindicativas e mais empenhadas nas suas lutas em várias frentes, tal como afirmam, entre outras, Germaine Greer (1999), Teresa de Lauretis, Griselda Pollock, Susan Bordo, Elizabeth Grosz, Judith Butler, Donna Haraway. O conceito de pós-feminismo poderá assim traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo "plural", que reconhece o factor da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem contudo pretender fazer tabula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou "fetichizar" o próprio conceito de diferença.” (MACEDO e AMARAL, “Dicionário da Crítica Feminista”, 2005)

As mulheres feministas entrevistadas, quando perguntadas sobre a sua identificação de gênero/sexualidade, responderam que se identificavam como: mulher/feminina. Quando perguntadas sobre a sua orientação sexual, as respostas foram: lésbica/bissexual/heterossexual. As que participavam de algum grupo ou rede homossexual se afirmaram lésbicas e bissexuais.

Na pesquisa de Touraine realizada na França (2007), as entrevistadas se afirmavam mulheres. Mesmo vivendo numa sociedade transformada pelas feministas, elas constantemente faziam julgamento crítico ao feminismo. Vendo-o de forma negativa por percebê-lo como uma “forma de ação política” (p.27). No nosso trabalho, as entrevistadas se afirmaram “mulheres feministas”. Assim como na pesquisa de Touraine, percebeu-se nas entrevistadas, a importância de se afirmarem primeiro como mulheres e serem sujeitas na construção de si mesmas enquanto mulheres, e que elas existem por elas mesmas e para elas mesmas.

Todas as mulheres que ouvimos participavam ou já participaram, além dos grupos feministas, dos de lésbicas, de negras(os) e LGBTTT. Por isso, tentamos compreender como estas diferenciações entre elas resultam em entendimentos diversos do que é ser mulher. Pois são múltiplas as intersecções realizadas na construção de si mesmas.

As mulheres se definem como mulheres, muito mais ainda quando são lésbicas e negras. A lesbianidade não nega a identidade feminina, ela, na realidade, a reforça. Essa afirmação não está relacionada aos supostos e tão questionados “papéis sociais” da mulher, nem à missão dela em transmitir a vida. Bem pelo contrário, como diz Touraine “as representações de mulher reprodutora, repouso do guerreiro, educadora de crianças e agente publicitária pela exposição de seu corpo destroem ativamente a consciência que a mulher tem dela mesma como criadora de si” (p. 39).

As mulheres lésbicas e negras lutam pelo reconhecimento e direito da construção de suas subjetividades específicas dentro e fora dos movimentos feministas. Ser mulher é diferente para cada pessoa. Existem coalizões e alianças de identidades, com agendas comuns. A identidade é como projeto (MORAES, 1997). A forma de ser mulher está mudando, mas muitas de nós continuam se afirmando mulheres.

A seguir pensaremos a construção da(o) sujeita(o) e sua relação com o espaço.

2.4. Pensando a(o) sujeita(o) e o espaço

Touraine (2007) defende a ideia da importância das mulheres para as transformações sociais e acredita que as sociedades não se decompõem ao romper com o “progressismo” econômico e militar, mas se reintegram, reconstróem um mundo arruinado. Sem romper com a história, busca-se escrever “um novo capítulo diferente dos precedentes” (p.167).

Os interesses que os pensamentos feministas criam nos mostram que as mulheres são sujeitas e atrizes transformadoras do mundo. O feminismo rejeita o fato de colocar as(os) sujeitas(os) dentro de uma história e dentro de uma evolução que lhes dá seu sentido (TOURAINÉ, 2007). Como para Butler, não se pode aprisionar um desejo de ação numa pura filosofia do discurso (apud TOURAINÉ, 2007).

Para o autor, o desejo de criação de si, realizado a partir das mulheres, é indiretamente construtor de uma nova sociedade. Este desejo é repleto de diversidade, conflitos internos e não funciona sem uma liberdade do corpo e da sexualidade, assim como sem a “concretização de projetos profissionais novos e uma relação diferente das relações com os outros” (TOURAINÉ, 2007, p.170), assim como, sem o enfraquecimento e desconstrução dos estabelecidos “papéis sociais” (p.170) dado às mulheres. Todas as conquistas das mulheres até hoje nos levam às condições necessárias para se cultivar a vontade de criação de si. Todos os feminismos existentes e suas conquistas são complexos e às vezes contraditórios. Mas por serem autocríticos, os feminismos nos levaram a interrogar sobre as diversas formas de combinar a diferença e a igualdade, o universalismo e os particularismos das culturas e das sociedades (TOURAINÉ, 2007).

Touraine critica a visão “liberal” de sujeito. Para ele:

O sujeito não depende e não importa qual forma de individualismo ou de emancipação: sujeito é a afirmação do direito de indivíduo poder afirmar sua liberdade e sua responsabilidade. Isso, por um lado, supõe que a liberdade individual seja concebida como libertação, mas, por outro, igualdade como solidariedade, e ao menos tanto quanto busca de produção de si mesmo contra todos os determinismos sociais, culturais, psicológicos ou políticos, que reduzem o indivíduo a mero consumidor. (p.182-183)

Segundo o autor, a formação do sujeito pode seguir tantos caminhos como existem no processo de modernização³¹. Touraine diz da singularidade existente na afirmação de uma de suas entrevistadas: “Algumas muçulmanas se emancipam da religião; eu me emancipo pela

31 Para Touraine, existem vários modelos de modernização e eles são como caminhos diferentes para se chegar à modernidade. O universalismo, quando as suas duas componentes estão interligadas – da razão e da defesa dos direitos pessoais – constitui a definição central de modernidade. (2007, p.188).

religião” (p.183). O autor critica a emancipação aos moldes ocidentais, em que a mulher emancipada pode ser o contrário do sujeito. O seu estudo consiste em compreender a formação do sujeito, a inversão pelo qual o(a) indivíduo(a), considerado como consumidor(a) e determinado(a), torna-se criador e consciente dele mesmo, e influenciador da construção dos meios sociais, das instituições e das representações.

O pressuposto de Touraine é de que as mulheres constituem um movimento cultural antes que um movimento social. A inversão de uma sociedade de conquistadores para uma sociedade de construção de si significa a passagem de uma sociedade dos homens para uma sociedade das mulheres. Para o sociólogo, o que faz as mulheres serem atrizes sociais é a sua ação, não mais nos movimentos sociais, como num passado recente nas suas atuações dentro dos movimentos feministas. Ele diz das ações num contexto pós-feminista. E considera a consciência feminina e a mutação social como inseparáveis.

Concordamos com a posição de Touraine na centralidade das mulheres na formação de uma nova sociedade. Mas, o pensamento do autor, segundo Wieviorka (2006), parece órfão do político e encontra dificuldade de pensar o social em relação ao político. Pensamos, então, que a formação desta nova sociedade só é permitida através das lutas e conquistas, ainda em construção e reconstrução, realizadas pelos movimentos e mulheres feministas no mundo inteiro. As mulheres que não fazem parte destes movimentos, e que são vistas num momento conhecido como “pós-feminista”, também são influenciadas de várias maneiras e escalas por eles. Durante as entrevistas, todas as ativistas feministas disseram que não havia ninguém em suas famílias que se considerava feminista, além delas. No entanto, a influência de suas ações e reflexões estava presente nas posições de seus familiares, principalmente, mulheres. Veremos no capítulo 3 que as atuações das feministas de Goiânia se dão hoje de forma mais complexa que as passadas.

Wieviorka (2006) ao pesquisar os movimentos “globais”, dentre eles os de mulheres e feministas, diz que as reflexões referentes a eles devem concentrar-se na consciência das(os) sujeitas(os) que o integram, no sentido de suas ações e suas relações sociais e políticas nas quais se constituem, agem, constroem e transformam. Focar na(o) sujeita(o) significa evitar deixar-se capturar pelos debates sobre a mundialização. Para o autor, hoje a “questão social” passa bem mais, por no mínimo, três lógicas: a da exclusão, a da alienação e do individualismo.

A exclusão, para os que a vivem, equivale a serem colocados à parte, considerados como “descartáveis”, a não serem mais incluídos nas relações, a não mais serem dominados - porque toda relação social inclui dimensões

de dominação. (...) A alienação (...) deve-se ao fato de que o indivíduo não é dono do seu cotidiano e nem sequer possui categorias que poderiam permitir-lhe pensar sua experiência. Uma terceira lógica [a do individualismo] (...), a pessoa singular é aqui a única responsável por sua existência, seus fracassos, suas dificuldades, não pode acusar um adversário, nem mesmo o sistema como um todo, por seu fracasso em não se tornar o que gostaria de ser, por não fazer o que gostaria de sua existência. (p. 18-19)

Para ele, os movimentos sociais devem saber conciliar um questionamento global, universal, com um particular. “A ação deve cobrir um imenso espaço, já que se trata de articular a compreensão crítica do sistema como um todo, planetário, de maneira a colocá-lo em questão, com a mobilização das expectativas ou necessidades mais subjetivas, mais pessoais” (p.20).

Wieviorka defende que partir da(o) sujeita(o), na análise, é abrir numerosas perspectivas, que consistem em entendê-lo em ação na prática individual, nas instituições e na ação coletiva. Ele faz também referência à(ao) sujeita(o) corporal, “um corpo construído e não apenas adquirido(...), transformado através de esforços em que ele é trabalhado, dominado, tomado sobre controle.(...) o corpo é parte integrante do sujeito que antes mesmo de se construir, deve-se salvar-se, existir, defender-se, por vezes, de maneira desesperada.” (p.52).

Como pensar então a(o) sujeita(o) e o espaço? Moraes (1996) traz uma compreensão interessante de como podemos entender esta relação, sem desvalorizar a(o) sujeita(o). Para ele, as formas espaciais são o resultado da intervenção e da materialização de projetos elaborados pelas(os) sujeitas(os) históricas(os) e sociais. A produção do espaço, segundo ele, é um processo teleológico. O geógrafo diz que a teleologia é um atributo da consciência, “a capacidade de pré-idear, de construir mentalmente a ação que se quer implementar” (p.16). E esta consciência é um atributo restrito ao ser individual.

Para o autor não existe uma “consciência coletiva” no processo de produção do espaço, mas sim valores sociais que agrupam diferentes sujeitas(os) em projetos políticos comuns. Ele cita como exemplo a consciência de classe. As consciências das relações de gênero, raciais e de sexualidade correspondem aos valores sociais que amarram as mulheres militantes e as suas ações envolvem finalidades políticas. A produção do espaço por estas mulheres dá-se num movimento que, como para Moraes (1996), se realiza através de suas ações individuais e coletivas intencionais, movida por desejos, sonhos e interesses, que ao agirem, desencadeiam séries causais.

Segundo Moraes (1996), a consciência está sediada no ser individual e as “tentativas de alcançá-las a um plano supra-individual implicaram fetichizações, empobrecimentos e idealizações do fenômeno.” (p. 17). O autor diz que o conhecimento é um produto social.

Portanto, no seu processo de construção possui interesses e valores específicos de um determinado projeto político. Afirma que na análise sobre a(o) sujeita(o) na produção do espaço é importante uma “*ressalva antropológica*” e uma “*ressalva histórica*”, ou seja, as formas de consciência da(o) sujeita(o) devem ser vistas no universo da cultura, nas particularidades e diferenças entre elas e também como produto histórico, dentro de limites e possibilidades dos contextos.

O geógrafo crítica o marxismo economicista, baseado nas formas positivistas de pensamento que deixam de lado a ênfase na(o) sujeita(o), pois este não recobre a integralidade do processo de produção do espaço. Deve-se adentrar no imaginário humano, na esfera da consciência e da subjetividade.

Para Moraes (1996), o espaço criado “é um fruto do trabalho que articula teleologia e causalidade” (p.22). A causalidade “implica a sujeição da vontade à materialidade do mundo externo” (p.22). A teleologia diz da consciência individual. O espaço produzido propicia leituras. O autor diz da manifestação da consciência do espaço, diretamente como tema da análise, cuja compreensão traz a valorização do espaço. Ele traz o discurso sobre os lugares como revelador da consciência do espaço e entende os discursos como elementos ativos na transformação dos espaços.

Baseado nas leituras de Foucault e Ratzel, Moraes diz que “o espaço (sua gestão, sua representação, os projetos e imagens ao seu respeito) representa um dos condutos mais eficazes para o poder” (p.33).

Ao compreender que o espaço é concebido de forma “paradoxal” (Rose, 1993), tem-se que de um lado, ele compõe as representações sociais hegemônicas dos gêneros e da sexualidade e de outro, que ele é componente de subversão dessas representações, “pois é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações da realidade espacial” (SILVA, p.48, 2009)

Trazendo as questões acima apresentadas para uma escala da cidade, construímos as seguintes perguntas: como as concepções do espaço urbano nas diversas ciências (especificadamente a Geografia) atuam na construção do espaço numa cidade, e como atuam na própria representação da cidade? E os movimentos sociais atuam nesta construção do espaço? Como? E mais especificadamente: as mulheres feministas atuam na construção do espaço da cidade de Goiânia? Como isso acontece?

Como afirma Touraine “a construção das mulheres como sujeitos começa das lutas pela igualdade, mas somente se afirma realmente com a reivindicação de sua diferença”. O tema da diferença está no centro dos movimentos feministas e nas nossas reflexões, assim como a

defesa da afirmação de que a categoria mulher se constrói num contexto de interseccionalidade.

A construção da(o) sujeita(o) se dá nas relações, como para Jordan (apud Parmar, 2012):

Gran parte de nuestra propia conciencia, en tanto que mujeres, personas negras y personas del Tercer Mundo, surge en realidad de nuestras relaciones forzadas e involuntarias con personas que nos desprecian sobre la base de lo que somos, más que por lo que hacemos. En otras palabras: la conciencia política que tenemos de nosotras mismas deriva, la mayoría de las veces, de una necesidad de descubrir por qué este tipo de persecución particular continúa, ya sea la persecución de mi gente, de mí misma o de los de mi categoría. Una vez que intentas responder a esa pregunta te encuentras en el territorio de las personas que te desprecian, personas que son responsables de la invención del término racismo o sexismo. Creo que es importante entender que todas somos más que lo que no podemos cambiar de nosotras. Como tal cosa parece obvia, nuestras políticas deberían reflejar esa interpretación. (p.255)

Sueli Carneiro, a partir de uma leitura de poder de Foucault, constrói o fundamento do ser a partir do não-ser e afirmação da existência a partir de negações. Para a autora, o(a) negro(a) é: o não branco, uma negação do deveria ser e aquele que não possui “o discurso e o poder dominantes”. Segundo ela:

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”. (p.99)

A(o) sujeita(o) se constrói na relação com o(a) “outro(a)”, dentro de uma amaranhada teia com diferentes e hierárquicas relações de poder. E aquela(e) que foi e é negada(o) em um determinado contexto, se constrói como sujeita(o) a partir dessa negação, tornando-se o “não-ser”.

Em busca de uma desconstrução desse “não-ser”, resultado de um empoderamento individual e coletivo da(o) sujeita(o), tem-se a construção de identidade individual e coletiva. Sobre a construção da identidade como mulheres negras, Parmar (2012) afirma:

Reivindicar una identidad individual y colectiva como mujeres negras ha sido un proceso histórico necesario que ha resultado tan empoderador como fortalecedor. Organizarnos conscientemente como mujeres negras fue y

continúa siendo importante; dicha forma de organización no es arbitraria, sino que está basada en un análisis político propio de nuestras opresiones económicas, sociales y culturales comunes. También está basada en una asunción de subjetividades compartidas en cuanto que nuestras experiencias del mundo «ahí fuera» son configuradas por factores objetivos comunes como el racismo y la explotación sexual. (p.252)

Sendo assim, a(o) sujeita(o) se constrói na relação com o(a) “outro(a)” que, em diferenciadas formas, momentos e espaços (lugares e territórios), é diferente e/ou igual à ela(e). Este trabalho é construído a partir das relações entre as sujeitas feministas e entre elas e os(as) outros(as) que estão presentes nos lugares do espaço urbano de Goiânia onde as mulheres vivenciam.

Este capítulo serviu como base teórica e metodológica para traçarmos os caminhos da pesquisa e alcançarmos o nosso objetivo. Ou seja, para compreendermos os diferentes processos de apropriação da cidade realizados pelas militantes, precisamos considerar as intersecções e diferenças identitárias dessas mulheres e de seus grupos. Para isso, se faz necessário pensar as categorias geográficas: lugar e território, como uma simultaneidade de trajetórias (MASSEY, 2000).

Capítulo 3– A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS

Para compreendermos os diferentes processos de apropriação, produção e qualificação do espaço da cidade realizados pelas militantes, discutiremos aqui sobre os estudos das relações de gênero na Geografia Urbana brasileira e traremos importantes pesquisas sobre as mulheres e o espaço urbano que nos permitiram traçar críticas e caminhos para esta pesquisa. No intuito de ajudar a entender a complexidade dos movimentos feministas, apresentaremos a construção de uma narrativa de como surgiram os grupos feministas em Goiânia e a complexidade das ações das militantes.

3.1. As mulheres e a cidade nos estudos sobre o espaço urbano na Geografia

Silva (2009) detecta a baixa produção sobre geografia e gênero e/ou mulheres no Brasil. A geógrafa constata que apesar de sua feminização, a Geografia Brasileira permanece pouco permeável à abordagem de gênero e as mulheres não possuem a mesma notoriedade e reconhecimento científico que os homens e ocupam em proporções menores os postos de poder (como por exemplo, a composição dos conselhos editoriais dos periódicos científicos).

Para a autora, a Geografia brasileira é pouco permeável à abordagem de gênero e a explicação para isso identifica-se com as interpretações feministas e geopoíticas da produção científica. Ou seja, perceber as ausências e invisibilidades do discurso científico é reconhecer que são frutos da forma de conceber e fazer geografia e não do acaso (SILVA, 2009). Segundo Silva, Ornat, Cesar, Junior e Przybysz (2013):

A maneira como a historiografia da geografia brasileira se faz, tanto em seu processo de produção como de circulação, tem omitido a discussão de algumas importantes vertentes do pensamento geográfico. Entre elas as geografias feministas e queer. Tal omissão não deve à ignorância, mas sobretudo, ao desprezo que estas formas de imaginação geográfica provocam no meio acadêmico brasileiro. (p. 85)

O discurso científico da geografia brasileira está subordinado à algumas premissas históricas e elementos correlacionados que resultam nas ausências (como dos estudos de gênero e feministas). Um deles diz respeito à base eurocêntrica da ciência, fundada “nos pressupostos da racionalidade, objetividade, neutralidade e universalidade” (SILVA, 2009, p.

76). Existem batalhas travadas entre perspectivas científicas que muitas vezes, dificultam a coexistência de pensamentos.

O espaço urbano é visto pela tradição epistemológica moderna como supostamente “sem as diferenças de gênero”, observamos isso na escrita de autores nacionalmente reconhecidos que estudam a cidade na Geografia Urbana Brasileira após a década de 1970. Por exemplo, no livro: “Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano”, organizado por Carlos (1994) e produto direto do I Simpósio Nacional de Geografia Urbana (I SIMPURB) reúne artigos sobre Geografia Urbana de diferentes enfoques teóricos metodológicos, que para Carlos podem ser caracterizados como caminhos alternativos na busca da compreensão da realidade urbana, da geografia tradicional (cunho possibilista), geografia quantitativa (fundamentada no neopositivismo) e a geografia crítica (fundamentada na vertente do materialismo dialético).

Outra importante obra para a Geografia Urbana: “Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade”, organizado por Carlos e Lemos (2005) tem por objetivo apresentar as ideias e reflexões apresentadas e debatidas no VII SIMPURB e reúne artigos de geógrafos(as) que possuem diferenciados enfoques teórico-metodológicos, como vinculados às correntes geográficas crítica e cultural e que pensam os novos desafios para a cidade. A obra é subdividida em sete capítulos, com os seguintes temas: os problemas da cidade, a metrópole e o modo de vida: segregação, conflitos, estratégias; espacialidade e temporalidades urbanas; cultura e cidade; cultura e trabalho; espaço e Estado; questões ambientais e sociais no urbano; o urbano no mundo da mercadoria.

Podemos perceber que os livros que reúnem as discussões realizadas no I e VII SIMPURB não inserem nenhum trabalho numa perspectiva das geografias feministas sobre o espaço urbano. Assim como nos outros SIMBURBs realizados no país até o ano de 2014. Isso ocorre, pois são poucos os trabalhos realizados a partir dessa abordagem teórico-metodológica no Brasil, mas também, porque esses trabalhos são desvalorizados e muitas vezes, deslegitimizados pelos(as) organizadores(as) desses encontros. Mesmo em outras abordagens teórico-metodológica, sem ser a da geografia feminista, o debate sobre as questões de gênero não estão presentes nas discussões apresentadas sobre o espaço urbano da Geografia Urbana brasileira.

Ao trabalharmos com as apropriações do espaço urbano realizadas pelas mulheres feministas, aprofundamos nossa leitura nos textos dos(as) autoras brasileiros(as) da Geografia Urbana. As sujeitas da pesquisa trouxeram para o centro das discussões a questão de gênero, assim como também as raciais e sexuais. Ao constatar que essas questões não estavam

presentes nos estudos dominantes da Geografia Urbana, resolvemos buscar uma nova abordagem epistemológica que incluísse e complexificasse a discussão de gênero nos estudos sobre o espaço urbano. Nós adentramos, assim, em diferentes leituras feministas sobre a cidade e nos seus procedimentos metodológicos, assim, decidimos abandonar a bibliografia dominante de Geografia Urbana no Brasil. Pesquisas qualitativas e quantitativas nos mostram que a cidade segrega as mulheres e que o seu simbólico é masculino. Homens, mulheres, travestis e transgênero vivem a cidade de forma diferenciada.

As diferenças e desigualdades existentes nas formas de viver e construir a cidade, para muitos(as) autores(as) da Geografia Urbana Brasileira moderna está centrada, principalmente, no capital, nas relações de trabalho, na propriedade privada e nas diferenças de classe. Acreditamos que como Massey (2000), existem muitos outros fatores que influenciam intensamente a nossa vivência nos lugares, como o gênero, a raça, a sexualidade e a etnia. Esses(as) autores(as) não analisam esses últimos fatores de forma profunda e complexa como os fazem para as questões do capital.

Veremos no capítulo 4 que as ruas da cidade, por exemplo, são também espaço onde percebemos as diferenças e desigualdades existentes nos seus usos e vivências. Por exemplo, as mulheres não vivenciam a rua da mesma forma que os homens e nem as(os) negras(os) das(os) brancas(os). Existem diferenças que são influenciadas pelo dado corpóreo, pelos marcadores da diferença aos quais são atribuídos sentidos e hierarquização (RATTS, 2003b), por exemplo, a cor da pele, a textura do cabelo, o sexo. Veremos também que para muitas mulheres, a rua não é lugar só de liberdade, mas de medo. Veremos que a diferença está nas ruas, elas possuem gênero e são racializadas.

Na pesquisa realizada por Ornat (2009) no Portal de Dissertações e Teses Capes e na biblioteca Digital de Teses e Dissertações, coordenado pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), desde o ano de 1987, a partir dos termos *gay*, gênero, homossexual, lésbica, prostituição, *queer*, sexualidade, transexual, travesti, travestilidade, todos relacionados à geografia, foram encontrados quatorze trabalhos. O primeiro refere-se à tese de doutorado em geografia de Calió (1991) defendida na Universidade de São Paulo com o título: “Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista a geografia urbana”.

Na tese, Calió (1991) traz novas percepções do urbano a partir das categorias patriarcado e gênero. A autora diz que para tratar das questões de gênero na cidade, é importante entender a relação entre patriarcado e capitalismo espacialmente realizada na vida urbana, resultando na discriminação social feminina. Para ela, a instituição da família

patriarcal, antes mesmo do surgimento do capitalismo, a divisão sexual do trabalho e a separação da casa e do trabalho foram fatores determinantes para a atual situação da mulher no contexto urbano.

Calió (1991) afirma que entender a evolução da sociedade patriarcal, da família e das mudanças ocorridas no trabalho doméstico é essencial para compreender a urbanização moderna. A autora faz uma crítica aos estudos sobre o urbano que negligenciam a esfera do privado, das atividades domésticas. Pois desta forma, eles omitem o papel da família e do patriarcado na cidade. Segundo ela, ocorre uma “invisibilização” das mulheres na multidão urbana” (CALIÓ, 1991, p. 94, grifos da autora), pois “reconhece-se o papel da mulher no suprimento físico da força de trabalho e mesmo a sua presença no mercado, mas ignora-se o papel da “totalidade do seu trabalho” para a cidade.” (p. 95). A cidade é vista por muitos(as) estudiosos(as) como sendo habitada por seres sem gênero, assexuados, sem raça, sem etnia que vivenciam só as relações sociais de classe entre si.

Toda essa “invisibilidade” das relações de gênero e das mulheres nos estudos urbanos resulta em políticas públicas que não levam em consideração as singularidades e especificidades de suas vidas. A insegurança sentida pelas mulheres ao andarem nas ruas devido à existência de áreas “vazias” em determinados horários do dia, resultado de uma ocupação que divide as áreas comerciais, residenciais etc., consiste em um dos fatores que limitam seu deslocamento na cidade.

O centro de Goiânia, por exemplo, no período da noite é visto pelas mulheres como um lugar “escuro”, “vazio” e “perigoso”. Apenas bares (frequentados quase exclusivamente por homens) ficam abertos depois das 22 horas. As mulheres que estudam e trabalham à noite neste local, ao voltarem para casa (utilizando carro, moto ou ônibus) sentem-se inseguras e amedrontadas pelo risco, principalmente, de estupro e assalto. A cidade e as ruas à noite “não é para ser das mulheres”, principalmente para aquelas que utilizam o transporte público. Este é um dos fatores que fazem com que muitas mulheres fiquem “prisioneiras” na cidade, transitando, majoritariamente, apenas entre o seu local de trabalho e a sua casa.

Para Calió, a ausência da relação patriarcado/capitalismo está tanto nos estudos sobre movimentos sociais urbanos como nas políticas públicas urbanas. A não compreensão da cidade-sexista impossibilita aos estudiosos urbanos reconhecer que a mulher “sofre segregação através da ideologia patriarcal refletida no espaço urbano: divisão do trabalho em doméstico/social e sua consequente repartição mulher/homem, privado/público.” (CALIÓ, 1997, p.05).

Segundo a autora, os usos de conceito como segregação, direito à cidade, revolução urbana nos estudos urbanos utilizam termos de classes sociais e de luta de classes, mas dificilmente incorporam as análises de gênero. Essa exclusão acaba por não reconhecer:

(...) cotidianamente na cidade o lado patriarcal que sustenta os condicionamentos sociais que oprimem as mulheres. Por exemplo, as dificuldades de acesso, veladas ou não, às "oportunidades sociais", as restrições que sofre na sua mobilidade com agressões explícitas ou implícitas, o uso que se faz do seu corpo como objeto de consumo sexual. (CALIÓ, 1997, p. 5-6)

Calíó exemplifica a luta das mulheres que acontece em quase todo mundo contra a violência de que são vítimas, ela busca a ruptura com a "cultura da violência" a partir dos terrenos espaciais de protesto. Para a autora:

Nesse sentido, o espaço ajuda a criar novas formas de relação de gênero. Por exemplo, as Casas de Apoio à Mulher Vítima de Violência, que estão sendo criadas pelo mundo afora, originam espaços alternativos que além de oferecer reais soluções, envolvem um "simbolismo e um imaginário" que capturam as esperanças das mulheres. (...) o espaço pode ocupar, simbólica e realmente, um papel importante no desenvolvimento da consciência crítica e das formas radicais de luta política. (CALIÓ, 1997, p.7)

A autora afirma que no conteúdo das lutas travadas pelos movimentos organizados de mulheres está presente, de forma indireta, a consciência da segregação espacial que o urbano lhes impõe. As lutas são:

(...) formas de apropriação do espaço traduzidas por uma verdadeira releitura indireta do urbano patriarcal. Em todo o mundo mulheres estão tomando consciência dos problemas espaço-temporais impostos pela organização da cidade e ressentidos na sua vida cotidiana, inventando práticas de apropriação e de autogestão do espaço, demonstrando publicamente sua existência. Desse modo, elas politizam o cotidiano das relações entre os sexos, articulam uma série de demandas e as impõem às instâncias políticas. (CALIÓ, 1997, p.7)

A autora afirma que é só feminilizando os conceitos de Planejamento e a prática das Políticas Públicas que será possível dar verdadeira dimensão ao conceito de "cidadania e democracia", ou seja, só construindo estratégias que melhorem a vida das mulheres e que "levem em conta sua especificidade, incorporando-as como grupo prioritário no combate à discriminação." (CALIÓ, 1997, p.8). Ela justifica a importância dessa feminilização afirmando que:

O papel das mulheres na reprodução da força de trabalho e na família, torna-se presença marcante e quase que obrigatória nas lutas sociais pela melhoria dos serviços urbanos e qualidade de vida. Devido às suas tarefas domésticas e participação na comunidade (sobretudo as mulheres mais pobres), são as mais afetadas pela crise dos serviços urbanos que aumenta, consideravelmente, suas responsabilidades. Isoladas no espaço privado do lar ou à sua extensão pública (o posto de saúde, a farmácia, o hospital, a loja, o supermercado, a feira, o açougue, a padaria, a escola, o parque, etc.), elas travam uma luta incessante contra o relógio, tentando administrar sua vida cotidiana. (1997, p. 7)

Durante muito tempo, as organizações de mulheres nas cidades eram vistas pelos(as) estudiosos(as) do espaço urbano como algo não importante, devido ao seu caráter “doméstico” e privado. Estes pesquisadores despolitizavam a esfera do doméstico, colocando-o fora do urbano. Era como se as ações das mulheres não estivessem entre as ações que mudaram e mudam a sociedade.

As várias lutas das mulheres feministas se dão em busca da conquista de uma nova forma de “estar no espaço urbano”, tanto doméstico como público. Os espaços de protestos na cidade fazem as mulheres sentirem e refletirem diretamente a opressão e impactam sob a vida delas (CALIÓ, 1997). A luta delas é diária e estrategicamente localizada. Neste sentido, os espaços “conquistados” para além do doméstico, constituídos como espaços alternativos, ajudam a criar formas de relações de gênero. No entanto, como afirma Sanchez Leyva (1999):

La pretensión feminista de ocupar el espacio público se no va acompañada de una redefinición de los <<lugares>> nunca podrá ser una pretensión emancipadora. Este es el aspecto fundamental y punto de partida que voy a utilizar para intentar justificar por qué opino que hay que terminar con la dicotomización de los espacios pero sin hacer preponderar uno sobre otro sino creando una heterogeneidad en la definición de los lugares. Abogo por un espacio que emane de los cuerpos y de las acciones, espacio del movimiento, los desplazamientos y deseo de irse situando y emanando espacio. Por ello, no me sumo sólo a la ocupación de los espacios sino que creo necesaria la redefinición de los lugares. Sólo pretender desparecerse a lo público no implicará nunca una emancipación para las mujeres. (p.49)

A nossa proposta é estudar a questão de gênero no urbano a partir de lugares e espaços de resistência e apropriação das mulheres na cidade. A área central da cidade de Goiânia é vista pelas militantes feministas como uma zona estratégica para evidenciar suas identidades entre elas mesmas e aos(às) demais. Ocupar os espaços centrais da cidade de forma coletiva, durante o dia e à noite, para elas, possuem diferentes objetivos. Durante o dia, o objetivo é evidenciar a luta, torná-la mais visível à população e à mídia. Durante a noite, o intuito é mudar a ideia de um centro “não para as mulheres”, é ocupá-lo para torná-lo local para todas

ao frequentarem bares e se deslocarem pelas ruas em grupo para aquele local. Esta ação é realizada principalmente pelas mulheres entrevistadas lésbicas e mais jovens.

Apesar de um “aprisionamento” comum de todas as mulheres na cidade, existem diferenças entre elas na forma de vivenciá-la. As mulheres negras são “aprisionadas” e resistem de forma diferenciada das brancas, assim como as lésbicas das heterossexuais, as de classe alta das mulheres pobres e as mulheres de diferentes idades. Existem diferenças que são influenciadas pelo dado corpóreo, pelos marcadores da diferença aos quais são atribuídos sentidos e hierarquização (RATTS, 2003), por exemplo, a cor da pele, a textura do cabelo, o sexo. Para Silva:

Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente (...). É importante conceber que há pluralidades de masculinidades tanto quanto existem de feminilidades e que não se configuram como blocos homogêneos, pelo contrário, são construídos por significações repetidas na ação, e toda ação é passível de variação. (2007, p. 123)

Ornat (2005, apud SILVA, 2007) demonstra que a vivência do espaço total da cidade é em geral, reduzida para as mulheres de baixa renda, os seus deslocamentos são menos extensos e frequentes do que os dos homens dos mesmos locais. “Os motivos dos deslocamentos estão relacionados com seu papel da maternagem e, fora deste, não há registros de deslocamentos para realizar interesses particulares.” (SILVA, 2007, p.127).

A ocupação dos espaços públicos de Goiânia, principalmente no período da noite, é visto pelas mulheres como um ato revolucionário e perigoso. Nas falas das entrevistadas, observou-se a presença do medo e a preocupação em tomar todos os cuidados necessários. A ocupação significa uma forma de transgredir o local dado a elas na cidade, num intuito de que futuramente estes espaços pertençam também às mulheres. Aí está a importância do espaço nas ações coletivas das militantes em locais estratégicos nas cidades.

Pensar espacialmente as ações das militantes nos permite compreender como elas buscam transformar o urbano e transgredir ao que diz Bell hooks (2009): “nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Eles devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Eles não podem se demorar ou ficar.” (p.143, tradução nossa). Esta triste lógica urbana que “aprisiona” as mulheres é vista pelas feministas em Goiânia como algo a ser desconstruído. Esta preocupação faz parte das pautas estratégicas de ocupações estabelecidas pelos grupos os quais as feministas participam,

assim como nas suas ações individuais cotidianas (que muitas vezes são realizadas também coletivamente), como por exemplo, nos momentos de lazer.

Hooks escreve sobre a importância de se pensar o espaço da cidade pelas feministas, para que a mulher tenha de fato liberdade de ir e vir:

Esquinas sempre foram espaços que pertenciam aos homens – um território patriarcal. O movimento feminista não alterou isto. Assim como não era poderoso o suficiente para ter de volta a noite e fazer o escuro um lugar seguro para que as mulheres se escondessem, passeassem, e caminhassem à vontade, não foi capaz de mudar o ethos da esquina – gênero e igualdade no local de trabalho, sim, mas a esquina da rua transforma cada mulher que ousa se esconder em um corpo para vender a si mesma, um corpo procurando drogas, um corpo caindo. O feminino à espreita, persistente, descansando em um canto da rua é visto por todos, olhado, observado. Quer ela queira ou não, ela está presa para o predador, para o homem, seja ele cafetão, a polícia, ou apenas um transeunte. Nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Elas devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Elas não podem demorar-se ou ficar. (hooks, 2009, p. 143, tradução nossa)

A autora enfatiza a rua, particularmente as esquinas, como território patriarcal mesmo face às conquistas dos movimentos feministas. Estes locais são usados em situação de transgressão e ousadia por algumas mulheres, a exemplo das prostitutas.

Compreendemos que para desfazer as fronteiras entre espaços público e privado devemos ir ao cotidiano e colocá-lo como agentes no processo. Veremos que as mulheres feministas, a partir de seus cotidianos militantes, desestabilizam as fronteiras entre espaço público e privado e constroem novas formas de vivenciar os lugares na cidade. Elas lutam pelo fim de todas as formas de violência contra a mulher de forma cotidiana e coletiva, entre outras formas, também ocupando diversos espaços na cidade.

3.2. Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas em Goiânia

Os movimentos de mulheres é uma rede temática transnacional que abrange movimentos locais, regionais, nacionais e internacionais e entrecruza-se com outras redes de movimentos sociais. Os movimentos de mulheres possuem uma complexidade na sua organização e ação, pois ele é uma rede de movimento social, que segundo a socióloga Gohn (2010), abarca outras redes temáticas que se articulam de forma eventual ou mais permanente, onde se juntam movimento de moradia, de transporte, grupos culturais, atividades artísticas e sindicais etc.

Os grupos dos movimentos de mulheres goianiense e goiano atuam em diversas redes temáticas de ação, eles trabalham nas áreas da educação, saúde, questão racial, sexualidade, psicologia, habitacional, alimentação, emprego etc. As ações do movimento são construídas a partir das necessidades locais ou são trazidas de outros grupos de fora ou dentro do estado. As ações construídas pelos grupos locais podem se tornar agendas de ações de outras entidades fora do território estadual.

Existem vários debates sobre as relações entre os feminismos e os movimentos de mulheres. Algumas pessoas acreditam que eles se diferenciam e outras que os feminismos são um movimento criado, conduzido e sustentado por mulheres, são movimentos de mulheres e, portanto, são parte do movimento de mulheres em geral. Assim, os movimentos de mulheres criam e são criados pelos feminismos. Numa relação mútua, um constrói o outro. Como para Silva e Camurça (2010):

Para lutar contra a desigualdade de gênero, contra a exploração e opressão das mulheres, o movimento de mulheres colhe os princípios organizativos, a teoria explicativa da sociedade e o projeto político formulados a partir do feminismo. Quando se apropriam destes elementos, os movimentos de mulheres passam a usá-los criticamente e com isto constroem e transformam continuamente seu próprio movimento, contribuem com novas reflexões e novas experiências a partir das quais novas pautas de lutas são instituídas, enriquecendo o próprio feminismo. (p. 16)

Por isso, há quem pense que todo movimento de mulheres é feminista. No entanto, nem todo movimento de mulheres se afirma e se auto-declara como movimento feminista. Por isto, nem todas apoiam as causas feministas:

Embora sejamos todas mulheres lutando pelas mulheres, o que nos faz a todas, em certo sentido, feministas, existe ainda muito desconhecimento, algumas desconfianças e posições anti-feministas dentro do próprio movimento de mulheres. Por isto, tende-se a considerar o feminismo como parte do movimento de mulheres, mas não como sendo a mesma coisa. São feministas aquelas mulheres e organizações que se definam assim. (SILVA e CAMURÇA, p. 17, 2010)

Os feminismos como movimento social incluem várias experiências de auto-organizações criadas por mulheres, ou seja, são todas as formas organizativas para serem instrumentos de sua luta contra a dominação, exploração e opressão como: ONGs, fóruns, grupos de bairros, secretaria de mulheres de centrais sindicais, núcleo de formação e educação feminista, centros de estudos e pesquisas, grupos de bairros, setoriais de mulheres de partidos, articulações e movimentos (SILVA e CAMURÇA, 2010).

Participam também do feminismo todas as mulheres que não participam desses grupos, mas que assumem em seus cotidianos, nas suas relações com as pessoas, nas suas atuações acadêmicas, no trabalho, dentro de grupos e partidos políticos que participam, uma identidade política feminista.

Os feminismos são plurais, as diferentes “expressões”, como: o feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo acadêmico, feminismo sindical, feminismo indígena, feminismo popular, algumas vezes entram em conflito entre si e outras constroem alianças. Segundo Silva e Camurça (2010):

Algumas destas expressões se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras configuram apenas um espaço de atuação. Seja como for, todas elas são perpassadas por correntes políticas, algumas de tendência liberal e outras que se inserem no campo de esquerda. As várias correntes dentro destes campos políticos se articulam no interior do movimento. (...) Muitas vezes, as organizações atuam no movimento e defendem posições sem levar em conta estas divergências ou sem perceber que diferentes propostas têm a ver com concepções políticas diferentes. (2010, p. 13)

Há também as diferenciadas visões teóricas dos feminismos que acabam sustentando os distintos posicionamentos políticos. Diante de todas as diferentes posições teóricas, “expressões”, correntes políticas, formas de organização, o feminismo não é um pensamento único, ele é, portanto, feminismos, no plural.

Assim como em outras cidades, em Goiânia existem e existiram grupos de mulheres que se auto-declaram e auto-declaravam feministas e outros apenas como de mulheres. Fundada em 1933, a cidade possui – de acordo como o IBGE em 2014 - aproximadamente 1.412.364 habitantes e com uma Região Metropolitana composta por vinte municípios (Lei Complementar Estadual de número 78, 25/03/2010), dos quais Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade são os mais próximos e populosos. O centro da capital, correspondente à parte do planejamento inicial da cidade, abriga serviços – públicos e privados, a exemplo da sede do poder político estadual, hotéis, comércio e alguns parques. A exemplo de outras cidades brasileiras, não é perceptível a função e o uso predominantemente feminino e/ou feminista do espaço urbano. Sobre a cidade de Goiânia e os problemas enfrentados relacionados às questões de gênero, a entrevistada diz:

Goiânia é muito esquisito assim. Normalmente a gente é muito coronelista. Acho não, a gente realmente é. As nossas ações elas são quase medidas paliativas de enfrentamento de um sexismo muito aberto assim, principalmente agora do começo do ano pra cá o policiamento aumentou muito e aumentou muito a morte dos meninos e das meninas também. Uma das campanhas mais forte do Fórum [Goiano de Mulheres] agora é: Tá

acabando com as vidas das meninas, porque tem tensão quase todo fim de semana é a questão do feminicídio. Aí em relação a isso a gente pensa – Como é que posso falar que a gente consegue as coisas se tem menina sendo assassinadas por *serial killers* ou não, tendo taxa de estupro altíssima. Por exemplo, o mês passado apreço que eram 60 estupros ou 57. Aí acaba que não tem divulgação. A gente sabe dessas coisas porque a gente vai às reuniões pra pedir as divulgações e as coisas assim. Mas a gente vê quando está militando que as meninas morrem ou são estupradas e passam por uma série de violências, e isso falando do mais raso do sexismo. E essas coisas não são nem divulgadas. A maior parte dos estupros, por exemplo, acontece em pontos de ônibus, assim como os assassinatos das meninas. Aí a gente percebe quando está militando que o nosso acesso à cidade livre não é um acesso permitido ainda. Isso é o raro, é o estupro, é a morte. Agora você imagina andar por aí numa boa com roupa que quer e com as coisas e fazer usos dos espaços possíveis. Não é. É muito difícil aqui. Aí pra falar dessas conquistas a gente tem que falar desse combate todos os dias que a gente faz com ações e tal. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014) Aparecida, Goiânia, 12 de setembro de 2014)

Diante de todos esses problemas mencionados acima (entre outros) pela entrevistada e para enfrentá-los, foram criados em Goiânia vários grupos de mulheres e grupos feministas. A Tabela mostra a listagem desses grupos, classificados da seguinte forma: grupos de mulheres, acadêmicas, LGBT, mulheres negras, profissional, saúde e sindicato. A Figura 1 corresponde ao mapa de localização do estado de Goiás e o município de Goiânia e a Figura 2 mostra a localização de sedes ou locais fixos de encontros dos grupos contidos na Tabela 1 (fornecida pelo Conselho Estadual da Mulheres - Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial - CONEM-SEPIRA, em 2013).

A maior parte dos grupos possuem suas sedes e locais de encontros localizados na região central da cidade. O ponto na região norte da cidade (ver Figura 2), no Setor Itatiaia, corresponde aos locais de encontros de grupos no Campus 2 da Universidade Federal de Goiás. Os dois grupos de mulheres negras, Malunga e Dandara do Cerrado, estão localizados na região sul (ver Figura 2).

Nome do grupo	Classificação do grupo
FASAM - Grupo Interdisciplinar de Estudos da Mulher e das Relações de Gênero	Acadêmico
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade –SERTÃO	Acadêmico
Programa Interdisciplinar da Mulher – PIMEP	Acadêmico
Grupo Transas do Corpo	Grupo de Mulheres
Centro de Valorização da Mulher	Grupo de Mulheres
Centro Popular da Mulher -CPM/União Brasileira de Mulheres-UBM	Grupo de Mulheres
Organização das Voluntárias de Goiás-OVG	Grupo de Mulheres
Mulheres da Paz	Grupo de Mulheres
Cooperativa de Bordadeiras e Produção Artesanal do Cerrado Goiano (Bordana)	Grupo de Mulheres
Grupo Madalena - Teatro das Oprimidas	Grupo de Teatro
Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás- ASTRAL-GO	LGBT
Associação Ipê Rosa	LGBT
Colcha de retalhos da UFG	LGBT
Grupo de Mulheres Dandara do Cerrado	Mulheres Negras
Grupo de Mulheres Malungas	Mulheres Negras
Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Goiás- ABEN	Profissional
Associação das Pensionistas da Polícia e Bombeiros Militar do Estado de Goiás- APPB	Profissional
Associação de Mulheres da Carreira Jurídica do Estado de Goiás- ABMCJ/GO	Profissional
Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás- APUC	Profissional
Associação das Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de Goiás	Saúde
Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás –ADVEGO	Saúde
Grupo pela Vidda	Saúde
Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – SINTEGO	Sindicato
Sindicato dos Professores do Estado de Goiás – SINPRO	Sindicato
Central Única do Trabalhadores - CUT- Mulher	Sindicato
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás- FETAEG	Sindicato
OAB-Mulher	Sindicato

Tabela 1. Lista das organizações de mulheres em Goiânia-GO (2013).

Fonte: Conselho Estadual da Mulheres - Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (CONEM-SEPIRA), 2013. Classificação nossa.

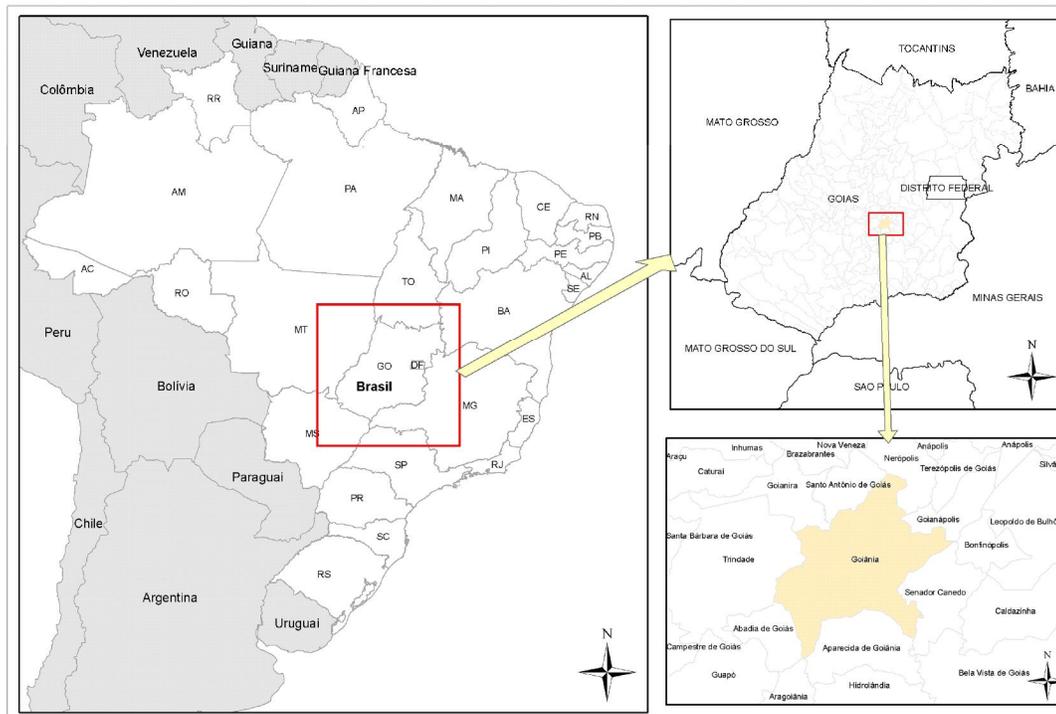


Figura 1. Mapa de localização do município de Goiânia- Goiás, Brasil
 Fonte: Base cartográfica: IBGE, 2010.

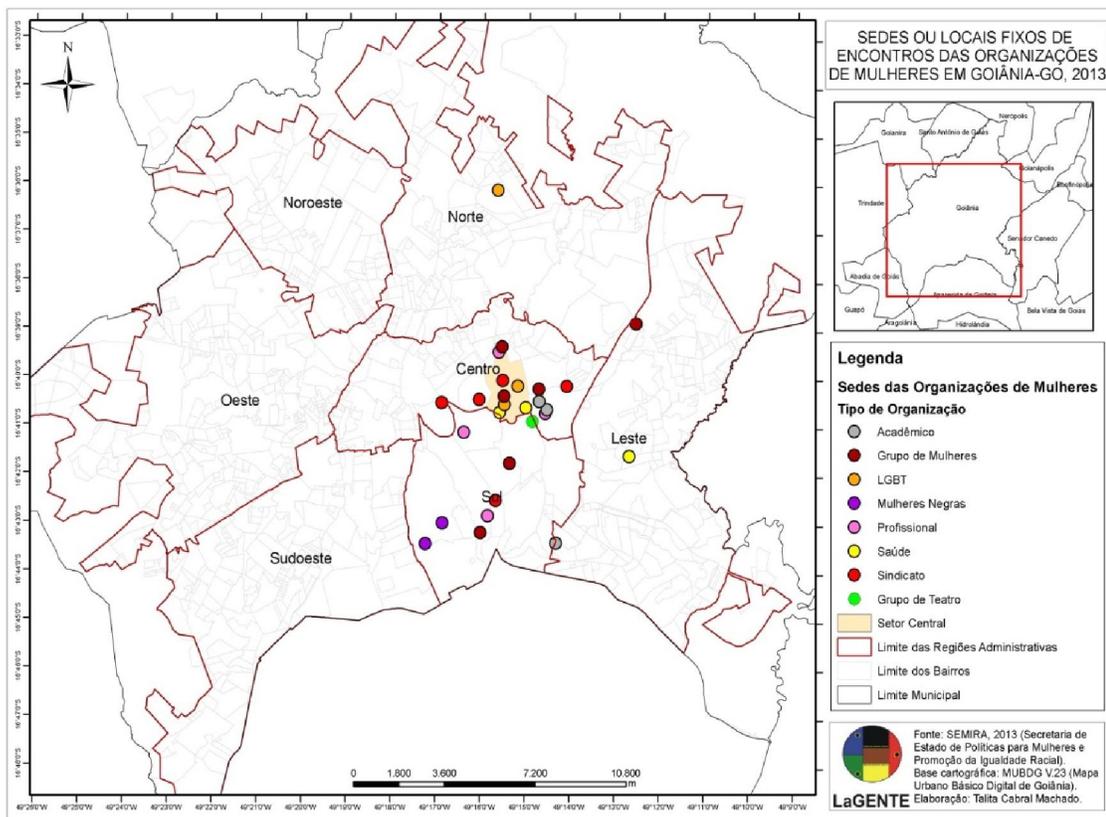


Figura 2. Sedes ou locais fixos de encontros das organizações de mulheres em Goiânia-GO (2013).
 Fonte: Conselho Estadual da Mulheres - Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (CONEM-SEPIRA), 2013. Classificação nossa. Base cartográfica MUBDG 21.

Para Louro (2003), quando se pretende referir aos feminismos como movimento social organizado, usualmente é mencionado o ocidente no final do século XIX. Toda a luta das mulheres na virada do século adquiriu uma visibilidade no movimento voltado para atender o direito do voto às mulheres, o chamado movimento “sufragista”. Esse momento é conhecido como a “primeira onda”³² do feminismo. A luta pelo direito ao voto se espalhou por países do ocidente, mas com força e consequências desiguais. Louro (2003) afirma que a “primeira onda” do feminismo tinha:

(...) objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (p.15)

Esses interesses do feminismo da “primeira onda” estavam ligados às mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Para Carneiro (2003):

(...) o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (p.118)

Segundo Louro (2003), como desdobramento das críticas à “primeira onda”, surge no final da década de 1960 a “segunda onda” do feminismo. Além das preocupações políticas e sociais, essa onda irá se voltar para as construções teóricas feministas, como a problematização do conceito de gênero (LOURO, 2003).

França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha são locais especialmente notáveis para observarmos intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento. (...) É, portanto, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e

³² Importante dizer que a narrativa trazida aqui sobre as “ondas” do feminismo corresponde a uma das existentes sobre elas. Pois não existe unanimidade entre as feministas sobre a caracterização de cada “onda” e nem do início e fim delas. E ainda hoje, ainda existem grupos com características da primeira e segunda ondas.

protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. (p. 15-16)

Para Costa (2007), a “segunda onda” dos movimentos feministas na América Latina, nasce na década de 1970 inserida num contexto repressão e autoritarismo dos regimes militares dominantes, ela “surge sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização que implicou uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional.” (COSTA, 2007, p.57).

Algumas estudiosas e feministas afirmam a existência de uma “terceira onda” do feminismo, que nasce na década de 1990 como uma crítica aos problemas surgidos na onda anterior. As diferenças como as de raça, classe, sexualidade entre as mulheres tornam-se centrais nessa onda.

No contexto dos “novos movimentos sociais” surgidos entre os anos 1970 e 1990 e da “segunda onda” do feminismo, pode-se dizer que os movimentos feministas em Goiás (Brasil) surgem nos anos de 1980 com a formação de entidades de mulheres em Goiânia, a exemplo do Grupo Eva de Novo (1981), Centro Popular da Mulher em Goiás (1985) e Grupo Transas do Corpo (1987), e, posteriormente, na chamada “terceira onda” do feminismo após a década de 1990, mulheres negras criam suas organizações, até início da década de 2000: Associação Pérola Negra (1993), Malunga (1999) e Dandara no Cerrado (2002).

Os grupos dos movimentos feministas não são só complexos em suas formações, estruturas, debates, ações, mas também em suas inter-relações com outras mulheres e coletivos. Os grupos são plurais como as relações e as construções das identidades das mulheres que participam deles. Eles são agrupamentos de mulheres, que com suas intersecções e diferenças identitárias se relacionam para construir a si mesmas e ações que interfiram na construção de outras mulheres e que possibilitem a luta por reconhecimento. Acreditamos que uma agenda feminista, no intuito de trazer as mais diversas discussões sobre as questões de gênero a público para a construção de políticas, é o que há de comum entre todos esses movimentos.

3.3. As entrevistadas e a complexidade das suas atuações

As seis entrevistadas que tinham entre 44-67 anos, foram fundadoras de entidades e redes dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil, em Goiás e Goiânia. Três delas,

iniciaram as suas militâncias na igreja católica, por exemplo em uma congregação de maioria negra.

As outras sete entrevistadas que tinham entre 21-32 anos, participavam ao mesmo tempo ou tinham participado de vários grupos feministas em Goiânia e algumas delas, de redes nacionais e estaduais.

No momento da entrevista, Deolina se considerava uma feminista autônoma, no sentido de que atualmente não fazia parte de nenhum grupo dos movimentos feministas. “A gente faz ações em torno do feminismo, mas não fazemos parte de nenhum grupo estruturado” (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014). Assim como Deolina, Luz, Antonieta, Bertha e Carmem também falaram de suas participações, de forma autônoma, em atividades feministas realizadas em Goiânia com outras mulheres, como por exemplo, a feira da troca feminista e os piqueniques feministas nos parques.

Sobre não estarem participando organicamente de nenhum grupo dos movimentos feministas, as mulheres falaram que o feminismo está presente em suas ações cotidianas, no trabalho, na família etc.:

Hoje em dia, eu digo que não participo de nenhum movimento. Mas no movimento que acontece aqui, que são encontros que a gente faz semanal, com as mulheres aqui da região (...), as meninas do Garavelo, de várias regiões, tipo, é uma parada que acontece mais local. Que é um momento de discussões sobre o feminismo, sobre a vivência de cada uma. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Não, agora eu não estou ativamente, (...) assim, organicamente não, eu vou em eventos. Por exemplo, eu vou em eventos da visibilidade lésbica, eu me invento de tocar percussão, toco na banda de percussão que elas tem que chama Batuque de Menina, ou então no Coró de Pau, mas organicamente não, eu tô dando um tempo. O Fórum é uma outra história, uma moçadinha que tomou conta, acho que é a hora de uma nova geração chegando, mas participo. Amanhã eu tô tentada a ir nessa reunião do Fórum [Goiano de Mulheres]. Assim, pontualmente você tem que participar de algumas questões pontuais, mas organicamente como eu já fui não, eu tô, vou assim, tem uma coisa ali eu posso me dispor a ir. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Há também diferentes graus de participação das entrevistadas nos(as) coletivos(as). Algumas são fundadoras e outras, em alguns momentos se aproximam, mas em outros, se distanciam de seus coletivos, muitas vezes criticando-os. Algumas intersecções são possíveis entre as feministas e seus coletivos e outras são mais difíceis.

Oito entrevistadas têm passagem pela academia como alunas de graduação, pós-graduação ou professoras, como Rosely, Maria, Tereza, Deolina, Bertha, Luz, Beatriz e

Antonieta. Outras mulheres falaram que não se identificam com o espaço acadêmico, como Leticia e Anália, mas com os feminismos da periferia.

O Quadro 3 informa os dados importantes das treze entrevistadas, entre eles, os locais onde aconteceram as entrevistas. Os nomes das entrevistadas, assim como os nomes citados por elas, são fictícios a fim de preservar a identidade das mulheres.

Nome	Idade	Identificação de Gênero	Orientação sexual	Identificação étnico-racial	Formação/ Profissão	Estado civil	Filhas(os)	Identificação religiosa	Local de nascimento	Cidade domicílio	Desde quando mora em Goiânia (ou RMG)	Bairro de domicílio	Identidade política	Entrevista
Adelina	67	Feminino	heterossexual	negra	Pós-Graduada/ Professora de História	solteira	0	católica e candomblé	Pium, TO	Goiânia	Desde 1967	Parque Acalanto	Ativista feminista	Dia:01/10/15. Goiânia, Parque Acalanto, casa da entrevistada. Duração: 2h.
Lélia	54	Feminino	heterossexual	negra	Nível superior/ Assistente Social	casada	4	católica de matriz africana	Caçu, GO	Goiânia	Desde 1978	Conjunto Vera Cruz II	Ativista do movimento feminista negro	Dia: 30/09/15. Goiânia, Bairro Jardim América, Sede do grupo. Duração: 1h03min.
Tereza	53	Feminina	heterossexual	negra	Pós-Graduada/ Professora	divorciada	4	candomblecista	Porto Velho, RO	Goiânia	Desde 1965	Setor Criméia Oeste	Ativista feminista e em grupos de mulheres	Dia 10/11/14. Goiânia, local de trabalho da entrevistada. Duração: 1h 50min.
Maria	52	Feminino	bissexual	parda	Doutorado/ Professora	solteira	0	católica	Catalão, GO	Goiânia	Desde 1968	Setor Bela Vista	Ativista feminista	Dia 12/11/14. Goiânia, local de trabalho da entrevistada na UFG. Duração: 1h 20min.
Rosely	48	Feminino	heterossexual	branca	Doutorado/ Professora	casada	3	católica	Paranaíba, MS	Goiânia	Desde 1972	Setor Jaó	Ativista feminista	Dia 02/12/14. Goiânia, local de trabalho da entrevistada na UFG. Duração: 1h 20min.
Carolina	44	Feminino	lésbica	preta	Nível médio/ Técnica de Enfermagem	solteira	1	umbandista	Jataí, GO	Goiânia	Desde 1980	Jardim América	Ativista do movimento feminista negro	Dia 29/09/15. Goiânia, local de trabalho da entrevistada. Duração: 48min.
Luz	32	mulher	bissexual	parda	Especialista/ Advogada	solteira	0	espírita	Goiânia, GO	Goiânia	Desde o nascimento	Jardim Diamantina	Feminista. Ativista dos movimentos de mulheres e LGBTT	Dia 01/12/14. Goiânia, local de trabalho da entrevistada na UFG. Duração: 1h08min.
Anália	31	feminino	lésbica	branca	Superior incompleto/ Fotógrafa	casada	1	nenhuma	São Paulo, SP	Goiânia	Desde 2002	Setor Central	Ativista do movimento feminista da periferia	Dia 01/10/15. Goiânia, Setor Central, casa da entrevistada. Duração: 1h53min.
Antonieta	30	mulher	lésbica	negra	Superior incompleto/ Funcionária do Estado de Goiás	solteira	0	nenhuma	Cristalina, GO	Goiânia	Desde 2002	Residencial Recanto do Bosque	Feminista negra. Ativista do movimento de mulheres lésbicas	Dia 28/11/14. Goiânia. Sala de aula da Faculdade de Educação - UFG. Duração: 1h 10min.
Deolima	30	feminino	heterossexual	parda	Mestrado/ Professora	divorciada	0	ateia	Janaúba, MG	Goiânia	Desde 1992	Setor Universitário	Ativista feminista	Dia 17/09/14. Goiânia, local de trabalho na PUC. Duração: 1h 37min.
Bertha	24	mulher	lésbica	branca	Mestranda	solteira	0	nenhuma	Itaguara, GO	Goiânia	Com 4 anos de idade	Jardim Ipanema	Ativista dos movimentos feministas e de lésbicas	Dia 12/09/14. Goiânia, sala de aula da UFG. Duração: 1h 44min.
Beatriz	24	feminino	bissexual	negra	Ensino superior- cursando/ Professora	solteira	0	nenhuma	Campos Belos, GO	Goiânia	Desde 2007	B. São Judas Tadeu	Ativista do movimento de mulheres feministas negras	Dia 10/09/14. Goiânia, na UFG. Duração: 1h 03min.
Carmem	21	mulher	bissexual	branca	Ensino médio/ Tatuadora e rapper	solteira	0	nenhuma	Goiânia, GO	Goiânia	Desde que nasceu	Vera Cruz II	Ativista do movimento feminista da periferia	Dia: 02/10/15. Goiânia, Bairro Vera Cruz na casa da entrevistada. Duração: 45 minutos

Quadro 3. Identificação pessoal das entrevistadas.

Fonte: Entrevistas, 2014-2015

As formas de participações feministas das entrevistadas que atuam também em outras redes temáticas, como principalmente na questão LGBTT, racial, estudantil, sindical - representam a grande complexidade das suas atuações no espaço urbano, assim como as suas espacializações:

Mas acaba que tem essa vinculação também e com outros movimentos feministas, por exemplo, de todos esses movimentos que eu participo, a Rede Lésbicas é a que mais tem meninas negras, porque no Transas do Corpo as meninas são mais brancas, talvez uma parte, a coletiva feminista era um pouco, A rede não. A rede sempre foi. Eu devo ser uma das poucas meninas brancas, deve ter eu e a Simone agora, mas o resto não são e tem recorte um pouco maior, mas o Fórum não. O Fórum [Goiano de Mulheres] ele tem uma variação, mas a variação fica meio que implante assim e acaba que não tem. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Os movimentos feministas fazem muitas ações públicas e corpóreas na cidade (assim como o movimento negro e LGBTT). Por exemplo, a Parada Gay e Lésbica são eventos construídos em várias escalas, além da local. No entanto, eles acontecem em determinadas avenidas (escolhidas estrategicamente) de determinados bairros na cidade (também estrategicamente escolhidos). Nesses eventos, o beijo lésbico, gay, de travestis, transexuais ou transgênero é político porque questiona a padronização do corpo no espaço público, nas avenidas de Goiânia e, ao mesmo tempo, as demandas políticas percebidas no momento de organização e realização desses eventos na cidade, vão influenciar e construir as agendas de reivindicações também em outras escalas. Temos que ter em vista que as apropriações feministas da cidade se dão na relação entre várias escalas e locais.

Para compreender a complexidade de relações e ações existentes nos movimentos feministas, trazemos algumas falas das entrevistadas sobre como ocorrem as relações entre os grupos que elas participam com outros e entre elas e outras feministas, em diversas escalas:

(...) todas essas organizações [que a entrevistada participa] de alguma forma elas tem vinculações nacionais, todas elas. Seja pela criação, menos era o Colcha e a Coletiva Feminista. Que a ideia inicial era que a Colcha e a Coletiva fosse um grupo mais fechado, com uma atuação mais local. Primeiro de empoderamento das meninas e depois uma ação maior. Só que não foi assim que aconteceu, a gente já começou, por exemplo, tendo galera de Goiás e de Brasília. E todos os outros eles têm uma vinculação mais nacional. A Rede de Mulheres Lésbicas ela tem uns dois anos ou três, só que ela vem de outros coletivos que se desfizeram e fundaram a rede, que juntaram de outros militantes e tal e que se conheciam de outros contextos mesmo que elas. Mesmo que as ações sejam pra Goiânia e para Goiás tem uma coisa que é nacional, por exemplo, vamos fazer um blog, mas que receba coisas nacionais de todo mundo. Aí a gente vai em outros espaços, porque as meninas conhecem militantes de outros espaços também e convidam e esses grupos agregam as ações de algumas formas. Então, acaba

que a gente nunca tem ação sozinha. Seja porque passaram meninas daqui de Goiânia e foram para outros lugares e que a gente conhece em outros coletivos e em outros lugares. Os coletivos agregam as nossas ações e vice-versa. E acaba que como eu sou da AMB³³, por exemplo, então, eu tenho vinculação com as meninas de outros lugares, que a gente troca quase que militância mesmo. (...) A AMB tem uma vinculação internacional, de todas essas, a AMB e o Transas, mas é mais a AMB porque ela tem mais ações fundamentadas. Ela está, por exemplo, junto com a organização do encontro Latino Americano Feminista. Elas estavam naquela reunião que fizeram dos Brics [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul]. Elas têm uma amplitude maior. (...) Com essa coisa do feminicídio, por exemplo, a gente tentou fazer a federalização do caso e a gente conseguiu fazer uma reunião X em Brasília com uma galera de uma comissão (...) Aí a gente conseguiu uma reunião X para pedir a federalização do caso. Se a gente fosse um grupo só local e não tivesse uma vinculação com a AMB talvez a gente não conseguiria tentar articular essa discussão tão fácil quanto é fazer isso. Com essa vinculação fica mais fácil. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A gente faz algumas coisas em conjunto. Por exemplo, a Articulação de Mulheres Negras tem no Brasil todo, em vinte sete estados. Agora mesmo a gente tá trabalhando na Marcha das Mulheres Negras que vai ser dia 18 de Novembro. Então, a gente tem feito reuniões, também reuniões nacionais e também internacionais. E a agente tem um pouco de trabalho com as mulheres latinas, as mulheres caribenhas. E articulação a gente sempre faz. Agora mesmo, esse final de semana passada, sexta e sábado, teve uma oficina de formação de Luziânia [município do estado de Goiás e pertencente à região de entorno de Brasília], que é do Centro-Oeste. Essa oficina foi de percepção do racismo pela mulher negra, como é que a mulher se percebe pelo impacto do racismo. Então essa foi uma oficina nacional, em nível do centro-oeste. E a gente teve agora também, que terminou, um projeto que é Mulheres Negras em Pauta, que é um curso de formação para mulheres jovens negras que foi no Brasil todo. E a gente procura também trazer pessoas do Rio de Janeiro para cá, para ter essa troca de experiências, troca de vivências. As mulheres negras do estado de Goiás percebem o racismo da mesma forma que uma carioca? Elas têm a mesma percepção que uma mulher de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul tem? Então a gente tenta fazer essa ligação. E sempre a gente tem o encontro da Articulação que é anual e sempre tem representantes internacionais. Agora, o nosso grupo também faz parte da rede feminista de saúde, que é uma rede nacional e internacional também. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Olha tem vários tipos de ações. Tem oficinas de maquiagem, de veste e de trança, para a gente trabalhar a autoestima das mulheres negras e das crianças negras. A gente sempre tem participado daquela Ação Global, eles nos convidaram ano passado e foi um trabalho menor. Porque a gente sempre vai? Porque atende muitas pessoas. Geralmente tem muitos casais negros que vão casar naquele eventol, então a gente sempre faz a maquiagem específica negra e a faz a vestimenta com o pano amarrado. E fora disso, tem alguns seminários que são pontuais, por exemplo o 27 de Outubro é uma bandeira que a gente levanta. O mês de outubro, a gente tem uma semana de saúde da população negra. A gente tem acento no Comitê Gestor de Saúde

³³ Articulação de Mulheres Brasileiras.

da População Negra do estado e do município. A gente tem acento no Conselho Municipal de Saúde. Então esse é o público que a gente mais trabalha, porque é ali que a gente sempre propõe oficinas, seminários, audiências públicas. E antigamente não, a gente fazia seminário para a população em geral, mas agora a gente começou a perceber que hoje temos garantia de políticas, temos o Estatuto de Igualdade Racial, a gente tem a Política de Saúde da População Negra, mas ainda não foi implantada. Então a gente começou a trabalhar mais dentro dos órgãos, como no Comitê Técnico de Saúde, se é um comitê técnico, tem que ter técnicos para pensar. E algumas pessoas do nosso grupo são preparadas e então ali, para contribuir e ver se efetiva a política. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Só essa questão de ir pro nacional, de frequentar encontros fora. Porque antes eu era mais local (...). Antes eu era mais local, mas agora não. Por exemplo, todo ano tem um encontro de mulheres negras no Paraná, né. No final do ano e eu sempre estou indo e trocando experiências. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

A gente teve várias ações, a gente teve mais era na campanha pela legalização do aborto, foi a mais forte, foi uma bandeira de feminista assim, impecável, sempre foi pela legalização do aborto. As grandes campanhas do Fórum no Brasil inteiro, dos Fóruns ou outras organizações com outro nome, era sempre pela legalização do aborto e essa questão também de mais poder para as mulheres, era a mulher sem medo do poder, a gente fez campanhas e o Fórum estava sempre junto, quando a gente começa a discutir o que é essa porra desse poder, o que nós vamos fazer lá, porque tudo é muito novo pra gente. E o que mais nós participávamos era assim, encontro feminista, Encontro Nacional Feminista, aí ia, eu, por exemplo, fui bem nuns três, não sei aonde, sabe, fui em João Pessoa, bacana até, só mulher, fui num outro em Porto Alegre. As meninas foram em outros encontros feministas, aí eu não tive condição de ir, tipo assim, foram pro México, acho que foi, acho que foi no México, Bogotá, parece. Foi sim, que a Rosa foi, a Margarida, a Bromélia, elas foram, aí eu não pude ir por causa da questão de grana, né, ficava mais caro e tal e tal, um encontro Latino-Americano, Encontro Feminista Latino-Americano, disseram que foi maravilhoso! Então a gente participava dessas, e aí eu participava muito também. (...) Então eu participava muito a nível nacional das articulações, e aí, sabe, eu me esbaldava, com tantas mulheres, conheci muitas mulheres, feministas mesmo, sabe, aquelas intelectual assim, sabe, muito, que formula, de brasileira a internacional, aqueles debates maravilhosos, assim sabe, que você sai falando assim, meu Deus do céu eu sou poderosa, nós somos, nós podemos, né. Particpei muito, muito mesmo, por causa da CNTE [Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação] e por causa da CUT nacional, porque eu era do coletivo nacional, então viajava muito, sempre tinha muito debate. Por exemplo, eu fui pra uma, nós éramos sete mulheres e eu fui pra Cuba em 1996, discutir com as mulheres cubanas as condições das mulheres no Brasil, da educação, com elas lá. Como é que é lá, como é que é aqui, mas nós éramos sete, a convite do governo cubano, então é uma fonte maravilhosa e aí você vê que o machismo não tem ideologia, o machismo tá em todo lugar. Lá também as mulheres são violentadas, também elas sofre com violência e tudo, do mesmo jeito, sabe, são violentadas, têm problemas. Então eu participei muito, viajei muito. E aí também eu começo, em função disso a me interessar pelo movimento de LGBT que na época a gente não chamava LGBT, era Movimento Gay.

Mulher não se falava em lésbica, era só os homens gays, essa coisa de lésbica é muito novo, ajudei a fundar organizações de gays em Goiânia, o Comitê Rosa, em nome do Sindicato e da CUT, que ninguém queria ir com medo de ser confundido, com medo do povo pensar que era lésbica ou não, eu nunca tive essas preocupações, né. Então eu participei muito pegando essas transversalidades, mas muita coisa boa, eu participei e eu vivi, bebi em muita fonte interessante, mulheres que eu só conheci através dos livros, dos textos, dos escritos, sabe. Que eu via pessoalmente, aí você tem a emoção, sabe. Você vê aquela mulher, tava ali e você, “Pô, ela existe de verdade, eu li um livro dela”, encantada. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

As falas nos mostram a complexidade das participações e construções das ações das militantes e seus coletivos e das suas relações com outros grupos e outras feministas que ocorrem em diferentes lugares. A construção do feminismo goianiense e goiano é o resultado e construtor de outros contextos dos feminismos para além do local e regional, estruturando-se e expandindo-se em distintas escalas.

A contribuição deste capítulo para responder ao objetivo do trabalho consistiu em trazer as ausências e importantes existências de estudos sobre as relações de gênero e a cidade na Geografia Urbana brasileira. Acreditamos que para contruirmos o resultados desta pesquisa fez-se necessário uma busca de fontes de como este tema foi e é tratado pela Geografia Urbana. Também apresentamos uma narrativa sobre o surgimento dos movimentos feministas em Goiânia, assim como as identidades auto-declaradas das entrevistadas.

Capítulo 4– CONSTRUINDO CARTOGRAFIAS FEMINISTAS DA CIDADE

Através dos resultados da cartografia proposta, composta tanto por mapas de Goiânia, como, para além deles, que correspondem as falas das entrevistadas e as nossas análises sobre as desiguais formas em que as mulheres experienciam e se apropriam dos lugares da cidade, este capítulo pretende responder aos objetivos específicos da pesquisa.

4.1. Mapeando a cidade de Goiânia

As feministas trouxeram os locais na cidade que consideravam de diferenciadas formas e tempos importantes para os feminismos, para suas vivências, lutas, visibilizações e para as espacializações efêmeras ou não das ações dos grupos feministas que elas participam. A Figura 3 representa uma proposta de mapeamento dessas apropriações. O mapa corresponde às apropriações que ocorreram durante a pesquisa, no chamado tempo presente (período entre os anos de 2013 a 2015) e estão mapeadas também apropriações passadas (entre os anos de 1985³⁴ a 2013) e futuras (após 2015).

³⁴ Ano de criação do Centro Popular da Mulher em Goiás (CPM), cujo grupo é o mais antigo entre os que as entrevistadas participam e participaram.

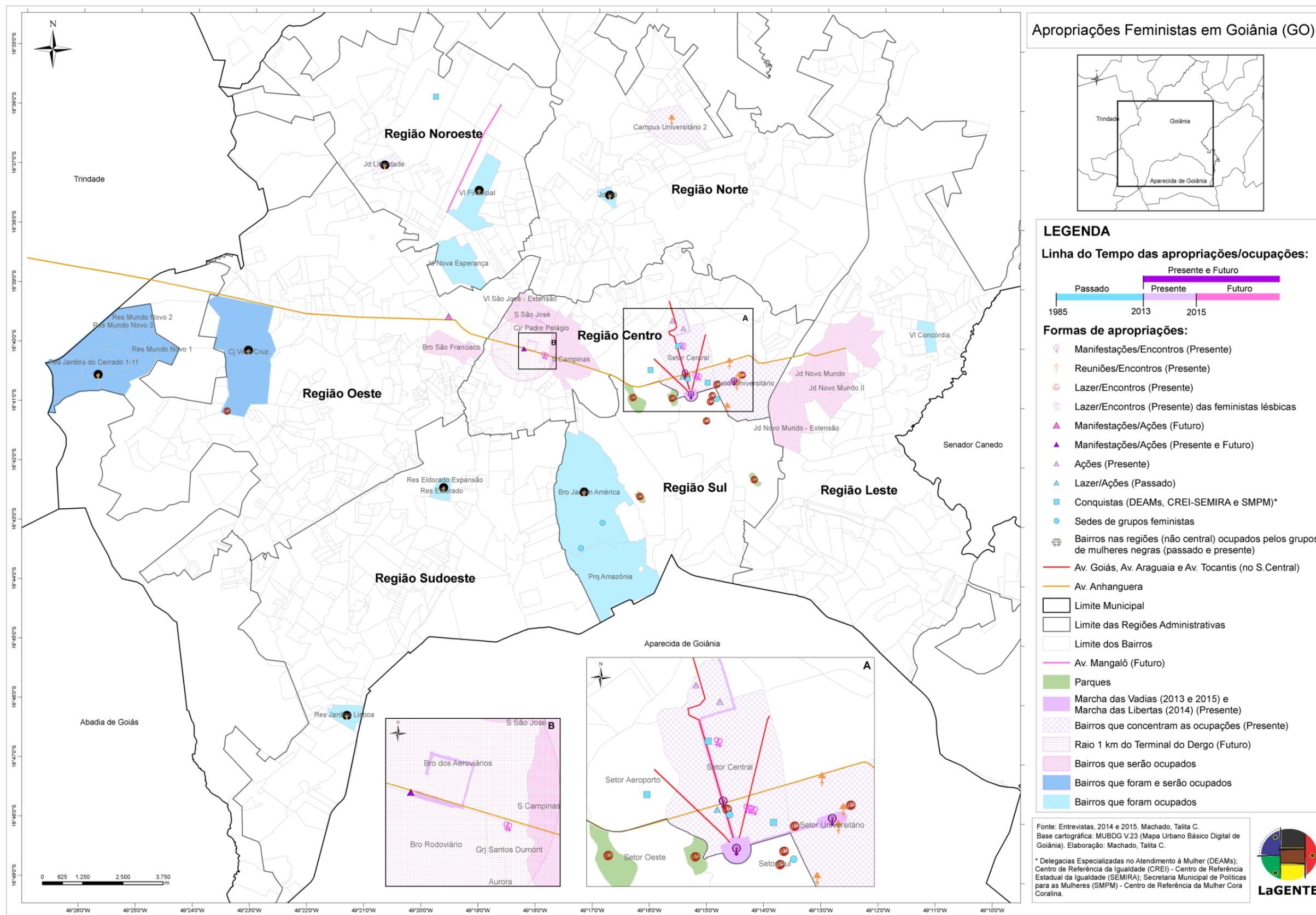


Figura 3. Apropriações Feministas em Goiânia (GO)
 Fonte: Entrevistas, 2014 e 2015. Machado, Talita C. Base cartográfica: MUBDG V.23. Elaboração: Machado, Talita C

Um dos limites do mapa (Figura 3) corresponde à escolha da escala municipal, pois as apropriações urbanas de algumas entrevistadas e de seus grupos extrapolam os limites do município de Goiânia e se expandem para municípios da região metropolitana. Locais no município de Aparecida de Goiânia, localizados ao sul e cornubado com a área urbana de Goiânia, são apropriados por algumas feministas e seus grupos e são vistos por elas como locais periféricos.

No mapa (Figura 3) observamos que os bairros e locais que serão futuramente ocupados, através de ações dos grupos feministas ligados à academia, estão próximos ou são cortados pela Avenida Anhanguera ou Eixo Anhanguera³⁵. Esses bairros e locais foram trazidos pelas mulheres que transitam por eles diariamente e/ou os vivenciam, mulheres que moram em áreas periféricas da cidade e que utilizam o Eixo para se deslocarem na cidade, ou seja, correspondem aos trajetos diários de algumas entrevistadas.

Os locais de apropriações, em alguns casos, são os mesmos entre as entrevistadas, e em outros, diferenciam-se, a depender da identidade da feminista e de seus grupos. A Figura 3 espacializa as ações presentes nas falas e nas minhas interlocuções e vivências com as feministas, correspondendo a um mapa geral das apropriações.

Há intersecções e diferenças entre as formas e locais de apropriações realizadas pelas entrevistadas e seus grupos. A apropriação se dá pelo e através de seus corpos. Cada mulher, a partir de sua identidade (de gênero, sexualidade, raça, classe, idade), apropria-se do espaço urbano algumas vezes, de forma diferenciada, e outras, interseccional com outras mulheres. No caso das intersecções, elas se dão pelas identidades que também se articulam, por exemplo, algumas são acadêmicas, mulheres lésbicas, mulheres negras ou são mulheres jovens. No caso das diferenças, algumas, apesar de estarem em um mesmo grupo feminista acadêmico e de serem acadêmicas, possuem idades, identidade de raça e classes sociais diferenciadas, isso vai resultar em formas e lugares diferentes de apropriação.

A Quadro 4 apresenta algumas simbologias utilizadas nos mapas e a explicação da escolha de cada uma delas pelas entrevistadas e de seus significados.

³⁵ O Eixo Anhanguera é o nome dado a um corredor de transporte coletivo exclusivo, na modalidade BRT, localizado em Goiânia. Possui 14km de extensão, faz a ligação entre os extremos leste e oeste da capital, através da Avenida Anhanguera, uma das mais importantes da cidade. Ao longo de seu percurso, compreendido entre os Terminais Padre Pelágio (Bairro Ipiranga) e Novo Mundo (Setor Novo Mundo), atravessa mais três terminais de integração (Terminal DERGO, Terminal Praça "A" e Terminal Praça da Bíblia), que fazem a conexão com grande parte das demais regiões de Goiânia.

	<p>Logomarca do Centro Popular da Mulher em Goiás (CPM)</p>
	<p>Logomarca do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado (Dandara)</p>
	<p>Logomarca do Grupo Madalena – Teatro das Oprimidas.</p>
	<p>Logomarca do Grupo de Mulheres Negras Malunga.</p>
	<p>Símbolo que representa a estética negra, o cabelo “black”. Simboliza o empoderamento de mulheres negras.</p>
	<p>Dois símbolos femininos interligados são uma das imagens mais populares de lésbicas. Este símbolo começou a ser utilizado nos anos de 1970 e hoje é muito usado para representar as lésbicas.</p>
	<p>O símbolo “Woman Power” é uma combinação do símbolo de Vênus, que é usado para designar o feminino, com o punho em riste, usado para vários movimentos ao redor do mundo, desde o movimento negro até a revolução comunista. Originalmente, o punho em riste representa unidade, luta e solidariedade, principalmente entre grupos de pessoas que se sentem oprimidas por uma situação/por outro grupo. O Woman Power foi criado pelas feministas entre os anos 1960 e 1970.</p>
	<p>É parte do e inspirado no símbolo da Marcha Mundial das Mulheres. Representa as diferentes mulheres unidas (de mão dadas) na luta contra o machismo, a violência, o sexismo, racismo e toda forma de discriminação.</p>

Quadro 4: Simbologias utilizadas nos mapas.

Fonte: Entrevistas 2014-2015 e Encontro “Café com cartografias feministas”, 2016.

4.2. As apropriações feministas e as lógicas do urbano

Alguns locais de Goiânia foram trazidos pelas feministas como essenciais para as apropriações individuais e/ou coletivas. As ações são pensadas de maneira distinta em cada região da cidade. Percebemos que as mulheres, ao se apropriarem do espaço urbano, levam em conta as lógicas de organização da cidade em diferentes regiões político-administrativas, assim como as diferenciações entre centro e periferia³⁶. Sendo assim, as mulheres operam segundo as lógicas do urbano (referentes às regiões político-administrativas e à relação centro-periferia).

Estudos urbanos recomendam que a melhor forma de conhecer a dinâmica urbana não é através de sua globalidade, pois para muitos(as) planejadores(as) o município não é um bloco monolítico, mas multifacetado e dividido em pedaços que se diferenciam (MOYSÉS, 2004). E os pedaços são partes integrantes de um mesmo território. Cada pedaço da cidade só tem significado quando reencontra com o todo. E Goiânia possui um território fragmentado, segmentado e desigual, resultado de políticas de intervenção de caráter segregador (MOYSÉS, 2004).

Para os(as) planejadores(as), é necessário recortar a cidade em seções relativamente homogêneas, bem como espacializar as informações sobre essas partes e consolidá-las em banco de dados temáticos, visando uma melhor compreensão do urbano. Trabalhar as informações agregadas e/ou desagregadas facilita as ações de diferentes agentes da cidade (MOYSÉS, 2004).

Os órgãos de planejamento já estabeleceram, ao longo da história do município, várias formas de regionalização de Goiânia. Vamos apresentar as mais importantes delas e algumas características de cada região, pois percebemos nas narrativas das entrevistadas, que elas utilizam os recortes da cidade em regiões e de suas especificidades para planejar e organizar suas ações.

A primeira macro-ordenação territorial de Goiânia aprovada em 2002³⁷ divide a cidade em três macro-zonas: a zona urbana (ZU), zona de expansão urbana contínua e descontínua (ZEU) e zona rural (ZR). Os macro-zoneamentos (ZU e ZEU) são redistribuídos em bairros, setores, jardins, vilas, que em conjunto, representam mais de 500 (quinhentas) unidades territoriais com tamanhos e condições de vida diferenciadas (MOYSÉS, 2004).

No intuito de ordenar de maneira mais racional o território da cidade, o conjunto de

³⁶ Faremos uma discussão sobre relação centro-periferia na seção 4.2.1.

³⁷ Lei Complementar nº 120 de 27/12/2002.

vilas, bairros, setores, jardins foi recortado em 81 (oitenta e uma) microrregiões (espaços razoavelmente homogêneos em relação a sua história de ocupação e ao perfil socioeconômico), que passaram a constituir Unidades Territoriais de Planejamento (UTP) (MOYSÉS, 2004). As UTPs correspondem a um bairro ou a um conjunto de bairros delimitados por barreiras físicas, tais como: sistema viário, córregos e rios que separam porções do espaço urbano que guardam grau significativo de homogeneidade. Essas microrregiões, por sua vez, foram consolidadas em 12 (doze) grandes regiões: Central, Campinas, Sul, Norte, Leste, Sudoeste, Vale do Meia Ponte, Noroeste, Mendanha, Oeste, Sudoeste e Macambira Cascavel³⁸ (MOYSÉS, 2004).

A região Campinas caracteriza-se pela forte presença do comércio. A região Sul é bastante verticalizada, possui muitos empreendimentos imobiliários e é vista como uma alternativa de moradia para a classe média alta que não opta pelos condomínios fechados (RODRIGUES, s.d.).

A região Sudoeste e a Noroeste caracterizam-se como áreas de reserva de terra urbana, o que as tornam uma alternativa para a implantação de conjuntos habitacionais e se constituem os principais vetores de expansão da periferia de Goiânia. No início da década de 1990, ocorreu a ampliação do crescimento da população da região Noroeste em termos de ocupação à margem da legislação urbana em vigor, com o lançamento de vários loteamentos irregulares (MOYSÉS, 2004). Para Moysés, a explicação do grande crescimento nas duas regiões (Sudoeste e Noroeste) está na liberação de novos loteamentos, “após a aprovação da Lei 7.222, em 1994, que reduziu o tamanho dos lotes residenciais de 360 para 300 m², e da Lei 7.715, em 1997, que retirou a exigência da pavimentação asfáltica.” (p.206, 2004). Essas leis foram essenciais para atender as demandas do mercado imobiliário da época.

As regiões Central, Campinas e Sul abarcam a maioria de bairros que perderam população na década de 1990. Mas também ocorreu, nessa mesma década, a perda de população de bairros localizados em “regiões periféricas”, como o Jardim Novo Mundo, na região Leste, um dos mais populosos da cidade e que possui muitos problemas relacionados às questões sociais e ambientais (RODRIGUES, s.d.).

Como afirmam Bernardes e Campos (1991), na década de 1980 a dinâmica urbana de Goiânia caracterizou-se pela periferização. Para Rodrigues (s.d.), a década de 1990 caracteriza-se pela dinâmica urbana de expansão dessa periferia, pelo surgimento de espaços

³⁸ Prefeitura de Goiânia – SEPLAM/DPSE/DVPE/DVSE, 2003.

territorialmente segregados e pela concentração das camadas sociais de nível social mais elevado em parte das regiões Sul e Central.

Segundo Moysés (2004), baseado em análises do Censo 2000, apresentado na Tabela 2, o perfil socioeconômico das regiões Noroeste, Mendanha, Oeste, Leste e Sudeste é mais ou menos homogêneo do ponto de vista da renda. A região Noroeste é a mais homogênea do ponto de vista socioeconômico. Nessa região está concentrada a maior proporção (21,3%) dos que estão na linha de pobreza, isto é, chefes de domicílios que recebem até $\frac{1}{2}$ salários mínimos. Nessa região, a maioria dos moradores (53%) ganha, no máximo, até 3(três) salários mínimos.

Regiões	até $\frac{1}{2}$	até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	acima 20	Sem Ren
Central	2,3	7,1	8,1	11,5	18,1	23,8	26,7	34,2	9,3
Sul	10,1	10,4	10,6	12,4	17,7	24,6	28,7	35,4	13,3
Macambira-Cascavel	9,2	8,0	7,9	9,5	10,6	10,4	9,1	6,5	7,1
Oeste	8,2	7,9	7,8	6,4	3,8	2,2	1,8	1,0	7,2
Mendanha	5,9	6,5	6,8	6,1	4,1	2,6	2,0	1,3	5,9
Noroeste	21,3	16,6	15,1	8,6	3,6	3,1	3,2	2,2	15,4
Vale do Meia Ponte	5,4	4,9	5,2	6,1	5,5	4,0	3,0	2,0	4,6
Norte	9,6	5,9	5,6	6,1	6,8	6,5	6,4	5,0	6,0
Leste	8,4	12,1	11,6	9,7	7,4	4,9	3,6	2,5	10,1
Campinas	3,8	10,3	11,1	13,2	13,7	10,6	8,6	5,8	9,3
Sudeste	1,5	3,3	3,6	4,1	4,3	3,3	2,7	1,7	2,8
Sudoeste	14,4	7,1	6,7	6,2	4,3	3,9	4,0	2,6	9,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 2. Distribuição Percentual dos Rendimentos em Salários Mínimos dos Chefes de Domicílios (Mulheres Homens) por Regiões do Município de Goiânia.

Fonte: MOYSES, 2004. Censo Demográfico 2000 – Resultado do Universo. Elaboração: Prefeitura De Goiânia – SEPLA/DPSE/DVSE.

Obs. Por questões técnicas, essa distribuição espacial é de caráter preliminar. As somas parciais não fecham com as totais pelo fato de as faixas salariais serem inclusivas (nota da fonte).

Grande parte das zonas de exclusão social (constituídas pelos loteamentos clandestinos, ocupações irregulares e áreas de risco) está concentrada na região Noroeste de Goiânia, que se distingue das outras pelo agravamento dos problemas sócio-espacial-ambientais em que suas populações vivem (MOYSÉS, 2004).

Percebe-se, na Tabela 2, que a porcentagem dos chefes de família com mais de 20 salários mínimos concentra-se nas regiões Central (34,2%) e Sul (35,4%). A região Sul também possui um percentual alto de chefes com rendimentos inferiores a $\frac{1}{2}$ salário mínimo

(10,1%), isso se deve porque, na década de 1990, nessa região havia muitas áreas de posse³⁹. Na década de 1990, iniciou-se na região Sul um processo de transformação do perfil da população, resultado da especulação imobiliária e da expulsão de muitos moradores mais pobres, em especial no Bairro Setor Pedro Ludovico.

Em 2007, o Plano Diretor estabeleceu uma nova macro-ordenação de Goiânia. Para fins de planejamento, o modelo espacial dividiu o município em macrozonas, definidas como frações do território demarcadas segundo critérios de ordem físico-ambiental e conforme sua natureza de agenciamento espacial. O Plano Diretor instituiu oito macrozonas no território do município, a saber: Macrozona Construída (com os limites do perímetro urbano definido na lei⁴⁰); Macrozona Rural do Dourados, Macrozona Rural do Alto Anicuns, Macrozona Rural do São Domingos, Macrozona Rural do Capivara, Macrozona Rural do João Leite, Macrozona Rural do Lageado e Macrozona Rural do Barreiro.

Outra organização territorial da cidade é estabelecida pelos órgãos de planejamento da Prefeitura, regionalizando o município em 5 (cinco) grandes áreas: região leste, região centro/sul, região norte, região noroeste, região oeste⁴¹. As regiões centro/sul e leste são essencialmente urbanas, com elevada densidade, estendendo-se em direção ao Município de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, formando áreas cornubadas ou em vias de cornubação. A região norte é a menos adensada e onde localizam-se os principais mananciais. Trata-se de uma região importante para a conservação ambiental. Na região oeste verifica-se uma tendência já consolidada de urbanização, com a expansão de loteamentos junto à divisa de Goiânia e Trindade e ao longo da GO-060, onde existe um forte vetor de industrialização.

A região noroeste era caracterizada tradicionalmente pelas atividades agropecuárias e produção hortigranjeira em pequenos sítios e chácaras. Na região noroeste, o espaço rural e de preservação ambiental foi transformado num espaço urbano que já nasceu com graves problemas sócio-espacial-ambientais, pois “os seus bairros foram criados por iniciativa do governo estadual, à revelia da legislação urbana vigente, e pela iniciativa privada, que se apropriou da ação do Estado e alavancou grandes negócios” (MOYSÉS, p.219, 2004). E recentemente, essa região tem passado por um forte processo de urbanização, tornando-se uma área de acelerado crescimento populacional.

Todas as regiões acima descritas possuem uma predominância do uso residencial,

³⁹ Áreas irregulares em terrenos públicos ou privados, muitas vezes, em áreas de risco.

⁴⁰ Plano Diretor - Lei Complementar N° 171, extraído do Diário Oficial N° 4.147 de 26 de junho de 2007. Consolidado em junho de 2010.

⁴¹ Prefeitura Municipal de Goiânia – SEPLAM/FMDU/ITCO, Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Goiânia, 2008.

resultado da principal característica tomada pela cidade, que é a de pólo de serviços e de atividades voltadas à condição de capital do estado de Goiás⁴².

A última regionalização estabelecida pela Prefeitura e presente no Anuário Estatístico de Goiânia (2012) redistribuiu a cidade em sete regiões⁴³: central ou central e campinas; leste; sul; oeste; sudeste; norte e noroeste. Essa foi a regionalização utilizada na construção da Figura 3. A Tabela 3 mostra a distribuição da população por região no ano de 2010.

Região	População
Campinas-Centro	221.464
Leste	172.436
Sul	221.925
Sudoeste	223.027
Oeste	152.189
Noroeste	164.283
Norte	146.677
Total Geral	1.302.001

Tabela 3. População de Goiânia por região – 2010.

Fonte: IBGE - Censo 2010. Elaboração: SEPLAM / DPESE / DVPEE.

Ferreira (2014), ao estudar a segregação racial de Goiânia espacializando os dados do Censo de 2010 (IBGE), constata que as regiões que possuem a grande maioria dos bairros com a população negra residente predominante são as regiões noroeste e oeste. A parte norte da região leste e a parcela mais distante das regiões central e sul na região sudeste também possuem bairros com maioria de residentes da cor negra, como mostram as Figuras 4 e 5.

⁴² Prefeitura Municipal de Goiânia – SEPLAM/FMDU/ITCO, Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Goiânia, 2008.

⁴³ Prefeitura Municipal de Goiânia - SEPLAM / DPESE / DVPEE. Anuário Estatístico Goiânia, 2012.

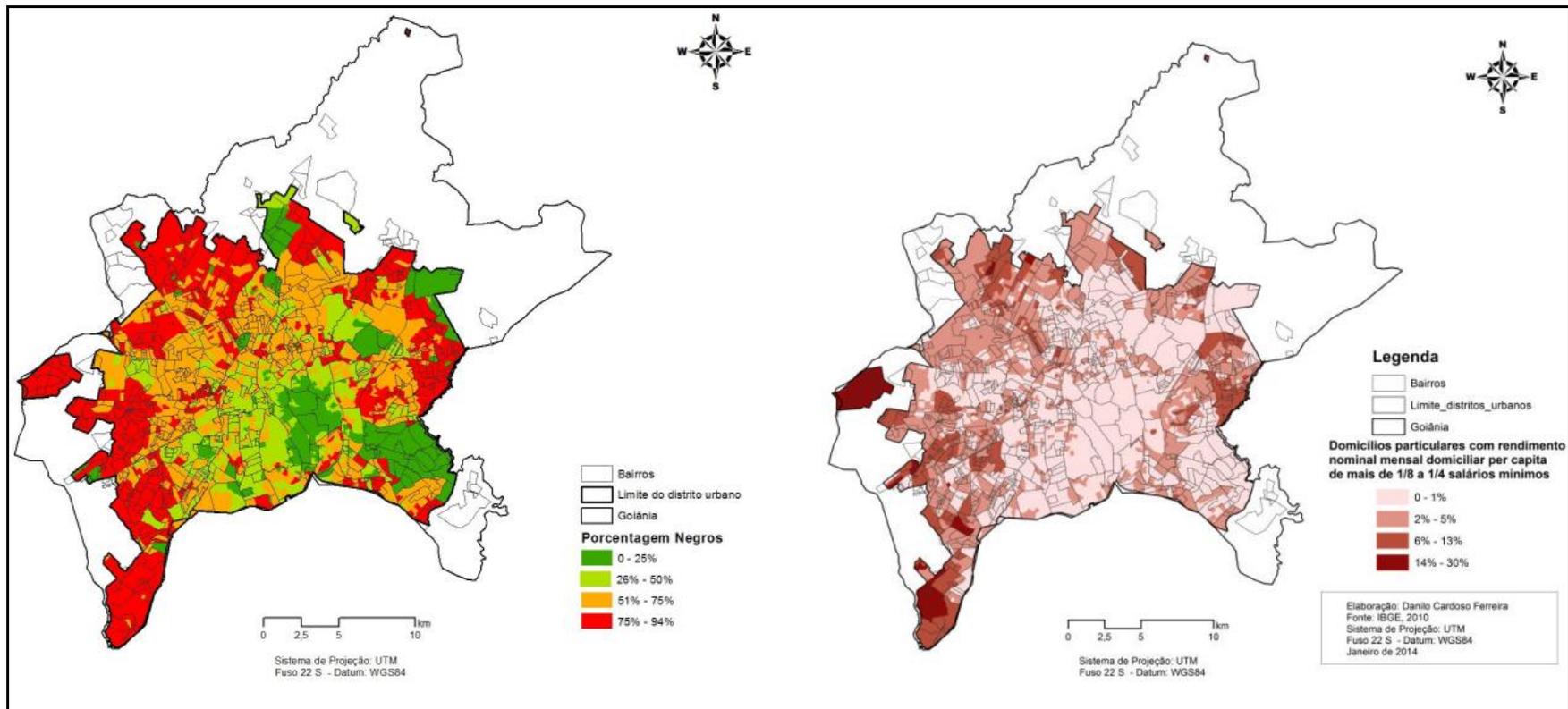


Figura 4. Justaposição dos Bairros com maioria da população Negra com os bairros de “Classe Extremamente Pobre” – Goiânia (GO)
 Fonte: FERREIRA, Danilo C. (2014, p. 83)

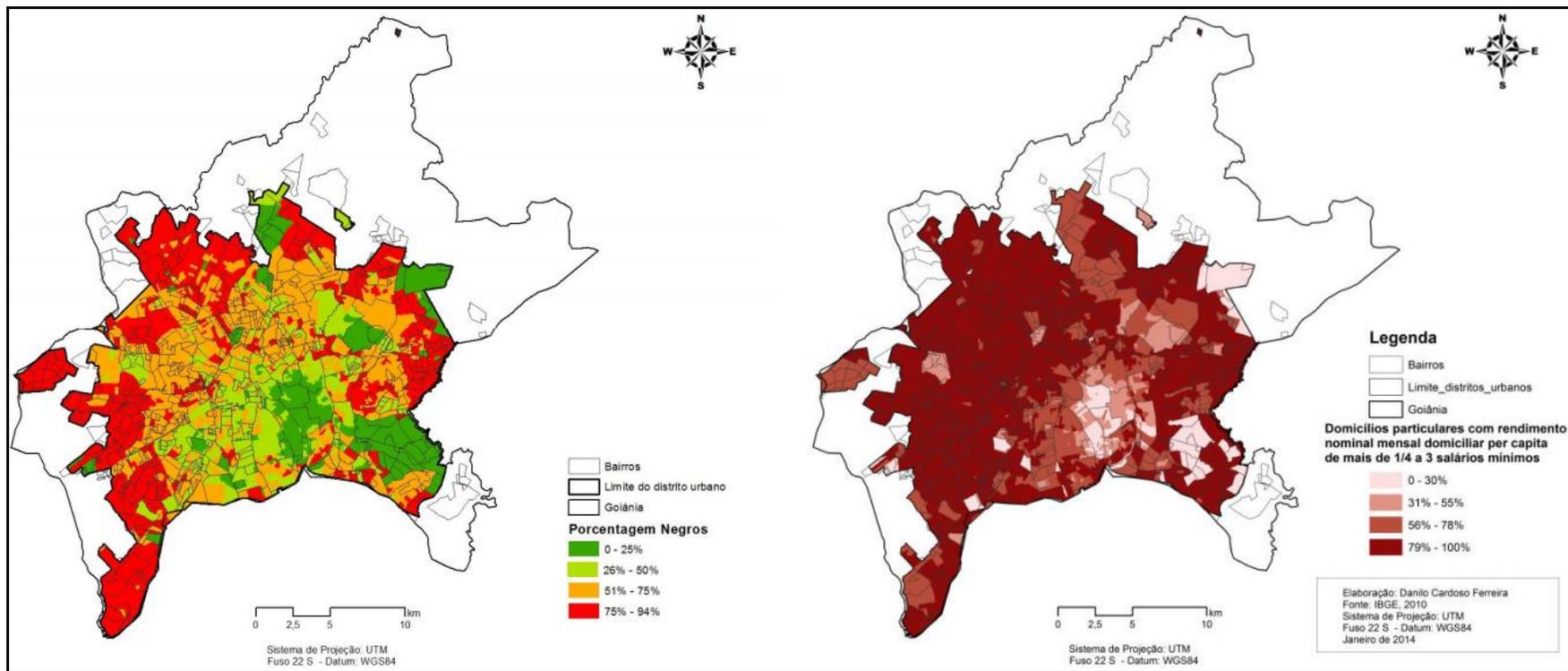


Figura 5. Justaposição dos bairros negros com os bairros de “classe baixa”– Goiânia (GO)
 Fonte: FERREIRA, Danilo C. (2014, p. 84)

Os bairros com a maioria da população branca concentram-se nas regiões central, sul e nos grandes condomínios fechados, principalmente na parte sul da região leste (FERREIRA, 2014). Ferreira constata que os bairros mais pobres (renda da população é menor) e segregados⁴⁴ da cidade de Goiânia possuem uma maioria da população da cor negra.

Todas essas formas de regionalizar a cidade pelos órgãos municipais de planejamento estão presentes nos processos de apropriações feministas na cidade. As mulheres operam segundo as lógicas de regionalização realizadas, não só pelos planejadores urbanos, mas também pelos diversos textos e discursos sobre a cidade produzidos, por exemplo, pelos programas jornalísticos da televisão, pelas empresas de jornais impressos e digitais etc. As apropriações feministas levam em consideração as características sociais, raciais e econômicas das regiões.

A categoria região⁴⁵ atua na construção tanto material quanto simbólica dos sujeitos na cidade. Para Haesbaert (2010), pensar a região implica em, antes, estudar os processos de regionalização. Para o autor, a regionalização deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e nas interações que eles estabelecem. Haesbaert diz que a “região caminhou, ao longo da história do pensamento geográfico, mais ou menos como num pêndulo entre posições mais idiográficas ou valorizadoras das diferenças e posições mais nomotéticas ou que enfatizavam as generalizações” (p.6, 2010). O autor propõe pensar a região não:

(...) simplesmente como um “fato” (em sua existência efetiva) nem como um mero “artifício” (enquanto recurso teórico, analítico) ou como instrumento normativo, de ação (visando a intervenção política, via planejamento). Propomos então tratar a região como um “arte-fato” (sempre com hífen), tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política.

A região vista como arte-fato é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, construído ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação “analítica” do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). (p.7)

Segundo o autor, a região como “Arte-fato” aborda o regional tanto como criação, como construção já produzida e articulada. Ou seja, a região como: produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, construída através da atuação de

⁴⁴ Relação entre a precariedade de acessibilidade à cidade, da infraestrutura urbana e da renda dos moradores.

⁴⁵ Até aqui não tínhamos construído uma análise sobre a categoria região, porque percebemos a relação entre as apropriações feministas e as regiões da cidade no processo final da pesquisa. Por isso, faremos somente agora uma curta discussão sobre como compreendemos a categoria região neste trabalho.

diferentes sujeitos sociais e como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial (HAESBAERT, 2010).

Albuquerque Júnior em sua obra “A invenção do Nordeste” (1999) propõe que “o que se diz da região não é o reflexo do que se vê *na e como* ‘região’” (1999, p. 46, grifos do autor). Mas “a região se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível” (1999, p.46). No discurso regionalista “o espaço surge como uma dimensão subjetiva, como uma dobra do sujeito, como produto da subjetivação de sensações, de imagens e de textos por inúmeros sujeitos dispersos no social” (1999, p. 50). Assim, a região é vista como sendo construída, onde a ação dos diferenciados sujeitos está produzindo seu espaço material e simbólico. A região “é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder” (1999, p. 24).

Para Haesbaert (2010):

A própria “região”, enquanto lócus da produção da diferença, e não simplesmente no sentido do “regionalismo reacionário”, também pode, dependendo do emaranhado de poder em que estiver enredada, estimular a constante re-produção do novo – ou seja, ela nem sempre é produzida apenas pelo “regionalismo anacrônico e reacionário” hegemônico aí enfatizado, o que pode ser constatado ao reconhecermos a própria natureza, sempre ambivalente, de sua (re)criação simbólica. (p.12)

(...) qualquer análise regional que se pretenda consistente (e que supere a leitura da região como genérica categoria analítica, “da mente”) deve levar em conta tanto o campo da produção material quanto o das representações e símbolos, ideais, tanto a dimensão da funcionalidade (político-econômica, desdobrada por sua vez sobre uma base material-“natural”) quanto do vivido (simbólico-cultural, mais subjetivo) – em outras palavras, tanto a coesão ou lógica funcional quanto a coesão simbólica, em suas múltiplas formas de construção e des-articulação – onde, é claro, dependendo do contexto, uma delas pode acabar se impondo sobre – e refazendo – a outra.

As abordagens funcionalistas sobre região acabavam negligenciando, às vezes de forma radical, a dimensão específica do vivido. (p.17)

Neste estudo, consideramos que a região, para além da regionalização administrativa, é lócus de ação do sujeito que a constrói constantemente. As diferentes formas de apropriações feministas em cada região da cidade e as formas diferenciadas e interseccional que cada mulher vivencia essas apropriações acabam por interferir na construção do imaginário das regiões. Não são somente os dados estatísticos sociais e econômicos, produzidos pelos(as) planejadores(as), os governos e a mídia que diferenciam as regiões, mas

elas tornando-se um local no sentido de pertencimento, espaço vivido e de transformações pelas feministas.

A região central, sul, as regiões periféricas (noroeste, oeste e leste) e a região norte, foram trazidas pelas entrevistadas como importantes para as apropriações feministas e urbanas. As próprias feministas e seus grupos usam as narrativas de divisões regionais da cidade, construída por planejadores(as) e pesquisadores(as) do urbano, para construir e planejar suas ações. Por isso, resolvemos sistematizar as narrativas e as apropriações feministas na cidade por região, pois percebemos que existem especificidades relativas às ações das mulheres e seus grupos a depender da região político-administrativa onde elas ocorrem. E a seguir, discutiremos as apropriações que ocorrem em cada uma dessas regiões.

4.2.1. Apropriações feministas na região central

A Figura 6 é um recorte do mapa da Figura 3 (com a adição de algumas informações) e corresponde às apropriações feministas realizadas na região central da cidade.

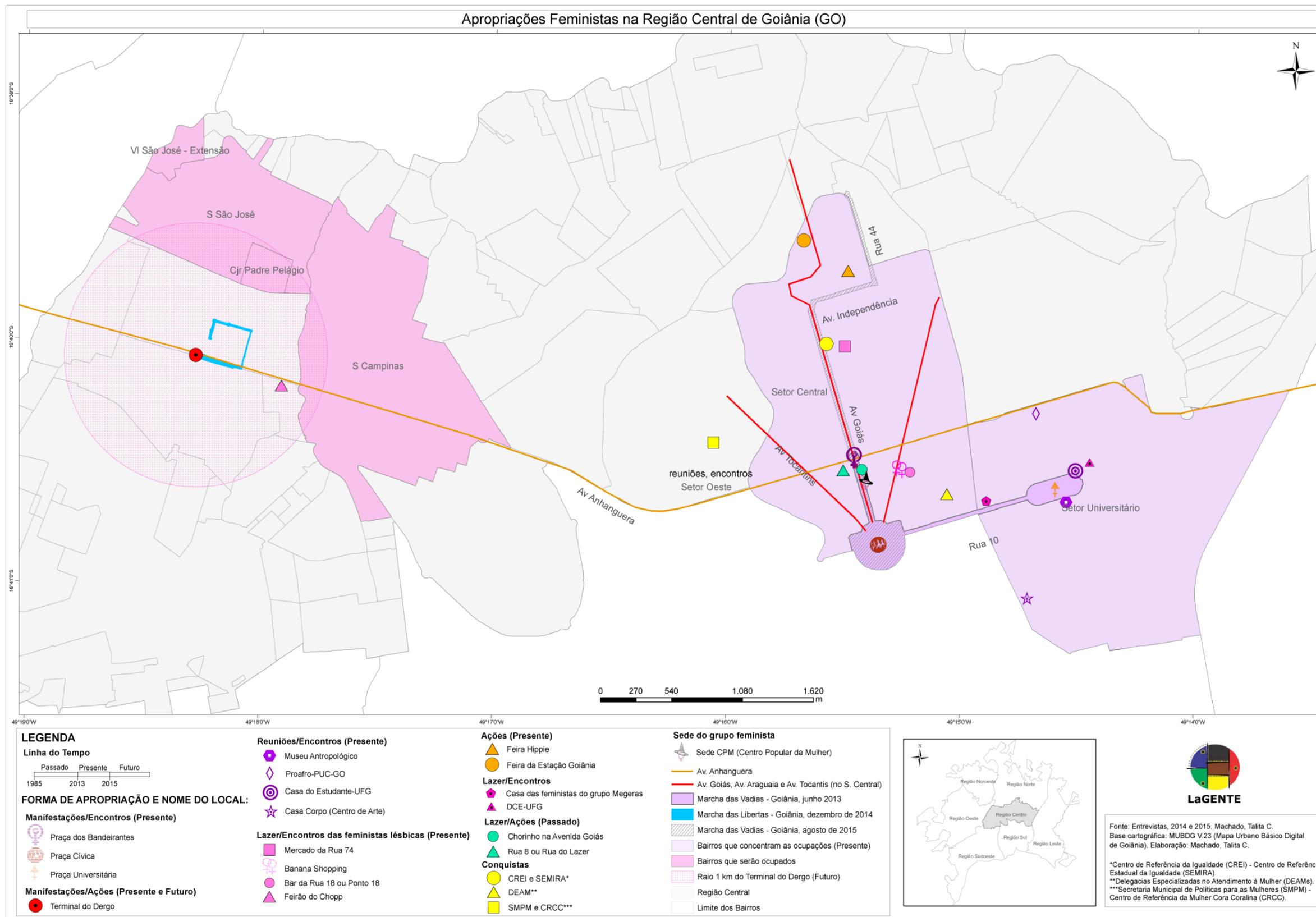


Figura 6. Apropriações feministas na Região Central de Goiânia (GO).
Fonte: Entrevistas, 2014 e 2015. Machado, Talita C. Base cartográfica: MUBDG V.23. Elaboração: Machado, Talita C.

O Setor Central e o Setor Universitário foram os bairros mencionados pelas mulheres como importantes para as apropriações feministas na cidade. O Setor Central (ou centro) foi levantado por todas as entrevistadas como essencial para dar visibilidade, através da mídia e das pessoas que estão de passagem naquele local, às manifestações dos grupos:

O próprio Centro de Goiânia porque é um local de visibilidade midiática e porque as pessoas estão passando por lá. É um local de trânsito. Das manifestações que acontecem por lá, eu acho muito importante que seja por lá, porque se fosse em outros lugares seriam esvaziados e não teria muita significação. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

O centro da cidade já foi o nosso lugar favorito para fazer todo tipo de manifestação. (...) A última coisa que nós fizemos foi muito legal. Foi em 2011, acho que esse ano repete no 25 de novembro⁴⁶, que é fazer com as meninas do teatro do oprimido umas performances nos pontos de ônibus, que você vai performando como se fosse uma via sacra e alguma coisa assim. Mas você vai deslocando e aí no final tem um carro e alguma coisa fazendo um pouco a ligação entre uma coisa e outra. Uma atuação em cada ponto de ônibus e no final, a gente foi para a Assembleia Legislativa fazer o teatro das oprimidas lá. (Maria, 52 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Eu adoro fazer coisas no centro porque você está dialogando com as pessoas que estão passando lá. (...) há muita gente que ouve, mesmo que não milite em movimento nenhum, mas passa e se identifica e interage com você. Então é sempre muito rico estar nesses espaços, que são bem centro e são bem públicos mesmo. (Antonietta, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Ah sim, a gente está tentando expandir, a gente está com esse movimento de ocupação urbana mesmo, porque não pode ser tão localizado, tem que ocupar outros espaços da melhor forma. Mas com certeza é a universidade, o centro e o centro de qualquer cidade é muito interessante. Quando eu vou a algumas cidades eu gosto muito de ir ao centro, porque o centro é *underground*, tem ali sempre a região da boca do lixo, como tem em São Paulo também, mas eu acho muito interessante porque ele conta muito a história daquela cidade e de como aquela cidade trata não só seus espaços, como suas pessoas, seus habitantes. (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

O Setor Central e o Setor Universitário foram trazidos também como locais essenciais presentes para os encontros e lazer (militante) entre as feministas mais jovens e acadêmicas:

A gente reúne onde dá e é mais ou menos por aqui e quando a gente marca em algum bar é mais ou menos aqui também pelo Setor Universitário e Centro. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

⁴⁶ Dia Internacional da Não Violência contra a mulher.

No Centro de Goiânia, principalmente. Aqui perto do campus também, como eu estudava perto vinha a manifestações aqui. Principalmente no Centro e no Setor Universitário para os shows que a galera se reúne e a gente acaba se reunindo assim em shows e em outros eventos que eu não ia antes. Mudou bastante a questão da minha dinâmica espacial, do lazer e da convivência [depois de participar de grupos feministas]. Mudou muito. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

As entrevistadas começaram a conviver de forma mais intensa nos Setores Central e o Universitário após suas participações em coletivos feministas.⁴⁷ Nesses dois bairros centrais ocorrem muitas das manifestações e encontros de lazer entre as mulheres.

4.2.1.1. Praças e feiras: intersecções e diferenças nas apropriações das feministas acadêmicas e das feministas negras não acadêmicas

As praças localizadas no Setor Central e Universitário foram trazidas como locais importantes para as apropriações feministas, principalmente a Praça Cívica, a Praça Universitária e a Praça dos Bandeirantes. Estes três locais onde, historicamente, são de grande circulação, de mobilização política e que podem ter a presença da mídia, concentram algumas manifestações feministas. As praças foram trazidas pelas entrevistadas como locais públicos importantes para serem apropriados. Como para Tereza:

A Praça Universitária por estar ali no coração das universidades está ali em volta. Aqui no centro você vê de tudo. A população vê de tudo. Eu diria que a Praça Universitária é um pouco mais intelectualizada, é mais intelectualizada, lógico, as pessoas das universidades estão lá e é quem tem acesso à universidade que é um espaço de ebulição de ideias permanente. A universidade é isso. São dois espaços que me marcaram muito. E sair para congresso, a gente se reunia lá. Isso para mim é fundamental. (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

A Praça Universitária, no Setor Universitário, é também um local de reunião e lazer das feministas, principalmente as mais jovens e/ou que possuem alguma relação com a academia. Apesar de ser longe da casa de muitas mulheres, a Praça Universitária possui um fácil acesso para quem utiliza o transporte público, pois passam diversas linhas de ônibus e localiza-se próximo de um dos principais terminais de integração de ônibus da capital (o Terminal de ônibus da Praça da

⁴⁷ Mais recentemente as feministas jovens denominam os grupos de coletivas feministas, usando os dois termos no feminino.

Bíblia) e da Praça Cívica, por onde passam muitas linhas. Além de ficar perto da Avenida Anhanguera, na qual circulam ônibus também durante a madrugada. Como podemos perceber nas seguintes falas: “Essas atividades de lazer da militância elas também são quase sempre na Praça Universitária.” (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

A gente reuniu também algumas vezes na Praça Universitária. A gente levava um pano e sentava no chão e ficava por ali. Na verdade, a gente tem que encontrar um lugar mais centralizado, tipo, o Centro e o [Setor] Universitário para que fique assim democraticamente longe [e perto] para todo mundo. Algumas vezes brinco com isso que seria democraticamente perto, mas perto de quem? Uma vem lá do [Bairro] Balneário, outra do [Bairro] Itatiaia, e a ideia é um lugar pelo Setor Universitário e pelo Centro que seria um lugar democraticamente longe, e a gente chegou nesse consenso. (...) Então eu fico pensando, a Praça Universitária é um lugar que junta muita gente, é um lugar que circula muita gente, mas será que a gente pode se perguntar quem é que circula aqui? As pessoas que moram, por exemplo, no bairro onde eu moro que é na região sudoeste, elas: primeiro, não costumam trabalhar aqui no Setor Universitário. Segundo, à noite elas estão na casa delas. É por isso que muitas vezes a gente tem que pensar que espaços são esses. E que possibilidades são essas de que as pessoas que não estão na universidade terem acesso, por exemplo, ao feminismo ou a situação de racismo, sendo que muitas vezes a gente fala por aqui pela universidade e Centro. (...) mas mesmo assim, eu acho que a Praça Universitária é um lugar também. É um lugar onde junta pessoas de vários lugares, pessoas hippies, pessoas punks e pessoas ateias e eu digo isso porque algum tempo atrás, tinha uma reunião de pessoas ateias aqui na Praça Universitária. A praça é um lugar de encontros também. É um lugar de encontro de pessoas para trocar ideias e várias coisas. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A Praça Universitária é um local que abriga sociabilidades diversas de jovens e é circundada por universidades. França e Pechincha (2015), a partir do estudo sobre essa praça, afirmam que as sociabilidades realizadas nesse local:

Se formaram principalmente a partir de grupos de pessoas que frequentavam certos espaços da cidade comumente associados à cena underground, notadamente marcados pela presença de jovens, muitas/os delas/es punks, *rockers*, góticos, *headbangers*, entre outros sujeitos que não necessariamente se classificam unicamente a partir dessas identidades coletivas, mas que também constituíam essa cena. (p. 142-143)

O Museu Antropológico (vinculado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás), localizado ao redor da Praça Universitária, foi mencionado como um local importante e muito utilizado para a realização das reuniões e encontros dos grupos e das feministas:

[As reuniões] da Marcha das Vadias, geralmente, a gente faz em um lugar que tenha mais gente. Faz onde der pra todo mundo, geralmente as reuniões são feitas no Museu Antropológico ou na Praça Universitária. (...) Por exemplo, no Fórum a gente vai fazer as ações aí convém de fazer uma oficina ou alguma coisa assim e faz tudo no Museu. No Museu Antropológico que é na Praça Universitária também. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A gente tinha meio quem apoiasse. Mas uma sede do grupo mesmo não tinha, não. A gente podia fazer reunião no Museu Antropológico, que é o caso do Canbenas, ou na própria universidade que a gente acaba conseguindo espaço para fazer reuniões, mas sede fixa nenhuma. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

O Museu Antropológico também foi local de realização das rodas feministas, vista pelas mulheres como um espaço de lazer militante: “(...) a gente já fez roda feminista aqui no Museu Antropológico.” (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

As mulheres que tinham ou já tiveram alguma relação com a academia foram as que mais trouxeram os locais no Setor Universitário, principalmente, a Praça Universitária e o Museu Antropológico, como importante para os feminismos construídos por elas.

O Proafro-PUC (Programa de Estudos e Extensão Afro Brasileiro da Pontifícia Universidade Católica de Goiás) foi trazido por uma das entrevistadas como uma conquista do movimento negro e também feminista negro em Goiânia. Ela fala sobre sua atuação no Proafro e no movimento de mulheres negras:

(...) estão fazendo reuniões em todos os estados para articular as mulheres para irem a Marcha [de Mulheres Negras] em Brasília ano que vem. Então, estou participando das reuniões porque agora eu atuo no Proafro e atuando no Proafro estou muito mais ligada às discussões raciais e que passam pelas questões de gênero também. Não que ache que as esferas são diferentes, mas ao mesmo tempo eu sei que não dá para discutir tudo o tempo todo e em todos os lugares. (...) Atuando no Proafro eu tenho a oportunidade, por exemplo, de estar mais próxima de mulheres negras e do movimento de mulheres negras. Não posso nem te afirmar que todas as mulheres que fazem parte da articulação da Marcha sejam feministas. Algumas eu já vi falando abertamente sobre isso. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A Praça dos Bandeirantes hoje não é mais praça, e sim um cruzamento entre duas avenidas principais da cidade, Avenida Anhanguera e Avenida Goiás. Sobre essas suas avenidas: “Tudo acontece, qualquer movimento reivindicatório, é lá que acontece porque é lá que está a imprensa. É o coração econômico do estado, da capital. Ali você emenda a Avenida Goiás com a

Avenida Anhanguera. As pessoas estão voltadas para lá.” (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014).

A Praça dos Bandeirantes é historicamente um lugar das ações dos movimentos sociais e de protestos em Goiás: “é lá que eu ia para fazer discurso, comício com palanque e era lá que eu vendia jornal. Tudo acontecia naquele espaço e ainda é (...). Era lá que a gente cantava o hino nacional, que a gente levava borrachada da polícia na época da ditadura.” (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014).

A Praça do Bandeirante, nesse sentido, em relação à Praça Universitária é melhor [para mobilizações] no sentido que durante o dia circula muito mais gente e com uma variedade muito maior do que aqui na Praça Universitária que circula mais as pessoas que estudam por aqui. Pouca gente que trabalha por aqui. Então, fico pensando às vezes que espaços são esses para se tornar visíveis para as pessoas. Para que as mulheres saibam que discussões são essas e possam se interessar ou não, porque tem essa opção, por exemplo, eu não faço a *vibe* de catequizar o mundo e de achar que todo mundo tinha que ser feminista e ter esse contato. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Porque na verdade quando se pensa onde fazer o lançamento da Marcha das mulheres negras em Goiânia todo mundo falou é na Praça do Bandeirante, que é onde as coisas acontecem. Então, você se reunir lá é visível e você se torna visível. Então, a Praça do Bandeirante acaba sendo um lugar aglutinador de vários movimentos. Quando você vai falar da visibilidade lésbica, Praça do Bandeirante. Então, se você vai falar de movimento sindical, Praça do Bandeirante. Na verdade esses lugares acabam aglutinando muito. Claro que tem uma tentativa grande de sair do centro. (...) A Praça Bandeirante como disse antes, eu sei que é reconhecidamente um lugar, mas eu estava pensando em fazer uma intervenção e não sei se eu faria lá. Mas eu sei que é um lugar historicamente dos movimentos sociais se encontrarem. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Um local que a gente sempre ocupa é a Praça do Bandeirante. Todas as comemorações. Estamos comemorando o Dia Internacional da Mulher Negra e Caribenha e Americana [25 de julho], a gente vai para a praça. 08 de março que é o Dia Internacional da Mulher, a gente vai para a praça. Toda grande comemoração (...) é aquilo que estava te falando são locais que a gente tem como muito simbólico na minha vida. A Praça do Bandeirante foi uma coisa que marcou toda a minha adolescência. Quando eu comecei a militar em um partido de esquerda quando eu tinha 17 anos, 18 e 19 anos. (...) A Praça do Bandeirante é um lugar emblemático aqui no nosso Estado. (...) Quando a gente faz as manifestações do [dia] 08 de março, que te falei, a gente vai distribuir material e panfleto é na Praça do Bandeirante. Por exemplo, distribuir preservativo, na Praça do Bandeirante. A gente começa lá as caminhadas do 08 de março para a Praça Universitária, que também é outro espaço que para mim teve um significado muito grande na minha militância. (...) Então, aconteceu muita coisa e eu morava ali perto, então, são dois pontos que sempre me marcaram muito. A

Praça do Bandeirante e a Praça Cívica continuam sendo espaços ocupados pela população quando buscam reivindicar qualquer coisa, repare que sempre utilizam esses dois espaços. (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Dia da visibilidade Lésbica, por exemplo, chega novembro e tem interlocuções com outros movimentos, por exemplo, os dias relacionados à consciência negra e conversando sobre as mulheres negras lésbicas. Então, são ações geralmente nesse sentido, ou então, ações de visibilidade como na Praça do Bandeirante. (...) Eu acho que a Praça do Bandeirante é um lugar importante, seja para as ações do movimento feminista, as ações da rede [de mulheres lésbicas], as ações, por exemplo, quando vai comemorar o dia da mulher negra da América Latina e Caribe, o Dandara sempre faz lá. Então acho que esse espaço é importante. (...) Assim, as praças são todas importantes, a Universitária, a Praça Cívica, fazemos muitas movimentações nelas. (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

(...) nós mesmo, o Dandara, todo ano no dia da mulher negra, dia 25 de julho, nós estamos lá na Praça do Bandeirante, já tem seis, oito anos, que nós todo ano nós estamos lá panfletando, e falando para as mulheres que é o dia da mulher negra, dia 25 de julho e o que significa. (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Apesar de não existir mais como praça, a Praça dos Bandeirantes ainda é a ágora dos movimentos sociais, é local importante para os feminismos. As escolhas dos locais para ocorrer todos os tipos de manifestações e encontros entre as feministas na região central da cidade são políticas e orientadas. A Praça do Trabalhador só foi mencionada pela seguinte militante:

Acho que a Praça do Trabalhador não entra não. Acho que entra em outros movimentos, mas nesse [feminista] não. Geralmente lá é relacionada a outros movimentos, mas não pelo movimento feminista (...). Quando é a questão das marchas e das manifestações vem toda a questão da visibilidade que é muito importante. Eu adoro fazer coisas lá na Praça do Bandeirante e no centro porque você está dialogando com todo mundo que está passando lá. Apesar de tem gente que não ouve, mas há muita gente que ouve, que mesmo que não milite em movimento nenhum, mas passa, se identifica e interage com você. Então é sempre muito rico estar nesses espaços que é bem centro e é bem público mesmo. Talvez nunca foi... assim, pelo menos das coisas que eu participei não estão diretamente relacionadas. [A Praça do Trabalhador] Era mais relacionada ao dia do trabalhador, movimentos de questões assim, culturais e tal, mas não especificamente nesse sentido. (Antonieta, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

A Praça Cívica está entre as Avenidas Goiás, Tocantins e Araguaia e é onde está o Palácio Pedro Ludovico e grande parte da estrutura administrativa estadual. Quase todas as caminhadas, manifestações dos movimentos feministas, saem ou passam na/pela Praça Cívica.

Dos pontos de ônibus da Praça Cívica via circular, a gente começou na parte de baixo com a Avenida Araguaia e fomos contornando a praça e contornando até terminar e voltar para o mesmo ponto e chegar para ir para o Bosque dos Buritis. Foi bárbaro, foi bem lindo! E não é manifestação de massa, é uma manifestação para um público passante. Eu acho muito eficaz. Super eficaz assim. A gente distribui coisas e é muito legal. Manifestação feminista de rua, acho que a última foi a Marcha das Vadias do ano passado que eu participei. (Maria, 52 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Praça Cívica e Praça Universitária são os dois locais que a gente ocupa. A gente sempre pensa que a gente tem que ir para outros lugares, mas só que aqui dá mídia. Se você vai para outro lugar não é notícia e não dá mídia. A gente pode estar todo ano lá no bairro do quenquém. Quem vai saber? Ninguém. (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

A gente se reuniu primeiramente na Praça Cívica e aí na verdade a gente deslocou para aquele coreto da Praça Cívica. Lá fizemos vários cartazes e pregamos por ali no centro e em lugares próximos. Frases que geralmente as pessoas poderiam pensar – O que é isso? Mas, frases como, por exemplo, “Não acredite nas revistas, você é linda!” E são frases que incomodam e fazem as pessoas pensarem por quê? Será que mulher é só peito e bunda? Então frases assim são frases que incomodam e fazem as pessoas pensarem sobre seus lugares. Nesse contexto a gente fez intervenção feminista e depois a gente começou a fazer rodas de trocas. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

(...) mas a Praça Cívica é onde dá visibilidade, lá estão as três mãos que vão⁴⁸, o Eixo [Anhanguera]. O tanto de ônibus que circula ali, o povo fica sabendo, não tem como [não saber] e vira notícia na cidade. Então, são os locais que a gente vai e as caminhadas que a gente fez. Geralmente no dia 08 de março, a gente faz a caminhada da Praça Cívica e passa pela Praça do Bandeirante até a Praça Universitária. Todo ano a gente faz isso e já tem muito tempo. (...) E a gente, inclusive, informa a população dos direitos que foram adquiridos, para que as pessoas realmente procurem esses direitos e saibam que existem políticas que beneficiam aquelas pessoas. (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Todo ano tem o Dia da Mulher Negra Caribenha, que o último foi na Praça Cívica. Hoje a gente tem o Dandara que é outro grupo de mulheres negras, o Malunga, tem o Lélia Gonzalez também já, e tem outros que são mistos de mulheres. Mas esses três são de mulheres negras específico. Então, a gente junta com os grupos e faz juntos, as panfletagens, falando dos direitos das mulheres, dizendo qual foi a mortalidade negra, sobre a questão das mulheres negras

⁴⁸ A Praça Cívica localiza-se entre as Avenidas Goiás, Tocantins e Araguaia.

morrendo no parto, sobre a hipertensão e o câncer que estão matando e o estado não tem trabalhado o recorte racial. E a gente fica lá de manhã, fica a manhã toda com microfone, tem palavras de ordem. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Os trajetos que interseccionam as três praças (Cívica, Bandeirantes e Universitária) são de fundamental importância para os feminismos construídos pelas mulheres.

Algumas entrevistadas, falaram sobre como as feministas poderiam se apropriar melhor das praças, inclusive em outras, além da Cívica, dos Bandeirantes e Universitária:

(...) eu acho que é muito importante e muito mal aproveitada. A gente tem muitas praças, essa cidade é privilegiada. Cheia de praças lindas e que inclusive poderíamos fazer muitas coisas legais e é muito mal aproveitado. A gente não chega nesses espaços. A gente não ocupa esses espaços. A gente ocupa as ruas, por exemplo, mas as praças, a gente entende aqueles espaços com espaços estagnados, que não precisam de nada. Aí a gente só aproveita esses espaços se for para a gente se reunir para manifestar. Mas esses espaços também poderiam ser aproveitados mais para intervenções. Por exemplo, as meninas dos Tambores de Safo⁴⁹, elas não andam nas ruas, elas andam nas praças. Talvez seja uma cultura, né, do movimento de Goiânia, de Goiás. Mas a gente não aproveita esses espaços de forma que eles possam ser aproveitados e talvez, a gente não seria tão criminalizada como a gente é criminalizada na rua. Eu não sei como vai ser o nível de criminalização desses espaços. Mas a gente entrar dentro deles, dentro de praças com intervenções, com pequenos atos mesmo. Proposta de intervenção, por exemplo, a gente juntar dez meninas e a gente entrar tocando tambor ou coisas assim, sabe. Fazer intervenção, que chame a atenção das pessoas que estão ali. A gente não faz isso. A gente só aproveita esses espaços para reuniões. Então, eu acho que é muito mal aproveitado. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

(...) eu comecei falando de como a gente ocupa as praças, que eu acho que a gente tem que ocupar mais aqueles espaços. Fazer intervenções ou simplesmente levar alguma coisa para marcar aquele espaço, porque é um espaço que circula muita gente. Não necessariamente a gente vai tá exposta à rua, pois estaremos em um lugar que vai ter muita gente. Praça é um lugar que a gente se olha, não é um lugar que a gente tá comprometido com coisas que vamos fazer na rua. Então, eu acho que a gente poderia ocupar essas praças. A gente poderia fazer um som na praça, sabe? Coisas assim. Levar um radinho ou se não, tipo, eu não sei se você conhece “As Loucas de Pedra Lilás”⁵⁰? Então, pesquise para você

⁴⁹ O grupo Tambores de Safo é um grupo musical feminista que nasceu em 2010 no Ceará, pela iniciativa de mulheres lésbicas e bissexuais independentes e outras organizadas no grupo LAMCE – Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará, com o objetivo de dar visibilidade as demandas específicas dessas mulheres na 10ª Parada pela Diversidade Sexual do Ceará. (Disponível em <<http://articulacaodemulheres.org.br/tambores-de-safo/>>. Acesso em: 01 de ago. 2016)

⁵⁰ O Grupo de Teatro Loucas da Pedra Lilás, fundado em 1989 em Recife (PE), é uma organização não governamental (ONG) de luta feminista e antirracista e que realiza diversas apresentações teatrais pelas ruas das cidades, que discutem com o público a violência doméstica e a descriminalização do aborto (NASCIMENTO,

ver. São umas meninas que vão com megafone, elas pintam o rosto, se vestem todas de preto, às vezes coloca um nariz de palhaço e tal. E vão para as praças. Elas são de Recife. Tem umas em Recife e outras em Fortaleza. Mas elas são super antigas, são da AMB também. Elas e “Tambores de Safo” são da AMB. E as Tambores também fazem isso, chegam nas praças e fazem esse tipo de intervenção. E andam de trenzinho, qualquer coisa que chame a atenção, entendeu? E nisso elas vão distribuindo coisas. Então eu acho que a gente poderia ocupar as praças. Porque nas praças vão ter todas as pessoas, vão ter as pessoas da faculdade, da periferia, pessoas de todos os lugares, vão ter mulheres mais jovens, mais velhas, mães... (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

As praças, além das localizadas na região central, são vistas pelos grupos de mulheres negras como lugar para encontrar as mulheres que ali passam, mostrar o trabalho dos grupos feministas, chamá-las para participar de encontros, mostrar os problemas relacionados a elas. Uma das feministas negras diz: “eu acho que as praças também podem se tornar um espaço público onde as mulheres feministas podem ir pra tá debatendo, divulgando o quê que tá acontecendo, mas também, fazer uma roda de conversa mesmo pra falar com outras que ali estão.” (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015).

As feiras na região central, principalmente a Feira Hippie e a Feira da Estação, foram trazidas de forma diferenciada pelas entrevistadas.

Goiânia possui 122 feiras livres - são assim denominadas pela comercialização de verduras, carnes, frutas, leite, comidas, utensílios domésticos, artesanatos, além de roupas e acessórios - cadastradas pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços (SEMIC)⁵¹, fazendo da cidade, a capital brasileira das feiras. Elas são importantes para economia local.

A maior e mais antiga feira da cidade é a Feira Hippie que acontece aos domingos durante toda a manhã, com 6.884 feirantes cadastrados. É considerada a maior feira livre do Brasil e da América Latina⁵². A feira atrai consumidores de vários estados do Brasil que buscam comprar peças no atacado para revenda em suas cidades. A Feira Hippie tem sua história iniciada na década de 70:

Nesta época, a feira se localizava na Praça Cívica (atual Praça Pedro Ludovico Teixeira), contando com barracas predominantemente de artesanato. A feira foi ampliando-se ao ponto de ser transferida para a Avenida Goiás. Neste novo

2014).

⁵¹ Prefeitura Municipal de Goiânia (Disponível em: <<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania.asp?s=2&tt=con&cd=1506>>. Acesso em: 01 de ago. 2016)

⁵² Prefeitura Municipal de Goiânia (Disponível em: <<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania.asp?s=2&tt=con&cd=1506>>. Acesso em: 01 de ago. 2016)

local, passou a ter uma maior variedade de produtos. Após uma tentativa frustrada de transferência da feira para a Praça Universitária, ela se instalou na Praça do Trabalhador, local em que se encontra a antiga Estação Ferroviária, próxima ao novo Terminal Rodoviário. Dessa forma, toda a Praça do Trabalhador é tomada pela Feira Hippie nas manhãs de domingo (...). Devido a essa proximidade com o Terminal Rodoviário e à grande quantidade de barracas de confecções, a Feira Hippie passou a ser procurada por pessoas das mais variadas localidades da Região Centro-Oeste. Dessa forma, a feira é bastante utilizada por seus frequentadores para a compra de produtos, com o objetivo de revendê-los em suas cidades de origem. Ela tem, portanto, um caráter regional. (AMARAL e RABELO, 2012)

As mulheres viam, de perspectivas diferenciadas, as feiras. Algumas não as trouxeram como locais de grande importância para as apropriações feministas que já ocorrem. Para uma das entrevistadas, as feiras são lugares que não funcionam enquanto local de manifestação, pois:

(...) as pessoas continuaram a viver a vida delas normal. Eu acho que feira não funciona. Feira em Goiânia é muito legal. as feiras à noite aqui que é o tradicional (...), eu fiquei super feliz de ver que existiam feiras à noite e só conheci feiras à noite aqui. E a gente aproveita esses horários noturnos. A gente já aproveitou o ano passado, em março, a Feira Hippie. Mas eu não sei... as pessoas estão... Foi no dia 8 de março. De manhã, foram as meninas do movimento negro que foram para a Feira Hippie e à noite as meninas do Fórum Goiano de Mulheres. (...) À noite, foram as meninas do Fórum na feira do Moreirinha. Eu não vejo esse lugar bem receptivo. Eu acho que as pessoas estão andando, elas tem compromissos, elas estão na feira comprando coisas. Talvez, elas levem esse panfleto e depois deem uma lida, eu não sei qual é o interesse delas em ler. Talvez surja algum efeito sim, mas não sei. É como se as pessoas estivessem muito ocupadas para pararem. E outra, a gente compete som em feira. As pessoas estão gritando vendendo as coisas delas. Tem muitas coisas acontecendo numa feira. Então, a gente leva um carro de som e a gente fica competindo e às vezes, estamos até tirando as nossas companheiras trabalhadoras que estão ali. Eu acho que é legal, de repente, a gente ir e entregar panfleto e tal, mas ocupar esses espaços como mobilização, intervenção e carro de som e assim. Talvez a gente tenha que mudar a estrutura de como a gente ocupou esses lugares. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Outra entrevistada falou sobre a importância das feiras, mas que os feminismos não chegaram a atuar efetivamente e apropriar-se delas. Ela critica os movimentos feministas o qual participa (e já participou) e as suas relações com outras mulheres (que não participam de grupos feministas) nos processos de apropriação das feiras em Goiânia:

(...) o que a gente poderia dizer que tem visibilidade são as feiras livres, são dominadas por mulheres, mas não é um lugar específico das mulheres, é porque muitas mulheres são feirantes, mas não é um lugar que foi criado para elas, sabe,

se você vai numa feira de artesanato é dominado por mulher, mas não porque aquele lugar tenha sido criado específico para ela, ela tá lá porque muitas mulheres são artesãs, são bordadeiras etc. (...) Se as mulheres, por exemplo, no espaço público, se ela desse conta de perceber a importância, por exemplo, delas, todo dia da semana, praticamente, elas se encontrarem numa feira livre, onde a grande maioria das mulheres, se elas conseguissem perceber a importância desse espaço, pra fazer daquela feira também a sua organização enquanto mulher, e aí eu não vou nem dizer que é feminista, é de mulher, porque às vezes a mulher não se reconhece como feminista, mas ela faz toda a luta feminista, mas ela tem medo de dizer que é feminista, ela faz toda a luta, ela resiste, ela é “raçuda”, ela traz, ela, cê entendeu? Ela não aceita submissão. Mas às vezes ela não se reconhece, por isso que tem que ter cuidado, o espaço para o feminismo, mas o espaço para a mulher por causa dessa dificuldade que nós ainda temos, né. (...) Se as feirantes, ou nós, nós feministas, tivéssemos a coragem, tido a coragem, talvez de ajudar, colaborar com essas mulheres que tão nesses lugares, fazer da Feira Hippie, fazer da feira, tem feira a semana inteira nessa cidade, são as mesmas, a mesma que faz feira no Setor Pedro, faz não sei aonde, faz no Parque das Laranjeiras, faz no Parque Ateneu, entendeu? Mas eu acho que nós, enquanto feministas, acho que nós devemos isso às mulheres trabalhadoras. O que é diferente, por exemplo, olha só a diferença, as mulheres trabalhadoras rurais tão muito mais na frente, as rurais estão na frente, olha a Marcha das Margaridas (...). Já as mulheres do espaço urbano têm essa dificuldade. Olha as mulheres que trabalham na extração do sisal; as quebradeiras de coco babaçu no Maranhão; as mulheres que trabalham com toda produção, até o fumo tá prontinho pra vender, aquele fumo de rolo. (...) Então o espaço na cidade não tem, porque falta visão, falta trabalho, falta luta, inclusive das feministas, e aqui eu assumo a minha culpa, sabe, a gente não consegue. Até porque você pode dizer pra mim “não, mas são elas, você não tem que chegar feminista para organizá-las”, mas talvez pra dar um suporte né, dar um suporte. Eu tô me lembrando de feirante que é muito dominado por mulheres, né. (...) Que é um espaço muito feminino, as feiras de alimento, as que tem todo dia, tem feira Hippie, tem feira em tudo quanto é lugar. (...) Agora, o que falta seria, assim, organizar. Nós não fizemos nada até aqui, nenhuma organização, quem poderia tomar frente dessa organização, ou algum órgão da prefeitura, por exemplo, não sei como é que chama agora, responsável por feira, secretaria não sei o que... (...) Quer dizer, esse lugar é um lugar onde deveria ter mulheres e feministas lá dentro, pra fazer esse empoderamento. Num é eu como feminista, juntar mais umas companheiras e ir lá pra feira fazer esse debate com as mulheres. É o órgão público, aí sim, estaria fazendo a política pública, cê entendeu? Por isso a importância das mulheres estar nesses lugares [políticos], mas com esse olhar feminista. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Para Adelina, as mulheres trabalhadoras feirantes ainda não possuem uma organização para discutir as relações de gênero no seu espaço de trabalho. E para ela, isso se deveu, em parte, à uma lacuna dos movimentos feministas e aos órgãos governamentais locais, responsáveis pelas políticas para as mulheres, não terem desenvolvido trabalhos (de empoderamento, políticas públicas etc.) importantes com as feirantes. Mas principalmente pelas mulheres feirantes não

estarem em órgãos da administração, em cargos políticos de decisão. A entrevistada também compara as atuações das organizações de mulheres trabalhadoras no espaço rural e urbano e diz da maior dificuldade em organizar grupos de mulheres no urbano. Segundo ela, deve-se dar maior importância às mulheres feministas ocuparem espaços políticos, pois só assim, elas poderão atuar na construção de políticas públicas no local onde trabalham e convivem.

As mulheres ao participarem de movimentos feministas passam por processos de empoderamento que as fazem repensar a importância de estarem ocupando espaços que, até então, a seus corpos não eram permitidos ocupar. Assim, através de suas ações de apropriações do espaço urbano, elas constroem novas significações dos lugares. Scheffler (2013) afirma que:

Para o feminismo, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. A abordagem de empoderamento, portanto, não é neutra, é pré-condição para se obter a equidade social, representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero e, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Segundo esta visão, o empoderamento compreende um processo da conquista da autonomia por parte das mulheres que tem aspectos tanto coletivos como individuais (LEÓN, 1997). O poder, aqui, é entendido na perspectiva foucaultiana como um poder relacional, disperso, positivo e produtivo, já que produz os corpos, os gestos, as ações, normatiza as condutas, define o lícito e o ilícito, incita a falar, perscruta, localiza, distribui, individualiza e classifica e gera a vida de todos e de cada um, individualmente, uma rede de relações que nos constitui, relações nas quais estamos imersos, como um jogo dinâmico em que ora somos os dominantes ora ocupamos o lugar dos dominados (FOUCAULT, 1979). (SCHEFLER, p.11, 2013)

O empoderamento das mulheres pode iniciar-se pelo seu corpo, da sua aceitação, reconhecimento e engrandecimento. É através do corpo que a(o) indivíduo(a) apropria-se do espaço e é através dele que se reconhece de imediato o outro. Pode-se dizer, a partir da compreensão de Raffestin, que “o poder se manifesta por ocasião da relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53), e estas se dão entre indivíduos (as) diferentes e que o corpo é um instrumento de poder. Pois ele é a maior escala material das relações.⁵³

⁵³ O corpo (ou a corporeidade) pode ser considerado uma categoria geográfica como vemos no verbete *The Body* de um dicionário inglês de Geografia Cultural. Há vários estudos com esta abordagem no Brasil e na Europa Ocidental.

O corpo possui marcas que ideologicamente interpretadas indicam o lugar e a posição social do indivíduo nos espaços, mesmo no espaço público, onde todos deveriam ter o mesmo direito. Esse espaço possui além das determinações das normas e regras do estatuto, também “códigos invisíveis mais profundos que impõem dinâmicas próprias a cada espaço” (RODRIGUES & RATTIS, 2007). Assim, cada grupo social (negros, brancos, mulheres, homens, lgbt, heterossexuais, ricos, pobres, etc.) viverá de forma diferenciada o espaço público (pois estes grupos apresentam, quase sempre, marcas corporais hierarquizadas na sociedade). Segundo Ramos “é o corpo que estrutura as narrativas do espaço, selecionando, saltando, agrupando, criando limites, barreiras e fronteiras” (RAMOS, 2002, p. 296).

As mulheres ao participarem de grupos feministas iniciam uma crítica aos padrões e regulamentos do corpo feminino nos diferentes espaços.

Os grupos das mulheres feministas negras já veem as feiras como espaços de vivências entre as mulheres negras e dizem ser um importante local para ser apropriado por elas, “porque nesses lugares elas [negras] já estão. Mas elas não estão empoderadas. Elas estão ali, elas passam ali, mas não passam empoderadas.” (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015). Os grupos já realizaram projetos e trabalhos com as mulheres daqueles locais, como podemos observar nas duas falas seguintes: “quando tem o Dia da Mulher Negra a gente fez ação lá na Feira Hippie, na [Rua] 44. Na Feira Hippie tem muita mulher negra” (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015), “nós fizemos a articulação das Dandaras para a sustentabilidade no trabalho na Feira da Estação⁵⁴” (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015).

A 2ª edição do Encrespa Geral – Encontro de Cacheadas - em 2015 foi realizado na Feira da Estação (Shopping Estação Goiânia) (região central) e a 1ª edição, em 2014, foi no Parque Flamboyant (região sul). As mulheres negras disseram das diferenças entre as ações realizadas nesses dois locais. Para elas, na Feira da Estação participaram mais mulheres e elas conseguiram atingir um público mais importante que precisava de um maior empoderamento relacionado à estética negra, entre outras mulheres, as trabalhadoras do local.

Segundo as feministas negras, o importante para os grupos os quais participam, por exemplo, em uma feira, é pensar formas de atuar que empoderem as mulheres que trabalham e convivem naquele local. Para elas, não é através de mobilizações que se empodera as mulheres,

⁵⁴ Inaugurada em 2007, a Feira da Estação é uma feira permanente e coberta que vende roupas, sapatos e acessórios e está localizada ao lado do terminal rodoviário da cidade, no Setor Norte Ferroviário (região central).

mas a partir do convívio com elas. E a partir do momento em que as mulheres se empoderam, elas iniciam um processo de empoderação das outras que trabalham com elas e que são feirantes.

No trabalho de Amaral e Rabelo (2012), eles entrevistam e conversam com os (as) frequentadores (as) de três feiras em Goiânia (Feira Hippie, Feira do Sol e Feira da Lua⁵⁵). Sobre as formas de sociabilidade que ocorrem nas feiras, os autores afirmam que:

As declarações dos entrevistados indicam que, em geral, a frequência às feiras reforça relações sociais já existentes ou, em alguns casos, podem funcionar como um espaço para se criar novas relações. A afirmação, contudo, só faz sentido se levarmos em consideração a especificidade de cada uma das feiras, notadamente quanto ao tipo de público que a elas se dirigem. Tanto a Feira da Lua quanto a Feira Hippie, por serem feiras onde a dimensão do consumo prevalece sobre a cultural e de lazer, mais reforçam que criam relações sociais, enquanto na Feira do Sol é esta última característica que se torna mais evidente. (...) O entrevistado E.1 frequenta todas as três feiras e procura fazer amizades, conversar e ficar especulando como os produtos são feitos. Não discorre sobre a persistência desses contatos estabelecidos, mas ressalta a densidade dos contatos humanos que marca a diferença entre uma ida às feiras e a outros centros de consumo, afirmando que nunca é como a coisa do consumo louco, no sentido de que, já que não se tem nada para se fazer, então, se consome. Ao declarar, no entanto, que as visitas às feiras são feitas juntamente com os familiares e amigos, parece evidente que elas mais reforçam que criam novas relações. (p.169-170)

Os autores concluíram que as feiras funcionam como espaço onde se desenvolvem formas diversas de sociabilidade e que elas também “funcionam como mecanismos de diferenciação social, quer reproduzindo a diferença já dada na sociedade abrangente quer reforçando, através de mecanismos próprios, simbólicos, é claro, a percepção dessa diferenciação” (p. 168):

Em geral os entrevistados mostram que tem consciência desse caráter diferenciador das feiras, ainda que não explicitem, diretamente, a outra dimensão, que é a de se perceberem diferente por frequentarem as feiras. Numa conversa informal que tivemos com um frequentador da Feira Hippie, ele sugere, numa comparação com a frequência aos shoppings, que estes são lugares de “gente metida”, enquanto a feira hippie é o lugar aonde vão as pessoas simples do povo. Parece evidente, para estas pessoas, que frequentar feiras se não determinam, reforçam a percepção das diferenças sociais, cristalizando as hierarquias já existentes e até criando outras. (AMARAL e RABELO, 2012, p.168)

⁵⁵ As Feiras do Sol e da Lua estão localizadas no Setor Oeste (bairro nobre), região sul da cidade.

A noção goiana de feira vai além das relações de consumo, elas se caracterizam também como espaços onde se desenvolvem formas diversas de sociabilidade entre os (as) frequentadores (as) e os (as) feirantes.

Em determinadas feiras o corpo negro pode ser o que prevalece, as mulheres negras estão ali, trabalhando e vivendo. Para elas, é convivendo que se empodera as mulheres que ali estão. “Não adianta ir lá panfletar, dar visibilidade ao movimento” (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015). Para elas, o interessante seria empoderar as mulheres que estão nas feiras, porque assim, elas irão empoderar as outras que convivem naquele mesmo local. As feiras não foram destacadas pelos outros grupos, como nos grupos de mulheres negras, como locais tão importantes de apropriações feministas.

Mas o que acontece na intersecção entre as praças e as feiras? Ambas as espacialidades são lugares de vivência e de construção dos feminismos e não só de anúncio. As apropriações feministas ocorrem porque existem, no cotidiano das mulheres, as vivenciadas entre elas. As praças são lugares de anúncio, de comunicação, de passagem e, principalmente, de vivências, como durante os encontros que ocorrem nelas, por exemplo, as trocas e os piqueniques feministas, cuja maioria das participantes é mulheres jovens e/ou possuem alguma relação com a academia.

Percebemos que os lugares apropriados pelas feministas e seus grupos na região central da cidade se interseccionam, mas há várias formas de apropriar-se do mesmo lugar e cada mulher e grupo o faz de maneira diferente a depender das suas construções identitárias: de mulheres negras, lésbicas, brancas, da periferia, pobres, ricas, acadêmicas, etc. E nesses lugares ocorrem relações múltiplas que transformam, ao mesmo tempo, as mulheres, os grupos e os próprios lugares.

4.2.1.2. Feministas lésbicas e jovens e as apropriações noturnas dos lugares

Com a participação em grupos feministas, as mulheres começaram a frequentar locais de lazer em Goiânia que ainda não tinham sido frequentados por elas, a exemplo de bares, praças e boates na área central (Setor Central, Setor Universitário, Setor Sul, Setor Oeste, Bairro Vila Nova e Setor Norte Ferroviário).

Durante a ocupação desses lugares, que elas afirmam ser um lazer militante, ao mesmo tempo em que alguns locais públicos são vistos pelas mulheres como os “mais seguros”, ocorre

também o sentimento de medo nele e durante o deslocamento para ele:

A gente está sempre com medo não importa o espaço. Todas as coisas lésbicas [como andar com uma bandeira LGBTT] que a gente fez eram em espaços desses neutros e seguros, tipo Bosque dos Buritis, a Praça Cívica, a Praça dos Bandeirantes e em todos eles a gente sofreu algum tipo violência. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

E de táxi ali onde eu circulo, para o Ponto 18, não frequento bar da moda, Ponto 18 em frente ao Liceu, ali tá a galera toda que eu conheço, ali é muito bem frequentado, tudo o povo da arte tá ali, teatro cinema. Aí quando não tem carona pra cá, carona não, quando alguém não me traz especialmente aqui, vou pro táxi, que aí eu não vou me limitar de ter que pegar ônibus nove horas, dez horas e ir pra Goiás, pra ser submetida a um assalto, ser judiada, violentada, aí eu pego o táxi, me desloco de ônibus e de táxi. Esse é o meu transporte. Uma gentileza de alguma companheira é raramente, é muito raro, é que ninguém mora pra cá, é pra lá, é pro Jaó, é pro Jardim América, Balneário, é num sei onde, Itatiaia, aqui eu fico sozinha, então eu venho de táxi para não incomodar as pessoas. É trinta e tantos reais, eu ando mais segura pra cá, mas chego tranquila. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

O trabalho de Silva (2015) parte de trajetórias de vida de mulheres lésbicas em Goiânia e tem como objetivo refletir sobre lesbianidades, violências cotidianas e “manobras”. A autora verifica que diversos contextos violentos passam a fazer parte da vida dessas mulheres, “seja por meio de alguém de fora como mãe, pai, amiga, pastores, desconhecidos na mesa ao lado do bar, ou por meio da internalização da lógica dominante, a qual gera arrependimento, culpa e sofrimento” (p.104). Silva afirma que essas violências são naturalizadas socialmente; assim, “fazem parte não só de contextos micro, mas também estão completamente conectadas a um contexto social macro, que é responsável pela reiteração do controle dos corpos” (p.104).

Como foi referido, nas falas das entrevistadas, observou-se a presença do medo e a preocupação em tomar todos os cuidados necessários ao transitar e estar nos locais. Mas, o andar em grupo e apropriar-se dos espaços coletivamente, entre as mulheres mais jovens lésbicas e bissexuais, são uma forma de minimizar esse sentimento e empoderá-las

Rodó-de-Zárate (2016), ao realizar a pesquisa sobre lésbicas jovens de duas cidades médias – Ponta Grossa, Paraná (Brasil) e Manresa, Cataluña, (Espanha) – mostra as limitações que sofrem essas mulheres em seus acessos aos espaços públicos e identifica que a sexualidade, sempre em relação com outras identidades, é para as lésbicas jovens um fator fundamental que limita seu acesso à cidade. Acerca dessas limitações, diz a autora:

(..) las limitaciones del Derecho a la Ciudad en función a cuatro cuestiones: la violencia heterossexista directa, la dimensión afectiva de la discriminación, el espacio privado como fuente de discriminaciones y las múltiples identidades como límites de acceso (p.05).

Rodó-de-Zárate afirma que o medo de estar em um lugar limita o acesso das mulheres lésbicas à cidade, para ela:

Tener miedo mientras se está en un lugar, no poder abrazar a tu pareja o estar en constante alerta, constituye un límite al derecho a la ciudad que en este caso está fuertemente condicionado por la heteronormatividad en los espacios públicos.(...) Y en todas ellas coincide que el tipo de acción penalizada, es la misma: besos, abrazos y muestras de cariño. (p.11/13, 2016)

As feministas, em especial as jovens lésbicas e bissexuais, trouxeram lugares, como por exemplo, o Mercado da Rua 74 (ou Mercado Popular), o Feirão do Chope⁵⁶, o Bar da Rua 18 (ou Ponto 18) e o Banana Shopping, todos na área central, como locais importantes para seus momentos de lazer e para ocupação coletiva das mulheres. São locais onde elas se sentem bem em relação às suas sexualidades e outras identidades.

Num mapeamento de bares lésbicos realizado em 2012, por Silva e Braz (2012), foi possível localizar apenas dois estabelecimentos em funcionamento na cidade de Goiânia: Bar da Lilian (no Setor Universitário) e Bar da Help (no Setor Bueno). Os bares Sinuca do Gellin (Setor Jardim América), Assim Assado (Setor Sul), Ponto 18 (Setor Central) e Bar da Tia (Setor Universitário), não são marcados pela presença majoritária de mulheres lésbicas, apesar de serem muito frequentados por elas (SILVA, 2015).

Sobre o Mercado da (Rua) 74, construído em 1952 na região então denominada Bairro Popular e que foi incorporada ao Setor Central alguns anos mais tarde, as mulheres falaram:

A gente fez uma das festas no mercado da 74, que é um lugar conhecido pelo público gay, LGBTT e lésbicas e tal, mas nunca tinha tido uma ação. Aí a gente ocupou e colocou bandeira e faixa e porque lá a gente tinha essa discussão de mostrar que a gente está nos espaços e a gente precisa de respeito e isso é importante. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

(...) sabe um lugar, que eu considerava um lugar muitíssimo democrático, pra mim era um lugar de feministas, de todos os seguimentos, que são discriminados. Era o Mercado da 74, ele me atende em parte, mas você tem que

⁵⁶ É um local LGBT da cidade de frequência noturna, situado numa área periférica, que existe há mais de 10 anos (HAMMES, 2015).

tá com seu grupo também. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

O Banana Shopping, estabelecimento popular localizado no Setor Central e o Bar e Boate Feirão do Chope na Av. Anhanguera, Estação Cascavel no Setor Aeroviário, também foram trazidos como locais de construção de identidade lésbica e/ou LGBTT na região central:

(...) no Banana Shopping onde a gente se encontra e seja nos bares e boates acabam sendo lugares de construção de identidade, por exemplo, no Feirão do Chope, que tem a questão de classe e raça muito marcado porque fica barato por causa do eixo [de ônibus] acaba sendo locais importantes. Faltam muitos, muitos locais culturais que não sejam bares, por exemplo, relacionados nesse sentido há uma falta, a eu acho assim. (Antonieta, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Durante os momentos de apropriação dos espaços públicos, ocorre uma mudança nos usos dos lugares. Por exemplo, os bares no centro da cidade tornam-se, também, “bares lésbicos” e o Mercado da 74, que não necessariamente é “lésbico”, mas que foi apropriado pelas lésbicas.

A partir da presença ou ausência estratégica de seus corpos e de suas corporeidades, cada feminista, no cruzamento de suas identidades múltiplas, cria as novas concepções dos lugares, no intuito de transformá-los e também de espacializar, ainda que de forma efêmera, as ações feministas nos lugares. Esses locais são de vivência entre as feministas, que (re)criam formas de sociabilidade lésbica e são, por isso, principalmente, lugares de construção dos feminismos. Como diz a entrevistada:

A gente anda muito a pé em bando. Nunca anda só ou duas, sempre, a gente tem uma cultura de andar em bando. (...) Chega final de semana, a gente tá todas juntas, então a gente sai todas juntas. Nunca o rolê é “olha, eu vou a tal lugar”. Sempre são todas juntas. A gente sabe que é melhor a gente se cuidar. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Se anda uma só, a gente tem alguns cuidados, mas se anda em grupo, a gente não tem medo. Se um cara mexer na rua, a gente vai reagir. Então, se a gente anda em grupo é um pouco que assustador para as pessoas que estão passando, porque as pessoas realmente olham e a gente não se intimida com o olhar das pessoas. A gente tá num grupo e a gente vai se defender. Claro que a gente não fica violenta! Mas pelo menos isso, a gente tem que fazer, já que a gente tá em bando, digamos assim. Então, no começo é assustador, mas depois, se torna um pouco mais leve. E se a gente frequenta os mesmos lugares, eles mais ou menos vão saber que são meninas lésbicas, que se trata de meninas feministas. Porque a gente vai construindo conversas. A gente conversa e eles escutam. Então, eu acho que depois eles ficam mais tranquilos. Mas o começo é assustador mesmo,

porque é um monte de gente diferente. Meninas que se vestem como querem, meninas peludas, meninas que se vestem como meninos, meninas que andam, sei lá, de todas as formas. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

O andar e estar juntas é um aspecto que indica que a interpretação de seus corpos, por outrem e por si mesmas, que se estende para a raça, o gênero e a sexualidade, é fundamental para compreender suas trajetórias espaciais na cidade. São “mulheres diferentes”, corporeidades diferenciadas no espaço urbano.

Rodó-de-Zárate (2016) chama a atenção para as formas que as mulheres utilizam para não se sentirem “fora de lugar”:

A pesar de estas restricciones directas, por contra, en sus narrativas también aparecen lugares creados como alternativa a la falta de espacios donde no sentirse fuera de lugar. (...) Como muestran estas citas, contra las limitaciones de acceso a determinados lugares, ellas misma crean sus propios espacios de bienestar en el espacio público.(...) Ellas lo frecuentan, lo usan y con su presencia y sus acciones lo impregnan de una identidad propia. Como afirma Lane (2015) el hecho de compartir posiciones de género, sexualidad y edad con otras lesbianas contribuye a generar bienestar. (p.10)

No caso de Goiânia, a área central da cidade é vista pelas militantes como estratégica para evidenciar suas identidades entre elas mesmas e as/os demais. Apropriar-se dos locais centrais de forma coletiva, durante o dia e à noite, para elas, possui diferenciados objetivos. Durante o dia, o objetivo de vivenciar os lugares é para evidenciar a luta, torná-la mais visível à população. Durante a noite, o intuito é apropriá-los para torná-los mais acessíveis às mulheres. Note-se que são as jovens lésbicas que coletivamente mais percorrem e vivenciam as ruas e os locais de lazer no período da noite na região central.

No artigo sobre os cotidianos lésbico e gay na cidade de Coimbra (Portugal), Vieira (2010) constata que a noite é o tempo de sociabilidade mais importante para a comunidade lésbica, gay e bissexual e isso ocorre em função:

(...) dos ritmos do quotidiano hedonista das cidades contemporâneas e de o facto de a noite permitir um menor controlo social. Neste sentido ‘sair à noite’ ou ir ‘beber um copo’ é um elemento fundamental das sociabilidades (homo)sexuais ao promover formas de encontro longe dos modelos clássico de controlo e devir social: a família e o emprego. (2010, p.11)

As várias apropriações das mulheres feministas se dão também em busca da conquista de uma outra forma de vivenciar o espaço urbano. A utilização dos espaços públicos, principalmente

no período da noite, é vista pelas jovens lésbicas e bissexuais como uma forma de transgredir o local destinado a elas na cidade, num intuito de que futuramente estes espaços pertençam também a elas.

A Praça Universitária é outro espaço onde as lésbicas frequentemente se encontram, coletivamente, durante a noite.

As mulheres lésbicas reúnem-se na Praça Universitária, muitas vezes, para os ensaios do grupo “Batuque de Menina” composta por elas. Quando a praça se esvazia e elas sentem medo, vão embora (o horário depende do dia da semana, na sexta-feira é o dia em que as pessoas ficam na até mais tarde). Algumas continuam juntas e “descem” para os bares ou as boates LGBTTT na área central. Elas fazem esses trajetos a pé e sempre em grupo.

Todos os locais públicos e privados mencionados em que as mulheres lésbicas se apropriam nos seus momentos de lazer noturno, localizam-se na área central da cidade. Elas se deslocam para eles, na maioria das vezes, a pé; algumas vezes, de ônibus e sempre em grupo. Essas mulheres ocupam o espaço da rua em horários em que “a cidade não deveria ser para as mulheres”. Mesmo assim, o medo ainda está presente e outros cuidados são tomados, principalmente, pelas jovens de mais idade e experiência, como por exemplo: evitam carícias entre elas quando estão transitando em certas ruas; os trajetos realizados quase sempre não são os mais curtos e rápidos, mas aqueles considerados mais seguros; e permanecerem paradas nestes locais é considerado perigoso.

Muitos locais foram ressignificados também para as próprias feministas depois de serem apropriados coletivamente. Locais até então não vivenciados pelas mulheres passam a ser, sempre em grupo, como podemos perceber na fala de uma das entrevistadas, ao dizer sobre o parque público Lago das Rosas (localizado no Setor Oeste, área central): “depois de a gente fazer piquenique e roda [de trocas] no Lago das Rosas, esse lugar, para mim, ganhou outro significado. Então, acho que os lugares podem ser pensados e repensados e ressignificados a partir da nossa experiência.” (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

Partindo de uma perspectiva desconstrucionista, o espaço é concebido de forma paradoxal que:

(...) de um lado, compõe as representações sociais heteronormativas dos gêneros e das sexualidades; de outro, é elemento de subversão dessas mesmas representações, pois é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações da realidade socioespacial. (SILVA, 2009, p.47-48).

Valentine (1999) argumenta que a habilidade para apropriar e dominar lugares e influenciar o uso dos espaços por outros grupos não é apenas produto da heteronormatividade, porque resulta, também, de sua força expressa no espaço. Portanto, o espaço compõe a realidade heteronormativa, mas também pode subvertê-la (SILVA, 2009, p.140).

As mulheres lésbicas, em parte, desestabilizam as relações de poder, baseadas na heteronormatividade nos lugares. Apesar das feministas jovens lésbicas e bissexuais terem seu acesso restrito ao urbano, devido à sua sexualidade, as apropriações cotidianas e coletivas, através dos momentos de lazer, principalmente, no período da noite, são momentos de resistência e ressignificações dos lugares.

4.2.1.3. As ruas: entre o medo e as apropriações feministas

Quando perguntadas sobre a relação entre seus corpos e a rua, o medo de que algum ato violento pudesse acontecer com elas está presente em todas as falas, inclusive entre as feministas mais jovens que transitam em diferentes períodos do dia pelas ruas da cidade.

A insegurança sentida pelas mulheres ao andarem nas ruas devido à existência de áreas “vazias” em determinados horários do dia consiste em um dos fatores que limitam seu deslocamento na cidade. O Setor Central de Goiânia no período da noite é visto como um lugar “escuro”, “vazio” e “perigoso”. As mulheres que estudam e trabalham neste local e turno, ao voltarem para casa, sentem-se inseguras e amedrontadas pelo risco, principalmente, de estupro e assalto. A cidade, à noite, “não é para ser das mulheres”.

As entrevistadas contaram diferenciados fatos de violência que foram cometidos durante seus deslocamentos cotidianos pelas ruas, em distintos períodos, tanto nos bairros periféricos onde algumas residiam, como nos bairros mais centrais da cidade.

Ao serem perguntadas sobre como seus corpos são vistos e quais são os sentimentos ao andarem pelas ruas nos seus cotidianos, as feministas negras e jovens afirmam que não se sentem bem, e muitas vezes, sentem medo quando não estão em grupo nas manifestações feministas. Elas afirmam que seus corpos são muito percebidos pelas pessoas que estão nas ruas, principalmente seus cabelos com penteados conhecidos como *black*, pintados e com turbantes:

Eu acho que o nosso corpo é muito percebido em todos os espaços. De a gente andar pela rua. Já observei as pessoas olhando ou fazendo comentários, como eu

já ouvi! Nossa! Tanto de gente gritando de carro, homens e mulheres, já ouvi a pessoa passar de carro e gritar “Oh! vai pentear o cabelo! Passar de carro e – Você acha que está bonito assim? – Tá horrível! E não sei o quê” (...) às vezes as pessoas me chamam pra ir num lugar que eu nunca fui e eu fico até assim, nossa! Será que eu vou? Porque eu tenho medo, às vezes, da reação das pessoas. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A questão, acho que principalmente da raça, por conta de eu estar vestida de uma determinada maneira, com o cabelo para cima e etc., chama muita a atenção das pessoas, em Goiânia principalmente, porque tem umas coisas que são muito normativas com o cabelo e com acessórios. Então, qualquer coisa, desde andar de ônibus e andar na rua provocam reações e as pessoas olham e percebem (...) e tem gente no ônibus que se vê você usando um turbante, ele se benze na sua frente, porque acha que é macumba e coisas assim. (Antonieta, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Eu tinha indo no [Centro Cultural] Martim Cererê que foi uma quadrilha que tava tendo lá. Eu peguei o [ônibus] 268 e pretendia ir pela [Rua] 85, porque eu pretendia ir pelo meio, só que eu achei meio arriscado eu fui pela Praça Cívica mesmo e acabei descendo de novo. Quando eu desci na [Rua] 85, eu fui atravessar a rua e tava vindo um carro e eu corri e tinha uma mulher andando de boa na rua e ela olhou para trás e olhou com um olhar de desesperada e começou a correr. Eu gritei – Calma, senhora! Só não quero morrer aqui atropelada pelo carro! E ela continuou correndo – Não, é que eu estou com pressa! Mas antes ela estava andando tranquilamente. Eu sei onde estou pisando. Aquele lugar cheio de prédios e ela entrou em um prédio que provavelmente ela deve morar lá. Eu sei o espaço que estou pisando e continuei caminhando. Aí eu desço até a Praça Cívica e isso era cedo, ainda não era tarde da noite, era umas 7:30 no máximo. Na Praça Cívica estava vazio, era fim de semana e tava passando um carro. E quando eu tava caminhando começou a parar um carro e me chamou e eu fiquei de longe, e falei “Pois não!” Aí ele falou “Vem cá”. Eu disse: “Posso ajudar o senhor em alguma coisa?” E fiquei de longe. Ele falou: “Pode sim. Entra aqui!” Eu olhei pra cara dele e disse “Tá brincando, né?” E ele: “Vem cá e não sei o que”. E eu saí bufando de raiva. E é assim em todos os espaços que a gente frequenta. Por isso eu salientei a importância de destacar a reação das pessoas e como as pessoas nos enxergam em todos os espaços que eu frequento eu percebo que de alguma forma vai ter um estranhamento. Eu tava com uma roupa que me sinto a vontade, que era um short curto, o cara foi e me parou. Certamente ele pensou isso como uma desculpa, mas meu corpo é meu. Ele não representaria nada. Ele não poderia me abordar de forma grosseira como ele me abordou. Não representa nada. E eu uma pessoa negra correndo no meio da rua, acho que na rua só tinha umas pessoas um pouco mais acima, eu e essa mulher. Eu uma pessoa negra correndo no meio da rua, queria o quê? Não, não era o carro que iria me atropelar, eu ia roubar a mulher. Ela saiu correndo. (...) Eu vou voltar nisso de novo porque isso é muito importante pra mim. Aí os espaços que eu frequento, tipo, às vezes as pessoas me chamam pra ir num lugar que eu nunca fui e eu fico até assim, nossa será que? Porque eu tenho medo às vezes da reação das pessoas. Muitos falam – Nossa! Que massa! Não sei o quê e vem pegar e... nossa! Que agonia! Chega dá vontade de gritar, mas a maioria é olhar de olho torto, é gritar, é falar alguma coisa. (...) “Gente, olha minha cara! Eu ofereço perigo?” É a minha cara ou a cara de homem negro que não oferece perigo, mas

a pessoa está entendendo como alguém que oferece perigo, por causa do que ele é, do corpo que ele tem ou do rosto que ele tem e tal. Aí eu acho que essa questão dos espaços é complicadíssima, sabe? Dependendo do espaço a gente até nem vai. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Uma das feministas possui corpo modificado (com tatuagens, *piercings*, alargadores e *dreads*) e diz que as pessoas ficam chocadas quando ela anda pelas ruas e exemplifica um de seus enfrentamentos:

(...) é chocante. Não só pelo meu físico, por eu ser diferente. Mas por eu ser mulher, principalmente. Ser uma mulher modificada, isso já é um detalhe a mais. Eu andar na rua já é chocante. As pessoas olham, as pessoas se incomodam! Essa é a palavra certa. (...) Eu ando de skate também, aconteceu de eu e um amigo meu viado andar de skate numa pista aí... lá no [Bairro] Itatiaia e dos caras pedir para a gente dar licença porque eles estavam andando. E eu “cara, eu tenho o mesmo direito de andar nesse pico que você! Você não sabe revezar?”. A gente incomoda, tipo mulher andando...(Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Bertha (24 anos) fala sobre o medo em andar pelas ruas não só na região central da cidade, mas na periferia onde ela mora. Conta das violências que foram acometidas a ela enquanto percorria as ruas dos bairros onde morou:

(...) estava andando nas ruas e isso foi no [Bairro] Balneário e eu tinha 12 anos e o cara passou a me seguir de moto. Ele seguia e falava algumas coisas e eu continuei andando. Era um bairro desses que todo mundo conhece todo mundo e eu conhecia todo mundo, então não fiquei com tanto medo, até que, e ele não conhecia o bairro pelo visto. Até que a gente chegou na rua principal e ele começou a andar com a moto nos meus passos e me acompanhar. E ele falava o que ia fazer com os meus peitos e com a minha bunda e que ele ia não sei o que e me chupar. Aí ele me perguntava as coisas “E seu nome?” E eu “Não!” Ele: “Seus peitos, eu vou fazer assim.” Eu comecei a gritar com ele “Não! você não vai fazer nada disso. E você está vendo aquele bar ali? Todos aqueles caras ali me conhecem. Logo ali tem uma delegacia de polícia, todo mundo conhece meu pai. Se você não sair daqui agora, eu vou gritar e eles vão espancar você e você vai ser preso e eles vão acabar com a sua raça”. “Aí, desculpa, foi mal, não achei que eu ia te assustar” e foi embora. Nisso eu fiquei assustada, mas não tão assustada. Eu cheguei em casa e contei para a minha mãe e ela ficou completamente desesperada e eu não entendi porque ela tinha ficado tão desesperada, porque eu não entendia e não tinha uma consciência tão grande, porque eu era uma menina e viver era um risco em função disso. Passou anos e aí eu estava com 19 anos e eu estava voltando pra casa um dia lá em Trindade. Já umas sete horas da noite e passou um amigo da minha mãe de moto buzinou e falou “oi” e passou e depois parou um motoqueiro do meu lado e eu achei que era o amigo da minha mãe e por isso eu deixei ele se aproximar tanto. De repente não era, era um cara pedindo informação e nisso eu já conhecia as coisas sobre o feminismo há um ano. Aí ele perguntou de novo a mesma coisa e eu

falei que não era o trajeto que ele tinha perguntado e era só ele subir de novo e perguntar. Aí ele perguntou de novo mesma coisa e eu falei a mesma coisa, aí ele perguntou de novo aí eu já fiquei assustei um pouco e pensei “Não vai rolar”. Aí eu olhei, ele tava todo de preto e com um capacete na garupa da moto e enfiou a mão assim e no que ele falou que estava armado e que era para eu subir na moto e não gritar. Eu saí gritando loucamente, porque não sou obrigada e entrei em casa e meu irmão saiu (...). Eu sei que eu entrei em pânico, porque o cara não ia só me assaltar, ele ia estuprar, ele poderia matar e fazer um monte de coisas. Aí eu tive consciência disso pela primeira vez na minha vida, depois de várias coisas. Eu entrei em pânico e não conseguia mais voltar para casa porque achava que a galera ia me seguir, que ele poderia estar lá e poderia voltar. Aí eu fui a um encontro que foi o Fazendo Gênero e lá tinha uma mesa que chamava: “Los males del el cuerpo y cuerpo del mal” e a galera estava falando sobre feminicídio e foi a primeira vez eu entendi o que era mesmo ser menina e está nesses espaços. Elas falavam das situações do México, por exemplo, e de outros estados da América Latina e que eram encontrados os corpos de meninas, uns quarenta corpos em um lote e no outro dia nove, e as meninas eram estupradas e eram mortas. Aí eu comecei a perceber como era fácil ser morta ou violentada nesses espaços todos. Aí depois dessas discussões eu melhorei, mas percebi que não era massa ser uma menina. Pelo feminismo eu entendi mesmo a violência que as mulheres passam, aí quis fazer uma vida para isso e para tentar melhorar. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A militância dessas mulheres não está só presente quando elas estão em grupos, mas também está nos seus corpos, nos seus cabelos, nos gestos, na pele, no olhar, nas suas falas. Ao andarem individualmente pela cidade, elas “incomodam” algumas pessoas e diante dos olhares e comentários de reprovação sobre seus corpos e/ou das atitudes variadas de desrespeito, elas acabam se sentindo mal e/ou com medo.

Segundo Berta, Ornelas e Maria (2007), uma das explicações do porquê das mulheres desencadearem uma maior ansiedade em relação à segurança pessoal se assenta:

(...) nas características de um crime violento em particular, que afecta majoritariamente, e em especial, as mulheres – o crime de violação. (...) Segundo Griffin (1971, cit. por Softas-Nall et al., 1995), o crime de violação e o medo da violação fazem parte da consciência de todas as mulheres. Tal como o abuso sexual em si mesmo, o medo que as mulheres sentem do mesmo é igualmente significativo e difundido (Day, 1995). (2007, p. 136).

A pesquisa realizada pelas/os autoras/es Berta, Ornelas e Maria (2007) no âmbito da Psicologia indica a presença do medo da violação:

(...) a violação não apresenta somente consequências para a sobrevivente, mas igualmente precedências, influenciando a vida das mulheres, ainda antes da sua ocorrência e sob a forma de medo, bem como dos condicionalismos que este

provoca. Adicionalmente, faz parte de um contexto social que origina e no qual actua o fenómeno do medo da violação. (p.164-165).

O “medo da violação” acaba por influenciar e limitar o deslocamento e mobilidade das mulheres na cidade. Uma das entrevistadas fala sobre quando “descobriu-se” lésbica e pensou da limitação que seria a sua vida, dentro e fora de casa, inclusive nas ruas e que, ao participar e construir coletivamente os movimentos feministas e lésbico, ela se sentiu empoderada para viver e militar:

Quando eu me identifiquei era assim, eu era uma pessoa assexuada, porque quando eu descobri que eu gostava de mulher, então eu pensei - Então, não tem nada de errado comigo. Era só as pessoas que tentavam procurar o gênero errado. Então foi de euforia, só que o que veio logo imediatamente a isso foi esse silenciamento, esse peso, esse sufocamento assim, de que eu não ia poder andar na rua e não ia poder falar com as pessoas e com a família ia ser complicado, tudo ia ser complicado. Aí a resposta de atuar coletivamente no movimento é que me deu a solução e dá até hoje, na verdade, para todas as vezes que eu encaro os problemas. (...) Então eu acho que a participação no movimento é que faz com que eu consiga pensar em coisas que possam de fato mudar minha vida e a vida das pessoas e a concepção que se tem sobre o gênero e sobre sexualidade e raça. Então é uma coisa muito vital mesmo. Assim de conseguir fazer as coisas e o mundo e a sociedade terem sentido. (Antonieta, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

As entrevistadas passam por vários processos de empoderamento enquanto mulheres, lésbicas, bissexuais e/ou negras, quando começaram a participar de e/ou construir grupos dos movimentos feministas.

Diante do sentimento de medo, presente no dia a dia das mulheres na cidade, as entrevistadas trazem a importância dos movimentos feministas estarem sempre se apropriando das ruas.

E talvez essa seja pra mim uma tendência do feminismo de agora, talvez, muito mais engajado pelas redes sociais, mas que não saiu das ruas, até porque é muito necessário estar nas ruas também. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Principalmente mostrar que a cidade é um local pra todos, público. Inclusive eu estou terminando um roteiro com uns amigos, a gente inclusive já coletou algumas imagens, a gente está fazendo algumas organizações, porque essa minha inquietação, a inquietação desse grupo veio principalmente esse ano quando eu vi rotinas de mulheres mudarem, mudarem por conta da questão da violência urbana que foi assustador. Chegou o final do ano e a contabilidade, o saldo agora é super negativo, principalmente em função das mulheres. Não vai sair nunca da minha memória uma reunião que teve com movimentos

feministas, eu não estava presente, mas foi relatado pelas companheiras, na época da história, do “*serial killer*”, sempre aspas viu, porque não é uma coisa que, a gente está comprando a ideia como a mídia está vendendo aí. A delegada disse assim em uma das primeiras reuniões ainda, ela disse mais ou menos assim, eu não tava presente, mas o que ficou foi mais ou menos assim: “Mas as mulheres tem que tomar cuidado que horas que elas andam nas ruas.” Que horas? Que é isso? Sempre a história de culpabilização da vítima e de que mulher de bem, como que explica mulher de bem. certo horário na rua não é uma coisa para ser feita. Pra concluir, eu tenho que contar meu caso especial. Eu fui assaltada em junho de 2013 lá no Setor Universitário e, aí assim, eu fui assaltada levaram meu carro, só que tinha um vizinho que viu, me viu com as mãos pra cima e tinha uma viatura na esquina, perseguiram o cara, acharam o cara, prenderam o cara, ficou noventa dias preso. Teve a audiência, final da história, o cara está solto e eu fui “culpada do crime” e tem a sentença, inclusive esse roteiro, esse documentário vai contar um pouco dessa sentença também, a “culpa” foi minha, o juiz colocou com essas palavras, que a vítima facilitou a ação do agente, citando horário. Por um lado falou que tinha bom comportamento social e etc. o.k., não vou nem entrar nesse mérito, mas ele colocou-me como culpada por eu estar andando à noite na rua e nove horas da noite no Setor Universitário. Então assim, eu senti na pele isso de magistrado aqui em Goiás. Então eu estou terminando o documentário, de montar o roteiro, para justamente essas duas últimas perguntas são inquietações tão grandes minhas. Eu poderia, por exemplo, ter recorrido, eu poderia ter levado isso na corregedoria, só que eu acho que vou colocar na pauta da comunicação, utilizar os meios de comunicação e ressignificar isso através da militância. Eu acho talvez faça mais efeito, por que ia ser uma coisa mais pontual e individual. Eu quero provar que isso não é, “uma coisa contra mim (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)”, é uma coisa generalizada, porque realmente as mulheres não são encorajadas pra ocuparem os espaços públicos. Essa é a grande verdade. Desde quando a gente era criança. É o menino que vai brincar na rua, “indiscriminadamente”, isso na minha infância. (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

Uma das feministas diz que foi devido também às manifestações das mulheres nas ruas, principalmente, a partir da década de 1960, que ocorreram várias conquistas, como as secretarias e delegacias para mulheres, a entrada maciça de diferentes mulheres nas universidades e ocupação de importantes cargos públicos e privados. Entre os anos 1960 e estes processos há um hiato particularmente no Brasil por causa da ditadura militar que corresponde ao período de reorganização do movimento de mulheres e outros movimentos sociais. Uma das entrevistadas reflete este processo:

E a gente precisa estar na rua bem para falar que a gente tinha acordado e que a gente estava indo para a rua, que a gente tem direitos iguais aos dos homens. Quer dizer, é aquela história – Eu não quero ser igual ao homem, mas eu sei que tenho direitos iguais a eles e tem que serem respeitados. Eu preciso cada vez mais ter gente ao meu lado para falar isso e para mostrar que nós não somos só a

Tereza, ou a Sol ou a Lua.. É um número considerável de mulheres para que a gente possa ser ouvida. Tanto é que a gente foi para a rua e a mulher queimou sutiã e fez uma série de coisas no início da década de sessenta enfim. E hoje nós temos uma secretaria de mulheres, ministérios em nosso país ocupados por mulheres, a gente ocupou as universidades (...). Nós tivemos que ir para a rua para dizer que não queríamos ficar estudando só piano e fazendo curso de pintura e de crochê ou curso de letras, ou pedagogia, que era curso de mulher que eram considerados cursos de mulheres ou enfermagem. Então eu acho se nós estamos ocupando um espaço maior e dentro das universidades foi graças a esse pouco de mulheres que saiu e foi para a Praça do Bandeirante ou foi para a Praça Universitária gritar e correr da polícia e tal, para a gente assegurar esses avanços e isso não foi só aqui em Goiânia não, cada estado teve seu papel e teve mulheres que deram cara a tapa e foram a lá e conseguiram se empoderar e conquistar isso tudo. (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Apesar das entrevistadas referirem-se às ruas como locais de grande vulnerabilidade, onde as mulheres podem ser ou efetivamente são agredidas no seu cotidiano, elas trazem a importância de estarem apropriando-se desses lugares a partir da presença de seus corpos e das suas vivências neles, como para uma das feministas:

(...) eu gosto daquela frase que diz “o nosso corpo fala por si só”. Então quando a gente ocupa espaços, a proposta é naturalizar o que é o meu corpo, naturalizar⁵⁷ o que meu corpo representa. Os meus seios não são diferentes, uma coisa assim. Meu corpo não é diferente. Então a gente ocupar espaços e compreender, aí já é outro nível, compreender que aquele não é um espaço opressor. E ele é importante para a gente poder construir coisas coletivas, independente do gênero, da identidade sexual... Porque a gente tem muito, a rua, os espaços de poder, com espaços também, são muito opressores e a gente não ocupa exatamente por causa disso. Vou te dar um exemplo, eu tenho seios grandes, ainda que eu seja feminista, é horrível para mim, andar nas ruas e os caras ficarem olhando para o meu peito. Então porque eu sou feminista, eu vou andar com decote porque eu sou feminista? Não. Aquilo também é violento para mim, então, eu prefiro evitar esse tipo de violência. Então se a gente ocupar esses lugares e esses lugares... eu acho que é uma questão de ideologia mesmo, mas se esses lugares não fossem assim, seria muito melhor para a gente. Talvez seja uma ideia assim. Mas eu acho que os espaços são violentos e que a gente é violentada. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

A apropriação das ruas é vista como um ponto de partida para as mudanças relacionadas à questão de gênero e sexualidade, ocorridas e que ainda ocorrerão na cidade. As entrevistadas disseram da importância das mulheres estarem se apropriando das ruas em áreas centrais da cidade, através, por exemplo, da Marcha das Vadias, Parada Lésbica, Parada LGBTTT e das

⁵⁷ Em diálogo com as entrevistadas, “naturalizar” significa tornar aquele lugar local de convivências cotidianas e de respeito entre as diferentes pessoas.

manifestações em datas importantes, como no Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e Dia Internacional da Mulher (8 de março). Essas ações possibilitam um momento de comunicação com as pessoas que passam pelo local e de novas construções de significados sobre as ruas.

Os movimentos feministas fazem ações políticas e corpóreas nas ruas da cidade (juntamente com o movimento negro e LGBTT). Na parada LGBTT e na Parada Lésbica, por exemplo, o beijo lésbico, gay, de travestis, transexuais ou transgênero é visto como político pelas feministas, porque questiona a padronização do corpo no espaço público, nas avenidas de Goiânia. O intuito das manifestações é principalmente mostrar que a cidade deve ser um local para todos(as).

As entrevistadas destacam as apropriações das ruas, praças e parques da região central como importantes para que as feministas possam dar novos sentidos a esses lugares. As entrevistadas dizem ser necessário construir visibilidades múltiplas dos lugares porque eles são formativos para os(as) sujeitos(as) que ali transitam e vivenciam. A Praça Bandeirante, por exemplo, “é o símbolo do meio da cidade planejada, está lá o [a estátua do] bandeirante [Bartolomeu Bueno da Silva], o homem que descobriu Goiás e tal, e é um paradigma, porque as lutas sociais, as lutas feministas começam ali também” (Rosely, 48 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014).

Rosely (48 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014) diz da importância das mulheres estarem ocupando as ruas centrais da cidade, através, por exemplo, da Marcha das Vadias e de outras manifestações que possibilitam também um momento de comunicação com as pessoas que passam pelo local. E destaca também a importância das feministas intervirem na mudança das toponímias presentes na cidade:

(...) nós fizemos a Marcha das Vadias [julho de 2011] aqui na Reunião anual da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que aconteceu no Campus 2 da UFG na região norte]. Aqui na universidade e dentro da SBPC. A SBPC acontecendo aqui. Eu acho extremamente importante a presença dessa visibilidade desse movimento em pontos onde há organizações de mulheres, na periferia, nas regiões fora do centro, mas eu acho extremamente importante o centro da cidade e os monumentos, porque a gente precisa ocupar e dar sentido a esses espaços e quem sabe um dia mudar os nomes. Mudar os nomes. (...) Então eu acho que a gente tem que ocupar os espaços de cultura, os espaços do centro, as universidades. E assim, aqui em Goiânia tem a Praça do Bandeirante, que ela é o símbolo do meio da cidade, do meio da cidade planejada, tá lá o bandeirante lá, o homem que descobriu Goiás e tal, e é um paradigma, porque as lutas começam ali. Eu sou adepta de que nós deveríamos ocupar os espaços centrais, por conta da visibilidade maior, mas que precisa construir visibilidade múltipla,

porque elas são formativas. Elas não são pra fazer fulano ou sicrano aparecer. Não é empoderar fulano ou sicrano, é para formar, é para sensibilizar, aglutinar as mulheres que estão com os discursos dispersos e percebem que as coisas estão diferentes ou podem ser diferentes ou o que quer que seja diferente e não tem para onde catalisar. Toda vez que isso acontece você tem mais gente que se incorpora, mais mulheres que acabam, de alguma forma, criando um novo espaço de militância ou de atuação nesse mundo da militância. Então acho isso muito importante. (Rosely, 48 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

As entrevistadas dizem da liberdade que as mulheres sentem ao estar nas ruas durante a Marcha das Vadias, vestidas da forma que querem ou parcialmente despidas e ao mesmo tempo, sentirem-se seguras naquele local. Elas se vêem empoderadas. O direito de manifestar é uma conquista do espaço da rua:

Então, o movimento feminista ele conquistou espaços, principalmente, que é sair do espaço privado para o público, a mulher poder estar no [espaço] público. A Marcha das Vadias é uma conquista. De a mulher poder ser ouvida e não ter um policial atrás pra acusar de violência ao pudor e tudo mais. Isso porque estão entendendo que é um movimento. Então, até o direito de manifestar é uma conquista de espaço na rua (...). Então, a mulher mesmo dentro dessa sociedade que é assim e que vai julgar e que não é muito diferente das outras não, mas é mais profunda, isso aqui em Goiás e Goiânia. Ela sair na rua e numa marcha ter quinhentas mulheres, isso faz uma diferença grande pra mim. Eu até dizia pra meninas que eu até assustei quando vi tanta gente assim. E eu pensei que iríamos ver os mesmos rostos, a galera do movimento social, mas como rolou no face [Facebook], deu uma galera que nunca tinha visto assim. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A rua é um local de passagem, de trânsito, mas nos momentos em que acontecem as manifestações feministas, como a referida Marcha que se transforma em espaço de vivência entre as mulheres, onde os feminismos são construídos.

As ruas da região central da cidade foram trazidas pelas mulheres como importantes para as apropriações feministas e algumas delas, já foram espaço de vivências feministas, como a Rua 8 e o Projeto Grande Hotel Vive o Choro (conhecido como o Chorinho), da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia, que acontecia na Avenida Goiás, ambas, no Setor Central.

A Rua 8, conhecida também como Rua do Lazer, apareceu nas falas das feministas que tinham entre 44-67 anos de idade. Este local foi intensamente ocupado por elas, principalmente nas décadas de 1980, 1990 e 2000: “A Rua 08, que é a Rua do Lazer, que já era [importante] na década de oitenta (...) A gente fazia ali umas coisas interagindo com o público.” (Maria, 52 anos. Data da entrevista: novembro de 2014). “E juntava todo mundo, o movimento feminista, negro e

LGBTT e era aquela confusão [boa]. Então a Rua 08 é um local também que me traz boas lembranças, porque a gente fazia muitas coisas lá (...) mas acabou.” (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014).⁵⁸

Um espaço que nós utilizamos muito e durante muitos anos e depois transferimos de fato para a Praça do Bandeirante, foi a Rua 08, que era chamada Rua do Lazer. Aquele espaço ali era um local e tinha um grupo que se chama Ipê Rosa e eu não sei como está a situação do grupo que é um grupo LGBTT. E ele usava muito aqueles predinhos que tem lá na Rua 08 entre a Rua 03 e a Avenida Goiás. Você sabe que era um local que a gente sempre ia fazer alguma coisa, na Rua do Lazer. (...) O primeiro de dezembro que era o dia internacional de combate a AIDS, sempre era na Rua do Lazer que a gente fazia. Porque o Ipê Rosa tinha a sede lá (...) E era lá na Rua do Lazer e durante muitos anos que aconteceu muitas coisas lá. (...) Eu diria que meados da década de oitenta, a segunda metade da década de oitenta. E década de noventa até início dos anos 2003 por aí. Há coisas de cinco anos que teve uma atividade interessante e foi uma semana de atividade com os meninos do grupo Oxumaré⁵⁹, (...) e eles gostam de usar lá até hoje para fazer atividade, (...) ele [o grupo Oxumaré] fazia um varal com a história do Movimento LGBTT e acabou que ele puxava alguma coisa do movimento feminista e ele sempre me convidava para falar. E juntava todo mundo. E teve também um movimento que chamava e ainda existe, o Pérola Negra. O Pérola Negra ele teve uma sede e durante muito tempo, ele funcionou na rua de uma igreja onde era um cinema, Casa Blanca (...) na Rua 08 tem uma vielinha e no fundo funcionava a sede do Pérola Negra e teve uma época que a Marilene teve uma sacada de fazer uma roda de samba lá. Então, eu sei não bem os dias, mas eu fui lá umas vezes e tinha um caldo e uma roda de samba. Às vezes a gente descia e ocupava aquele espaço. Então a Rua 08 é um local também que me traz boas lembranças porque a gente fazia algumas coisas lá (...) mas acabou. A rua do lazer um espaço que durante muito tempo foi ocupada pelos movimentos feministas. Algumas vezes a gente fez algumas atividades. Era um espaço aberto e quem chegava apresentava o seu. Apresentação cultural também a gente já fez lá. (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

As mulheres dizem que o Chorinho que acontecia gratuitamente toda sexta-feira na Avenida Goiás, em frente ao Grande Hotel onde ocorriam apresentações de bandas locais com estilos diversificados, era um momento de encontro entre as feministas nos anos de 2011 e 2012. Para uma das entrevistadas: “o centro de Goiânia é um espaço morto. O Chorinho era um espaço

⁵⁸ Na pesquisa de Sousa (2005) sobre os territórios “GLBTS” de Goiânia aparece a justaposição entre permanência e transitoriedade dos espaços e sua concentração no centro expandido de Goiânia. Mesmo bares e boates que parecem ser mais permanente são fechados e até reabertos em outros lugares como é o caso do bar Joãozinho Mercês, mencionado por Sousa que reabre noutro local com outro nome e atualmente como Feira do Choque (HAMMES, 2015).

⁵⁹ O Grupo Oxumaré de Direitos Humanos de Negritude e Homossexualidade é uma Associação Privada de Goiânia (GO) fundada em 16 de abril de 2004.

que eu achava maravilhoso! Tinha várias tribos. Acabaram. Não sei o que acontece em Goiânia, as pessoas não conseguem manter as coisas boas.” (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014).

Tereza diz que o Chorinho era um momento de encontros e se entristece e se revolta por ele não existir mais:

Então, assim não tem muito tempo que as pessoas... porque o que acontece... Porque Goiânia o centro da cidade é um espaço morto e essa coisa da indústria do *crack* tomou conta do espaço e não tem como. Há pouco tempo tinha um fato, uma agenda que funcionava aqui nesse grande hotel, um pessoal que chamava de Chorinho toda sexta feira, era um espaço que eu achava maravilhoso, era um lugar que lembra a Lapa no Rio. Tinha várias tribos que você ouvia chorinho e você ouvia reggae e você ouvia de tudo. Acabaram. Não sei o que acontece em Goiânia. Aqui em Goiânia as pessoas não conseguem manter. Esse espaço no dia de sexta feira era reservado para o pessoal do chorinho, do reggae e do samba. Aqui a coisa começa e fica um, dois, três, aí vem um e diz que aqui virou bagunça e acaba e termina e a coisa e acabou. Eu não entendo isso aqui em Goiânia... (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Outra militante aborda também a importância do Chorinho para os feminismos construídos por ela:

O Chorinho pra mim foi fundamental, foi um espaço de construção do feminismo, porque eu fazia política feminista lá. (...) falando o que é feminismo, das manifestações, convidando pra ir pro Fórum [Goiano de Mulheres], construindo discussões. Então, isso é construção, é fazer uma política do seguimento. (...) [Chorinho] era um lugar democrático que a gente, as meninas lésbicas namorava a vontade, todo mundo namorava, os meninos, as meninas, e a gente dançava, independente de idade. Eu era inclusive muito observada lá, porque minha turma tudo muito jovem e eu velha no meio do povo, o povo pensava “quem é essa mulher?”, as que chegavam assim, que conhecia o ambiente, mas eu me sentia muitíssimo em casa com a turma ali, a gente tinha uma relação de igual pra igual, apesar da diferença de idade, então eu me sentia muito bem (...). Era um espaço de diversão, mas que as pessoas se sentiam muito à vontade. Negras as meninas iam com seus turbantes, suas vestimentas afro, dançavam, bebiam, enfim, era um espaço muito livre. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

No Chorinho, do Grande Hotel, fiz muita política feminista. Então, eu posso dizer com segurança que eu fiz foi um espaço de construção do feminismo. No chorinho do Grande Hotel fiz muita divulgação, convidava as pessoas, claro que nem todas foram né, mas muitas foram (...) para muitas delas foi a primeira conversa que eu fiz foi no Chorinho, foi no Chorinho. (...) Pois é, não era um espaço pra isso, mas a gente transformou, eu transformei, e aí ia muita, tinha muita feminista que ia pra lá, muita. A gente se encontrava lá, marcava reunião mais cedo, antes de começar, entendeu. Marcava conversa, eu aproveitava conversava rapidamente, entendeu? Então você pode destacar, o Chorinho foi

um lugar de construção de feminismo por mim, outras devem ter feito também, mas eu tô falando de mim. Eu fiz muitas companheiras, eu chamei e que eu conheci lá no Chorinho, tem uma companheira aqui mesmo, a Linda, ela num é feminista, mas já foi à Marcha das Vadias, a gente se conheceu no Chorinho. Na hora que eu vi aquela negona com cabelo de nega mesmo assim, aí descobri que era minha vizinha, fez percussão comigo no Coró de Pau, a gente estabeleceu amizade. E aí essas questões começaram a se estabelecer lá no Chorinho, entendeu ? ... e a gente precisava de mais espaços dessa natureza. Mas o chorinho pra mim foi fundamental, foi um espaço de construção do feminismo porque fazia política feminista lá. (...) convidando, falando, o que que é feminismo, convidando pra ir pro Fórum, falando da discussão, falando que a gente fazia a construção do mês de março, o mês da mulher, o 8 de março e tal e tal. Então, isso é construção, isso é fazer uma política do seguimento. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Apesar de todas as feministas falarem da importância de apropriar-se dos espaços públicos, de promover a ocupação urbana das ruas e da fluidez dos encontros que ocorrem em vários locais no centro da cidade, o sentimento presente nas apropriações é quase sempre o do medo, em diferenciados níveis (a depender dos horários, locais e temas presentes nas apropriações) que elas enfrentam coletivamente e por isso, estão sempre cuidando uma das outras: “a rua é um espaço muito perigoso, vulnerável, a gente não sabe o que pode acontecer, na rua é melhor cuidar da gente” (Anália, 24 anos. Data da entrevista: outubro de 2015). No que diz respeito às relações existentes entre os cuidados que as mulheres tomam ao andarem nas ruas e as limitações de seu acesso a esse espaço, Berta, Ornelas e Maria (2007) argumentam:

Não só as mulheres parecem ser mais receosas, como também usam com maior frequência medidas de precaução, para evitarem a vitimação (Lavrakas et al., 1980, cit. por Riger, Gordon & LeBailly, 1978) e mesmo aquelas que não indicam preocupação face à violação, tomam precauções para o prevenir (Gordon & Riger, 1989). Poder-se-á demarcar em linhas gerais que a maioria das mulheres receia, designadamente, meios públicos (rua), sítios isolados, à noite, visibilidade limitada, locais ou situações desconhecidas e pessoas estranhas (Day, 1994). Porém, a tomada de precauções pode, muitas vezes, não proteger (por não se dirigir, na maioria das vezes, às características e contexto em que a violação usualmente ocorre), mas condiciona o acesso ao espaço comunitário e constringe a liberdade das mulheres. (p.136)

Após a pesquisa qualitativa realizada com mulheres, Berta, Ornelas e Maria (2007) concluem que:

O fenômeno social do medo da violação actua num contexto social e é proveniente de diversos factores sociais que se entrecruzam de uma maneira complexa. São tais factores: a cultura social que abarca a identidade do género e os papéis sociais e sexuais, inclusive a desigualdade entre gêneros; a educação;

as consequências reais do crime de violação; os mitos sociais sobre a violação que distorcem a percepção da sua realidade; a comunicação social; e, por último, a prevalência do crime de violação, assim como as experiências de assédio (denominadas “mini-violações” por Medea e Thompson, 1974), com as quais as mulheres geralmente lidam no dia-a-dia. Uma vez que a violação é um crime essencialmente de domínio e exercício do poder, e que a construção cultural dos papéis sociais e sexuais incentiva a desigualdade, baseando a mesma em normas e valores que acarretam papéis de domínio, particularmente masculino, e de vulnerabilidade feminina, encaramos esse fenómeno social – o medo da violação – como resultante não somente da existência dos crimes violentos de raiz sexual, mas igualmente da sua ameaça constante, o que perpetua uma intrusão na integridade pessoal e sexual de todas as mulheres, incentivando a limitação da liberdade face ao potencial abuso. Assim, somente a existência da desigualdade de papéis sociais e a utilização de um crime que a mantém, parece oprimir todo um grupo social. (p.145)

Ao mesmo tempo em que as feministas apropriam-se coletivamente do espaço público da cidade, das ruas, no intuito de construir novas interpretações delas mesmas com os lugares, torná-los locais de vivências feministas, o sentimento do medo, visto como regulamento socialmente estabelecido no espaço da rua, permanece presente. Muitas vezes, os “cuidados tomados” significam para elas mesmas um limite de suas apropriações. Alguns grupos subvertem mais o medo, como o grupo de mulheres lésbicas e bissexuais, e acabam apropriando-se de lugares no período visto como o mais “perigoso”: o da noite.

4.2.1.4. Outras apropriações: feministas entre 44-67 anos de idade

As sedes de alguns grupos feministas, localizadas na região central da cidade, foram trazidas como importantes conquistas dos movimentos, como as: do CPM (Centro Popular da Mulher); do Fórum Goiano de Mulheres e da Assessoria Municipal da Mulher. As antigas sedes do grupo Transas do Corpo⁶⁰ foram lembradas por algumas mulheres entre 44-67 anos. Nesses lugares ocorrem e/ou ocorriam as formações feministas, as vivências e as construções de feminismos em Goiânia.

Os locais constituídos através das lutas feministas na cidade também foram mencionados, principalmente pelas mulheres entre 44-67 anos de idade que participaram destas conquistas, como o Centro de Referência da Igualdade (CREI) da Secretaria Estadual da Mulher, do

⁶⁰ Primeiro, a sede localizava-se na Avenida Anhanguera (Setor Central), depois foi para a Rua 08 (Setor Central), em seguida para a Rua 137 no Setor Marista, depois, para o Bairro Parque Amazônia e por último, para o Bairro Vila Nova. Em 2014 o grupo estava sem sede e os encontros eram realizados nas casas das integrantes.

Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho (SEMIRA), o Centro de Valorização da Mulher (CEVAM) e as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), uma localizada no Setor Central e a outra no Jardim Curitiba II (na região noroeste).

(...) conquistas que estamos perdendo, mas olha Secretaria Municipal da Mulher é uma luta histórica das feministas, Secretaria Estadual da Mulher, luta histórica das feministas, que primeiro não era nem secretaria, era só um conselho. Então assim, eu tô pontuando duas conquistas, cara, muito importantes e que estão, assim, SEMIRA que virou Secretaria, tá dentro de um guarda chuva de direitos humanos. A Secretaria Municipal da Mulher tá aí enquanto secretaria, então, só pra citar duas. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Quando questionadas sobre os lugares e espaços de apropriações feministas, as entrevistadas entre 44-67 anos abordaram para além da geograficidade do feminismo e falaram de espaços históricos de luta das mulheres, “os espaços de poder”, que necessitam ser ocupados por elas:

Então quando essas mulheres feministas, sejam elas héteras, sejam elas lésbicas, sejam elas só donas de casa, ou trabalhadora pública, ou que tá na vida pública, assumirem esses lugares de importância é que nós vamos realmente ter um combate ao feminicídio, cê entendeu? Enquanto ficar só por conta de polícia, de delegacia, de Lei Maria da Penha, não vai resolver. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Porque ela dava essa abertura, devido ela ser mulher, por isso que eu falo, é importante ter mulher nos espaços de decisão onde tem o poder da caneta, não adianta a gente ficar só lutando, lutando, se você não colocar a mulher onde tem o poder de decisão, também não resolve, a gente não avança. (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Espaço público de empoderamento só se for dentro dos órgãos públicos que as mulheres estão assumindo, mas do ponto de vista de você ir pra construir, construir empoderamento, só dentro de cargos. (...) E como o poder ainda é branco e macho, é masculino e branco, ainda vai levar algumas décadas, mas já avançou muito, Talita, já avançou muito. Já foi muito pior, muito pior, eu sou de uma geração que mulher não sentava no bar sozinha. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

(...) eu sempre tenho o dilema que não é só ocupar, nós temos que estar capacitada para estar no lugar. Eu mesmo quando ocupei a superintendência de Igualdade Racial no estado, foi a primeira vez que eu fui para um órgão... eu trabalhava no município na saúde, era uma coisa, mas você ocupar um cargo de gestora... eu acho que a gente tem que ocupar, mas a gente tem que se capacitar para a gente estar nesses lugares, para a gente não poder... porque a questão não é o só espaço, mas é fazer alguma coisa no espaço. Eu acho que é importante e que a gente tem que preparar mais mulheres negras. Não só de primeiro escalão

e de segundo... e outro, tem alguns cargos que a gente num tem ideia... porque assim, é sempre enfermagem... mas existem outros, como engenharia, mecânica e acho que essas mulheres devem estar nesses espaços também.(...) Eu acho que tem locais que elas precisam estar mais, por exemplo, na Assembleia, nas Câmaras, nos Ministérios Públicos, porque acham que a gente num pode tá lá. Então a gente tem que tá lá. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

É, porque aí quando as mulheres em sua grande maioria estiverem em lugares de importância, serem a maioria, serem as promotoras, as juízas, as delegadas. Pode aumentar as delegacias, as DEAM, mas com delegadas feministas, não é delegada tão machista quanto o delegado. Então as mulheres feministas têm que ocupar, aí não é uma mulher qualquer. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

As praças, pelo contrário, as mulheres estão correndo das praças porque tá perigoso. À noite que mulher, que jovem, que adolescente que pode ficar dando sopa numa praça pública, tá sujeita a ser estuprada porque não tem segurança, os parques da mesma forma. (...) a única forma das mulheres se empoderarem, pelo menos em Goiânia, acredito que não é uma realidade só de Goiânia, é em organização política e social, mas espaços geográficos não existem. Tanto é que quando tem alguma coisa é um Deus nos acuda pra você ter um espaço, onde que a gente vai reunir. Ai Deus, você fica uma semana sem agendar porque não tem um lugar, sabe, cê não tem um lugar específico, não sei, talvez no salão da igreja, mas não é específico. Não existe, Talita, não existe. Onde ela possa se empoderar, se reconhecer e fazer parte, sem ser uma organização política e social, não existe, em Goiânia não existe. (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Os avanços do movimento feminista no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, contribuíram para aumentar a presença das mulheres na esfera pública e muitas de suas ações têm construído ações concretas no que diz respeito às inovações e conquistas legislativas e de políticas públicas. Mas as mulheres, mesmo diante dos avanços, ainda ocupam cargos de menor peso nas grandes decisões políticas e de menor prestígio no mercado de trabalho⁶¹. Os estereótipos de gênero reforçam os papéis de que é destinado aos homens as atividades do espaço público e às mulheres, as do espaço privado.

Apesar de as mulheres serem maioria na base da organização de movimentos sociais, ainda são minoria nos cargos políticos e também na participação de partidos políticos. Assim como nos espaços de direção de empresas privadas e de organizações como sindicatos e

⁶¹ Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR. (Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br>> Acesso em: 18 de ago. de 2016).

associações de classe⁶². As diferenças aumentam quando pesquisadas as interseccionalidades da dimensão de gênero com classe, raça, orientação sexual. As mulheres negras têm ainda menos acesso aos espaços de poder e decisão que as mulheres brancas⁶³.

A estrutura “dos espaços de poder” é ainda masculina, heterossexual e branca. E a questão do racismo institucional nos órgãos públicos foi trazida pelas mulheres negras como umas das barreiras que dificultam e por vezes, impossibilitam que elas atuem nas esferas de poder:

(...) a gente queria que tivesse os núcleos de igualdade racial pra discutir dentro das prefeitura, porque esse racismo institucional é o que mata e acaba com muitos funcionários que é negro e que talvez não consegue nem crescer dentro da própria prefeitura e dentro do estado, assim vai em todas as esferas. Porque o racismo institucional ele é violento e se você não tiver um psiquê ou uma autoestima, ou um lugar pra você buscar uma fonte pra você se fortalecer, você adocece. Eu te falo isso porque eu fiz meu TCC, eu escrevi sobre mulheres negras e dentro da COMURG [Companhia de Urbanização de Goiânia], eu estagiei lá e fiz meu TCC. Ali eu via coisa assim que você vê que muitas que mulheres negras que ficam ali no problema de dependência química influencia muito isso, a questão do psiquê e do racismo institucional que tem. (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

O racismo institucional é uma adjetivação de um processo que busca dar visibilidade a processos de discriminação indireta que ocorrem nas instituições, resultantes de mecanismos que operam, até certo ponto, na subordinação dos indivíduos, que em referência às formas como as instituições funcionam, contribui para a naturalização e reprodução da desigualdade racial (LOPÉZ, 2012). Lopéz (2012) afirma que o racismo institucional:

(...) tal como o definem Silva et al. (2009), não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação (como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial, tal qual reconhecidas e punidas pela Constituição brasileira). Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades. (LOPÉZ, 2012, p.127)

⁶² Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR. (Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br>> Acesso em: 18 de ago. de 2016).

⁶³ Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR. (Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br>> Acesso em: 18 de ago. de 2016).

4.2.1.5. Apropriações na “periferia do centro”

Sobre a intenção em expandir os locais de manifestações e ocupações realizados por grupos feministas para áreas periféricas da cidade, a entrevistada diz que:

Em Goiânia, até hoje, e até umas coisas que estão [os movimentos feministas] criticando o porquê a gente faz muita ação no Centro. Acho que é pelo caráter de achar que no Centro vai ter todo mundo passando e não sei o quê. E a gente faz sempre ou na Praça dos Bandeirantes ou na Praça Cívica ou na Praça Universitária e vai andando aqueles trechinhos que se entrecruzam. Isso desde o ano retrasado porque já tem uns três anos que a gente vai tirar as marchas desses lugares e vai fazer em outros lugares. E as ações do Fórum [Goiano de Mulheres] a mesma coisa. Já tem uns três anos que a gente fala “Não. Porque a gente tem que ir para outros lugares e tal”. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Percebemos que as mulheres, ao se apropriarem do espaço urbano, levam em conta as diferenciações entre centro e periferia. Importante destacar que existem áreas segregadas⁶⁴ também nas regiões centrais e sul de Goiânia.

As cidades brasileiras tiveram suas estruturas urbanas orientadas pela relação centro-periferia. Cujas áreas centrais eram equipadas de melhor infraestrutura e a periferia era vista como uso residencial da população com menor nível de renda. Mas as mudanças que vêm passando as cidades, muitas vezes movidas pelos interesses imobiliários e fundiários, têm transformado também a estrutura centro-periferia.

O termo periferia é usado não apenas no sentido de localização, mas social, designando bairros nos quais estão ausentes os serviços básicos (luz, água, esgoto, calçamento, transporte, escola, posto de atendimento médico), situação encontrada também no “centro”, isto é, nos bolsões de pobreza, nas favelas ou nos “aglomerados subnormais”, que segundo o IBGE:

(...) podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente. (IBGE, p.19).

Villaça (2001) afirma que uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras é a segregação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade (não

⁶⁴ “[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes **regiões gerais** ou **conjuntos de bairros** da metrópole.” (VILLAÇA, 2001, p. 142, grifo do autor).

necessariamente nas áreas geograficamente periféricas). A diferenciação entre os bairros diz respeito ao perfil da população, como das características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos, etc.

O Terminal do DERGO, localizado na antiga região Campinas e hoje região central, é visto pelas mulheres como um local periférico no centro. Ele localiza-se próximo aos bairros que possuem muitos “aglomerados subnormais” (Censo 2010, IBGE). A área próxima ao DERGO é conhecida como uma das maiores zonas de prostituição de Goiânia, onde atuam diferentes profissionais do sexo, a maioria, de classe baixa e com mais de 35 anos de idade, podendo ser encontradas idosas com idade entre 60 e 70 anos. E é, ao mesmo tempo, uma área onde muitas mulheres são violentadas e assassinadas na cidade.

O Terminal do DERGO foi trazido como local importante para as atuações dos movimentos feministas. Numa tentativa de expandir os locais de manifestações para além do Setor Central e Universitário, o Terminal e a área ao seu redor foram trazidos como locais “problemáticos” no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade e que necessitam de uma importante atuação dos movimentos. Como podemos observar na fala a seguir:

A gente teve um problema recentemente com as profissionais do sexo e comerciantes daquele pedaço lá. E a gente teve que fazer uma intervenção, porque a polícia chegou no quebra-quebra. Digo assim, o movimento de mulheres e direitos humanos, uma série de representações do Estado e da população em prol de acudir as prostitutas e travestis que estavam trabalhando. Nada mais do que isso, mas aí vinham outras questões envolvendo a construção de um shopping e isso agora no início do ano em janeiro. Teve quebra-quebra e derrubaram coisas e bateram em gente e em mulher grávida. (...) Tem depoimentos, mas a gente conseguiu mudar a comandante, tirar a comandante daquela região. A gente conseguiu afastar e botar uma pessoa mais sensível (...). Enfim, foi de janeiro até o meio do ano em junho, inclusive vai ter reunião do grupo de trabalho lá [do Conselho Estadual da Mulher em Goiás]: o GT DERGO. A gente criou o grupo de trabalho. (...) O CEVAM [Centro de Valorização da Mulher] participa. A gente criou nesse processo, a Associação das Mulheres Trabalhadoras do Sexo naquela região. (Tereza, 53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014).

As outras são nessas regiões que eu falei que envolve Campinas, [Terminal do] DERGO e mais setores para os rumos de lá. Eu sou péssima geograficamente e depois você vai ter que se virar para achar essas coisas. Mas é tipo o São Francisco que ele pega um pouco de Campinas, mas é a região mais acabada de Campinas. Mais de periferia mesmo. Mas eu só sei dessas coisas porque tem o São Francisco e tem outro que é o São José, que são esses dois que são pra lá assim e que são a mais. Já pensei nessas regiões e fazer atuações nelas porque elas têm mais a galera que é travesti, tem prostituição e tem a galera que é nova e

vai lá para se drogar e tal, mas nesses também eu pensei em função do meu bairro, porque o pessoal também frequenta esses lugares. As meninas que morrem são lá do bairro e elas estavam nesses lugares. É por isso que eu sei que esses lugares existem e eu queria fazer alguma coisa lá. Já quis fazer ações no DERGO que é onde tem cracolândia e em Campinas que acho também tem e às vezes, oferecem drogas para as crianças e quando elas têm sete anos e isso espanta todo mundo e eu já pensei em fazer ações. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Após as muitas denúncias de supostos abusos de abordagem por parte da Polícia Militar contra as profissionais do sexo nas proximidades do Terminal do DERGO, em 2014, representantes do Centro de Valorização da Mulher (CEVAM) apresentaram ao Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura (CEPCT) a situação que passam as mulheres que atuam no local. As agressões correspondem principalmente aos casos de documentos de identidade confiscados de maneira irregular, agressões, xingamentos e ameaças. Para algumas mulheres, umas das supostas causas de toda essa violência policial seria um processo de higienização que passa aquela região para a implantação de um projeto de construção de um shopping. Acerca das ações para apropriações feministas no Terminal do DERGO:

Aí agora a gente quer fazer a Marcha das Vadias no percurso [Terminal do] DERGO, porque é uma região que em Goiás ela está marcada em Goiânia como um lugar de prostituição e a gente quer levar a discussão pra lá. Aí essa é uma das pautas de fazer lá e não centralizar mais em Bandeirantes, Praça Cívica e Praça Universitária. No fórum a galera já consegue fazer isso desde ano pra cá, porque entraram outras meninas e com outras demandas e tal. (...) No caso do feminicídio mesmo, a maior parte das meninas que foi morta tem uma galera em região específica que é essa que agrega o DERGO, que eu não sei se é bairro ou é Jardim Francisco, que é um dos mais antigos aqui, que fica próximo à região de Campinas ali perto. Aí tem coisas ali no DERGO pra chegar em Campinas e aquele tanto de bairros assim que fazem o entorno, que é um dos lugares tensos de prostituição de meninas e coisas assim. Não é porque tem prostituição, mas aquela atenção que a galera dá pra essa legalização. Onde as meninas morriam a gente não fez nenhuma ação. Por exemplo, nem no DERGO que é mais centralizado graças ao Eixão [Avenida Anhanguera] e nem nessas ações nos bairros que é a demanda que a gente tem agora que é a Marcha das Vadias. E se a gente quisesse ir para um embate feminista o que seria? (...) Tem foco no DERGO de prostituição, de tráfico, do caramba e do diabo a quatro. Daí descobriu [-se] a morte de mulheres, tem a morte das travestis e espancamento e etc. Mas como a gente sabe disso, mais ou menos, as meninas acham que é mais na região do DERGO. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Após algumas entrevistas, ocorreu no dia 20 de dezembro de 2014, a terceira Marcha das Vadias em Goiânia, chamada nesse ano de Marcha das Libertas e pela primeira vez o local escolhido para a concentração foi o Terminal do DERGO. Isso exemplifica os processos pelos

quais passam alguns grupos feministas da cidade, em pensar espacialmente e estrategicamente outros locais para as ações e apropriações no espaço urbano.

(...) é interessante essa pergunta, porque a gente sempre faz no centro, sempre é centro universitário e em 2014 a gente decidiu sair do centro, porque como a higienização que aconteceu no [Terminal do] DERGO, então, muitas mulheres profissionais do sexo e outras pessoas foram marginalizadas lá naqueles espaços e a polícia tava descendo o couro naquela galera e aí vários movimentos iam pra lá pra aquele e pro DERGO quando a polícia chegava para bater nelas, batia na cara e gravavam vídeos e mostrava pra gente e com esse processo foi para a higienização e foi por causa do shopping que tava construindo na Cidade Jardim, então eles queria dá uma limpada lá, tirar aquelas meninas de lá. E aí com esse processo a gente decidiu ir pro DERGO, só que cada movimento tem uma forma de desenvolver suas tarefas e atividades e aí a gente foi enquanto Fórum, participamos, demos o telefone, também ajudamos o CEVAM a desenvolver atividades e criar uma associação. E inclusive, uma das meninas do Fórum foi umas das impulsionadoras da ideia e a pauta delas são as profissionais do sexo. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Com certeza é avançar para as periferias. Eu acho que “já deu” [o movimento] ficar tão localizado na região central e dentro da universidade. A gente tem que romper com os muros da universidade, tem que ir para o DERGO, não que não haja violência nas outras partes de Goiânia, definitivamente não é isso, a gente sabe que violência não tem essa localização tão determinista, mas é uma questão de priorização do movimento social mesmo, mas para essa região [em torno] do DERGO. Outro motivo, lá está tendo processo de higienização que está sendo construído um shopping. Então a gente está sabendo de relato de violência, inclusive violência policial ali perto, inclusive com moradores de rua e principalmente com a questão das profissionais do sexo, tanto que elas estão se organizando e montando uma associação e a gente na interlocução dessa associação hoje, as profissionais do sexo lá do DERGO. (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

A mudança do nome da Marcha que aconteceu no Terminal do DERGO, de Marcha das Vadias para Marcha das Libertas ocorreu após várias discussões entre as participantes com o objetivo de o nome estar mais próximo às demandas das mulheres profissionais do sexo daquela região.

As feministas que participaram da organização da Marcha das Libertas disseram de suas experiências e vivências, dos problemas e da falta de experiência da Marcha naquele lugar:

(...) então a gente foi muito pra lá, só que a gente teve muita dificuldade de ir pra lá porque a gente... a gente não sabe quais são os horários das meninas, a gente não soube olhar para aquele lugar, para aquelas meninas e saber quais os horários delas. Então assim... quando a polícia estava batendo nelas a gente chegava lá, mas quando a gente foi fazer um ato, não soube quais eram os

horários que elas estavam disponíveis e a gente quase não conseguiu contatos com elas. Então, a gente fez uma marcha lá, mas a gente não conseguiu alcançar um público, em decorrência disso, a gente decidiu voltar, a gente entendeu que aquele espaço precisa ser um pouco mais estudado pra gente ir pra lá, a gente precisa desenvolver mais coisas junto com elas pra gente entender que elas têm horários tais, que elas aceitam tais nomes, que elas assim... coisas assim, então por isso a gente voltou para o centro. (...) Eu acho que em 2014 foi um ato muito politizado, a gente conseguiu desenvolver bem, apesar de ficar um pouco centralizado porque nem todo mundo se envolveu com a construção da marcha, poucas pessoas se envolveram, mesmo assim foi um ato muito politizado. A gente conseguiu traçar estratégias interessantes pra marcha, coisa que se a gente vir pro centro a gente só desce com o carro do som, pronto, porque vai chegar...vai chegar tanta gente que não vai precisar fazer nada e quando a gente foi pro DERGO a gente precisou ser bem mais politizada pra chegar naquele lugar.(...) Então a questão da mobilidade é uma questão da gente ter errado o horário das meninas, porque a gente fez uma marcha no período da manhã e elas tinham trabalhado a noite inteira, então a gente errou. O fato da gente ter conseguido falar com duas profissionais do sexo e apenas uma ter participado da marcha foi outro problema, a gente não sabe, a gente não conseguiu alcançar o público, esse público que a gente queria que integrasse a marcha a gente não conseguiu alcançar, daí a gente decidiu voltar pro centro. Outra coisa foi o público, a gente foi no número pequeno e marcha com número pequeno só dá porrada. Então, a gente se expôs e Goiânia é lugar muito perigoso porque a polícia é muito violenta. A gente se expôs e pra se expor daquela maneira a gente tinha que ir num grupo bem maior. É óbvio que foi um grupo grande e legal, mas a gente tem que pensar também em cuidar de nós mulheres, até que ponto a gente se expõe porque a rua é um espaço muito perigoso, vulnerável, a gente não sabe o que pode acontecer na rua é melhor cuidar da gente. O tempo todo, essas questões que fez a gente voltar pra cá. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Uma das organizadoras da Marcha trouxe para a discussão as relações entre raça, classe e a Marcha das Vadias:

Até a Marcha das Vadias mesmo. A Marcha das Vadias aqui que a gente fez esse ano, até quis dá e quer dá uma pauta pra ela mais ampliada, que tem raça e ir lá conversar com o movimento negro porque tem ido pouco nas lutas da marcha das Vadias no Brasil e nas nossas também, são mais meninas brancas universitárias assim que nem eu, outras e tal. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

As falas acima correspondem a uma autocrítica aos grupos feministas que as entrevistadas fazem parte, como o grupo que organiza a Marcha das Vadias, que ainda são compostos, em sua maioria, por mulheres universitárias ou que possuem alguma ligação com a universidade. Apesar de hoje percebermos um aumento do número de mulheres da periferia e negras nesses grupos, eles ainda possuem em suas ações um foco muito “elitizado”. A falta de representatividade das

mulheres prostitutas e travestis nesses grupos os enfraquecem, ao tentar atuar em áreas onde essas mulheres vivem e atuam. Mas percebemos também, mudanças relacionadas à entrada de diferentes mulheres nas universidades e nos movimentos que estão em processos.

Na Marcha das Libertas participou apenas uma mulher transexual, apesar de que na área que circunda o DERGO trabalham várias delas como prostitutas⁶⁵. Existem grupos de transexuais em Goiás e Goiânia desde 2001, como as duas Organizações da Sociedade Civil: Associação de Travestis Transexuais e Transgêneros de Goiás – ASTRAL/GO (fundação no ano de 2011 e registro em 2002) e o Fórum de Transexuais do Estado de Goiás (fundação em 2002 e registro em 2005). Após a aprovação, em 2014 pelo CONSUNI-UFG (Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores-UFG), do uso dos nomes sociais pelos servidores (técnico-administrativos e professores), estudantes e usuários da Universidade, foi criado o Coletivo de Mulheres e Homens Transexuais, Transgêneras, Familiares Apoiadores da Causa Trans na UFG (TransAção).

Vários locais e formas de apropriações feministas foram trazidos pelas mulheres para complexificar o Setor Central e a região central da cidade. Como por exemplo, as praças, as feiras, o Mercado da 74, os bares, o Terminal do DERGO, as sedes de grupos, as ruas. As apropriações feministas nesses lugares acontecem a partir das vivências entre as mulheres, onde elas se constroem como feministas e constroem, ao mesmo tempo, os feminismos. Numa relação com e entre os lugares, as mulheres criam e recriam a cidade.

O Centro, portanto, não é homogêneo, pequeno e duro. Ele é permeável, é lugar das relações entre as feministas e com os(as) outros(as). A defesa do centro pelas mulheres só é visto como importante, pois os movimentos feministas estão nas relações. Cada mulher e grupo, diante de sua construção identitária, apropriam-se do centro da cidade de forma diferente. Algumas vezes, elas e eles se unem e outras, não. As diferenças e as intersecções estão presentes nas apropriações realizadas na cidade pelos grupos e feministas.

⁶⁵ Um dos limites do mapa e da pesquisa corresponde a não discussão dos espaços ocupados por mulheres transexuais que se afirmam feministas, pois não entrevistamos nenhuma delas e essa necessidade surgiu durante a pesquisa, mas infelizmente, pelo tempo, não conseguimos entrevistar e construir vivências com nenhuma delas.

4.2.2. Apropriações feministas nas áreas periféricas (regiões noroeste, leste, oeste e sudeste)

A Figura 7 é um recorte do mapa da Figura 3 (adicionadas algumas informações, possíveis pela mudança da escala cartográfica) e corresponde às apropriações feministas realizadas nas regiões periféricas (regiões noroeste, leste, oeste e sudeste) da cidade.

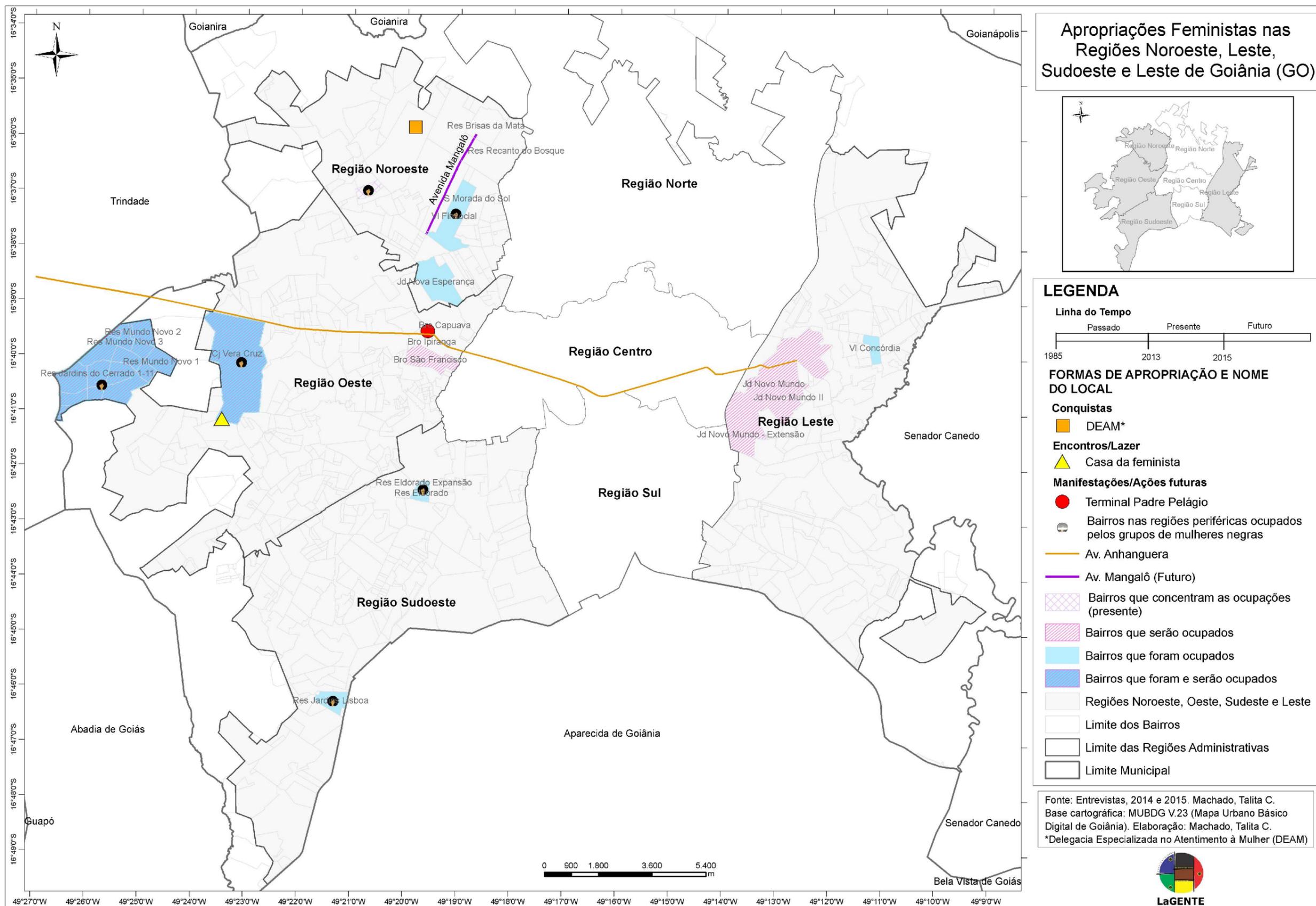


Figura 7. Apropriações feministas nas Regiões Noroeste, Leste, Sudoeste e Leste de Goiânia (GO).
Fonte: Entrevistas, 2014 e 2015. Machado, Talita C. Base cartográfica: MUBDG V.23. Elaboração: Machado, Talita C.

A intensa ocupação somente do centro da cidade foi questionada por algumas feministas. Elas trouxeram a ideia, que ainda está em processo dentro dos movimentos que elas participam, de que as apropriações feministas ocorram também nos bairros mais periféricos da cidade e que extrapolem os limites do município:

(...) É uma conquista porque entra meninas novas nesses movimentos que tem outras demandas, por exemplo, perceber que a gente tem que mudar as ações do Fórum de lugar. Porque não é fazer com que as pessoas venham até a gente, mas a gente ir até as pessoas em outros lugares, por exemplo, a gente nunca fez nada em Trindade [município localizado na região metropolitana de Goiânia] e é onde eu moro. A gente não atende nem as regiões que a gente mora. Se a gente fica nesse trem de centralizar Goiânia e eu nem posso participar de todas as ações que são centradas aqui. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

(...) eu realmente fico pensando que lugares são esses que a gente circula e que lugares são esses onde a gente poderia e deveria circular para que esses discursos ecoem para essas mulheres também. Para que elas possam se incomodar com a situação e entender que isso não é natural, por exemplo, a situação de violência não é natural. (...) Então, fico pensando em que lugar é esse que a gente ocupa, que lugar é esse que a gente deveria ocupar, que espaços são esses onde a gente poderia causar mudanças. Então, eu fico mesmo pensando como sair do Centro e do Setor Universitário e é um desafio pensar como sair. Mara [ligada ao movimento hip-hop e moradora de Aparecida de Goiânia] talvez tenha mais respostas do que eu. Porque muitas de nós circulamos por aqui, Centro e o Setor Universitário, muitas das que eu conheço, mas na verdade é bom pensar em outras pessoas que circulam em outros lugares. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Aí a gente faz em Abadia, Hidrolândia, Senador Canedo, Aparecida [cidades localizadas na região metropolitana de Goiânia]. Muda muito e agora o grupo consegue fazer em lugares mais espalhados as ações e que não sejam só em Goiânia. Aí teria que olhar as atividades e os lugares, porque eu não vou lembrar todos. Eu sei que no fim de semana passado as meninas foram subir o Morro de Senador Canedo para fazer uma oficina de autocuidado. (...) Acho que são todos os pontos que ainda não fomos ou a maioria de nós. A galera desses movimentos [feministas que ela participa], muitas moram no Bueno [bairro localizado na região sul] ou então no Centro. Acaba que elas conhecem as outras regiões, mas conhecem de ouvir falar e não de ter vinculação, elas não moram lá. Eu moro em Trindade e eu frequento mais umas regiões de Goiânia que é do DERGO pra lá que precisariam de uma assistência maior do que quer que seja dos movimentos feministas. Aí até a gente fazer isso como uma demanda de não fazer ações nesses lugares sempre demora um pouco. Eu acho que sou uma das primeiras que vai dizer que tem que fazer ações em outros lugares. (...) e que tem lugares que não entra, por exemplo, aquelas periferias todas, porque elas não moram, elas não conhecem e por isso não tem as ações. Aí elas não veem isso em outros estados e eu acho que é a mesma coisa. Conversando com as meninas sobre as coisas de Natal. Tem algumas meninas que eu conheço que são do Nordeste, aí elas falando que as reuniões lá também são assim como as nossas, são feitas perto da universidade ou nos centros onde elas consideram neutro de perigos. Só que elas moram há três horas ou quatro horas dos

lugares como eu moro. Aí é difícil fazer reuniões nesses lugares para elas, é difícil o acesso. Então, falta a gente escolher um lugar neutro e seguro, mas aí não dá para todo mundo e agora que a gente está começando a falar então, não dá. Mas assim está tentando mudar, tanto elas lá estão fazendo essa discussão como a gente aqui. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

As mulheres ligadas aos movimentos feministas de caráter acadêmico trouxeram a importância das apropriações feministas para além do centro da cidade, transbordando, para os bairros mais periféricos e a região metropolitana. Muitas criticaram os limites atuais das ações de seus grupos. Sobre as tentativas de expansão das ações, graças às novas percepções trazidas pelas mulheres acadêmicas e da periferia, as feministas abordaram alguns obstáculos e problemas presentes:

Eu conheço mais essas regiões que seria o Jardim do Cerrado, o Vera Cruz, e lá aquelas regiões mais deixadas, a regiões mais próximas ao [Terminal do] DERGO. Acho que a gente está começando a pensar as ações e elas acontecem localmente. Agora que a gente está com essa ideia de é uma coisa mais para o [Bairro Jardim] Novo Mundo, que é uma quebrada, então, a gente teria que ir numa quebrada para lá. É uma coisa mais para essas regiões a gente quer ir, mas está devagar ainda, não está muito bom não. (...) O [Bairro] Jardim do Cerrado é quase que todo foi cedido, é casa do governo. E a galera entregou. Aquele lá é um dos bairros muito tensos, de segregação e de maior morte da galera também. E a galera pega ônibus lá no [Terminal de ônibus] Padre Pelágio. Nosso ponto era o último antes, porque assim ser o último ponto da última plataforma no Padre Pelágio é uma segregação para conter os meninos. Os arrastões e as coisas. É como se a galera que não rola pudesse ficar lá para poder a polícia fazer as coisas com essa galera e para essa galera não incomodar. Aí eles mudaram a gente, tiraram o bairro e a agora a gente está na mesma plataforma, mas vários ônibus passam nela. Aí colocam o [Bairro Jardim do Cerrado] lá e a gente aqui. Aí os meninos do meu bairro conhecem os meninos do bairro do Cerrado e junto do Cerrado tem o [Loteamento] Escala que é o mesmo processo de casa do governo que foi entregue. E esses mesmos meninos são mortos e espancados pela polícia todo dia. Aí eu já pensei em fazer ações neles. Só que eram ações que talvez o movimentos feministas não dê conta ainda, os que eu participo. Porque elas não vêm os meninos. Porque as ações são mais para as meninas ou para as mulheres. Eu tenho tentado levar as discussões pra dentro do fórum até como parte de que se esses meninos morrem as mães se lascam também. Porque são as mães que vão ficar sozinhas e são elas que vão se “fuder”. E todos negros, os meninos são negros. Aliás, dessas periferias todas são negros e dos bairros são negros. Aí tenho que levar essas discussões para o Fórum que são coisas que a gente não faz ainda. E eu não sei até como a gente faria. Que são lugares que moro, mas eu sei que são longe e não sei como que chegaria e que teria os acessos e são coisas que a gente precisa estar preparadas. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Eu acho que a gente tinha que pensar muito mais do que distribuir aquele (panfleto) da Lei Maria da Penha, sabe? Porque ninguém lê aquilo, a não ser se alguém já tem algum interesse feminista ou já querendo saber sobre isso.

Esses espaços não precisavam ser espaços tão violentos e a gente não consegue atingir a periferia da cidade. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Algumas entrevistadas disseram da elitização dos movimentos que elas participam e das relações entre eles, a academia e a periferia:

Talita: Por que você acha que a gente não consegue atingir a periferia?

Anália: porque somos muito elitizados. Porque o movimento feminista agrega meninas que estão na faculdade. Ele não agrega meninas que estão na periferia. Por quê? Olha só, quando eu cheguei no movimento, eu fiquei mais de um ano calada, porque eu não me sentia... Eu comecei a usar a fotografia e a arte gráfica como forma de fazer política no movimento, porque eu não conseguia falar como aquelas mulheres, eu não conseguia entender o que aquelas mulheres estavam falando. E se eu entendia, era tão pouco, que eu pensava “gente, vai que eu fale alguma coisa e fique perdida”. E às vezes, eram meninas mais jovens que eu. Talvez eu tivesse uma idade mais avançada que a delas, mas elas estavam muito a frente de mim. E eu não me sentia bem, apesar de eu querer ficar naquele espaço. E eu fui. E falei que era isso que eu queria para mim. “E é isso que eu quero e vou fazer o que for possível para eu ficar aqui”. O tempo todo eu falava para mim “olha, você não é menos que as meninas, você é feminista!”. Porque eu escutava muito assim “ah, feminista em construção” e eu pensava: gente como é construir? Como é a gente ser feminista em construção? Aí eu falava para mim também “ah, eu sou uma feminista em construção, mas tá e o que é construir uma feminista? Será que é a academia, porque as meninas saem da academia, talvez seja a academia.” E eu me questionava sobre essas coisas. Até quando eu percebi que na verdade eu já tinha construído tantas coisas que eu falei “Gente, olha que legal!”. Eu vivia me questionando. (...) Eu já escutei várias coisas, do tipo: “olha, eu não vou poder porque fulana está mais preparada” e que a gente critica. Porque eu acho que não é bem por aí não. E isso também afeta a nossa autoestima. Eu tinha muita dificuldade de saber o que falar, o que fazer. Com a questão do extermínio (de mulheres) no estado de Goiás, eu percebi que as nossas falas, elas eram as mesmas quando a gente dava entrevistas, ainda que dessem três pessoas, as nossas falas eram as mesmas. Daí foi quando eu comecei “Acho que não, acho que a gente não tem tantos problemas assim não”. E aí eu percebo quando as meninas me chamam e tal. E é aí que a gente vai se sentindo um pouco melhor. Mas quando a gente chega, a gente é realmente massacrado. Porque a gente não fala igual. A periferia não fala como a faculdade. Ela fala de uma forma diferente. Então, é você carregar a sua vivência, ao invés de trocar por uma “educação”, digamos assim. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Algumas mulheres acadêmicas enfatizaram mais a importância dos bairros da periferia na luta feminista que outras. As que mais enfatizam são aquelas que já moraram em locais periféricos e principalmente, aquelas que ainda vivem nesses bairros e que se deslocam diariamente na cidade, para trabalhar e/ou estudar:

O espaço que lido, que quero militar é ser ativista mesmo e lutar fora destas esferas, não tenha vínculos com instituições federais, de ensino, coisas assim. Eu quero ser de outra área. Na verdade eu quero me identificar com outra área porque eu sou uma mulher periférica que nasceu na favela e as oportunidades que tive foram mínimas. Eu acho que esses espaços precisam de mim mais que esses em que as meninas estão mais encaminhadas. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Para as mulheres acadêmicas e mais jovens, as conquistas devem avançar para a periferia de Goiânia. Apesar da violência contra a mulher está em todos os lugares, elas acreditam que os movimentos feministas devem priorizar agora as(os) moradoras(es) da periferia.

Os bairros mais periféricos nas regiões oeste, leste e central, como Jardim do Cerrado 1 ao 11, Residencial Mundo Novo 1 ao 3, Conjunto Vera Cruz, Setor São José, Vila São José Extensão, Conjunto Padre Pelágio, Setor Campinas, Bairro São Francisco e Jardim Novo Mundo e o Terminal Padre Pelágio (Bairro Ipiranga e Bairro Capuava), destacados na Figura 7, foram mencionados pelas mulheres como estratégicos para ocupações futuras dos movimentos feministas. Nestes bairros a população é majoritariamente negra e possui rendimentos baixos (Censo 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Estes bairros foram trazidos pelas militantes que moram, trabalham ou passam/transitam diariamente neles.

O Terminal Padre Pelágio, localizado no Bairro Ipiranga na região oeste, é visto como um local essencial, mas que ainda não foi apropriado pelas ações feministas dos grupos acadêmicos: “A gente nunca fez nada no [terminal] Padre Pelágio. Talvez alguns grupos fizeram, mas uma vez ou outra. As marchas não são feitas por esses espaços, os panfletos, as coisas que a gente, enfim, coloca, não são” (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

Algumas ruas em áreas periféricas da cidade foram trazidas para ocupações futuras, como a Avenida Mangalô, no Setor Morada do Sol na região noroeste, que para a entrevistada:

Eu acabo falando mais do movimento de diversidade, mas eu acho que a própria expressão mesmo em Goiânia assim, se bem que acaba que, entre aspas, fica localizada mesmo, tanto que as manifestações em Goiânia são sempre na Praça Universitária, Praça Cívica e nossa ideia é de ir para o DERGO, ou então para a Mangalô que é uma grande Avenida da região noroeste. A gente principalmente levar isso porque a gente acha que tem avanço, mas a gente está fazendo uma análise no meio universitário aqui mais localizado na região central de Goiânia. Inclusive não sei, mas é uma análise do movimento que a gente está fazendo aqui agora. Tanto que a gente está mudando de local. (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

Existem ao longo da avenida Mangalô e nas suas proximidades (Bairro Vila Jardim São Judas Tadeu e Jardim Pompéia) muitas mulheres que trabalham com a chamada “facção”, no setor de confecções de Goiânia, que, na maioria das vezes, representa um trabalho precário, pesado, informal, com longa jornada e mal remunerado. O setor de confecção ocupa um posto importante na economia do Estado de Goiás (NUNES, 2006). E cerca de 60% das empresas cadastradas na Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás encontram-se em Goiânia (NUNES, 2006). Na capital, ainda na década de 1990, mais de 80% de vínculo do setor de confecções eram ocupados por mulheres (NUNES, 2006). Segundo Nunes (2006):

O processo produtivo na confecção envolve as seguintes etapas: idealização (criação, design), preparação (modelagem, gradeamento, corte), montagem (costura, overloque), acabamento (caseamento, botões, limpeza, passadoria) (Cf. ABREU, 1986; CASTRO, 2004). O emprego de inovações tecnológicas praticamente se restringe às duas primeiras fases, com uso de sistemas CAD/CAM (design intermediado por computadores e máquinas operatrizes automatizadas para corte), embora a incorporação dessas técnicas se tenha restrito a empresas de maior porte, com produção em larga escala. A etapa de montagem continua predominantemente baseada no trabalho intensivo de costureiras. A mão-de-obra feminina predomina em toda a cadeia, embora em maior grau quando prevalecem as formas precárias de contratação ou subcontratação, ou seja, no trabalho domiciliar para empresas de confecção, resultado da “crescente flexibilização do processo produtivo diante de um mercado diversificado, sazonal e em crise permanente” (ABREU e SORJ, 1993a), com a finalidade de redução de custos, manutenção dos prazos de entrega e, como salientaram ARAÚJO e AMORIM (2002, p. 297), transferência de riscos (principalmente os decorrentes de flutuações da demanda) da empresa contratante para as facções subcontratadas. Assim, é na costura que o setor de confecção demonstra sua identidade ocupacional e de gênero, bem como os problemas sociais que lhe são próprios, principalmente em virtude do uso intensivo e precário da mão-de-obra. (NUNES, 2006, p.2-3)

Enquanto as mulheres jovens ligadas aos movimentos feministas acadêmicos estão iniciando a discussão sobre expandir suas apropriações para a periferia da cidade, e esse discurso está mais presente nas falas das mulheres que moram em e/ou se originam de locais periféricos e que estão na universidade, algumas feministas entre 44-67 anos, como Maria (52 anos. Data da entrevista: novembro de 2014) e Tereza (53 anos. Data da entrevista: novembro de 2014), disseram que as ações passadas, organizadas pelos grupos que elas participavam, tinham como foco os bairros localizados mais na periferia:

Fizemos muitas coisas em bairro, fizemos muitos projetos voltados para mulheres lideranças de associações mais comunitárias. Aliás, nascemos assim, primeiro trabalho com o Transas do Corpo, foi num bairro da zona

leste, lá em Concórdia, a gente trabalhava com as mulheres lideranças locais e aí foi muito lindo trabalhar sempre temas da saúde que eram mais atrativos, e fazíamos isso também em companhia de pessoas do serviço de saúde e foi assim que começamos a trabalhar com a saúde da mulher. (Maria, 52 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Alguns bairros da periferia (como o Bairro Nova Esperança na região noroeste) foram trazidos pelas mulheres, com trajetória militante maior, como locais importantes para as atuações passadas dos grupos feministas que participavam. Uma das entrevistadas disse que as reuniões e ações do grupo de estudos feministas que participava eram realizadas nos bairros mais periféricos da cidade e essa era uma prática de vários grupos (feministas, de esquerda etc.) iniciada antes do ano de 1984, devido a existência da Ditadura Militar. Pois, durante a Ditadura (1964-1984), o centro da cidade foi intensamente monitorado pelos militares, que não permitiam os encontros e reuniões desses grupos.

Elas trouxeram referências de grupos de mulheres negras que atuam, desde sua criação, na periferia:

O Dandara tem uma sede que é uma coisa muito legal, porque aí é um projeto de mulheres negras na periferia. Do ponto de vista da espacialização é algo fantástico. Você vai encontrar organização de mulheres de bairros a partir da professora Luíza aposentada aqui na UFG, como chama a instituição dela? Um Ponto de Cultura era na [Avenida] 83, ali o Eldorado dos Karajás, que agora ela mudou também para uma região mais periférica da cidade. Você vai encontrar certamente quando você entrar nesse eixo, fora do centro, nesse [Eldorado dos] Karajá, esse feminismo aí que sou representante branca universitária, funcionária pública, heterossexual e com pós-graduação. Fora desse padrão, que é uma característica do feminismo, quando ele surge, as mulheres estão todas aqui no centro da cidade. Você vai encontrar uma periferia pulsante também. E muitas de nós saem do Fórum. Não que sai do Fórum, mas a partir do Fórum vai militar nesses grupos pulsantes e que tem outras identidades, porque até a década de 90, até 1996, por exemplo, e é um dado importante, o feminismo é branco. Aqui em Goiás foi a primeira vez que o movimento de mulheres negras se declarou feminista, porque não podia, se o feminismo é branco e mulheres negras, se são feminista, elas são aliadas das brancas. E aqui nós vivemos um momento importantíssimo no Fórum Goiano de Mulheres a partir da atuação da Carolina do Malunga que elas passaram a ir para AMB, ir para articulação de mulheres negras e dizer – Nós somos feministas. É o primeiro grupo de mulheres (...) que diz que nós somos feministas e vai disputar o espaço. As mulheres negras vão para o espaço do feminismo branco dizer – Nós somos feministas. Da mesma forma como as mulheres trans hoje estão indo lá Encontro Latino Americano Feminista e dizendo – nós somos feministas e nós queremos ser reconhecidas como mulheres feministas. Então são processos. Então esse momento e esse momento da Carolina no Fórum foi o momento mais rico que nós tivemos. Se não me engano foi em 96 ou 97. E que o movimento negro nacional criticou e pressionou e fez muita resistência. Ela vem e vem brigar conosco e vem brigar por quê? Porque é disputa de espaço e é assim mesmo. Então tem essa característica interessante no movimento de Goiás. Por isso que eu digo que você vai

encontrar um movimento pulsante fora desse centro branco heterossexual e classe média. Você vai encontrar outros movimentos... e certamente essa cartografia e essa espacialização vai ser muito legal. Muito importante. Eu tenho certeza. (Rosely, 48 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

As mulheres negras e seus grupos foram criados pensando as apropriações da periferia, por meio de vivências e de vários projetos, sobre um deles que aconteceu na feira do Jardim Vera Cruz (região oeste), a entrevistada explica:

A gente fez um projeto com trabalhadoras em feiras, de prevenção, para usar camisinha. Foi um projeto muito bom, foi no Jardim Vera Cruz de Goiânia. A gente escreveu um Projeto para o Ministério da Saúde para trabalhar a questão de DST, AIDS, de doenças. A gente fez uma barraquinha de feira. Na verdade era para distribuir camisinhas. Por quê? As mulheres negras que iam às feiras eram as empregadas domésticas. E o único momento que a gente tem para pegar essas mulheres é esse. E foi uma ideia local. Lá do Vera Cruz, que fizesse uma barraquinha de feira. E a gente teve muito resultado, porque tinham muitas mulheres e além de entregar as camisinhas, a gente tinha roda de conversa. A mulher vinha, parava e ficava conversando e contando quais eram os direitos dela e se ela não quisesse transar com o marido? Cê era obrigada? Tinham todas essas coisas que as mulheres começavam a perguntar. Foi um momento muito importante. Essa questão de trabalhar na feira. Mas depois disso, a gente num teve mais nenhum trabalho em feira. Foi em 2010, na feira do Vera Cruz de Goiânia. E lá, foram as meninas locais que tiveram essa ideia. Por quê? As mulheres nem na igreja estavam podendo ir, porque trabalhavam, tinham uma demanda de trabalho. E a gente tinha uma noção que o Vera Cruz não era um bairro de elite. Mas mesmo a classe média, tinha empregada doméstica negra. E o projeto era trabalhar com a questão das mulheres domésticas. Os direitos das domésticas, direito da sexualidade. E foi um projeto muito bom e que teve resultado. Sempre é assim: vai ao bairro e se tem associação (de moradores) a gente faz com a associação, se não faz nas escolas, geralmente são nas escolas nos finais de semana, ou então, na casa mesmo. E quando a gente tava com a sede, a gente sempre fazia na sede. Mas aí para a gente deslocar as mulheres para o Jardim América era muito difícil. E aí tinha demanda, a gente faz lanche... E aí se mesmo a gente for fazer na casa, a gente pede para cada uma levar uma coisa. Uma leva uma garrafa de café, outra, chá, outra, suco e vai fazendo as reuniões. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

O grupo de mulheres negras já tinha atuado, de diferenciadas formas, na região noroeste:

A gente trabalha muito no noroeste, no [Bairro] Finsocial, Jardim dos Ipês, Jardim dos Cerrados, lá no Jardim América tem a associação onde tem tido reuniões. Em [município] Aparecida tem: Vera Cruz 1 e 2, tem o Buriti Sereno, e na divisa onde eles falam que não é mais Goiânia... É depois do Garavelo [Terminal Garavelo] e do novo shopping que foi feito, é o setor atrás do shopping. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Sobre a região noroeste, a feminista do grupo de mulheres negras diz:

(...) a região noroeste é tão carente. A gente já desenvolveu uns projetos lá, a gente realizou um trabalho lá com projeto, em que a gente fez um trabalho lá de roda de conversa. Projetos de Roda de conversa nos bairros, na região metropolitana. (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

As apropriações dos lugares periféricos são importantes para as mulheres de grupos feministas negros, pois, segundo elas, são nestes locais onde vivem as mulheres negras pobres que mais necessitam passar por processos de empoderamento:

Sempre quando a gente tem condição e projeto a gente faz, porque eu, pelo menos eu, Lélia, o tipo de trabalho que eu gosto é de trabalhar com as mulheres negras da periferia. É empoderar essas mulheres, é incentivar elas pra voltar a estudar, ou a fazer um curso técnico, se não tiver condição de fazer uma faculdade, a ter uma profissão, entendeu? A se capacitar e falar, ou eu sou uma pedreira, ou eu sou uma eletricista. Que inclusive na COMURG nós tivemos uma que morreu, que era uma colega minha, que na época eu incentivei, eu falei Luana, ela tinha vontade, faz o curso, ela foi. Então assim, ela foi até aqui da Dandara, tem documento dela, ela foi a única mulher eletricista na COMURG, porque ela tinha outro cargo, de limpeza, mas ela tinha condição porque ela trabalhava num departamento onde cuidava lá dos eletricistas, ela já tinha noção, ela mexia com fio, então eu falei, vai fazer um curso, ela fez. Então hoje ela já faleceu, já tá com cinco anos que ela faleceu, mas inclusive ela foi da Dandara, ela pegou esse empoderamento aqui e viu que ela era capaz. Então, eu gosto mais de trabalhar nessa linha. (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Sobre trabalhos já realizados pelo grupo de mulheres negras nos bairros do Jardim do Cerrado:

No (Bairro Jardim do) Cerrado também, o Dandara agora tem um núcleo que reúne lá (...) a gente reunia lá na casa da Laurinha ou então na casa da Natasha (...) a gente vai lá conversar com as mulheres do Cerrado, aí eu vi a demanda delas. Estamos buscando um projetinho pra trabalhar lá com elas na formação de gênero, sobre gênero e empoderamento, mas ainda não foi aprovado. (...) na região noroeste diminuiu muito, mas no Cerrado tem muita droga, tem muita mulher na droga, na dependência química, no craque, tem hora que você chega lá que talvez uma palavra só, o jeito de você chegar, você lê um papel, porque talvez elas nem consigam, de conversar, elas já sente tão acolhida. E sentem tão valorizadas, que quando cê fala que vai naquele dia e elas já estão lá. Então lá tem uma carência muito grande de movimento social, lá naquela região. (...) Nós ia por conta própria, não era projeto com dinheiro, era por conta própria mesmo. Mas nós temos lá, a Natasha, as meninas, tem umas que vêm quando tem as nossas reuniões, nossas ações. Que dá pra elas vim elas vêm, mas aquela que não trabalha, que não tem o dinheiro do ônibus é mais complicado. Mas lá nós temos, a Maura que mora lá, a Natasha mora lá, a Laurinha, nós temos uma turminha assim, até boa, que mora lá no Cerrado. Mas lá precisa de uma multiplicação e de um trabalho social mais intensificado. (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Enquanto as apropriações dos grupos de mulheres acadêmicas estão pensando estratégias de expandir as suas ações para a periferia, os grupos de mulheres negras pensam na periferia desde suas formações. Sobre as relações entre as feministas negras e os movimentos feministas de maioria branca:

E o feminismo praticamente, aqui o Fórum era de feministas brancas e de elite, né, não eram pobres. E eu era um pouco estranha no meio delas. Uma porque eu era negra e assim, com discursos, com brigas, o que eu falava eu questionava e com isso eu comecei a ir pra reuniões nacionais, conhecer grupos nacionais. Fui para um encontro feminista, foi meu primeiro encontro feminista e lá eu encontrei várias mulheres negras e participei de um encontro de mulheres negras dentro do encontro feminista. Onde a gente discutia que o nosso feminismo negro era diferente daquele feminismo. Aquela bandeira que elas levantavam, não contemplavam muito a nossa questão. Então, eu fui tornando feminista assim, a cada dia. Na verdade, eu acho que eu fui me afluando, né. Fui desabrochando, as minhas questões, as minhas angústias, os meus questionamentos. Quando eu encontrei mais mulheres negras, que também tinha essa mesma questão, para mim, foi um complemento mesmo na minha vida. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

O nosso grupo de mulheres negras foi muito mais além. Que tinha só eu representando, mas sempre tinha essa coisa, né. E hoje, localmente. (...) E com esse passar de tempo 2001, 2002 e 2002 a gente teve que fazer um trabalho para existir mais no estado, que até então a gente não existia. A gente ia com as mulheres brancas, sempre eram as mulheres brancas que falavam, sempre quando tinha algum manifesto, alguma audiência pública, no 8 de março, eram as mulheres brancas. Então, a gente começou a nos empoderar para também a gente começar a exigir, né. A gente trabalha muito com a base mesmo. O Malunga não trabalha muito com a academia, fez umas coisas com a academia. A gente fez seminários juntas da academia. Mas a proposta é sempre a de voltar lá para aquelas mulheres que não sabem o quê que é... porque ainda a gente não conseguiu atingir todas essas mulheres. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Carmem (21 anos), moradora do Jardim Vera Cruz (localizado na região oeste), sem ligações com a academia e integrante de um grupo de hip-hop, fala de outras mulheres feministas que estão nas periferias atuando com aquela população e empoderando mulheres, a partir, por exemplo, do hip-hop:

(...) tem meninas que me falaram aqui que tem outros projetos. Tá rolando umas manas, que inclusive são umas das manas que eu conheci e que é do “Megeras”, não sei se você conhece, que elas estão fazendo um som de rap agora feminista do caralho. E a Meline que também tá começando a participar. Elas me chamaram para participar também desse som. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Carmem (21 anos) fala sobre a importância da atuação com as mulheres da periferia:

Eu acho que tipo, eu fui ajudada, entendeu. E eu acho que posso ajudar outras mulheres. Não, às vezes de fazer de fato alguma coisa, mas só de poder passar uma mensagem. E eu acho que tem mulheres que precisam mais de mim do que outras. E eu acho que essas meninas aí já têm o acesso ao feminismo. Mas quem de fato é atingida, é a mulher aqui da periferia e esse foi até um dos motivos que me fez mudar para de fadas, porque não é, sabe. Mas existe mesmo uma movida, entendeu? E eu acho que essas mulheres precisam mais de mim, do que essas que estão aí, participando das Marchas das Vadias, que estão no Fórum. Tipo, elas já tem o espaço delas, e elas fazem acontecer também. Elas têm a influência delas (...). Tipo, na realidade a gente tá aqui é para ajudar a mana que foi agredida, sabe. Para mim, acho que é mais importante. Não desmerecendo outras mulheres, mas eu acho que quem é realmente atingida é a mulher negra da periferia, é a mulher lésbica. Eu acho que são elas que precisam de voz, entendeu. Não uma mina branca lá do [Setor] Bueno, representando as meninas, sabe? Não é assim. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

(...) eu acho que todo lugar deve ser ocupado pelas mulheres. Mas aqui, eu falo pela realidade que a gente vive. Toda mulher sofre, a mulher do Bill Gates deve sofrer, mas são realidades muito diferentes, entendeu. Aí vai para o foco que você quer, de quem você quer atingir, né. Mas eu acho que você deve fazer a diferença, no lugar onde você estiver. Sabe como a gente tá aqui, vivendo essa realidade, acho que a gente tem que trabalhar aqui. Precisamos dar importância às pessoas de onde a gente vive. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

A entrevistada diz como e onde acontecem as suas apresentações:

(...) a gente já fez muito som aqui dentro dessa salinha. A gente tira os móveis e faz uns eventos aqui. Rolou, chama as Vozes do Gueto, já aconteceu Vozes do gueto 1, Vozes do Gueto 2 e Vozes do gueto 3. A gente traz as bandas de Aparecida, de Garavelo. E acontecem aqui na sala. E a gente já tocou no Itatiaia, num evento que tava rolando de antimilitarização. A gente já tocou numa ocupação que tava rolando em Aparecida, uma ocupação dentro de uma maternidade (...) A gente já tocou lá no Riacho Fundo em Brasília, num evento que tava rolando e se chama cinema de guerrilha.(...) rolou lá um evento organizado por uma escola, por professores e a proposta era mostrar os talentos. Porque lá é umas das cidades mais violentas. Que eu me lembre foram esses eventos. Geralmente são eventos sobre lutas(...). A gente já tocou, o rolê do Riacho Fundo foi numa praça, do Itatiaia a gente cantou numa quadra que tem lá. A gente também já tocou num colégio. (...) Com a banda, com o grupo sentia, além do meu dia a dia, no grupo, sempre que a gente vai fazer um som tem umas músicas que falam sobre a violência doméstica, sobre a temática feminista. E eu tento sempre, quando rola a oportunidade, de passar alguma coisa, transmitir alguma mensagem, tipo, quando rola o som de outros amigos também, tipo rola, numa oportunidade, me passam o microfone e eu tenho que falar alguma coisa. Eu às vezes, não sei muito bem o que dizer, mas eu tento sempre passar alguma mensagem e tipo, para as mulheres, não faço nenhuma questão de agradar aos homens. Eu tento falar para as minas ouvirem. Eu tento, não sei se eu consigo. (...) tenho uma pressão muito grande, uma responsabilidade ter que passar, transmitir uma ideia, eu sinto uma pressão muito grande por ter que transmitir essa ideia. E tipo, os meninos da banda

sabem que eu é quem tenho que falar, então eu é que tenho que falar, sabe. Se eu não falar, ninguém mais vai falar. E o que eu for falar, pode refletir positivamente ou negativamente, se eu não tiver cuidado com o que eu vou falar. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

A entrevistada falou da importância das ações feministas estarem presentes na questão dos abusos que as mulheres sofrem ao andarem no transporte público na periferia:

(...) eu acho que é humilhante. Eu saio daqui e vou trabalhar no Itatiaia. E eu saio aqui de casa 10h da manhã e eu chego lá 14h. eu pego o ônibus. E agora cortaram as linhas de ônibus aqui do Vera, cortaram o 052 que vai pro centro, todos que iam direto, cortaram. Agora eles vão até o terminal do DERGO, aí pego o eixão que vai para o Padre Pelágio e de lá, vou para o Itatiaia. É muito humilhante e as pessoas se tocam e eu me incomodo demais quando um cara me toca, eu vejo que vários caras aproveitam a situação e ficam bulinando as minas. Tipo, para mulher, então, é bem mais humilhante. Acho que a questão do transporte público aqui em Goiânia nojento. Se você não tem condição de ter um carro, uma moto, você tem que se sujeitar a essa situação. E as pessoas se matando por um banco, por um espaço. E você ainda vê algumas pessoas querendo ser positivas numa situação dessas, por exemplo, lá no eixão, a galera fazendo piada, do tipo “ah, eu tô indo para o abate!”, com piadas nessa situação “foda”. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

As escolas das periferias foram trazidas pelas mulheres de grupos feministas negros. Muitos projetos são realizados nelas, como o projeto que o grupo Dandara e as Atlânticas (grupo de mulheres negras e acadêmicas) estava realizando no momento da entrevista. Beatriz (24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014) diz da importância do espaço escolar na luta contra o racismo:

A gente pensa muito na questão da estética da mulher negra, porque a estética da mulher negra ainda é ridicularizada por programas de TV e ainda é ridicularizada pelas pessoas mesmo por aí. (...) Quando a gente sai com nosso Black⁶⁶ pela rua as pessoas ainda riem, ainda apontam. Imagina isso uma criança, que é o nosso foco também na escola. Uma criança sofrendo tudo isso. A criança de certa forma vai desistindo de ser quem ela é. Porque é um processo e a criança não nasce se entendendo negra e não nasce se entendendo como o ruim da sociedade, o cabelo ruim, os lábios grossos e então feios. Não, a criança não nasce se entendendo assim, mas isso é construído, é construído na escola, é construído em outros espaços. (...) E quando eu vou lá com as minhas amigas e tal, tem dois tipos de reação, ou pela rua mesmo, com a reação das pessoas, que a militância está no corpo,

⁶⁶ O cabelo *Black* é visto como instrumento de resistência e da cultura negra. A trajetória do *Black Power* tem início ainda nos anos 20, quando Marcus Garvey, visto como o precursor do ativismo negro na Jamaica, lutava pelo rompimento com padrões de beleza eurocêntricos e a partir disso promover o encontro dos negros com suas raízes africanas. Décadas depois, nos Estados Unidos, o afro também começou a ganhar espaço e se tornou um dos protagonistas na luta pelos direitos civis nos anos 60, se espalhando, assim, pelo mundo (principalmente, ocidental) (Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/black-power-instrumento-de-resistencia-e-cultura/>>. Acesso em: 01 ago. 2016).

que seja a militância da questão da sexualidade por as meninas estarem se beijando, os meninos estarem se beijando e tal tem uma reação e eu aqui com meu Black e não me importando, assim, acho muito importante perceber a reação das pessoas. Aí eu penso muito nisso quando eu frequento esses espaços ou quando eu estou andando pela rua. Eu fiz uma palestra numa escola e foi a última, eu tava contando porque eu sou uma feminista e mais que isso, uma feminista negra. Eu tava falando isso na escola e aí, as meninas. (...) Então, eu acho que o nosso corpo é muito percebido em todos os espaços. De a gente andar pela rua assim. Já observei as pessoas olhando ou fazendo comentários como eu já ouvi. Nossa! Tanto de gente gritando de carro, homens e mulheres, já ouvi a pessoa passar de carro e gritar – Oh! vai pentear o cabelo! Passar de carro e – Você acha que está bonito assim? – Tá horrível! E não sei o quê. Eu já entendo que a gente está nessa estrutura, lógico, não é porque eu entendo que eu aceito, muitas vezes eu até xingo. Mas eu que entendo que a gente está nessa estrutura. Já tem outras reações tem que é impactante assim. Muitas vezes a gente não está esperando. Aí eu fico imaginando assim, e uma menina, uma adolescente? Porque adolescente é cheio de complexo, tem que está bonita, lógica, que é uma coisa que a mídia constrói, que o discurso constrói, mas ela acaba aderindo a isso. Aí ela está cheia de complexo, tem que está bonita, não sei que alguém passa e diz uma coisa dessas, ela se desmonta. E ela é aquilo, não é uma coisa... o corpo dela é aquilo, o cabelo dela é aquilo, e ela vai tentar se modificar o tempo todo. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Outros locais mencionados pelas feministas foram as casas das mulheres, vistas como locais importantes para vivências. As feministas que já atuam na periferia destacaram as casas das mulheres em bairros periféricos. Carolina (44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015) fala como acontecem os encontros nas residências das mulheres:

De quinze em quinze dias o colegiado, pelo menos a maioria, costuma reunir. Geralmente é domingo. A gente tira um domingo para passar ele todo. A gente tá reunindo lá, no Jardim Liberdade. E geralmente a gente tá assim... a casa da Taísa é uma casa grande, ela tem um quintal muito grande que tem um pé de manga... porque uma coisa que a gente procura é voltar nas nossas origens. Porque o racismo, racismo institucional todos os dias, você tem que ter o momento de você chorar... então assim, o nosso grupo ainda é um grupo que a gente se reuni para lamentar um pouco, assim: “ai esses quinze dias aconteceu isso e isso”, também um pouco de autoajuda. De repente eu tenho conhecimento mais em alguma coisa, por exemplo, lá na região o grande problema são os jovens negros que estão sendo assassinados. Então essa está sendo a grande demanda das meninas da região hoje. De quê? De dar apoio à mãe. Porque quando um jovem negro morre, morre a família toda, a mãe é a primeira que começa, né. Então, a gente tinha marcado de quinze e quinze dias. E estamos tentando ir. (...) Primeiro, para fazer esse fortalecimento entre nós, para podermos também tá ouvindo a mãe, porque tem um momento que você tem que escutar, escutar e escutar. A gente vai absorvendo e absorvendo e no dia do nosso encontro, a gente começa com café da manhã e depois a gente faz o almoço coletivo e vai até o final da tarde. Outra vez a gente pensava: vamos fazer um café da manhã americano bem longo e de tarde assa uma carne e fecha o dia. Cada encontro a gente tem uma coisa: “ah vamos fazer o aniversário do mês”... E a gente sempre procura levar os filhos e as filhas para lá. Porque é um momento

também que a gente tem de tá passando juntos. Porque muitas vezes também (...) por exemplo, meu filho quase não tem me acompanhado, mas quando a sede era no Malunga ele me acompanhava, a sede do Malunga era no Jardim América, ele me acompanhava mais. Porque é importante a gente levar as crianças, para saber o que a gente tá fazendo e também para ela saber como a gente vai trabalhar o racismo na escola, no dia a dia. Porque se a gente não começa fazer esse trabalho a gente mesmo... porque num adianta eu ir para palestra. “ah vamos fazer um seminário”, aí chama aquele tanto de gente e faz o seminário, mas sendo que dentro da sua casa você não sabe trabalhar o racismo, não sabe trabalhar o machismo. A gente tem um discurso, mas a nossa prática, na maioria das vezes não é a mesma do discurso. Então a gente tem procurado fazer isso uns com os outros. E a gente tem um planejamento, muitas vezes dá certinho, outras tem muitas mudanças, porque também a gente depende das lideranças. Em Aparecida, por exemplo, é no Buriti Sereno 2, lá tem um grupo de mulheres, de cinquenta mulheres. Aí, a gente faz assim, quinze mulheres, porque num é só do Buritis, é de outros setores. Então, as reuniões são com quinze, outras com vinte e outras com trinta em dias diferentes. E lá, elas preferem mais no meio da semana à noite. Então já é bem diferente da região noroeste que é sempre sábado no final da tarde ou no domingo. Já que a realidade delas é outra. Agora de Senador Canedo a gente tá com grupo, a gente tem três representantes do Malunga, mas para a questão das lésbicas, trabalham mais no fortalecimento das meninas. E a gente tenta uma vez por mês reunir as integrantes do Malunga. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Então, a gente faz reuniões em alguns pontos de Goiânia. As coisas da sede tá na casa de uma companheira, onde a gente se reúne uma vez no mês para trocar o que cada uma tá fazendo. Porque é um pouco assim, eu tô aqui, tô militando aqui, hoje mesmo a gente tava trabalhando com a questão de exploração sexual com a comunidade quilombola. A gente fez uma reunião dentro do Malunga e eu repassei. (...) quando a gente precisa do movimento reunir para dar uma força, a gente tá junto. Fora disso, tem os grupos lá no Jardim Liberdade, que as meninas estão se reunindo discutindo mais o empoderamento mesmo das mulheres, para terem atuação nos conselhos, nos locais de saúde, falando o que é controle social..E sempre a gente tem feito rodas de conversa, coisa bem simples, com fala bem simples para poder... Porque o que a gente sentiu: um esvaziamento hoje dos conselhos, porque ficaram aquelas mesmas pessoas, mesmas lideranças e não renova. Então, o Malunga começou a fazer esse trabalho. A gente tem um trabalho hoje fixo também em Aparecida de Goiânia e a gente tá assessorando um grupo de mulheres portadoras de anemia falciforme. Esse grupo a gente reúne de quinze e quinze dias, né. E a gente montou um grupo no *whatsapp*, porque são mulheres do estado todo. Algumas vêm fazer tratamento em Anápolis, então a gente marca na última terça-feira do mês, que é quando muitas vem para Anápolis. Então de manhã tem tratamento e a tarde tem reunião. Muitas vezes a gente faz lá e outras, nas casas das integrantes. Que a maioria mora em Aparecida de Goiânia. E a gente sempre faz isso. E agente usou isso de ir a casa delas, até para conhecer a realidade delas, ver como que é e também para dar fortalecimento para essas mulheres. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Carmem (21 anos) fala sobre como ocorre os encontros na sua casa no Bairro Conjunto Vera Cruz:

Hoje em dia, eu digo que não participo de nenhum movimento. Mas no movimento que acontece aqui, que são encontros que a gente faz semanal, com as mulheres aqui da região, com as meninas do Garavelo, de várias regiões, tipo, é uma parada que acontece mais local. Que é um momento de discussões sobre o feminismo, sobre a vivência de cada uma. Às vezes tem situações que a gente nem acredita, situações do tipo (...) e é bom porque tem a mina que é lésbica, que é gorda, tem a negra, sabe. E tipo, cada uma tem um relato para contar sobre uma coisa que viveu e uma já se identifica e rola. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

(...) a gente tem um grupo no *whatsapp* e toda semana a gente marca um dia. Geralmente é depois do expediente, tipo sete horas, oito horas e a gente faz umas oficinas. Tipo, rolou umas oficinas de fotos, que a gente tirou fotos da gente mesma, para a gente aprender a lidar com a nossa imagem. Rolou oficina de... essa que a gente tá querendo organizar que é a de autodefesa, que uma mana que mora aqui na rua mesmo. Ela é da torcida organizada. É bom que a gente tem o contato com essas mulheres muito diferentes uma das outras. E as meninas das torcidas organizadas são tipo atitude, tá ligada? Tipo os caras, eu estava na casa da Sara e elas disseram: um dia desses um cara tava mexendo com a gente dentro do ônibus, e uma já empurrou o cara da cadeira e já foram chutando o cara, sabe? São meninas atitude, que com certeza passaram por várias situações difíceis. E ela faz jiu-jítsu, ela treina jiu-jítsu aqui há muitos anos, desde “badeça” e ela estava querendo passar essas coisas para a gente. A Naiara conhece um pouco de capoeira também, só que aí, a gente não conseguiu marcar essa oficina ainda. Porque eu tive que viajar, a Naiara tem umas discórdias lá na casa dela. Mas estamos planejando para esse mês ainda. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

(...) além do tipo, eu não diria que fui eu quem tive essa ideia, mas foi uma coisa que eu já vinha conversando com as meninas. E aí, eu cedo a casa, o espaço. E tipo a conversa vai rolando. A gente não determina nada assim. A conversa flui bem natural assim, vai de cada uma querendo se abrir, às vezes tem alguma querendo falar e às vezes é melhor a gente se calar, entendeu? Ouvir mais. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

(...) geralmente são, por exemplo, várias mulheres aqui do setor e outras mulheres de outros setores, a maioria delas são mães, elas trazem os bebezinhos e a gente bota os colchões ali no chão, fazemos um alongamento, acendemos um incenso, eu compro uns lanchinhos, as meninas também trazem alguma coisa. A gente come, se alonga e começa a trocar ideias e vai gerando discussões. Algumas pessoas anotam coisas, do tipo, rolou também uma oficina de a gente se desenhar. E cada uma se desenhou, de como as pessoas nos viam, de como a gente queria ser. Tem uma mana, ela é aqui do Alvorada, que ela é negra e tipo, ela não gosta de ser negra e quando rolou... depois que a gente fez essa oficina, ela se desenhou branca e tem outra mana que é negra, a Taine, que também é negra e se aceita bem mais. Ela tem uma postura do movimento negro, tá ligada? E aí já rolou uma oportunidade das duas (se encontrarem) e aí já rolou uma discussão. E assim, não tem uma regra, entendeu? E tipo, a gente fica conversando, conversando e vai fluindo. (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

A casa da feminista Carmem é vista como local de vivência entre as mulheres que moram próximas a ela e de construções de feminismos.

Na região central, as apropriações feministas são realizadas de forma mais intensa nos espaços públicos, como a praça, as ruas e os parques⁶⁷. Já na periferia, os espaços das casas, das escolas e das associações de moradores são os lugares mais importantes para realizar as apropriações. Isso nos diz da diferença dos usos dos espaços públicos no centro e em áreas periféricas da cidade.

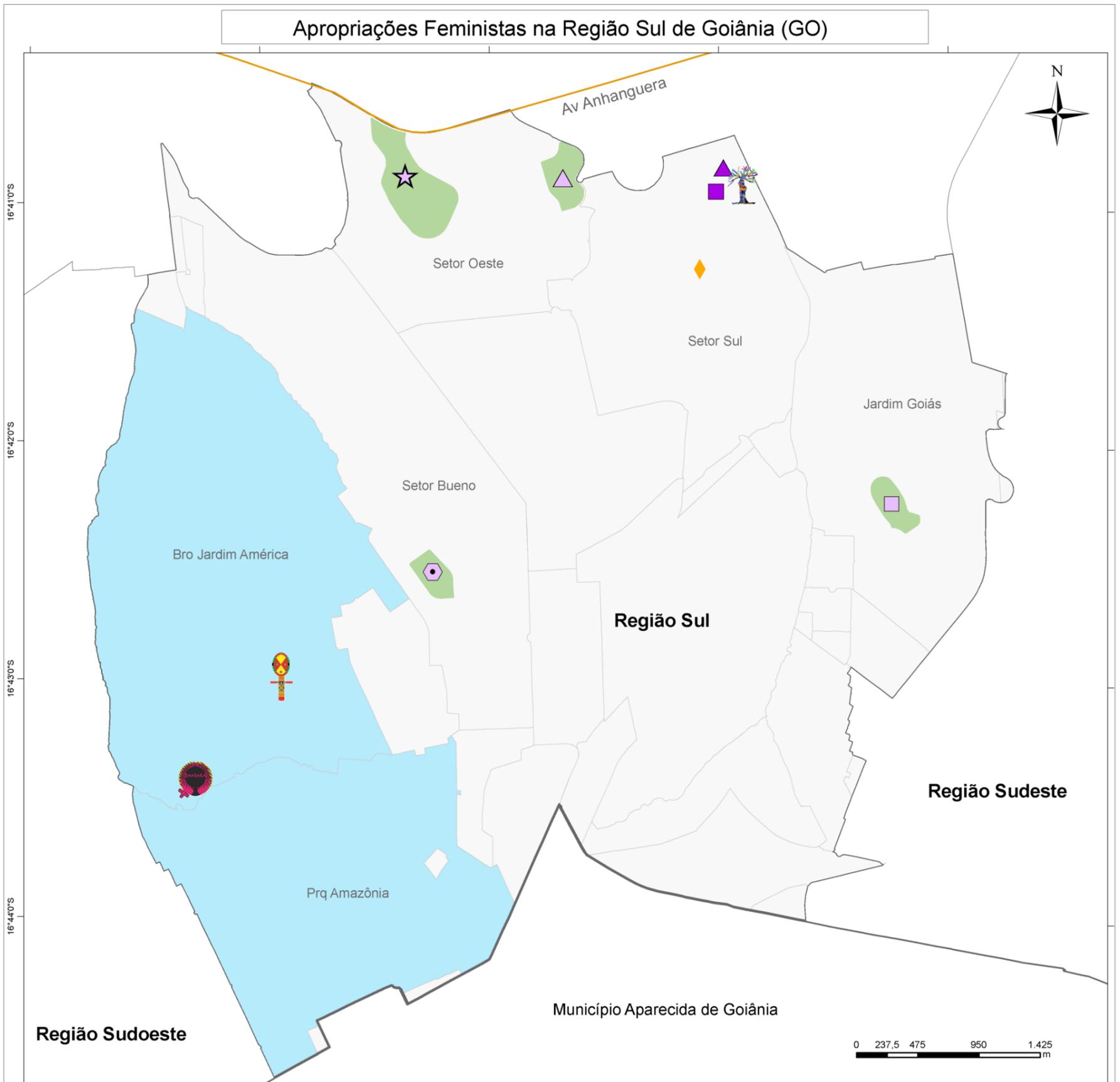
As feiras, tanto da região central como periférica da cidade foram trazidas como locais relevantes. Nas feiras localizadas em áreas centrais, o público alvo são as feirantes, e na periferia, são principalmente, as mulheres que fazem as feiras. As feiras do centro, que foram trazidas pelas feministas, comercializam predominantemente, roupas, calçados e acessórios. Já as feiras nas áreas periféricas, onde atuam os feminismos de grupos de mulheres negras e/ou de periferia, comercializam, principalmente, alimentos (frutas, verduras, etc.).

4.2.3. Apropriações feministas na região sul

A Figura 8 é um recorte do mapa da Figura 3 (adicionadas algumas informações, possíveis pela mudança da escala cartográfica), corresponde às apropriações feministas realizadas na região sul da cidade.

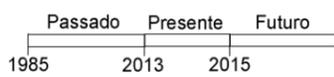
⁶⁷ Sobre os parques veremos mais adiante, nas apropriações feministas na região sul.

C



LEGENDA

Linha do Tempo



FORMAS DE APROPRIAÇÃO E NOME DO LOCAL

Lazer/Encontros

- Parque Bosque do Buritis
- Parque Flamboyant
- Parque Lago das Rosas
- Parque Vaca Brava
- Rua 91 A
- Rua 92 B
- Casa Feminista

Sedes de grupos feministas

- Sede Grupo Ocupa Madalena
- Sede do grupo de Mulheers Dandaras do Cerrado
- Sede do grupo de Mulheres Malunga
- Av. Anhanguera

- Parques
- Bairros que foram ocupados
- Região Sul
- Limite dos Bairros
- Limite das Regiões Administrativas
- Limite Municipal



Fonte: Entrevistas, 2014 e 2015. Machado, Talita C. Base cartográfica: MUBDG V.23 (Mapa Urbano Básico Digital de Goiânia). Elaboração: Machado, Talita C.



Fonte 8. Apropriações feministas na Região Sul de Goiânia (GO). Fonte: Entrevistas, 2014 e 2015. Machado, Talita C. Base cartográfica: MUBDG V.23. Elaboração: Machado, Talita C.

As intervenções urbanas feministas são momentos de encontros entre as mulheres e os vários grupos e acontecem em espaços públicos da cidade. Durante as intervenções, ocorrem as rodas de conversas, oficinas, piqueniques, feira de trocas, peças de teatro etc., sempre com temas voltados para as mulheres. Os locais apontados como mais importantes para as intervenções foram os parques ambientais da região sul, com grande circulação de pessoas nos finais de semana:

Nessa última [intervenção urbana], que foi junto com o Coletivo Pagu⁶⁸ e com a Rede de Mulheres Lésbicas e Transexuais em Goiás, teve a [feira de] Troca, as oficinas de cartaz, denunciando a violência contra as mulheres, (...) teve também, a produção de *fanzines* e de cartazes por conta do Dia da Visibilidade Lésbica. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Mas o movimento feminista eu acho que é aí que está a grande fluidez dele. É ir à Praça Universitária, Praça Cívica, fazer piqueniques em parques em Goiânia (...) ou ao ar livre mesmo, nós fizemos uma ação muito interessante, juntamos vários grupos nesse segundo semestre e fomos lá para o Bosque dos Buritis. Então normalmente assim, ou dentro da universidade, ou então em locais públicos, inclusive pra promover a ocupação urbana mesmo, a questão espacial atônica mesmo. (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

Então, os parques são lugares muito legais de lazer, porque a militância, para mim, ela não está dissociada do lazer. Então, quando eu falo de roda e de encontrar amigas, para mim isso é lazer, é diversão e é militância tudo ao mesmo tempo. Para mim militância tem que ser assim, não tem que ser chata, do tipo, pessoas em fileiras e dando palestras. Isso é uma possibilidade? É, mas eu aprendi o feminismo assim com o corpo, a metodologia feminista partindo do nosso conhecimento e da nossa vivência, ela traz isso. Eu acho que os parques são lugares importantes de lugar de vivência e de lugar de experimentação e de conhecimento. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Podemos diferenciar os parques pelos seus usos, que por sua vez, estão diretamente ligados à sua localização. O Bosque dos Buritis (Setor Oeste) e o Parque Lagoa das Rosas (Setor Oeste) estão localizados próximos à região central da cidade e foram vistos pelas mulheres como locais de mais fácil acesso:

A feira feminista, a feira da troca mesmo, a gente faz no museu, faz no Setor Sul ali no Universitário, o Bosque dos Buritis é um dos que a gente mais tem usado para fazer as coisas e porque ele é um dos mais perto. Tem o Lago das Rosas. É isso, a gente tem o espaço dessa região. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

⁶⁸ Coletivo Feminista fundado pelas estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás.

Sobre as intervenções que ocorrem no Bosque dos Buritis e no Parque Lagoa das Rosas:

Nesse último que foi junto com o Coletivo Pagu⁶⁹ e junto com a Rede de Mulheres Lésbicas e Transexuais teve a [feira de] troca. Teve também oficinas de cartaz denunciando a violência contra as mulheres. Aconteceu assim, a gente marcou a roda de troca feminista e o Coletivo Pagu marcou uma intervenção feminista de cartazes e tal. (...) lá teve essa intervenção com cartazes denunciando a violência, teve também produção de *fanzines* e de cartazes por conta do dia da visibilidade lésbica. As meninas estavam produzindo, as meninas da Rede de Lésbicas e Transexuais. (...) Na verdade são mulheres que estão em vários lugares que atuam em vários espaços e estão lá. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A semana passada ocorreu a primeira semana de ecologia urbana que é outro grupo que eu também faço parte que é o Mural de Ideias. (...) a Jéssica, ela é arquiteta e é militante também e o Mural de Ideias é outro grupo que eu participo, mas é um grupo mais de discussão voltada para o urbanismo e políticas públicas. Então, eu vejo que é uma forma de intervenção urbana também, só da gente se reunir, fazer alguma atividade, alguma oficina, acaba sendo uma intervenção urbana, por exemplo, numa das reuniões que a gente fez, na verdade a proposta de intervenção urbana foi aquela polêmica que deu “Não mereço ser estuprada”. Nós fizemos uma intervenção no Lago das Rosas e aí acaba que uma reunião vira uma intervenção. A gente constrói cartazes. Até poucos dias atrás eu passei lá e ainda tinha umas coisas que a gente tinha colado no parque. Então acaba que uma reunião vira uma intervenção, acaba sendo uma análise interessante, acaba sendo isso mesmo. (...) Agora tem um movimento espontâneo, não é isso, porque são militantes, mas a gente vê algum caso específico que gerou muita repercussão, a gente acaba encampando e fazendo ações. Não é que é isolado, mas ações de vários militantes em torno daquele caso, exemplo, essa história do “Eu não mereço ser estuprada” a gente fez uma intervenção urbana lá no Lago das Rosas. (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

(...) a gente vai fazer umas reuniões e a gente faz um piquenique no bosque. Aí a galera faz piquenique no Bosque dos Buritis. (...) eu nunca vou sozinha nessas coisas, mesmo no Bosque dos Buritis. Os caras já me param lá para dá em cima e já não sei o que. E todas as vezes que eu vou para os Bosques eu vou acompanhada e para levar as meninas e até para empoderá-las e para não chegar sozinha e fazer uso do espaço coletivo. Acho que os espaços que a gente ocupa coletivamente estão o.k. Tem uma resistência, mas como a gente está em grupos, é de boa para frequentar eles. (...) Uma das coisas que a gente faz (...) que é colocar uma bandeira [LGBT] enorme. Essa choca todo mundo. A sexualidade choca, essa choca e é a única até. Porque quando tem um monte de mulher reunida, os caras chegam e ficam olhando, mas quando você coloca uma bandeira, acabou. A galera olha de cara feia e já quer excomungar e eu fico com medo de gente apanhar sempre. A gente está sempre com medo não importa o espaço. Todas as coisas lésbicas que a gente fez eram espaços desses neutros e seguros, tipo Bosque dos Buritis, a Praça Cívica, a Praça dos Bandeirantes e em todos eles a gente sofreu algum tipo violência. Galera passar e dizer que está errado ou não, que “Deus vai levar a gente para inferno” ou o cara que para e fica acompanhando a ação o tempo inteiro de longe. A gente vê aquilo e não sai sozinha do espaço e fica

⁶⁹ Coletivo de mulheres feministas da Faculdade de Direito da UFG.

vendo qual que é para o cara não chegar e fazer qualquer coisa. Mas eu vejo que essa ocupação de colocar bandeira e de colocar coisas a estilística em relação à sexualidade e afetam mais as pessoas. (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

A gente já fez piquenique feminista no Lago das Rosas. (...) Mas espaços como o Lago das Rosas ele tem muito significado para mim. Depois de a gente fazer piquenique lá e roda ganhou outro significado na cidade. Então, acho que os lugares podem ser pensados e repensados e ressignificados a partir da nossa experiência. (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Recentemente a gente fez uma atividade, porque a minha pauta prioritária dentro do movimento feminista são os direitos sexuais reprodutivos. Eu peguei isso para mim e levo isso como bandeira de vida. É uma pauta que eu gosto. Desde março nós estávamos desenvolvendo atividades, rodas de conversa sobre direitos sexuais reprodutivos, porque dentro do movimento feminista tem meninas que não constroem diálogos sobre isso. Por isso é importante desenvolver esse tipo de atividade, para as meninas entenderem que é importante enquanto pauta feminista. Então a gente fez duas atividades no Lago das Rosas, mas eu vou te contar a experiência de uma. A gente colocou um estande enorme e a gente expôs um material que falava sobre as bruxas na idade média, a gente expôs esse material em uns ferros que tinham lá no Lago das Rosas. A gente fez um círculo e sentou no centro dele. Quem olhava de longe se perguntava “nossa! O que está acontecendo ali?”. Em volta da gente estava esse material exposto e lá na ponta do material exposto tinha um estande. Então, a gente chamava atenção, as pessoas chegavam lá, elas passavam em nossa volta, olhavam o material em exposição, certamente, escutavam um pouco da nossa conversa, mas elas não sentavam para participar daquela conversa. E duas meninas sentaram. Antes de começar a atividade duas sentaram, mas quando a atividade começou, somente mais duas sentaram. Estávamos falando de bruxas, parteiras e curandeiras. Então era um assunto que não era polêmico. Como estávamos em um ambiente aberto, seríamos mais delicadas ao falar de direitos sexuais reprodutivos, a gente já tinha se preparado. (Anália, 31 anos. Data da entrevista: outubro de 2015)

Os parques ambientais mais distantes da área central da cidade, por isso, de mais difícil acesso para algumas mulheres e localizados em regiões mais nobres, como o Parque Vaca Brava (Setor Bueno) e o Parque Flamboyant (Jardim Goiás), também foram trazidos pelas mulheres mais jovens e acadêmicas: “Tem o Parque Flamboyant que as meninas já fizeram, mas esse eu não fui porque é muito longe” (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014). E “para a questão de diversidade sexual, qualquer espaço que mesmo não sendo de movimento, mas que seja de socialização, pelo menos pensando individualmente, é importante, mesmo sendo lá no [Parque] Vaca Brava, onde as meninas mais novas se encontram” (Antonieta, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014).

Apesar de serem locais de vivência entre algumas feministas, as entrevistadas disseram não se sentirem bem quando realizam ações nos parques localizados em regiões nobres da cidade. Nas falas abaixo, as mulheres explicam como foi para elas o movimento global “um bilhão que se ergue”, contra a violência sexual, realizado no Parque Vaca Brava:

Quando as meninas fizeram aquele movimento um bilhão de que se ergue⁷⁰. Eu participei dessa reunião e pensou [-se] muito onde seria. Uma proposta era fazer no Vaca Brava. Aí muita gente disse que o Vaca Brava é lugar elitizado e não adianta fazer coisas nesses lugares elitizados, entre aspas ou não, as mulheres que moram por lá elas teria mais possibilidades de ter acesso a essas informações de violência contra a mulher e saber mais sobre os seus direitos. Claro, que às vezes é uma ilusão nossa de achar que uma pessoa de uma determinada classe teria mais possibilidade de gerenciar sua vida nesse sentido com relação a uma situação de violência no ambiente doméstico, por exemplo, mas muita gente disse – Não vamos fazer lá porque é muito elitizado. É um lugar onde as pessoas, entre aspas, não precisam mais. - Foi cogitado fazer no terminal Padre Pelágio e daria uma visibilidade. A ideia era exatamente essa, provocar e trazer visibilidade. Só que o que ganhou nessa época lá nessa reunião foi fazer no Vaca Brava mesmo. E muita gente que foi lá no dia disse – Gente, a gente lá era assim animais raros. Porque as pessoas ricas passavam e olhavam e diziam – Gente, o que é isso? Que povo esquisito! (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Eu lembro que uma das organizações que gente fez, que foi um bilhão que se ergue foi lá no Vaca Brava. Na verdade a gente queria fazer, sempre parte da Praça Cívica, Praça Universitária. Aí não a gente pensou em mudar – Vamos fazer no [Terminal de ônibus] DERGO? Mas aí uma levantou e disse pra fazer no [Parque] Vaca Brava. Eu falei que não ia dar certo, sabe aquelas cenas de zoológico que ficam te olhando? E foi dito e feito. O pessoal fez manifestação no Vaca Brava e se sentiram super constrangidos. No dia eu não pude ir também e dizem que o pessoal que ficava nos bares em frente ao Vaca Brava ficavam olhando como se aquilo fosse... (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

As sedes do grupo Madalenas e de mulheres negras Malunga e Dandara do Cerrado, localizadas na região sul, foram trazidas pelas entrevistadas como locais de referências feministas.

⁷⁰ "Um Bilhão Que Se Ergue" (*One Billion Rising*) é um movimento ativista global para acabar com a violência contra a mulher. A iniciativa foi criada pela ativista e autora da famosa peça "Monólogos da Vagina", Eve Ensler. Vítima de abuso pelo pai na infância, a norte-americana lidera hoje o movimento "V-Day", que oferece apoio às mulheres e promove ações criativas para erradicar a violência. O movimento teve início em 1998, quando a instituição 'V-Day' foi criada, com o objetivo de usar apresentações da peça para arrecadar dinheiro e beneficiar mulheres vítimas de violência e abuso sexual. (Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/81/atitude>>. Acesso em: 01 de ago. 2016).

As mulheres negras foram as que mais trouxeram as sedes como essenciais para as suas atuações, como ponto de referência para as suas ações. Hoje, as suas sedes são as casas das próprias ativistas fundadoras ou alugadas e pagas pelas próprias militantes. Para elas:

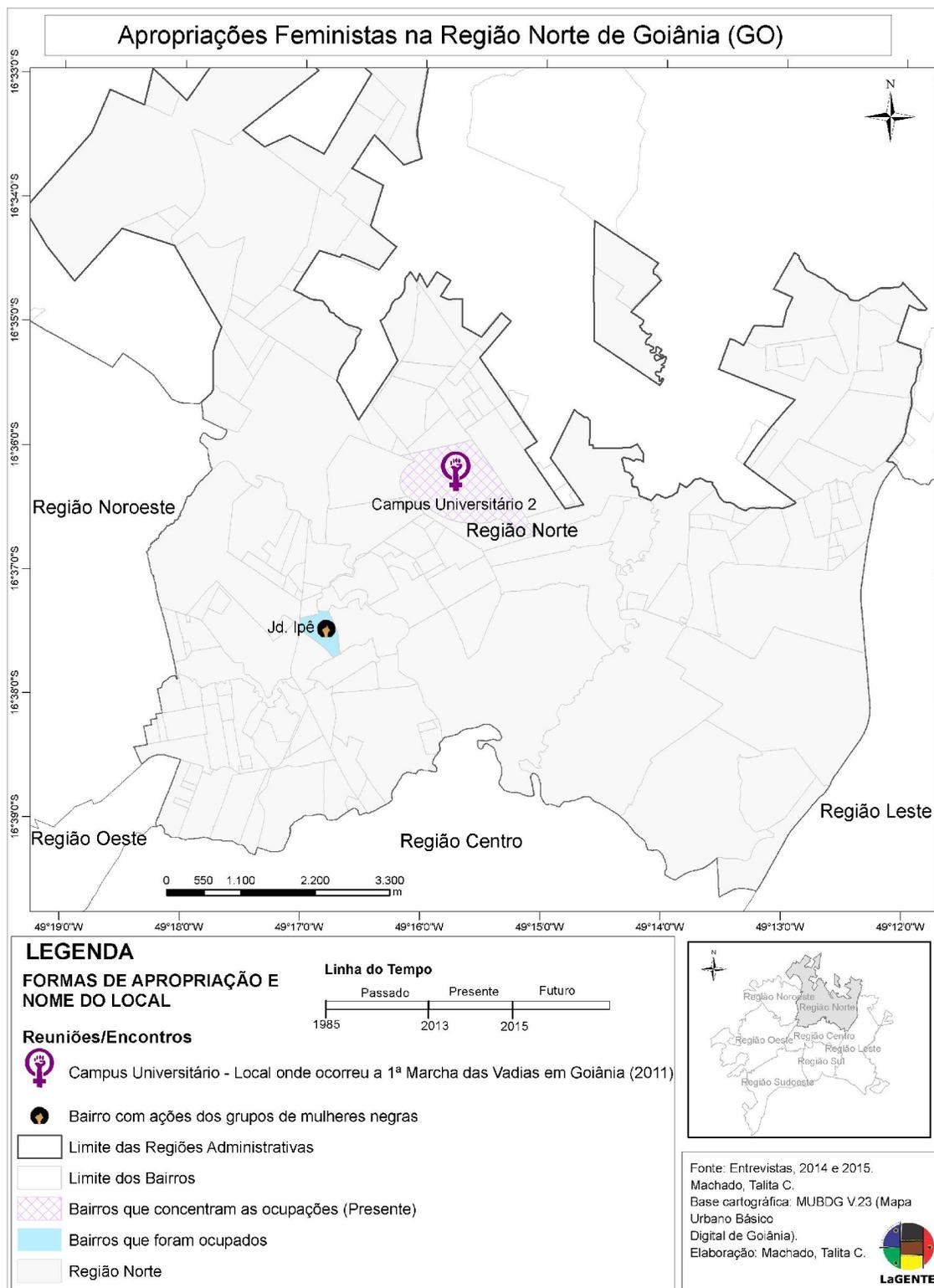
A Malunga não, também não [tem sede], é o grande problema dessas ONG, ainda mais de mulheres negras, se sustentar é essa questão de sede, porque você precisa ter uma sede, uma referência. Nós mesmo da Dandara, eu sou aqui da Dandara, da coordenação, nós também não temos sede própria. É uma luta, é um desafio mesmo pra gente conseguir manter esse espaço aqui que não é barato. Eu acho que a gente ainda tá conseguindo, que já tem quase dez anos que a gente tá aqui. Antigamente, o Dandara era num quarto. Eu fiz um quarto na minha casa, um cômodo no fundo, e era lá o Dandara, tanto que no CNPJ antigo ainda sai o endereço lá, era no fundo. Então a gente reunia era lá, porque é na periferia, lá no [Bairro] Vera Cruz, então vinha aquelas meninas do Vera Cruz, Finsocial, El Dourado. Aí depois lá já não tava comportando, aí foi onde a gente alugou essa sede. Já tem nove anos, nove ou é dez, um negócio assim. Mas aqui é por causa da generosidade do dono, porque eu acho que ele acha que o trabalho é importante. Então, aqui é assim, a gente paga um mês, fica quatro, paga um, fica três. Mas nós vamos ter nossa sede própria, que nós ganhamos uns metrinhos aí de terra, um pedacinho num setor aí, através do pessoal lá da PUC. A escola lá dos arquitetos tá fazendo um projeto arquitetônico. A gente tem que ter uma sede, se não tiver, não sobrevive. É um grande desafio pros movimentos sociais e ainda mais pra movimento de mulheres negras. Porque você sabe que aqui nós somos muitas, mas as que trabalham assim, que tem salário, que pode contribuir, porque aqui cada uma contribui pra ajudar no aluguel, em tudo, mas é poucas que tem salário e que pode contribuir, aí cê não pode exigir das que não têm condições. Mulher negra ganha pouco, mas, mesmo assim, tem umas que ganham tão pouco, que é gari, e outras que é diarista, mas ainda contribui. (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Apesar de que a sede hoje é um cômodo, um quarto, onde que tá os livros, o computador e tudo. Mas é dentro da casa. A gente alugava um barracão. A gente tinha um barracão, onde a gente (...) era um barracão de quatro cômodos, onde a gente fazia reunião, com pessoas do interior, era ali. Mas agora não, hoje a gente tem um quarto, mais ou menos desse tamanho [mostra o tamanho da sala onde estamos]. (...) Estamos Lá no Jardim Liberdade. Na região noroeste. Porque lá também é o maior trabalho que a gente tá tendo. Tem algumas pessoas que falam “ah agente precisa de um livro”. E antigamente era no Jardim América. Mas o Jardim América hoje virou elite e a proposta da gente mesmo é ir pro bairro mesmo. Então, tem vídeo, livro que pode emprestar, sobre questão racial, História da África. Então a biblioteca está funcionando. Só que a gente ainda não abriu assim, porque no Malunga a gente agendava, tinha uma secretária. E também a questão de financiamento que ficou muito escasso hoje. Então a gente tinha secretária que dava toda orientação, escolas levavam alunos para pesquisa e tudo. Mas lá tem tido muitas visitas mesmo de pessoas pegarem livros emprestados. (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Apesar das sedes dos grupos de mulheres negras estarem resistindo no bairro da região sul (Jardim América), percebemos que está em curso um processo de deslocamento das sedes desses grupos para outros bairros mais periféricos da cidade, devido à valorização e à mudança do perfil das(os) moradoras(es) desse local. Os deslocamentos das duas sedes acabam por acompanhar a história de valorização das terras urbanas na região sul.

4.2.4. Apropriações feministas no Campus 2 da UFG na região norte

A Figura 9 é um recorte do mapa da Figura 3, corresponde às apropriações feministas realizadas na região norte da cidade.



Fonte 9. Apropriações feministas na Região Norte de Goiânia (GO).

Fonte: Entrevistas, 2014 e 2015. Machado, Talita C. Base cartográfica: MUBDG V.23. Elaboração: Machado, Talita C.

A Universidade Federal de Goiás estava presente nas falas das entrevistadas como um local importante para as apropriações feministas no sentido delas estarem presentes e atuando, tanto organizadas em grupos e coletivos ou através de suas trajetórias individuais, como alunas, professoras etc. A UFG é vista como um local onde estão presentes, de forma fluida, as conquistas feministas. Maria (52 anos. Data da entrevista: novembro de 2014) trouxe a questão das relações complexas existentes entre trajetória individual, participação em grupo feminista e o espaço da universidade:

Hoje eu estou na universidade [como professora] e já são quase seis anos. Eu trouxe muita coisa para fazer aqui na universidade como o [grupo] Transas do Corpo e envolvendo a Universidade Católica, a própria UFG e outras parcerias, como agora, o grupo das Madalenas, que é um grupo de meninas muito jovens. É um projeto de formação feminista, que nós tivemos em 2012 e vamos fazer uma edição agora em 2015 voltada para o tema violência. É um curso de extensão de 120 horas semipresencial. Em geral é muito legal porque os encontros são aos sábados com oficinas e o resto é na plataforma *moodle*, aonde a gente vai inserindo os recursos e fazendo as discussões na plataforma. Aqui na universidade insiro a teoria e metodologia feminista na pós e na graduação. Isso afeta e me ajuda nas minhas aulas, de me comunicar com os alunos. Eu sou reconhecida como uma pessoa feminista que está aqui na universidade porque eu digo isso. Faço disso uma luta política. (Maria, 52 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

A UFG também é vista como sendo a casa dos movimentos sociais, por também dar apoio físico aos grupos para realizarem as reuniões, encontros, oficinas, etc., que ocorrem de forma intermitente, temporárias e móveis dentro da universidade:

Mas o movimento feminista eu acho que é aí que está a grande fluidez dele, é ir à praça universitária, praça cívica, fazer piqueniques em parques em Goiânia ou mesmo dentro da própria universidade que foi casa. Eu acho que a Universidade Federal de Goiás ela é a casa mesmo dos movimentos sociais. Sempre que precisamos de algum auditório sempre acessamos esses locais. (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

A Faculdade de Informação e Comunicação (FIC, antiga FACOMB) também foi mencionada como um local importante, onde ocorriam as reuniões do grupo Colcha de Retalhos. Deolina disse que quando participava do grupo, “o Colcha nunca teve sede física, porque as reuniões aconteciam no começo na FIC-UFG e tinha uma sala de aula lá na Faculdade de Comunicação.” (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

Outro local da UFG mencionado por Maria, (52 anos. Data da entrevista: novembro de 2014) como conquista do movimento negro, e por Beatriz (24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014), como importante para as reuniões, encontros, vivências do Coletivo de

Negras Feministas Atlânticas e do Coletivo de Estudantes Negras e Negros Beatriz Nascimento (Canbenas), dos quais elas fazem parte, foi o LaGENTE.

O coletivo Canbenas e o coletivo Atlânticas foram mencionados como importantes formas de espacializações feministas e negras(os) na universidade. O primeiro fez parte da iniciação da trajetória militante de duas feministas negras, a Antonieta (30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014) e a Beatriz (24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014). Para elas:

Minha formação enquanto grupo deu-se no Colcha de Retalhos. Outro grupo que eu estive na fundação e fiquei todo o tempo de existência na verdade. Foi principalmente esse e também estive no Canbenas, que foi o coletivo de alunos negros da UFG, mas do Canbenas já faz algum tempo que eu sai. Estive alguns anos no início dele. Assim eu passei por muitos movimentos na UFG. Então assim logo quando eu cheguei e no Transas e não estava participando do Transas, mas nos projetos, nas formações, no movimento estudantil, C.A.. No C.A. que era a gestão que a (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014) inclusive foi também, que era a gestão que só tinha mulheres. A gente fez e ganhou o C.A. e participou e depois, logo tempos depois, eu saí dessa parte do movimento estudantil e daí já fui para o Colcha e o Canbenas. (Antonieta, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

O Canbenas foi o primeiro e eu nem estava aqui na UFG, que eu já fui fruto de cotas, mas o Canbenas foi o grupo que lutou com outros. Até tem uma história bem legal, a principal. Nisso da luta pelas cotas, porque antes da lei [Federal] de cotas⁷¹ já tinha cotas na UFG. Aí foi o grupo que lutou pra isso. Aí a gente ver pequenas transformações ou grandes transformações na estrutura a partir desses grupos. (...) eu estou em dois: no Atlânticas e no Canbenas. O do Canbenas, a gente se encontra pra questão de organização, de planejamento, quanto para discussões de textos, porque é um grupo de estudos também. A gente tem esse cunho de estudos e a questão racial. A gente inseriu no Canbenas a questão de gênero. Acho que o texto da bell hooks foi o primeiro que a gente discutiu sobre afetividade. A gente começou a discutir muito a questão do gênero. Então, o Canbenas como grupo de estudos a gente também tem essa discussão de gênero e de sexualidade. O Atlânticas é novo, a gente começou há pouco. Então, a gente teve um encontro oficial, mas extraoficiais a gente teve vários. No encontro oficial a gente se encontrou na hora do almoço pra planejar também as ações, que a gente tá cheia de planos. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Sempre tem uma crítica assim, principalmente da Marcha das Vadias, que as meninas falam que a galera é muito extremistas, mas a gente consegue respeitar muito isso. As diferenças no próprio ideal, porque dentro do movimento os ideais são diferentes, o pensamento é diferente, mas dentro do nosso grupo que a gente formou agora [As Atlânticas] e a gente tá cheia de pensamentos aí. Acho que a gente é muito parecida. Mesmo sendo muito diferentes. (Beatriz, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

⁷¹ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

A Faculdade de Letras e a de Direito da UFG foram mencionados por Antonieta (30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014) e Luz (32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014), que fizeram seus cursos de graduação nestes locais, como espaços dentro da universidade pouco ocupados pelas feministas, durante sua época de graduação, e com poucas discussões sobre gênero, sexualidade e raça. Para elas:

Porque acham que não faz parte da academia discutir isso de questão racial e a questão da sexualidade. Então, passa longe. Lógico que tem aqueles que é de identificação, já tem aqueles que se aproximam justamente para fazer essas discussões. Já para outros que não, especialmente nas letras é especialmente conservadora. Muito conservadora. Lá é um espaço conservador. Os professores lá não são abertos a discutir raça e gênero e sexualidade. São alguns pontualmente. Esse pontualmente é geralmente dentro da linguística e na literatura é mais conservadora ainda. Eu sempre falo que é muito estranho o fato de ter a licenciatura indígena⁷², lá e nunca você ter contato. É outra coisa, gente das letras e da licenciatura indígena é outra coisa. Não sabe o que acontece no curso e não sabe de nada, e é em outro tempo, então, é muito estranho ser na faculdade de letras e isso não interferir de maneira nenhuma na vida das pessoas. Então na academia também tem essas reações de muito conflito, às vezes. (Antonieta, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Ensino, por exemplo, na Faculdade de Direito, “tradicional”, não me recorde dessas temáticas terem sido tratadas pelos professores, salvo algumas exceções assim, mas não em termos de projeto. Não, no máximo quando o professor era mais crítico, assim, que a gente falava do direito crítico, não necessariamente tocava nesses pontos. E pesquisa também não, na faculdade direito não. Essa abordagem da minha época não, mas foi na extensão que eu encontrei e gente foi dar [vazão] lá na faculdade pra tocar nessas temáticas foi através do NAJUP, Núcleo Jurídico de Direito Universitário Popular e aí sim, a gente explorou várias áreas, gênero, diversidade, raça, MST, reforma agrária, movimento hip-hop. Aí a gente trabalhou todas essas vertentes assim, mas a partir da extensão, dentro da minha experiência escolar, eu falo inclusive que eu sou muito extensionista, eu encontro na extensão, essa liberdade de poder trabalhar esses temas de uma forma mais efetiva.” (Luz, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

A primeira Marcha das Vadias realizada em Goiânia foi no ano de 2011 no Campus 2 da UFG, durante o 52º Congresso da União Nacional dos Estudantes e a 63ª Reunião da SBPC (Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Ela foi

⁷² O curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahaky de Formação Superior de Professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás (UFG) é um curso específico destinado à formação de professores indígenas no ensino superior. A Universidade Federal de Goiás, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) aprovou a criação do curso através da Resolução nº 11/2006 do CONSUNI de 28 de julho de 2006. São atendidos alunos pertencentes aos povos da região do Tocantins-Araguaia. (Disponível em: <<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/li-ufg/>>. Acesso em: 01 ago. 2016)

contruída principalmente pelas militantes e grupos que tinham alguma relação com a academia e só depois, foi que ocorreu uma maior diversificação do perfil das integrantes.

Ocorreu no Campus 2, o 3º Seminário do Coletivo de Mulheres gari da COMURG (Companhia de Urbanização de Goiânia). Organizado pelo grupo de mulheres negras Malunga. Participaram do seminário, cerca de oitenta e duas mulheres. Elas também fizeram uma caminhada pelo Campus, andaram uniformizadas e se empoderaram nesse processo. Lélia (54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015) disse como foi importante o seminário na universidade para o empoderamento das trabalhadoras:

Esse ano teve o primeiro seminário em março, nós organizamos junto em parceria com a Clara e foi na Universidade Federal. (...) nós passamos o dia na Universidade Federal, (...) Foi muito bom, foi muito gratificante (...). Foi muito bom na hora do almoço, porque a gente teve uma fala de uma gari que trabalha de diarista durante o dia, o nome dela é a Catarina, ela trabalha no P.A. (Ponto de Apoio) da 94. É uma mulher negra, durante o dia ela é diarista e a noite ela é gari da COMURG. Ela tá com uma filha e um filho dentro da universidade federal, aí nós almoçamos todo mundo junto. (...) foi um momento ímpar para elas. E de lá saiu muitas motivadas, porque viu que é capaz, né, e que o trabalho delas é muito importante. Tanto que depois você via pelo folder, o nome do seminário era Trabalho e Comunicação e o slogan do folder era uma vassoura que é um microfone, uma vassoura que vira microfone, quer dizer, é a comunicação, o que precisa é da comunicação e dessa cultura de pensar assim que esse trabalho não é importante, que ele não é menor que nenhum outro trabalho, ele é digno e é um trabalho importante. Então, hoje tem muita menina que tá aí varrendo rua, tem casos que eu posso até citar, tem a Bruna, (...) não sei se ela tá aí no quarto ou no quinto período de pedagogia e ela varre e não quer sair da rua por enquanto. Porque esses tempo arrumamos pra ela trabalhar na creche, só que ela ia ganhar o mesmo tanto, aí ela falou “eu vou continuar varrendo, a hora que eu terminar o meu curso, aí a hora que eu prestar um concurso que eu passar, eu posso até sair da rua, assim porque talvez não vá conciliar”. Mas é assim que elas varre, elas já estão, acho que é com a autoestima elevada, não sei, devido ao empoderamento. (Lélia, 54 anos. Data da entrevista: setembro de 2015)

Na própria universidade ocorre a desconstrução da visão de que é ambiente para um perfil específico e elitizado de pessoas, porque já estão transitando ali sujeitos(as) que estavam às margens da sociedade. Portanto, a visão da universidade se expande e se torna local de construção de novas percepções.

A universidade foi trazida como local de conflito entre as militantes e seus grupos. Algumas entrevistadas trouxeram o caso que aconteceu durante a Ocupação da Reitoria no Campus 2 da UFG em junho de 2016, realizado por mulheres e grupos secundaristas e acadêmicos, após um caso de estupro no campus. O objetivo da ocupação era, principalmente, questionar a falta de ações da universidade para garantir a segurança das mulheres. Durante

esse processo ocorreram conflitos entre as diferentes gerações de militantes e entre as feministas negras e brancas que estavam participando da ação. Mulheres negras afirmaram que ocorreram ações racistas durante as relações entre as mulheres na ocupação, assim como as mulheres com uma trajetória maior disseram que algumas feministas mais jovens não consideravam e não escutavam suas opiniões.

Este capítulo foi essencial para responder aos objetivos específicos da pesquisa, ou seja, os resultados da construção da cartografia proposta, composta tanto por mapas de Goiânia, como, para além deles, que correspondem as falas das entrevistadas e as nossas análises sobre as desiguais formas em que as mulheres experienciam e se apropriam dos lugares, permitiram: analisar as diferentes formas de apropriação do espaço urbano promovidas pelas ações de alguns movimentos feministas, interpretar as diferenças entre as ações das diversas mulheres que compõem os movimentos feministas em Goiânia e, finalmente, constituir a visibilidade das intervenções feministas em suas diferenciadas expressões na cidade.

CONCLUSÕES

Esta tese trouxe uma cidade específica, Goiânia, vista e relatada por mulheres diferenciadas, feministas, partencentes atualmente ou não a grupos deste movimento social.

Estruturamos o trabalho em quatro capítulos para atingir os objetivos específicos iniciais da pesquisa, que foram: analisar as diferentes formas de apropriação do espaço urbano promovidas pelas ações de alguns movimentos feministas; interpretar as diferenças entre as ações das diversas mulheres que compõem os movimentos feministas em Goiânia e constituir a visibilidade das intervenções feministas em suas diferentes expressões na cidade.

O **capítulo 1** teve como foco principal apresentar os caminhos da pesquisa, ou seja, os procedimentos metodológicos, suas etapas, seus limites, problemas e acertos. Apesar de as entrevistas, os processos de cartografar e de construção dos mapas utilizados serem considerados como essenciais para atingir os objetivos iniciais, no entanto, os limites na escolha das entrevistadas e nas minhas vivências com elas responderam parcialmente às questões apresentadas, mas foram suficientes para construir conclusões importantes.

Para responder ao problema relacionado com a questão da pluralidade das ações e formações dos movimentos feministas e das feministas, assim como, da diversidade das formas de construção de mapas, utilizamos a discussão sobre a escala geográfica.

Um primeiro conjunto de conclusões pode ser assim apresentado:

- A espacialidade dos movimentos sociais é trans e pluriescalar e ela está inserida em um novo padrão de relação espacial estabelecido pela compressão tempo-espaço, que re-hierarquiza lugares e agentes (SILVA, 2006).
- A escala de ação construída pelos movimentos sociais ao longo de sua história de luta é diversa. É importante sabermos que a escala de ação não existe anteriormente à própria ação. As escalas construídas durante o processo de pesquisa devem ser sempre usadas com cautela e serem historicamente, culturalmente e politicamente contextualizada (SOUZA, 2013).
- Os elementos espaciais são multi-escalares, ou seja, uma escala contém e influencia na construção de elementos em outras. Os elementos, objetos, ações e agentes sociais que constroem o espaço geográfico ocorrem simultaneamente nos diferentes recortes

espaciais e, em cada um deles, os efeitos de um fenômeno - que acontece simultaneamente em diversas escalas - é diferenciado. Os movimentos feministas são fenômenos complexos e estão presentes em várias escalas e estudados em distintas escalas possuem também distintos sentidos.

- Devemos ter em mente que os movimentos feministas e as feministas se constroem na interação com outras várias escalas, como as escalas do corpo e da ação das mulheres e de seus grupos, presentes nos seus cotidianos e nos processos de apropriação do espaço urbano. Assim como na relação com outros grupos e feministas.
- As identidades e as ações das mulheres entrevistadas e dos movimentos feministas de Goiânia e Goiás são complexas e construídas nas relações com várias escalas.
- O mapa, produto gerado pela cartografia, é uma representação do espaço e compreende relações de poder entre as(os) sujeitas(os) construídas no processo de cartografar.
- Massey (2008) diz das experiências recentes de cartografias, cuja figura do mapa tem sido usada numa certa literatura pós-colonial e feminista. Essas formas de cartografar indicam multiplicidade e tem como objetivo desorganizar o mapa ocidental clássico, a sua uniformidade singular ao apontar os “pontos cegos” e os “esquecimentos” trazidos por ele. Mas por outro lado, continuam a representar o espaço em coordenadas x e y, ou seja, um conjunto de estruturas horizontais sobrepostas que não permitem representar o espaço como coexistência dos fenômenos.

Todos os elementos acima combinados levam ao entendimento de que: os mapas são formas de representação do espaço e não é ele em si. O mapeamento de ações, trajetos, locais considerados pelas entrevistadas foram essenciais para os feminismos de Goiânia, pois representou trazer os “pontos cegos” dos mapas “tradicionais” sobre a cidade, dando, assim, visibilidade às ações feministas em suas diferentes expressões; e na cartografia construída neste trabalho, os mapas foram apenas parte dela, não ela no seu total, pois devemos adicionar todos os processos de construção deles, como as minhas vivências com as entrevistas e seus grupos.

Foi objetivo do **capítulo 2** construir uma discussão sobre as bases teóricas escolhidas para alicerçar a construção e obtenção dos objetivos deste trabalho, principalmente, os chamados “métodos feministas” de análise geográfica, a interseccionalidade e a diferença para a compreensão do espaço urbano. As diferenciadas formas de apropriação do espaço

estão interligadas com as diferenças e intersecções identitárias das feministas e de seus grupos. Podemos, assim, apresentar o conjunto de conclusões desse capítulo:

- A ideia de uma construção do sentido de mulher através de uma rede de diferenças e semelhanças, de mulheres em contextos específicos e que fundamentam o conceito de interseccionalidade, nasceram de questionamentos de mulheres negras no século XIX nos EUA. A noção da interseccionalidade é entendida como uma forma de descrever as interconexões existentes entre classe, gênero e raça, religião, idade, classe, etc.
- A construção da identidade mulher se dá a partir do processo de interseccionalidade. Essa concepção envolve considerar as identidades como flúidas, complexas e instáveis e sempre no estado de construção e desconstrução.
- A interseccionalidade entre os eixos de poder (gênero, raça, etnia, classe, idade, etc.) não corresponde à simples somas deles, mas a configuração das relações, das intersecções ocorrida entre eles, através das experiências vividas das(os) sujeitas(os).
- Brah (2011) considera a subjetividade e a identidade fundamentais para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social. Para a autora, a compreensão das interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de “diferença” deve levar em conta a posição dos diferentes racismos entre si. Ela distingue a diferenciação de nossas histórias coletivas e a “diferença” como experiência pessoal. A diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. É a partir da compreensão do contexto específico local, histórico, político e social que será possível compreender se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.
- Trazer a discussão sobre interseccionalidade e diferença para a análise sobre o espaço corresponde complexificá-lo, dizendo que cada pessoa ou grupo, a depender de suas diferenças e intersecções identitárias e de identificação, vivenciam os lugares de maneira diferenciada.
- As características da investigação feminista na Geografia são assim sintetizadas pelas geógrafas britânicas: destacam a não neutralidade e a legitimação do conhecimento subjetivo, a importância do contexto e reconhecimento das relações de poder no processo de investigação. Segundo Ferret (2012), hoje, é aceito uma pluralidade de abordagens e metodologias e de possibilidades de transformá-los, mas ainda sim, os métodos qualitativos são os mais importantes, pois possibilitam levantar a discussão

sobre aspectos da subjetividade, a relação pesquisadora-pesquisada, a posicionalidade, a flexibilidade, o conhecimento do contexto e as trocas de experiências.

- A partir das propostas feministas de análise do espaço, o lugar passa a ser pensado, como uma espécie de texto espacial, interpretado diferentemente por leitoras(es) diferenciadas(os) entre si pelo gênero, etnicidade, idade, raça e experiência de vida (MCDOWELL, 1999). As “Geometrias de poder” (MASSEY, 2008) explicam que cada indivíduo ou grupo se posiciona de maneira distinta diante dos fluxos e interconexões globais.
- Os feminismos reivindicam a conquista de territórios. Eles exploram as diferenças existentes no “território do Mesmo” (ROSE, 1993, p.149). Para a geógrafa, o território de opressão aprisiona e exila as mulheres. Mas o projeto feminista não é colocar a mulher como vítima, e sim compreender as suas limitações e resistências.
- Na visão de Porto-Gonçalves (2006) a possibilidade de se construir uma teoria geográfica dos movimentos sociais levando em conta as experiências dos(as) sujeitos(as) é essencial. Segundo ele, a luta social é uma luta pelo espaço. A resistência localiza-se no espaço, pois todas as relações sociais (relações de gênero, questão da sexualidade, raça etc.) são relações espaciais.

As conclusões teóricas apresentadas possibilitam à compreensão de que as mulheres e seus grupos dos movimentos feministas resistem no espaço urbano e constroem novas percepções dele a partir de suas vivências com e nos lugares. A diferença não está apenas na forma em que os homens e as mulheres vivenciam os lugares na cidade, mas está também na maneira em que as diferentes mulheres feministas os vivenciam. A interseccionalidade presente no processo de construção identitária das feministas também resulta em distintas formas de apropriação dos lugares.

A motivação para a construção do **capítulo 3**, além de apresentar os movimentos feministas em Goiânia e as características das entrevistadas e de suas ações, foi de trazer as o estudo de gênero na literatura sobre Geografia Urbana do Brasil. Abaixo está um resumo do conjunto de conclusões desse capítulo:

- A relativa ausência da questão de gênero nos estudos sobre o Espaço Urbano e os Movimentos Sociais na Geografia reflete o não-aparecimento de discussões sobre as mulheres na construção dos conceitos, como de Planejamento e nas práticas das

Políticas Públicas Urbanas e invisibiliza as lutas históricas das mulheres na escala da cidade.

- Os processos de planejamento das cidades localizam as mulheres na margem de sua configuração (ROSE, 1993). A rua é um exemplo de espaço público que nunca foi pensado em Goiânia, ou de nenhuma outra cidade planejada brasileira, para permitir o acesso específico ou diferenciado para as mulheres. O medo sentido por elas ao se deslocarem pelas ruas é um dos fatores que limita a sua mobilidade no espaço urbano.
- Pensar espacialmente as lutas, ações e conquistas dos movimentos feministas e de mulheres na cidade é importante tanto para os estudos da Geografia sobre espaço urbano, como para os próprios movimentos sociais. Se por um lado, as formas de reflexões espaciais a partir das atuações das mulheres trazem novos entendimentos sobre a cidade, de outro, pensar o espaço pode representar para estas mulheres, novas estratégias de atuação na cidade.

Esse capítulo possibilitou concluir que as feministas e os movimentos de mulheres e feministas estão presentes e atuando no espaço urbano de Goiânia desde a década de 1980 (comprovamos isso levantando as atuações já realizadas pelas entrevistadas, com diferentes idades, e de seus grupos). Portanto, a justificativa para a ausência nos estudos de Geografia das lutas dessas mulheres e seus grupos na escala da cidade não corresponde a inexistência das atuações dessas mulheres nesse espaço.

Diante do atual momento político em que passamos no Brasil (o da retirada estratégica e política de uma mulher presidenta do poder, por um grupo político apoiado por grandes empresários e uma Câmara e Senado Federal cada vez mais compostos por políticos com ideias conservadoras e reacionárias) faz-se muito importante que a Geografia desloque para o centro de sua discussão sobre espaço, as questões de gênero e todas as outras que a acompanham (como a questão da interseccionalidade e da diferença).

No **capítulo 4** construímos a cartografia interseccional e da diferença proposta no início da pesquisa. Essa cartografia é composta pelos mapas, pelas falas das entrevistadas e pelas nossas análises. Abaixo sintetizamos as conclusões retiradas desse capítulo:

- As entrevistadas, ao se empoderarem na vivência com grupos e outras feministas, pensam ser estratégicas as ocupações coletivas de lugares centrais na cidade e de espaços públicos como a rua. Ao vivenciarem esses espaços, elas constroem novas percepções deles e ao mesmo tempo, desconstróem os regulamentos sociais misóginos e heteronormativos presentes neles e reconstróem outras formas de vivenciá-los.

- As mulheres jovens lésbicas e bissexuais apropriam-se, no período noturno, de espaços públicos, como a rua, e de privados para o seu lazer. Mesmo que o medo ainda esteja presente, elas acreditam ser relevantes as suas presenças e vivências coletivas naqueles lugares.
- As apropriações feministas nos lugares acontecem a partir da vivência entre as mulheres, onde elas se constroem como feministas e constroem, ao mesmo tempo, os feminismos. Em meio a uma série de limitações, numa relação com e entre os lugares da cidade, as mulheres os criam e recriam.
- Quando cartografamos os locais onde ocorrem as apropriações, não queremos dizer que as(os) sujeitas(os) percorrem ou estão no espaço, mas sim que elas(es) tornam-se componentes dos lugares. E esse movimento os transformam. Existir é importante a partir da construção estratégica de espacialidades e espacializações. E isso envolve a ação, que envolve a luta por reconhecimento.
- As mulheres não só constroem o espaço urbano através de suas presenças nos lugares, mas elas se apropriam deles, para então construírem as suas identidades e assim, tornarem-se constituintes daquele lugar. Elas se apropriam do espaço a partir de suas ações de reconhecimento nele.
- Estabelecer as maneiras de como ocupar os espaços consiste em pensar espacialmente como torná-los menos desiguais. Cartografar as ações e resistências é localizar os lugares da cidade que as militantes consideram importantes. Neste processo, elas estabelecem metas específicas para tornar, por exemplo, as “esquinas”, que para bell hooks (2009) são territórios hoje patriarcais, em territórios das e para as mulheres.
- As mulheres são em certos lugares atrizes na construção de “outras” representações da sociedade. As feministas atuam no sentido de expandir, através da ocupação de espaços públicos, também a ideia de igualdade de gênero e o fim da violência contra a mulher, também dos espaços privados.
- Para a Geografia, os resultados do processo de cartografar, realizado pelas militantes, não são só os mapas, mas principalmente são o que não se pode ser colocado em coordenadas. Para as feministas, o importante é mostrar que o espaço urbano, visto até então como masculino e aprisionador das mulheres, é também construído diariamente pelas suas ações, o que possibilita às(aos) geógrafas(os) estabelecer “outras” cartografias urbanas.

A construção dos mapas (e de todo o trabalho) possibilitou dar visibilidade às intervenções feministas em suas diferentes expressões na cidade. Durante o encontro “Café com cartografias feministas” realizado com as entrevistadas, concluímos que os mapas finais foram interpretados por elas como ferramentas para descortinar as ações feministas que acontecem na cidade e ao mesmo tempo, para que militantes e seus grupos tomem conhecimento dos locais e ações onde outras mulheres e grupos estão atuando na cidade, no intuito de melhor planejar e organizar as suas atividades.

Após a construção do capítulo 4, compreendemos que por meio de apropriações, produções e qualificações do espaço urbano realizado por distintas mulheres feministas, é possível pensar uma abordagem interseccional e da diferença do espaço e entender, por meio de suas ações, que as mulheres se apropriam e intervêm de diferenciadas formas no processo de construção do urbano, criando e recriando “novas” espacialidades. Os “lugares feministas” são vistos como uma contra-movimento às estruturas de poder que buscam assegurar formas hegemônicas e excludentes de vivência espacial, com todas as categorias que lhe são correlatas: de branquitude, heteronormatividade, burguesia etc.

As relações existentes entre gênero e espaço urbano, a partir de uma perspectiva interseccional e da diferença, desempenham um papel de extrema relevância acadêmica e política para ser melhor desenvolvida teoricamente pelas(os) geógrafas(os).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; RABELO, Francisco Chagas Evangelista. Formas Culturais e Percepção Social dos Freqüentadores de Feiras de Arte e Alimentação de Goiânia. *Fragmentos de Cultura*, , 22.2, p. 153-174, 2012.

ARRAIS Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. In: *cadernos metrópole* 20, p. 81-91, 2º sem. 2008.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*. Ano 3, Nº2, p. 458-463, 1995.

BECKER, Bertha K. Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia- um poder territorial? *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, 52 (4), p.117-126, 1990.

BELL. David y VALENTINE, Gill (ED.) *Mapping desire: Geographies of Sexualities*. Londres: Routledge, 1995.

BERNARDES, Genilda, CAMPOS, Francisco Itami. Goiânia: Sociabilidade na Periferia. *Ciências Humanas em Revista*, v. 2, n. 1. Ed. UFG: Goiânia, 1991.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre a cidade de São Paulo*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1998.

BONDI, Liz . Gender symbols and urban landscapes. In: *Progress in Human Geography*, Vol. 16, p. 157-170, 1992.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, *Cadernos Pagu* 26, Campinas, p.329-365, 2006.

BRAH, Avtar. *Cartografias de la diáspora*. Identidades en cuestión. Ed. Maggie Schmit y Traficantes de Sueños: Madri, 2011.

BUTLER, Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo In: LOURO, Guacira (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 151-172, 2001.

CALIÓ, Carolina A. *Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana*, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, 1991.

CALIÓ, Carolina A. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: 6º Encontro de Geógrafos de América Latina. Buenos Aires, Argentina, 1997. *Anais...* Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>> Acesso em 20 de mai de 2016.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – UFBA, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFobia E GÊNERO, Durban, 2001. *Anais...* p. 1-6. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em 27 jan de 2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, n. 17 (49), p.117-32, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Murilo. Volantes. In: CARVALHO, Murilo. *Movimento*. Ed.17, São Paulo, p.12-13, 1975.

CASTRO, Iná Elias de. *O problema da escala*. In CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, L.C (org.). *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CHIZIANE, Paulina. Eu, mulher. *Por uma nova visão do mundo*. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. *Entre o corpo e a teoria: a questão étnicoracial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos*, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IESA/Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

COLLINS, Patrícia. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (ed.). *Feminismos negros*. Una antología. Edición: Mercedes Jabardo y Traficantes de Sueños: Madri, p.99-134, 2012.

COSTA Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO Hildete Pereira de, PISCITELLI Adriana, MALUF Carolina Weidner, PUGA Vera Lucia (organizadoras). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women. *Stanford Law Review*, v. 43, n.6, p. 1241-99, 1991. Disponível em: <http://socialdifference.columbia.edu/files/socialdiff/projects/Article__Mapping_the_Margins_by_Kimblere_Crenshaw.pdf>. Acesso em 27 jan. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. I Used To Be Your Sweet Mama. Ideología, sexualidad y domesticidad. In: JABARDO, Mercedes (ed.). *Feminismos negros*. Una antología. Edición: Mercedes Jabardo y Traficantes de Sueños: Madri, p. 135-186, 2012.

DE LAURETIS. Teoria Queer: sexualidades lesbianas y gay. In: Reyes, Mauricio; López, Alberto. *Florilegio de deseos*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2010.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34. 1992.

EKINSMYTH, Carol. Feminist methodology. In: SURMER-SMITH, Pamela (ed.). *Doing Cultural Geography*. Londres: Sage, p. 177-185, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In *REVISTA NERA* – ANO 8, N.6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

FERREIRA, Danilo Cardoso. *Diferenciação e Segregação Racial em Goiânia: Representação Cartográfica dos dados de cor ou raça e renda (IBGE, 2010)*, 2014. Dissertação (mestrado em Geografia) - IESA/UFG, Goiânia – GO, 2014.

FERRET, Maria Prats. Sexo, género y lugar. In: NOGUÉ, Joan y ROMERO, Joan (eds.). *Las otras geografías*. Valencia: Tirant Humanidades, p. 493-510, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 5ª Ed, (1980) 1999.

FRANÇA Matheus, PECHINCHA, Mônica T. S. Entre lazer, sociabilidades e insegurança: interpretações sobre a Praça Universitária, em Goiânia/GO. In: Revista *Iluminuras*. Porto Alegre, v. 16, n. 37, p.137-155, jan/jun. 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONZALEZ, Lélia O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRANDI, Matheus da Silveira. *A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto*. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territories” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. In: _____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 35-98, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional*. In: Sposito, E. (org.) *Produção do espaço e redefinições regionais*. Presidente Prudente: Unesp, FCT, GAsPERR, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares*, n. 3 - Jan/jun. p. 2-24, 2010.

HAMMES, Bruno dos Santos. *No Feirão do Chope: Um estudo antropológico sobre intersecções entre marcadores sociais da diferença em um bar na região periférica de Goiânia*, 2015. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) - PPGAS/UFG, Goiânia – GO, 2015.

HANSON, Susan. Geography and feminism: worlds in collision? In: *Annals of the Association of American Geographers*. 82 (4), p. 133-157, 1992.

hooks, bell. A place where the soul can rest. In _____. *Belonging: a Culture of Palace*. New Yourk/London, Routledge, p. 143-152, 2009.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2013.

IBGE/SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação de Recuperação Automática. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 de mar. de 2014.

JABARDO, Mercedes. ¿Por qué esta antología del feminismo negro en castellano? In JABARDO, Mercedes (ed.). *Feminismos negros*. Una antología. Edición: Mercedes Jabardo y Traficantes de Sueños: Madri, p. 13-26, 2012.

LONGHURST, Robyn. The Body. In: ATKINSON, David, JACKSON, Peter, SIBLEY, David & WASHBOURNE, Neil (Eds.) *Cultural Geography: A Critical Dictionary of KeyConcepts*. Londres: I. B. Tauris, p. 91-96, 2005.

LOPES, Renata Batista. *De casa para outras casas: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

LÓPEZ, L.C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface – Comunicação, Saude, Educação*, v.16, n.40, p.121-134, jan./mar. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ : Vozes, 6° ed. 2003.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Afrontamento, p. 153-154, 2005.

MACHADO, Lia Zanota Machado. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos pagu* (11), 1998, p.107-125.

MARTINS, Jean-Yves. A Geograficidade dos Movimentos Sociais. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente (SP), nº19/20, nov. 1997.

MARTSON, Salie. The social construction of scale. In: *Progress in Human Geography*, 24 (2), p. 129-242, 2000.

MARTSON, Salie. A Long Way Home: Domesticating the Social Production of Scale. In: SHEPPARD, Eric e McMASTER, Robert (orgs). *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell, 2004.

MARSTON, Sallie; JONES, Paul; WOODWARD, Keith: Human geography without scale. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 30, p. 416–432, 2005.

MARTINELLI, M. *As representações gráficas da geografia: os mapas temáticos*. 1999. Tese (Livre Docência em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço. *Uma Nova Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, p. 176-185, 2000.

MASUDA, Jeffrey R. e CROOKS, Valorie A. Introduction: (Re)thinking the scales of lived experience. *Area*, 39 (3), p. 257-258, 2007.

MCCALL, Leslie. The complex of interseccionality. *Sings: Journal of Women, Culture and Society*, v.30, n.3, p.1771-1800, 2005.

MCDOWELL, Linda. Doing gender: feminism, feminist and research methods in Human Geography. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*. 17, p. 399-416, 1992.

MCDOWELL, Linda. *Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas*. Ediciones Cátedra. Grupo Anaya, S. A: Madrid, 1999.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS/Santa Cruz do Sul, Ed. UNISC, p. 76-98, 1995.

MONK, Janice. El lloc compta. Perspectives internacionals comparades sobre la geografia feminist. In: *Documents d'Anàlisi Geogràfica*. 26, p. 245-259, 1995.

MONK, Janice y HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. In HENDERSON, George y WATERSTONE, Marv (eds). *Geographic Thought: a praxis perspective*. Routledge, Taylor & Francis Group: London and New York, p. 35-45, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A questão do sujeito na produção do espaço / Geografia e consciência do espaço. In: _____. *Ideologias geográficas*. São Paulo: HUCITEC [1ª. Ed. 1988], p. 15-35, 1996.

MOREIRA, R. *O Pensamento Geográfico Brasileiro*, v. 1: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. 1976. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica* sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, p.102-109, 2007.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. A mulher negra e o amor. 1990. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica* sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, p.126-129, 2007.

NASCIMENTO, Maria Cristina. Artivismo Feminista: Loucas de Pedra Lilás na Luta Antirracista. In: 18º REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife (PE), 2014. *Anais...* Disponível em: <file:///C:/Users/Talita/Desktop/0000_Tese%20nov_2015_2016%20escrevendo/vers%C3%B5es/2221-4722-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2016.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, ano 8, v.2. Santa Catarina, 2000.

NOGUÉ, Joan y ROMERO, Joan (Eds). *Las Outras Geografías*. Valencia: Tirant lo Blanch (Colección Crónica), 2006.

NUNES, Jordão Horta. Precarização, trabalho doméstico e trabalho domiciliar no setor de confecções em Goiânia. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006. *Anais...* GT26 - Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea, 2006.

ORNAT Márcio José. *Território Descontínuo e Multiterritorialidade na Prostituição no sul do Brasil*, 2009. Projeto de Tese de Doutorado proposto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração: Organização e Gestão do Território, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.gete.net.br/joomla/attachments/article/77/Projeto%20de%20TESE.pdf>. Acesso em: 01 jun de 2016.

ORNAT, Marcio José e SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. *Revista de História Regional*, vol. 12, nº 1, p.175 195, 2007.

PARMAR, Pratihba. Feminismo negro: la política como articulación. In: JABARDO, Mercedes (ed.). *Feminismos negros: Una antología*. Traficantes de Sueños: Madrid, p. 245-267, 2012.

PAULA, Marise Vicente de. *Sob o manto azul de Nossa Senhora do Rosário: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão (GO)*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul\dez. p.263-74, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS*, V 1 – n.º 3 – ano 3, maio de 2006. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/carloswalter.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

RACINE, J.B., RAFFESTIN, C., RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 45 (1): 123-135, jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMON, Maria Dolors Garcia; GUITART, Anna Ortiz; FERRET, Maria Prats. *Espacios públicos, género y diversidad: Geografías para unas ciudades inclusivas*. Barcelona: Icaria, 2014, 279 p.

RAMOS, Maria Bernardete. Perfectíveis corpos – corpo e nação: territorialidades imponderáveis. In: Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC*, n. 25, Dez, São Paulo, 2002.

RATTS Alecsandro J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: RATTS, Maria Geralda de Almeida e Alecsandro JP. (Orgs.). *Geografia: Leituras Culturais*. Goiânia, v. 1, p. 29-48, 2003a.

RATTS, Alecsandro J. P. A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO,

Valter Roberto (Org.). *De preto a afro-descendente: trajetórias de pesquisas sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos, v. 1, p. 89-108, 2003b. Disponível em: <https://www.academia.edu/5126616/Ratts_2002_A_voz_que_vem_do_interior> Acesso em 01 de ago. 2016.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica* sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex e RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REINHARZ, S. Experimental analysis: a contribution to feminist research. In BOWLES, G y DUELLI-KLEIN, R. (eds). *Theories of women's studies*, Londres, Routledge and Kegan Paul.

RODÓ-DE-ZÁRATE . Interseccionalidad y malestales por opresión a través de los Mapas de Relieves de la Experiencia. In: _____ *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa, Toda palavra, 2014.

RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. ¿Quién tiene Derecho a la Ciudad? Jóvenes Lesbianas en Brasil y Cataluña desde las Geografías Emocionales e Interseccionales. *Revista Latino-americana de Geografía e Género*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 3 - 20, jan. / jul. p. 3-20, 2016.

RODRIGUES, Juciano Martins. *Dinâmica populacional de Goiânia: o crescimento das regiões na década de 1990*. (sem data) Seplan. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj8/05.htm>> Acesso em: 02 mar. de 2016.

RODRIGUES, Ana Paula Costa. *Corporeidade, cultura e territorialidades negras: a Congada em Catalão – Goiás*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

RODRIGUES, Ana Paula Costa; RATTS, Alecsandro J .P. Cultura, População Negra e Espaço Público em Goiás: a Congada de Catalão. In: II COLÓQUIO NACIONAL DO NEER, 2007, Salvador – BA. *Anais...* Disponível em: <http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AnaPaulaCostaRodrigues.ED1IV.pdf> Acesso em: 01 de jun. 2016.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo*. Editora Estação Liberdade: São Paulo, 1989.

ROSE, Gillian. *Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto – SP. *Revista do Departamento de Geografia*, Universidade de São Paulo, nº12, São Paulo, p. 7-26, 1998.

SACK, Robert. *Human territoriality – it's theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANCHEZ LEYVA, María Jesús. *Perdidas en el espacio*. Formas de ocupar, recorrer y representar los lugares. Hurga y Pierro editores, España, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: *Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 6 de set. (Conferência), 1995.

SANTOS, Renato E. N. *Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do P're-Vestibular para Negros e Carentes*. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTOS, Renato E. N. Dos. Ensino de geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639. In: *Terra Livre*. São Paulo, ano 26, v.1, n.34, p. 141-160, jan.-jun.2010.

SADER, Regina. Ser mulher e camponesa. *Revista Presença*. UNIR. Ano II, No. 5, 1995.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de territórios*. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. Gênero, Autonomia Econômica e Empoderamento. O Real e o Aparente: Sistematização de Processos de Investigação-Ação e/ou de Intervenção Social. In: *Revista Feminismos*, Vol.1, N.3 Set. - Dez. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/75/73>> Acesso em 01 de jul. 2016.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Carmen e CAMURÇA, Silvia. *Feminismo e movimento de mulheres*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVA, Joseli M. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional* 8 (1): 31-45. Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul./dez. 2007.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/438.htm>> Acesso em 01 de mai. 2016.

SILVA, Joseli M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: _____. (Org.) *Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, p. 55-90, 2009a.

SILVA, Joseli M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____. (Org.) *Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, p. 93-113, 2009b.

SILVA, Joseli M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidade. In: _____. (Org.) *Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, p. 55-90, 2009c.

SILVA, Joseli. et al. A promoção a igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, L. (Org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos*. Brasília: Ipea, p.147-170, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; JUNIOR, Alides Baptista Chimin; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; JUNIOR. *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 85- 142, 2013.

SILVA, Joseli Maria e ORNAT, Marcio José. Luta e Resistência das Geografias das Sexualidades no Brasil: Uma entrevista com Miguel Ângelo Ribeiro. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 271 - 280, ago. / dez. 2015.

SILVA, Maria das G. S. N e SILVA, Joseli M. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: _____ *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa, Toda palavra, 2014.

SILVA, Tanieli de Moraes Guimarães. "“Você tem que ficar manobrando as coisas”: lesbianidades, violências cotidianas e possibilidades de resistência", 2015. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) PPGAS/UFG, Goiânia – GO, 2015

SMITH, N. Homeless/global: scaling places. In BIRD J., CURTIS, B., PUTMAN T., ROBERTSON G. e TICKNER L. (eds.). *Mapping the Futures: Local Culture, Global Change*, Londres, Routledge, 1993.

SOUSA, Alemar Moreira de Sousa. *O espaço que ousa dizer seu nome: territórios GLTBS de Goiânia*, 2005. Dissertação (mestrado em Geografia) IESA/UFG, Goiânia – GO, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STACK, Carol B. Sex roles and survival strategies in an urban black community. In: ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise (Eds). *Basingstoke*, UK: Macmillan Education, p. 271-313, 1998.

TEIXEIRA, José Paulo. *Paisagens e territórios religiosos afro-brasileiros no espaço urbano: terreiros de candomblé em Goiânia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. In: *Environment and Planning D: Society and Space*. London, v. 11, n. 4, p. 395-413, 1993.

VALENTINE Gill. Children should be seen and not heard: The production and transgression of adults' public space. *Urban Geography*, v. 17, p. 205 – 220, 1996.

VALENTINE, Gill; SKELTON, Tracey. Finding oneself, Losing oneself: The Lesbian and Gay 'Scene' as a Paradoxical Space. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 27, n. 4, p. 849 – 66, 2003.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Prólogo. ¿Por qué esta antología del feminismo negro en castellano? In: JABARDO, Mercedes (ed.). *Feminismos negros: Una antología*. Traficantes de Sueños: Madrid, Traficante de Sueños, p. 13-23, 2012.

VELTZ, P. *Mondialisation, Villes et Territoires – l'économie d'archipel*. Paris: PUF, 1996.

VIEIRA, Paulo Jorge. Aeminiumqueer, a Cidade Armário: Quotidianos Lésbicos e Gays em Espaço Urbano. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponto Grossa, v.1, n.1, jan./jul. p. 5-13, 2010.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: *Revista da ABPN*, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?* São Paulo: Perspectiva, 2006.

YVES, Lacoste. *A Geografia–isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Editora Papirus, 1988.

ANEXO

1- Fotos das ocupações e chamadas para ações na região central de Goiânia.



Figura 1. Av. Goiás – Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Talita Cabral



Figura 2. Praça Universitária – Batuque de Meninas, 2015.
Foto: Alex San



Figura 3. Praça Universitária - Encontros, 2015.
Foto: Alex San



Figura 4. Av. Goiás – Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Alex San



Figura 5. Rua 44 – Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Talita Cabral



Figura 6. Chamada para a Marcha das Vadias, 2015.



Figura 7. Praça Bandeirantes- Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Talita Cabral



Figura 8. Praça Bandeirantes- Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Alex San



Figura 9. Praça Cívica- Oficina confecção de cartazes, Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Talita Cabral



Figura 10. Praça Cívica- Batuque de Meninas, Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Talita Cabral



Figura 11. Praça Cívica- Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Talita Cabral



Figura 12. Praça Cívica- Marcha das Vadias, 2015.
Foto: Alex San



Figura 13. Praça Universitária - Marcha das Vadias, 2013.
Foto: Talita Cabral



Figura 14. Rua 10 - Marcha das Vadias, 2013.
Foto: Talita Cabral



Figura 15. Chamada para a Marcha das Vadias, 2013.



Figura 16. Praça Universitária – Marcha Das Vadias 2014
Foto: Talita Cabral



Figura 17. Terminal do Dergo - Marcha das Libertas, 2014.
Foto: Alex San



Figura 19. Terminal do Dergo – Marcha das Libertas, 2014. Foto: Alex San



Figura 18. Chamada para a Marcha das Libertas, 2014.

2- Fotos das ocupações e chamadas para ações na região sul de Goiânia.



Figura 20. Bosque dos Buritis – Feira de Trocas Feministas e Feira de Trocas Feministas, 2014.
Foto: Fátima Regina



Figura 21. Bosque dos Buritis – Feira de Trocas Feministas e Feira de Trocas Feministas, 2014.
Foto: Fátima Regina



Figura 22. Bosque dos Buritis – Feira de Trocas Feministas e Feira de Trocas Feministas, 2014.
Foto: Fátima Regina

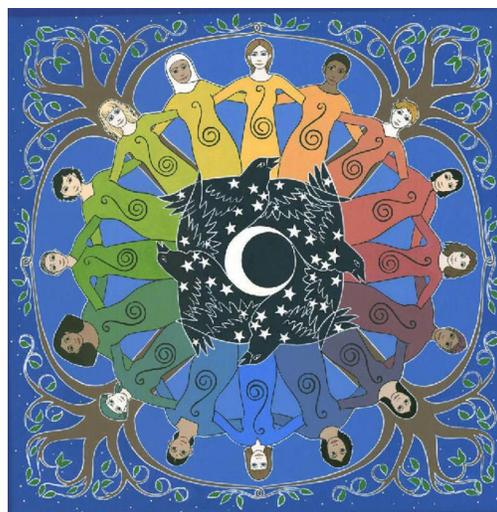


Figura 23. Desenho das chamadas no facebook para as Feiras e Trocas Feministas, 2013 e 2014.



Figura 24. Rua 91 A – Feira de Trocas Feministas e Oficiana Teatro das Oprimidas, 2013.
Foto: Fátima Regina



Figura 25. Rua 91 A – Feira de Trocas Feministas e Oficiana Teatro das Oprimidas, 2013.
Foto: Fátima Regina



Figura 26. Chamadas no facebook para atividades do Agosto Lésbico, 2014.



Figura 27. Chamadas no facebook para a Oficina Feminista de Intervenção Urbana no Bosque dos Buritis, 2013.

APÊNDICE

**1- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MILITANTES DOS MOVIMENTOS
FEMINISTAS
GOIÂNIA - 2015**

Data da entrevista: ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO

- ✓Nome _____
- ✓Data de nascimento: _____
- ✓Local de nascimento _____
- ✓Local de nascimento da mãe _____
- ✓Local de nascimento do pai _____
- ✓Cidade domicílio _____
- ✓Desde quando mora em Goiânia (ou RMG) _____
- ✓Bairro de domicílio _____
- ✓Renda familiar _____
- ✓Escolaridade _____
- ✓Estado civil _____
- ✓Número de filhxs _____
- ✓Identificação de gênero _____
- ✓Identificação sexual _____
- 15. Identificação étnico-racial: _____
- 16. Identificação religiosa _____

A) MIGRAÇÃO (para quem é migrante)

- Se você é migrante, como você se sente em relação à sua “identidade e local de origem” em Goiânia ou RMG?

B) PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

- Você se considera feminista?
- Em que contexto você se tornou feminista?
- Você participa de algum movimento feminista? Qual grupo e desde quando?

- Quando você começou a participar desse(s) grupo(s) do movimento feminista?
- Você participa ou já participou de outro(s) movimento(s), associação(es) ou grupo(s)?
Quais?
- Tem alguém na sua família que participa de algum grupo do movimento feminista?
Qual? Quantas pessoas?
- Qual(is) a(s) sua(s) atuação(es) nesse(s) grupo(s)?
- Por que você decidiu entrar nesse(s) grupo(s)?

C) AÇÕES DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

- O(s) grupo(s) que você participa possui(m) sede(s) fixa(s) ou não? Onde?
- Os outros grupos que você já participou possuíam sedes fixas? Onde?
- Onde são os encontros do movimento que você participa atualmente?
- Como são esses encontros?
- Se ocorrem e como ocorrem as relações entre o(s) grupo(s) que você participa e outros grupos feministas de escalas locais, estaduais, nacionais e internacionais?
- Como e onde são as ações, mobilizações, atos, eventos e/ou ocupações do grupo do qual você participa?
- Quais as conquistas e vitórias alcançadas pelo grupo feminista?
- Onde elas podem ser localizadas na cidade?
- Qual a sua opinião sobre as mudanças ocorridas na sua cidade a partir das ações das militantes dos movimentos feministas?
- Quais os pontos/lugares na cidade que você considera importantes para as ações e/ou visibilizações das mulheres feministas?
- Qual a importância dos espaços públicos na cidade para a luta feminista?
- Você considera as feiras e as praças lugares importantes para a luta feminista? Por quê? Já aconteceram ações do grupo que você participa nesses lugares e como foram? Quais as feiras e praças você considera mais importante para a luta?
- Como a sua religião, raça, sexualidade, classe e idade são vistas por você e pelas suas companheiras militantes do grupo do movimento feminista que você participa?
- Qual a sua opinião sobre a relação entre as redes sociais e a militância.
- Como as militantes do movimento feminista utilizam as redes sociais?

D) TRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL E COTIDIANO DA MILITANTE

- Qual é a sua formação escolar, acadêmica e militante?
- Qual foi a sua experiência com relação ao gênero, à sexualidade, à raça e à classe em sua trajetória escolar?
- Qual é a sua profissão?
- Como você se sente em seu trabalho em relação às questões de gênero, sexualidade, raça e classe?
- Quais os locais de lazer que você costuma frequentar na cidade e fora dela?
- Qual o meio de transporte que você utiliza para se deslocar na cidade? Para ir ao trabalho, ao local de estudo, aos de lazer, etc.?
- Qual a importância para o seu cotidiano de participar do movimento?
- Como você realiza a sua militância/luta feminista no seu cotidiano?
- O que se manteve e/ou mudou na sua vida (relação trabalho, vida social, religião, escola, vida afetiva, relação com a família) depois de entrar no movimento feminista?
- Depois de ingressar no movimento feminista houve alguma mudança em relação ao que você pensa sobre a questão de gênero, sexualidade, raça e classe no seu cotidiano? Quais?
- Você começou a frequentar outros locais (religiosos, culturais, esportivos, de encontros, de lazer, trabalho, estudo, na cidade...) depois de participar do movimento feminista? Quais? Por quê? E onde se localizam?
- Você deixou de frequentar locais depois de participar do movimento feminista? Quais? Por quê? E onde se localizam?
- Quais os pontos\locais da cidade que você considera importante para sua luta individual\coletiva? Por quê?
- O que significa para você a importância das mulheres em “ocupar espaços” na cidade?
- Como as outras pessoas te vem ou como são as reações delas ao você “ocupar” esses novos espaços?

2- CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

_____, ____ de _____ de _____

Eu, _____, carteira de identidade número _____ - _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista dada dia ____ de _____ de _____, para fins acadêmicos, integralmente ou em partes sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a terceiros sua audição e o uso do texto final que está sob a guarda da doutoranda Talita Cabral Machado.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Assinatura

3- AGRADECIMENTO

Agradecemos à _____, a inestimável contribuição prestada à tese de doutorado (IESA/UFG) “A Cidade das Mulheres Feministas: uma Cartografia de Goiânia em Perspectiva Interseccional e da Diferença”, através do depoimento prestado a Talita Cabral Machado, no dia _____. Sua colaboração nos permitiu conhecermos mais acerca da trajetória espacial dxs integrantes dos movimento feminista em Goiânia.

Talita Cabral Machado
Doutoranda IESA/UFG
Prof. Dr. Alex Ratts
Orientador